

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR

N.º 71, DE 2023

(Do Poder Executivo)

MSC 753/2022

OF 774/2022

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 269, de 10 de fevereiro de 2020, que outorga permissão à Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Petrolina, Estado de Pernambuco.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 753

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, Portarias que outorgam permissão, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativo, conforme os seguintes atos:

1. Portaria nº 48, de 21 de fevereiro de 2014 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, no município de Telêmaco Borba - PR;
2. Portaria nº 118, de 21 de fevereiro de 2014 - Município de Avaré, no município de Avaré - SP;
3. Portaria nº 6.127, de 10 de novembro de 2015 - Município de Catanduva, no município de Catanduva - SP;
4. Portaria nº 743, de 11 de maio de 2016 - Fundação Jaboticabal de Radiodifusão Educativa, no município de Jaboticabal - SP;
5. Portaria nº 1.357, de 11 de maio de 2016 - Fundação Unisc de Comunicações - FUNDAÇÃO TELEUNISC, no município de Venâncio Aires - RS;
6. Portaria nº 6.125, de 11 de maio de 2016 - Fundação Exclusiva Educativa, no município de Campo Mourão - PR;
7. Portaria nº 6.210, de 11 de maio de 2016 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraná, no município de Londrina - PR;
8. Portaria nº 2.876, de 28 de setembro de 2017 - Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, no município de Jales - SP;
9. Portaria nº 3.516, de 15 de agosto de 2019 - Fundação Brito Júnior de Rádio e TV Educativa, no município de Garça - SP;

10. Portaria nº 3.879, de 28 de setembro de 2017 - Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, no município de Ituverava - SP;
11. Portaria nº 1.098, de 14 de março de 2018 - Fundação Bom Conselho - FBC no município de Bom Conselho - PE;
12. Portaria nº 1.166, de 14 de março de 2018 - Fundação João Matias de Oliveira, no município de Barras - PI;
13. Portaria nº 4.416, de 28 de setembro de 2018 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, no município de Videira - SC;
14. Portaria nº 4.433, de 28 de setembro de 2018 - Fundação Aio de Educação e Assistência Social - FAES, no município de Timbaúba - PE;
15. Portaria nº 5.158, de 31 de outubro de 2018 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, no município de Porto Velho - RO;
16. Portaria nº 5.525, de 31 de outubro de 2018 - Fundação Cultural Tocantinense, no município de Bezerros - PE;
17. Portaria nº 269, de 10 de fevereiro de 2020 - Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf, no município de Petrolina - PE;
18. Portaria nº 4.300, de 13 de dezembro de 2021 - Fundação Brito Junior de Rádio e TV Educativa, no município de Guaratuba - PR;
19. Portaria nº 4.491, de 14 de janeiro de 2022 - Fundação Brito Junior de Rádio e TV Educativa, no município de Peruíbe - SP; e
20. Portaria nº 5.760, de 25 de maio de 2022 - Fundação Brito Junior de Rádio e TV Educativa, no município de Vera Cruz - SP.

Brasília, 29 de dezembro de 2022.

Brasília, 15 de Outubro de 2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho ao Senhor o processo administrativo nº 069292/2015-11, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco, por meio do canal 229E, constante do Edital nº 78/2015/SEI-MC, de 23 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2015, cujo objeto foi adjudicado à UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14, por intermédio do Edital nº 268/2018/SEI-MCTIC, de 25 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 2019, em conformidade com a Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015 e Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 21 de junho de 2018.
2. Sobre o assunto em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da NOTA TÉCNICA Nº 19976/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica deste Ministério, por intermédio de seu Parecer Jurídico nº 931/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
3. Com base nesses posicionamentos, fora expedida a Portaria nº 269/SEI, de 10 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2020, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do §3º do art. 223 da Constituição Federal, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.



PORTARIA Nº 160/SEI, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto nos artigos 90, inciso I, e 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n.º 01250.006726/2018-12, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 6240/2019/SEI-MCTIC e Nota Técnica nº 24760/2019/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 1099/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante no MCTIC, resolve:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à Frequência Brasileira de Comunicação Ltda., inscrita no C.N.P.J. sob o nº 03.829.194/0001-20, por meio da Portaria nº 391, de 16 de agosto de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 18.08.2006, para a Frequência Brasil de Comunicações Ltda., sociedade empresária limitada, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 12.842.909/0001-76, para executar, sem direito de exclusividade o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Contenda, estado do Paraná.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos, respectivamente:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Rumildo Matos de Lima	118.800	118.800,00
Raphael Romildo Mariotto de Lima	1.200	1.200,00
TOTAL	120.000	120.000,00

NOME	CARGO
Rumildo Matos de Lima	Administrador

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 162/SEI, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.023523/2016-12, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Centro Integrado de Ações Comunitárias Pela Vida, CNPJ nº 11.287.953/0001-07, cuja sede se situa na Rua Professora Luiza de Cristo, nº 201, Bairro Valentina de Figueiredo, na localidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 163/SEI, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 01250.072517/2018-59, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 24146/2019/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 1201/2019, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 6 de julho de 2019, a permissão outorgada à Rádio Talento Fm Ltda., nos termos da Portaria n.º 506 de 2006, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 20 de setembro de 2006, chancelada pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 7, de 2009, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 14 de janeiro de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Rio Azul, estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 269/SEI, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.069292/2015-11, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco, por meio do canal 229E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 406/SEI, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.071106/2018-46, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão do Sertão de Forquilha - Rádio Comunitária Sertão FM, CNPJ nº 31.909.972/0001-27, cuja sede se situa na Localidade Várzea da Cobra, s/nº, Zona Rural, na localidade de Forquilha, Estado do Ceará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 254, cuja frequência é de 98,7 MHz.

MARCOS CESAR PONTES

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 407/SEI, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044475/2018-66, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social e Educacional de Capivari ACSEC, CNPJ nº 28.380.876/0001-20, cuja sede se situa na Rua Alejandro Lebl Rosenfeld, Nº 56 - Bairro Ribeirão, na localidade de Capivari, Estado de São Paulo, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 292, cuja frequência é de 106,3 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 408/SEI, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.057774/2018-61, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Amigos de Guidoal, inscrita no CNPJ sob nº 28.341.127/0001-93, cuja sede se situa na Rua São Vicente de Paulo, nº 17, apto. 202, Centro, na localidade de Guidoal, Estado de Minas Gerais, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 6.527/SEI, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.002070/2016-91, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI, CNPJ nº 21.186.804/0001-05, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São João Del Rei, estado de Minas Gerais, por meio do canal 257E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 22165/2021/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.069292/2015-11.

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata de outorga de autorização de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

MARCUS BARBOSA
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Queiroz Barbosa, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 18/10/2021, às 16:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8255490** e o código CRC **14AA661D**.

INFORME PROCESSUAL

DADOS DO INFORME	
Nº Processo:	53900.069292/2015-11
Interessado:	UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF
Setor:	SEORE
CNPJ:	CNPJ nº 05.440.725/0001-14
Serviço:	Rádiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos - FME
FISTEL:	50418121958
UF:	Pernambuco
Localidade:	Petrolina
Tipo:	Permissão Frequência Modulada Educativa
Número do Tipo:	424
Documentos Restritos:	-

TABELA DE TIPOS DE TVR	
Número do Tipo	Tipo
417	Autorização - Rádio Comunitária
418	Concessão - Rádio Ondas Curtas
419	Concessão - Rádio Ondas Médias
420	Concessão Rádio Ondas Médias Educativa
421	Concessão Rádio Ondas Tropicais
422	Concessão Rádiodifusão Sons e Imagens
423	Concessão TV Educativa
627	Perempção de Rádio/TV
424	Permissão Frequência Modulada Educativa
425	Permissão Rádio Frequência Modulada
426	Permissão Rádio Ondas Médias Local
427	Renovação Rádio Comunitária
428	Renovação Rádio Frequência Modulada

429	Renovação Rádio Frequência Modulada Educativa
430	Renovação Rádio Ondas Curtas
431	Renovação Rádio Ondas Médias
433	Renovação Rádio Ondas Médias Educativa
432	Renovação Rádio Ondas Médias Local
434	Renovação Rádio Ondas Tropicais
436	Renovação TV Educativa
435	Renovação TV Sons e Imagens
628	Revogação ou Anulação de Portaria de Rádio/TV
629	Transferência de Controle Societário



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio**, **Analista Técnico-Administrativo**, em 12/02/2020, às 14:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5149749** e o código CRC **B3EA151D**.

Referência: Processo nº 53900.069292/2015-11

SEI nº 5149749

ANEXO I

REQUERIMENTO DE DEMONSTRAÇÃO DE INTERESSE

Ao(À) Senhor(a) Secretário(a) de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Requerimento de Demonstração de Interesse para execução dos serviços de radiodifusão, com finalidade exclusivamente educativa, em:

- (x) Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos.
() Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos.

IDENTIFICAÇÃO

Denominação da entidade: **Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF**

Localidade da sede: **Petrolina /PE**

CNPJ: **05.440.725/0001-14**

Nome e CPF do Representante Legal: **Julianeli Tolentino de Lima / CPF: 965.575.594-00**

Localidade de interesse para execução do serviço: **Petrolina/PE**

Sede/filial na localidade de interesse para execução do serviço? (x)

Não haverá sede/filial na localidade de interesse para execução do serviço? ()

Eu, **Julianeli Tolentino de Lima**, portador do CPF nº **965.575.594-00**, na condição de representante legal da entidade acima identificada, venho apresentar, a essa Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, Requerimento de Demonstração de Interesse para execução do serviço de radiodifusão, com finalidade exclusivamente educativa, na localidade acima descrita.

Nestes termos, peço deferimento.

Petrolina/PE, 03 de dezembro de 2015



Julianeli Tolentino de Lima

Reitor da Universidade Federal do Vale do São Francisco

ANEXO II

PROPOSTA PARA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO

Ao(À) Senhor(a) Secretário(a) de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Proposta para execução dos serviços de radiodifusão, com finalidade exclusivamente educativa, em observância à Portaria que estabelece as regras e critérios para os processos seletivos relativos ao referido serviço.

IDENTIFICAÇÃO

Denominação da entidade: **Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF**

CNPJ: **05.440.725/0001-14**

Endereço da sede: **Avenida José de Sá Maniçoba, S/N, Centro – CEP: 56304-917 – Petrolina/PE**

Nome e CPF do Representante Legal: **Julianeli Tolentino de Lima / CPF: 965.575.594-00**

Endereço eletrônico (e-mail): **reitoria@univasf.edu.br / secretaria.gabinete@univasf.edu.br**

Sede/filial na localidade de interesse para execução do serviço? (☒)

Não haverá sede/filial na localidade de interesse para execução do serviço? (☐)

No caso de instituição de educação superior:

Número de alunos matriculados na instituição: **6248**

DADOS DO EDITAL

Edital de seleção pública nº: **78** publicado em **23 de outubro de 2015**

Localidade: **Petrolina/PE** Canal: 229E

Objeto:

(☒) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos.

(☐) Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos.

Com vistas à instrução da presente proposta, DECLARO, para os devidos fins, que:

A entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado.



Comunicação – EBC, quando não houver, na localidade, outra entidade que integre a rede por meio da execução do serviço de radiodifusão educativa de sons e imagens.

Somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos exercerão os cargos e funções de administração e gerência, que detenham poder de gestão e de representação civil e judicial.

Nestes termos, peço deferimento.

Petrolina/PE, 03 de dezembro de 2015.



Julianeli Tolentino de Lima

Reitor da Universidade Federal do Vale do São Francisco

CHECKLIST

Análise Documental para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno - União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias, Associações Públicas e demais entidades de caráter público criadas por lei.

Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos

Processo nº: 53900.069292/2015-11

Interessado: UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF

CNPJ: 05.440.725/0001-14

Localidade: Petrolina/PE

Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos - FME

Canal: 229E

Edital de Seleção Pública nº 78/2015/SEI-MC de 23 de outubro de 2015

Data de publicação do Edital de Seleção Pública: 26/10/2015

Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas: 12/01/2016

Data do protocolo desta proposta: 07/12/2015

Requerimento tempestivo? (x) Sim () Não

PROPOSTA PARA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO	OBSERVAÇÕES
QUANTO À ENTIDADE INTERESSADA	
a) Requerimento ao (à) Secretário (a) de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, nos moldes do modelo constante do Anexo II, contendo as declarações que: <ul style="list-style-type: none">• <i>A entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;</i>• <i>A entidade integrará a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicação - EBC, quando não houver, na localidade, outra entidade que integre a rede por meio da execução do serviço de radiodifusão educativa de sons e imagens;</i>• <i>Somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos exercerão os cargos e funções de administração e gerência que detenham poder de gestão e de representação civil e judicial.</i>	Petição 0867613

Proposta ou documentação de habilitação apresentada de acordo com o previsto na Portaria nº 4.335/2015 e Edital de Seleção Pública nº 78/2015?

(x) Sim, habilitada () Não, inabilitada



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela de Rezende Ramos Barros, Técnico de Nível Superior**, em 04/02/2016, às 14:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0953963** e o código CRC **ADE64CD3**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação
Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

NOTA TÉCNICA Nº 2107/2016/SEI-MC

Referência: **Processo nº 53900.069292/2015-11 apenso/relacionado ao
Processo nº 53900.055773/2015-31.**

Assunto: **Análise Inicial de proposta de pessoa jurídica de direito público
interno com vistas à obtenção de outorga de Serviço de
Radiodifusão com fins exclusivamente educativos - Proposta Habilitada e
Pleito Deferido.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

EDITAL Nº: 78/2015/SEI-MC	Data de publicação: 26/10/2015
Interessado: UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	CNPJ:05.440.725/0001-14
Município/UF:Petrolina/PE	Serviço: FME
Data de vencimento do prazo para o protocolo para apresentação dos documentos: 12/01/2016	
Data de postagem desta proposta: 07/12/2015	Canal: 229E
Requerimento tempestivo?	(x) sim () não

ANÁLISE

2. Visando o prosseguimento do feito, procedeu-se à conferência e análise da documentação apresentada pela proponente, em consonância com o disposto no artigo 15 da Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no DOU de 21 de setembro de 2015, conforme Checklist em anexo (0953963).

3. Concluída a análise, verificou-se que a proposta atende às exigências estabelecidas pela referida Portaria, bem como pelo correspondente Edital de Seleção Pública.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, conforme apresentado nos itens acima, opinamos:

- pela habilitação da proposta ora em análise e o consequente deferimento do pleito;
- pelo registro dessa informação na Nota Técnica relativa ao resultado preliminar obtido no processo de seleção em questão;
- pelo registro desta informação no Edital de Resultado Preliminar o qual deverá ser publicado no Diário Oficial da União, facultando às entidades a interposição de um único recurso relativo às fases de classificação e habilitação, no prazo de trinta dias a contar da referida publicação;
- pelo encaminhamento de cópia desta Nota Técnica à interessada, com vistas à comunicação do resultado da análise da proposta apresentada.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 05/02/2016, às 19:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela de Rezende Ramos Barros, Técnico de Nível Superior**, em 10/02/2016, às 15:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Goncalves dos Reis Junior, Coordenador do Subgrupo Legal de Radiodifusão Educativa e**



Consignações da União, em 10/02/2016, às 17:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Nedio Antônio Valduga**, **Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 11/02/2016, às 12:37, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1260001



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0953975** e o código CRC **ADE74A1F**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste
70044-900 – Brasília – DF
2027-6890

Ofício nº 3132/2016/SEI-MC

Ao(À) Senhor(a)

JULIANELI TOLENTINO DE LIMA

Representante Legal da UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Assunto: **Processo de Seleção para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Petrolina/PE - Processo nº 53900.069292/2015-11, apenso/relacionado ao Processo nº 53900.055773/2015-31.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimendo-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 2107/2016/SEI-MC**, com vistas à comunicação do resultado **preliminar** da análise da proposta dessa entidade.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de trinta dias, contado da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade, caso discorde da decisão, apresente recurso, fazendo constar, obrigatoriamente, referência aos números deste ofício e dos processos em referência.

Atenciosamente,

COMUNICADO IMPORTANTE

Como parte dos esforços do Ministério das Comunicações para aperfeiçoar os serviços prestados a seu público-alvo, oferecendo maior agilidade, economia e comodidade aos seus usuários, comunicamos que, **desde o dia 30 de junho de 2015**, o Protocolo Central deste Ministério não recebe mais

documentos enviados por meio físico, seja em balcão ou por via postal, exceção feita às hipóteses referidas no art. 1º da Portaria nº 4.124, de 30 de dezembro de 2014, e no art. 1º da Portaria nº 2.764, de 30 de junho de 2015. Deste modo, todos os documentos, inclusive respostas e novas solicitações, deverão ser encaminhados **exclusivamente por meio eletrônico**, através do sistema eletrônico do CADSEI.

Diante do exposto, solicitamos que, caso ainda não tenha realizado o cadastro, Vossa Senhoria o realize o quanto antes, através do botão de cadastro disponível no link <http://www.mc.gov.br/sei/cadsei>.



Documento assinado eletronicamente por **Octavio Penna Pieranti**, **Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 05/02/2016, às 19:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0953997** e o código CRC **43CDA5FA**.

Data de Envio:

17/02/2016 11:30:27

De:

MC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

secretaria.gabinete@univasf.edu.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.069292/2015-11

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente
via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_0953997.html

Nota_Tecnica_0953975.html

ANEXO

ENTIDADE	TIPO	PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
Fundação Brasil Ecoar	III	53900.076411/2015-83	1º lugar	Fundação sem sede na localidade, nos termos do art. 18, IV da Portaria 4.335/2015
Fundação Cultura Solidária	III	53900.077119/2015-88	Desconsiderada	Fundação sem sede na localidade, nos termos do art. 18, IV da Portaria 4.335/2015
Fundação Regional de Radiodifusão Educativa	III	53900.067418/2015-12	Desconsiderada	Fundação sem sede na localidade, nos termos do art.18, IV da Portaria 4.335/2015
Fundação Cultural Anhanguera	III	53900.076812/2015-33	Desconsiderada	Fundação sem sede na localidade, nos termos do art.18, IV da Portaria 4.335/2015
Fundação Educacional e Cultural Art	III	53900.001209/2016-89	Desconsiderada	Fundação sem sede na localidade,nos termos do art.18, IV da Portaria 4.335/2015
Fundação Mamãe África de Caravelas	III	53900.002473/2016-30	Desconsiderada	Fundação sem sede na localidade, nos termos do art.18, IV da Portaria 4.335/2015
Fundação Zeca Jatobá	III	53900.002149/2016-11	Desconsiderada	Fundação sem sede na localidade, nos termos do art.18, IV da Portaria 4.335/2015
Instituto de Ensino Superior Blauro Cardoso de Mattos	II	53900.071690/2015-99	Desconsiderada	Instituição de Ensino Superior sem sede na localidade, nos termos do art. 18, II, da Portaria 4.335/2015

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Instituição de Educação Superior conforme art. 14, inciso II da Portaria nº 4.335/2015; III - Pessoa Jurídica de Natureza Privada, conforme art. 14, inciso III da Portaria nº 4.335/2015.

EDITAL Nº 52/2016/SEI-MC

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO, no uso de suas atribuições, considerando o disposto da Portaria nº 4.355/2015, publicada no DOU de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta do Processo nº 53900.055773/2015-31, que trata da seleção pública para a obtenção de outorga para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina/PE, referente ao Edital de Seleção Pública nº 78/2015/SEI-MC, publicado no DOU de 26 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado preliminar do processo de seleção, na forma do Anexo, e conceder aos interessados o prazo improrrogável de trinta dias, contado da data da publicação deste Edital, para a apresentação de recurso a este Ministério, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Edital de Seleção Pública acima mencionado.

NEDIO ANTÔNIO VALDUGA

ANEXO

ENTIDADE	TIPO	PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF	I	53900.069292/2015-11	1º lugar	Universidade Federal com sede na localidade.
FUNDAÇÃO JOAO PAULO II	II	53900.064655/2015-13	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado.
FUNDAÇÃO REGIONAL DE RADIODIFUSAO EDUCATIVA	II	53900.067474/2015-49	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado.
NA FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL, EDUCACIONAL E CULTURAL DE PETROLINA	II	53900.073170/2015-11	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado.
CENECT - CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA LTDA	II	53900.074786/2015-17	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado.
FUNDAÇÃO JOSÉ FRANCISCO FILHO	II	53900.076673/2015-48	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado.
FUNDAÇÃO CULTURA SOLIDARIA	II	53900.077098/2015-09	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado.
FUNDAÇÃO BRASIL ECOAR	II	53900.076354/2015-32	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado.
FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE	II	53900.076878/2015-23	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado.
FUNDAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL RECUPERANDO VIDAS	II	53900.077106/2015-17	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado.
FUNDAÇÃO CULTURAL PORTAL DA COMUNICAÇÃO	II	53900.002023/2016-47	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado.
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL RIO ONDAS	II	53900.002170/2016-17	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado.
FUNDAÇÃO ZECA JATOBA	II	53900.002176/2016-94	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado.

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Instituição de Educação Superior conforme art. 14, inciso II da Portaria nº 4.335/2015; III - Pessoa Jurídica de Natureza Privada, conforme art. 14, inciso III da Portaria nº 4.335/2015.

EDITAL Nº 53/2016/SEI-MC

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO, no uso de suas atribuições, considerando o disposto da Portaria nº 4.355/2015, publicada no DOU de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta do Processo nº 53900.055762/2015-51, que trata da seleção pública para a obtenção de outorga para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São José do Bonfim/PB, referente ao Edital de Seleção Pública nº 78/2015/SEI-MC, publicado no DOU de 26 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado preliminar do processo de seleção, na forma do Anexo, e conceder aos interessados o prazo improrrogável de trinta dias, contado da data da publicação deste Edital, para a apresentação de recurso a este Ministério, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Edital de Seleção Pública acima mencionado.

NEDIO ANTÔNIO VALDUGA

ANEXO

ENTIDADE	TIPO	PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
IFPB INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	I	53900.077036/2015-99	1º lugar	Instituto Federal de Educação com sede na localidade
FUNDAÇÃO BRASIL ECOAR	II	53900.076400/2015-01	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado
FUNDAÇÃO CULTURA SOLIDARIA	II	53900.077108/2015-06	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado
FUNDAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL RECUPERANDO VIDAS	II	53900.077115/2015-08	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado
BRUNO DE ARAÚJO SAMPAIO FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTENCIA A INFANCIA E A MATERNIDADE	II	53900.001316/2016-15	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado
FUNDAÇÃO VIRGINIUS DA GAMA E MELO	II	53900.006677/2016-40	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Instituição de Educação Superior conforme art. 14, inciso II da Portaria nº 4.335/2015; III - Pessoa Jurídica de Natureza Privada, conforme art. 14, inciso III da Portaria nº 4.335/2015.

EDITAL Nº 73/2016/SEI-MC

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO, no uso de suas atribuições, considerando o disposto da Portaria nº 4.355/2015, publicada no DOU de 21 de setembro de 2015, bem como o que consta do Processo nº 53900.055676/2015-48, que trata da seleção pública para a obtenção de outorga para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Capistrano/CE, referente ao Edital de Seleção Pública nº 78/2015/SEI-MC, publicado no DOU de 26 de outubro de 2015, resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado preliminar do processo de seleção, na forma do Anexo, e conceder aos interessados o prazo improrrogável de trinta dias, contado da data da publicação deste Edital, para a apresentação de recurso a este Ministério, fazendo referência, obrigatoriamente, ao respectivo número do processo e ao Edital de Seleção Pública acima mencionado.

NEDIO ANTÔNIO VALDUGA



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Edifício Sede
CEP 70044-900 - Bairro Zona Cívico-Administrativa
Brasília - DF, (61) 2027-6000

Ofício nº 43078/2018/SEI-MCTIC

À Senhora

JULIANE LIMA TOLENTINO DE LIMA

Representante Legal da Universidade Federal do Vale do São Francisco
(05.440.725/0001-14)

Assunto: **Processo de Seleção para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Petrolina/PE - Processo nº 53900.069292/2015-11, apenso/relacionado ao Processo nº 53900.055773/2015-31 - Edital nº 78/2015.**

Senhora Representante Legal,

1. Cumprimentando-a cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 23770/2018/SEI-MCTIC** (53900.055773/2015-31), com vistas à comunicação do resultado total das análises, relativas ao assunto em questão.

2. A este respeito, informamos que o encaminhamento da Nota Técnica se faz necessário para ciência da medida tomada por este Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Cruz Gebrim, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 02/01/2019, às 18:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3505065** e o código CRC **B4100E06**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 43078/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.069292/2015-11 - Nº SEI: 3505065

Data de Envio:

28/01/2019 15:00:08

De:

MCTIC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@mctic.gov.br>

Para:

reitoria@univasf.edu.br

secretaria.gabinete@univasf.edu.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.069292/2015-11

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Nota Técnica 23770 Petrolina_PE.pdf

Oficio_3505065.html

Data de Envio:

07/02/2019 17:15:02

De:

MCTIC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@mctic.gov.br>

Para:

reitoria@univasf.edu.br

secretaria.gabinete@univasf.edu.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.069292/2015-11

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

publicacaoDOU_ED268.pdf

FUNDAÇÃO CULTURA SOLIDÁRIA	Fundação de Direito Privado	53900.076400/2015-01	5º Lugar	Universidade Católica do Salvador	2.171	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.
FUNDAÇÃO VIRGINIUS DA GAMA E MELO	Fundação de Direito Privado	53900.006677/2016-40	6º Lugar	-	-	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.

EDITAL Nº 268/2018/SEI-MCTIC

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018, e no Processo nº 53900.055773/2015-31, resolve homologar o procedimento de seleção para outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, Estado do Piauí, por meio do canal 229E, Classe B1, referente ao Edital de Seleção Pública nº 78/2015/SEI-MC, publicado no Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2015, e adjudicar seu objeto à UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, nos termos da legislação vigente, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste Edital.

A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no prazo de cento e vinte dias, contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação e as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no art. 29 do Decreto nº 52.795, de 1963, do mesmo modo que será instada a complementar a instrução de seu processo com a documentação indicada nos Anexos I, II ou III da Portaria nº 3.238, de 2018, conforme o caso, sob pena de indeferimento do pedido.

Caso, após a publicação da presente homologação a entidade vencedora seja habilitada em várias seleções concomitantemente, em número que possa vir a exceder aos limites do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, será realizado sorteio público, em conformidade com o art. 21, §§ 2º a 4º, da Portaria nº 3.238, de 2018, a fim de obter localidades em número compatível com o limite de outorgas.

Encaminhe-se os processos das demais entidades concorrentes ao Setor de Arquivo, considerando a conclusão do procedimento de seleção.

Em 25 de janeiro de 2019
ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL

ANEXO

ENTIDADE	TIPO	PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	IES CONVENIADA	IGC	PROPOSTA	SITUAÇÃO	RECURSO
Universidade Federal do Vale do São Francisco UNIVASF	Pessoa Jurídica de Direito Público	53900.069292/2015-1	1º Lugar	Não se aplica	-	Habilitada	IES pública. Entidade vencedora do procedimento de seleção.	Não apresentado.
CENECT - Centro Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia Ltda	Instituição de Educação Superior Privada	53900.074786/2015-17	2º Lugar	Não se aplica	-	Prejudicada	IES privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.
Fundação Brasil Ecoar	Fundação de Direito Privado	53900.076878/2015-23	3º Lugar	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	3,0186	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.
Fundação Evangélica Trindade	Fundação de Direito Privado	53900.076878/2015-23	4º Lugar	Instituto Presbiteriano Mackenzie (São Paulo)	2,944	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.
Fundação José Francisco Filho	Fundação de Direito Privado	53900.076673/2015-48	5º Lugar	Faculdade Santa Emília	2,8194	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.
Fundação João Paulo II	Fundação de Direito Privado	53900.064655/2015-13	6º Lugar	Faculdade Câção Nova	2,7085	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.
Fundação Cultural e Assistencial Recuperando Vidas	Fundação de Direito Privado	53900.077106/2015-17	7º Lugar	Faculdade Metropolitana Grande Recife	2,544	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.
Fundação Cultura Solidária	Fundação de Direito Privado	53900.077098/2015-09	8º Lugar	Universidade Católica de Salvador	2,1713	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.
Fundação Zeca Jatobá	Fundação de Direito Privado	53900.002176/2016-94	9º Lugar (empate)	-	-	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Apresentado. Indeferido por ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão, nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 26550/2018/SEI-MCTIC.
Fundação Regional de Radiodifusão Educativa	Fundação de Direito Privado	53900.067474/2015-49	9º Lugar (empate)	Universidade Evangélica do Brasil - UEBRA (não credenciada no MEC).	-	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.
Fundação Assistencial, Educacional e Cultural de Petrolina	Fundação de Direito Privado	53900.073170/2015-11	9º Lugar (empate)	-	-	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.
Fundação Educacional Rio Ondas	Fundação de Direito Privado	53900.002170/2016-17	9º Lugar (empate)	-	-	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.
Fundação Cultural Portal da Comunicação	Associação Privada	53900.002023/2016-47	-	-	-	Desclassificada	Natureza jurídica de Associação Privada, constituída há menos de um ano do Edital.	Não apresentado.

EDITAL Nº 270/2018/SEI-MCTIC

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018, e no Processo nº 53900.055854/2015-31, resolve homologar o procedimento de seleção para outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Natividade, Estado do Tocantins, por meio do canal 239E, Classe B1, referente ao Edital de Seleção Pública nº 78/2015/SEI-MC, publicado no Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2015, e adjudicar seu objeto ao FUNDAÇÃO RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS - REDESAT, nos termos da legislação vigente, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste Edital.

A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no prazo de cento e vinte dias, contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação e as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no art. 29 do Decreto nº 52.795, de 1963, do mesmo modo que será instada a complementar a instrução de seu processo com a documentação indicada nos Anexos I, II ou III da Portaria nº 3.238, de 2018, conforme o caso, sob pena de indeferimento do pedido.

Caso, após a publicação da presente homologação a entidade vencedora seja habilitada em várias seleções concomitantemente, em número que possa vir a exceder aos limites do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, será realizado sorteio público, em conformidade com o art. 21, §§ 2º a 4º, da Portaria nº 3.238, de 2018, a fim de obter localidades em número compatível com o limite de outorgas.

Encaminhe-se os processos das demais entidades concorrentes ao Setor de Arquivo, considerando a conclusão do procedimento de seleção.

Em 25 de janeiro de 2019
ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL

ANEXO

ENTIDADE	TIPO	PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	IES CONVENIADA	IGC	PROPOSTA	SITUAÇÃO	RECURSO
FUNDAÇÃO RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS - REDESAT	Pessoa Jurídica de Direito Público	53900.073755/2015-31	1º Lugar	Não se aplica	-	Habilitada	Fundação de Direito Público Estadual. Entidade vencedora do procedimento de seleção.	Não apresentado.
Fundação Cultural Alzira da Silva Corrêa	Fundação de Direito Privado	53900.072069/2015-42	2º Lugar	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	4,1905	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.



FUNDAÇÃO CULTURA SOLIDÁRIA	Fundação de Direito Privado	53900.076400/2015-01	5º Lugar	Universidade Católica do Salvador	2.171	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.
FUNDAÇÃO VIRGINIUS DA GAMA E MELO	Fundação de Direito Privado	53900.006677/2016-40	6º Lugar	-	-	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.

EDITAL Nº 268/2018/SEI-MCTIC

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018, e no Processo nº 53900.055773/2015-31, resolve homologar o procedimento de seleção para outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, Estado do Piauí, por meio do canal 229E, Classe B1, referente ao Edital de Seleção Pública nº 78/2015/SEI-MC, publicado no Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2015, e adjudicar seu objeto à UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, nos termos da legislação vigente, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste Edital.

A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no prazo de cento e vinte dias, contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação e as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no art. 29 do Decreto nº 52.795, de 1963, do mesmo modo que será instada a complementar a instrução de seu processo com a documentação indicada nos Anexos I, II ou III da Portaria nº 3.238, de 2018, conforme o caso, sob pena de indeferimento do pedido.

Caso, após a publicação da presente homologação a entidade vencedora seja habilitada em várias seleções concomitantemente, em número que possa vir a exceder aos limites do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, será realizado sorteio público, em conformidade com o art. 21, §§ 2º a 4º, da Portaria nº 3.238, de 2018, a fim de obter localidades em número compatível com o limite de outorgas.

Encaminhe-se os processos das demais entidades concorrentes ao Setor de Arquivo, considerando a conclusão do procedimento de seleção.

Em 25 de janeiro de 2019
ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL

ANEXO

ENTIDADE	TIPO	PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	IES CONVENIADA	IGC	PROPOSTA	SITUAÇÃO	RECURSO
Universidade Federal do Vale do São Francisco UNIVASF	Pessoa Jurídica de Direito Público	53900.069292/2015-1	1º Lugar	Não se aplica	-	Habilitada	IES pública. Entidade vencedora do procedimento de seleção.	Não apresentado.
CENECT - Centro Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia Ltda	Instituição de Educação Superior Privada	53900.074786/2015-17	2º Lugar	Não se aplica	-	Prejudicada	IES privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.
Fundação Brasil Ecoar	Fundação de Direito Privado	53900.076878/2015-23	3º Lugar	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	3,0186	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.
Fundação Evangélica Trindade	Fundação de Direito Privado	53900.076878/2015-23	4º Lugar	Instituto Presbiteriano Mackenzie (São Paulo)	2,944	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.
Fundação José Francisco Filho	Fundação de Direito Privado	53900.076673/2015-48	5º Lugar	Faculdade Santa Emília	2,8194	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.
Fundação João Paulo II	Fundação de Direito Privado	53900.064655/2015-13	6º Lugar	Faculdade Câção Nova	2,7085	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.
Fundação Cultural e Assistencial Recuperando Vidas	Fundação de Direito Privado	53900.077106/2015-17	7º Lugar	Faculdade Metropolitana Grande Recife	2,544	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.
Fundação Cultura Solidária	Fundação de Direito Privado	53900.077098/2015-09	8º Lugar	Universidade Católica de Salvador	2,1713	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.
Fundação Zeca Jatobá	Fundação de Direito Privado	53900.002176/2016-94	9º Lugar (empate)	-	-	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Apresentado. Indeferido por ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão, nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 26550/2018/SEI-MCTIC.
Fundação Regional de Radiodifusão Educativa	Fundação de Direito Privado	53900.067474/2015-49	9º Lugar (empate)	Universidade Evangélica do Brasil - UEBRA (não credenciada no MEC).	-	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.
Fundação Assistencial, Educacional e Cultural de Petrolina	Fundação de Direito Privado	53900.073170/2015-11	9º Lugar (empate)	-	-	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.
Fundação Educacional Rio Ondas	Fundação de Direito Privado	53900.002170/2016-17	9º Lugar (empate)	-	-	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.
Fundação Cultural Portal da Comunicação	Associação Privada	53900.002023/2016-47	-	-	-	Desclassificada	Natureza jurídica de Associação Privada, constituída há menos de um ano do Edital.	Não apresentado.

EDITAL Nº 270/2018/SEI-MCTIC

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018, e no Processo nº 53900.055854/2015-31, resolve homologar o procedimento de seleção para outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Natividade, Estado do Tocantins, por meio do canal 239E, Classe B1, referente ao Edital de Seleção Pública nº 78/2015/SEI-MC, publicado no Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2015, e adjudicar seu objeto ao FUNDAÇÃO RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS - REDESAT, nos termos da legislação vigente, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste Edital.

A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no prazo de cento e vinte dias, contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação e as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no art. 29 do Decreto nº 52.795, de 1963, do mesmo modo que será instada a complementar a instrução de seu processo com a documentação indicada nos Anexos I, II ou III da Portaria nº 3.238, de 2018, conforme o caso, sob pena de indeferimento do pedido.

Caso, após a publicação da presente homologação a entidade vencedora seja habilitada em várias seleções concomitantemente, em número que possa vir a exceder aos limites do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, será realizado sorteio público, em conformidade com o art. 21, §§ 2º a 4º, da Portaria nº 3.238, de 2018, a fim de obter localidades em número compatível com o limite de outorgas.

Encaminhe-se os processos das demais entidades concorrentes ao Setor de Arquivo, considerando a conclusão do procedimento de seleção.

Em 25 de janeiro de 2019
ELIFAS CHAVES GURGEL DO AMARAL

ANEXO

ENTIDADE	TIPO	PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	IES CONVENIADA	IGC	PROPOSTA	SITUAÇÃO	RECURSO
FUNDAÇÃO RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS - REDESAT	Pessoa Jurídica de Direito Público	53900.073755/2015-31	1º Lugar	Não se aplica	-	Habilitada	Fundação de Direito Público Estadual. Entidade vencedora do procedimento de seleção.	Não apresentado.
Fundação Cultural Alzira da Silva Corrêa	Fundação de Direito Privado	53900.072069/2015-42	2º Lugar	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	4,1905	Prejudicada	Fundação privada. Análise prejudicada em virtude de habilitação de outra entidade melhor classificada.	Não apresentado.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Serviço de Outorga de Radiodifusão Educativa

DESPACHO INTERNO

Processo nº: 53900.069292/2015-11

**Referência: Publicação EDITAL Nº 268/2018/SEI-MCTIC em 28/01/2019
3833090**

**Interessado: UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
UNIVASF**

Assunto: Apresentação de Projeto Técnico - Prazo final em 28/05/2019

Ao

Serviço de Estudos de Análise Técnica - SESTE

(Coordenação de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - COTED).

Atendendo ao disposto no art. 29 do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138 de 2017, o qual estabelece que o interessado deve apresentar o projeto técnico de aprovação de locais e dos equipamentos no prazo de cento e vinte dias, contado da data da adjudicação do objeto, encaminhamos o presente processo em razão da publicação do **Edital 268**, de 25/01/2019, **publicado no Diário Oficial da União em 28/01/2019** que homologa o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Petrolina/PE**, por meio do canal 229E, constante do Edital nº 78, de 23 de outubro de 2015, e adjudica o seu objeto à **UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO UNIVASF**.

Sendo a Coordenação de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - COTED, área competente pela análise técnica do referido projeto, encaminho o presente processo para conhecimento e adoção das devidas providências com vistas à instalação da emissora, requerendo que, ao final da análise, o mesmo seja devolvido a esta área em continuidade.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da



União substituta, em 18/02/2019, às 16:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico Administrativo**, em 18/02/2019, às 16:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3846682** e o código CRC **AE69019D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.069292/2015-11

SEI nº 3846682



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste
70044-900 – Brasília – DF
2027-6890

Ofício nº 5266/2019/SEI-MCTIC

À Senhora

JULIANELI TOLENTINO DE LIMA

Representante Legal da Universidade Federal do Vale do São Francisco
(05.440.725/0001-14)

Avenida José de Sá Maniçoba, s/n - Centro
56304-917 / Petrolina – PE

Assunto: **Apresentação do projeto técnico de instalação da estação (locais e equipamentos)**

Referência: **Processo nº 53900.069292/2015-11.**

Senhora Representante Legal,

1. Cumprimentando-a cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para lembrá-lo do prazo de quatro meses, contado a partir do dia 28/01/2019, data em que foi publicado no Diário Oficial da União a Homologação do processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina/PE, com utilização do canal 229 E (duzentos e vinte nove Educativo)], para a submissão do projeto técnico de instalação da estação (pertinente a locais e equipamentos).

2. Informo que a não apresentação do referido projeto poderá ensejar no decaimento ao direito de contratação, nos termos da legislação em vigor.

3. Informo, ainda, que os formulários padronizados, bem como os modelos de declarações, listados em anexo, encontram-se à disposição no sítio eletrônico do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (www.mctic.gov.br).

4. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,

ANEXO I

LISTA DE DOCUMENTOS E REQUISITOS TÉCNICOS PARA A APROVAÇÃO DO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO (REFERENTE A LOCAIS E EQUIPAMENTOS) PARA O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, COM FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS - FME:

PROJETO TÉCNICO - DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA, CONFORME PORTARIA MC Nº 449 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005	
Subitem 5.1.1, alínea “a” - Requerimento firmado pelo representante legal da entidade, solicitando a análise das características técnicas propostas, bem como a emissão da correspondente autorização para a instalação da estação.	
Subitem 5.1.1, alínea “b” - Formulário padronizado FMC01 (FM) - “Formulário de Informações Técnicas FM”, devidamente preenchido e assinado pelo profissional habilitado responsável pelo projeto, contendo as características técnicas de instalação do sistema proposto.	
Subitem 5.1.1, alínea “c” - Formulário padronizado FMC02 (FM) - “Formulário para Estudo Técnico FM”, devidamente preenchido e assinado pelo profissional habilitado responsável pelo projeto, contendo as características técnicas de instalação do sistema proposto.	
Subitem 5.1.1, alínea “d” - Declaração do responsável legal pela entidade de que interromperá suas transmissões, em casos de interferências em estações de	

telecomunicações regularmente autorizadas e instaladas.	
Subitem 5.1.1, alínea “e” - Declaração do profissional habilitado responsável pelo projeto, atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção ao voo, ou declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta ou, se for o caso, declaração de inexistência de aeródromos na região.	
Subitem 5.1.1, alínea “f” - Parecer conclusivo, assinado pelo profissional habilitado responsável pelo projeto, atestando que o projeto da instalação proposta atende a todas as exigências da regulamentação técnica em vigor aplicável à mesma.	
<p>Subitem 5.1.1, alínea “g” - Diagrama de irradiação horizontal da antena, com indicação do norte verdadeiro, e diagrama de irradiação vertical.</p> <p>* No caso de utilização de inclinação de lóbulo principal superior a 5° e/ou de preenchimento de nulos superior a 10%, deverá ser apresentada declaração do fabricante de que tem condições de fornecer a antena com as características propostas.</p>	
Subitem 5.1.1, alínea “h” - Plantas ou cartas topográficas, em escala adequada, onde deverão estar traçadas as figuras geométricas que limitam as áreas abrangidas pelos contornos de serviço.	
Subitem 5.1.1, alínea “i” - ART referente ao projeto apresentado, devidamente preenchida, assinada e com comprovante de pagamento.	

<p>Subitem 5.1.2, alínea “c” - Cópia de certificação do(s) equipamento(s) transmissor(es), caso a entidade já o(s) tenha definido.</p>	
<p>Subitem 5.1.2, alínea “e” - Croquis das instalações de campo, em escala adequada, indicando:</p> <ul style="list-style-type: none"> * casa do transmissor ou retransmissor; * antena e sua estrutura de sustentação; * altura do centro de irradiação da antena em relação à base da estrutura de sustentação (solo); e * altitude da base da estrutura de sustentação (solo) sobre o nível do mar. 	

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE INTERRUÇÃO DAS TRANSMISSÕES EM CASO DE
INTERFERÊNCIAS CAUSADAS PELA ESTAÇÃO

Eu, _____
(nome do representante legal), na qualidade de representante legal da entidade _____ (razão social da entidade), declaro que:

- Na ocorrência de interferências prejudiciais causadas pela estação da entidade que represento, interromperei as transmissões imediatamente até que essas sejam sanadas, sem prejuízo do exercício das competências fiscalizatórias legalmente atribuídas à Anatel.

_____, ____ de _____ de ____.
(local e data)

(assinatura do representante da entidade)

ANEXO III-A
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE AERÓDROMOS NA LOCALIDADE

Declaro, de acordo com a regulamentação vigente, que não existe aeródromo _____/____ (na localidade/UF), onde a instalação proposta no projeto de aprovação de local da instalação da estação da _____ (razão social da entidade) possa causar qualquer tipo de interferência prejudicial.

_____, _____ de _____ de _____.
(local e data)

(nome do profissional habilitado)

(CREA/UF)

ANEXO III-B
DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO A AERÓDROMOS

Declaro, em atendimento às normas vigentes, que a instalação proposta para o projeto de aprovação de local da estação da _____ (razão social da entidade) na (localidade/UF) não excede os gabaritos da zona de proteção dos aeródromos.

_____, ____ de _____ de ____.
(local e data)

(nome do profissional habilitado)

(CREA/UF)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Declaro, em conformidade com as normas vigentes, que o projeto de aprovação de local da estação da _____
_____ (razão social da entidade) na _____/_____
(localidade/UF) atende à regulamentação aplicável ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

_____, ____ de _____ de ____.
(local e data)

(nome do profissional habilitado)

(CREA/UF)



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota**,
Coordenadora do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão
Educativa e de Consignações da União, em 20/02/2019, às 16:00
(horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
3866066 e o código CRC **27FFABA0**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 5266/2019/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.069292/2015-11 - Nº SEI: 3866066

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Serviço de Outorga de Radiodifusão Educativa

NOTA TÉCNICA Nº 2700/2019/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53900.069292/2015-11 apenso/relacionado ao Processo nº 53900.055773/2015-31.**

Assunto: **Complementação da documentação de outorga, em atenção à Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no D.O.U. subsequente.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da complementação de instrução processual pós **promulgação do resultado final** de seleção pública para outorga do serviço de rádio educativa em frequência modulada - FME, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Petrolina/PE**, por meio do canal **229E**. A seleção obedece ao seguinte regime normativo: **a) Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC**, de 17 de setembro de 2015, publicada no DOU de 21/09/2015; **b) Portaria nº 3.238**, de 20 de junho de 2018, publicada no DOU de 21/06/2018; **c) Edital de Seleção Pública nº 78/2015/SEI-MC**, de 23 de outubro de 2015, publicado no DOU em 26/10/2015.

ANÁLISE

2. No dia **28/01/2019**, foi publicado no Diário Oficial da União, o **Edital nº 268/2018/SEI-MCTIC**, que homologou o processo de seleção pública para outorga do serviço de FME, na localidade de **Petrolina/PE**, adjudicando seu objeto à **UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF**; informando sobre a necessidade de complementação processual, em consonância com a vigente Portaria nº 3.238/2018; bem como a cientificando do prazo de de cento e vinte dias, contado da publicação, para apresentação dos locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963.

3. Assim, para correta instrução do feito será necessária a apresentação do formulário constante do **Anexo I** da Portaria nº 3.238/2018 (requerimento de outorga para as (pessoas jurídicas de direito público), em anexo, com todas as declarações e documentos informados, dentro do prazo de **60 (sessenta) dias**, contado da data do recebimento desta Nota Técnica, **sob pena de indeferimento do pedido**, nos termos do parágrafo único do art. 51 da Portaria 3.238/2018.

4. Informa-se, ainda, que o prazo para a submissão do projeto técnico, considerando a data de publicação do mencionado Edital nº 268/2018/SEI-MCTIC, terminará no dia **28/05/2019**, cabendo à interessada apresentar os documentos e requisitos técnicos listados no **Ofício nº 5266/2019/SEI-MCTIC**. (3866066)

5. Por fim, informa-se que o formulário anexo à presente Nota Técnica, bem como as demais informações referente à radiodifusão educativa, podem ser encontradas no sítio eletrônico do Ministério, através do seguinte endereço: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/detalhe_tema/radiodifusao_educativa.html.

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado do prazo disposto no artigo 17 da Portaria 126, de 12 de março de 2014, apresente os documentos, sob pena de **indeferimento do pleito**.

À consideração superior.

(assinado eletronicamente)

MARIANA NOTINI VIEIRA DE SOUZA

Técnico de Nível Superior IV

Aprovo a Nota Técnica nº 2700/2019/SEI-MCTIC.

(assinado eletronicamente)

BÔNIA OLIVEIRA MOTA

Coordenadora do Regime Legal e de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota**,
Coordenadora do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão
Educativa e de Consignações da União, em 26/02/2019, às 12:38
 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Notini Vieira de**
Souza, Técnico de Nível Superior, em 26/02/2019, às 14:09 (horário
 oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
3875262 e o código CRC **73F1C1B0**.

Minutas e Anexos

ANEXO I

REQUERIMENTO DE OUTORGA

Para as Pessoas Jurídicas de Direito Público (Entes Federativos, Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
DADOS DA FILIAL (Se for o caso)			
Pretende concorrer como filial?	() Sim	CNPJ:	
	() Não	CEP:	
Endereço da filial:			
DADOS DA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA (Se for o caso)			
Nome da IES:			
Endereço da sede/campus com o qual pretende concorrer:			
Organização Acadêmica:	<input type="checkbox"/> Universidade <input type="checkbox"/> Centro Universitário <input type="checkbox"/> Faculdade		

Índice Geral de Cursos Contínuo:	Valor: _____ Ano: _____
DADOS DO EDITAL	
Número do Edital:	Data de publicação:
Localidade de interesse:	UF:
Serviço:	Canal:
<input type="checkbox"/> Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada <input type="checkbox"/> Radiodifusão de Sons e Imagens	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, e em observância à Portaria que estabelece as regras e critérios para os procedimentos de seleção dos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos, venho encaminhar este **REQUERIMENTO DE OUTORGA** relativo ao edital, localidade e Estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação necessária para outorga.

Com vistas à instrução da presente solicitação, **DECLARO**, para os devidos fins, que:

- (a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- (b) a entidade integrará, se for solicitada, a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicação, quando não houver, na localidade, outra entidade que integre a rede por meio da execução dos serviços de radiodifusão educativa;
- (c) caso venha a ser contemplada com a outorga, a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (d) nenhum dos dirigentes participa do quadro diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (e) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (f) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão;
- (g) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a Administração Pública Federal, direta ou indireta;
- (h) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- (i) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (j) a pessoa jurídica autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- (k) a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, nos anexos e nas demais informações pertinentes;
- (l) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;
- (m) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal;

(n) caso seja outorgada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos; e

(o) a estação de radiodifusão não será utilizada para fazer propaganda política ou difundir opiniões favoráveis ou contrárias a qualquer partido político, seus órgãos, representantes ou candidatos, ressalvado o disposto na legislação eleitoral.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Assinatura do representante legal

DOCUMENTOS DE OUTORGA

Para as Pessoas Jurídicas de Direito Público (Entes Federativos, Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas)

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO	
DOCUMENTOS DA PESSOA JURÍDICA	<p><u>Para todos:</u></p> <p>(a) requerimento de outorga, corretamente preenchido e assinado em todas as páginas, com todas as declarações indicadas;</p> <p>(b) prova de inscrição no CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;</p> <p>(c) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado em Cartório, quando for o caso;</p> <p>(d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;</p> <p>(e) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel, se já for executante de serviço de radiodifusão;</p> <p>(f) certidão conjunta negativa de débitos relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;</p> <p>(g) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de sede;</p> <p>(h) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;</p> <p>(i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e</p> <p>(j) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, se for o caso.</p> <p><u>Além dos documentos acima, as Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas ainda devem apresentar:</u></p> <p>(a) ato constitutivo, Estatuto Social ou Regimento em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente formalizado e aprovado pelo Ministério Público, ou registrado em cartório, se for o caso; e</p> <p>(b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.</p>
DOCUMENTOS DO	<p>(a) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento/ casamento, certificado de reservista, cédula de</p>

DIRIGENTES	identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.
------------	--

OBSERVAÇÕES

- Será imediatamente inabilitada a entidade que deixar de apresentar qualquer um dos documentos de habilitação ou que os apresente com falhas, incorreções ou em desconformidade com as exigências estabelecidas no edital.
- Os documentos registrados em cartório devem conter, em local visível e de forma legível, a indicação dos dados de registro, sob pena de inabilitação.

Referência: Processo nº 53900.069292/2015-11

SEI nº 3875262



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, 3º andar, sala 301 Oeste
70044-900 – Brasília – DF
2027-6890

Ofício nº 5834/2019/SEI-MCTIC

À Senhora

JULIANELI TOLENTINO DE LIMA

Representante Legal da Universidade Federal do Vale do São Francisco

Avenida José de Sá Maniçoba, s/n - Centro

56304-917 / Petrolina – PE

CNPJ 05.440.725/0001-14

Assunto: **Processo de Seleção para outorga de Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Petrolina/PE - Processo nº 53900.069292/2015-11 - Edital nº 78/2015.**

Senhora Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 2700/2019/SEI-MCTIC**, de exigência jurídica e do **OFÍCIO 5266/2019/SEI-MCTIC**, que contém exigência técnica.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de **60 (sessenta) dias**, contado da data do recebimento deste ofício, para que a entidade apresente a documentação exigida na Nota Técnica mencionada, bem como o prazo até **28/05/2019**, para apresentação do projeto técnico.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota**,



Coordenadora do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União, em 26/02/2019, às 12:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3875387** e o código CRC **B4A9A562**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 5834/2019/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.069292/2015-11 - Nº SEI: 3875387

Data de Envio:

26/02/2019 14:59:38

De:

MCTIC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@mctic.gov.br>

Para:

reitoria@univasf.edu.br

secretaria.gabinete@univasf.edu.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.069292/2015-11

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente
via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_3866066.html

Nota_Tecnica_3875262.html

Oficio_3875387.html



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União**, em 26/02/2019, às 12:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Notini Vieira de Souza, Técnico de Nível Superior**, em 26/02/2019, às 14:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3875262** e o código CRC **73F1C1B0**.

Minutas e Anexos

ANEXO I

REQUERIMENTO DE OUTORGA

Para as Pessoas Jurídicas de Direito Público (Entes Federativos, Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF		
CNPJ:	05.440.725/0001-14	CEP da sede:	56304-917
Endereço da sede:	Av. José de Sá Maniçoba, s/n, Centro, Petrolina - PE		
E-mail de contato:	secretaria.gabinete@univasf.edu.br		
DADOS DA FILIAL (Se for o caso)			
Pretende concorrer como filial?	() Sim (x) Não	CNPJ:	
		CEP:	
Endereço da filial:			
DADOS DA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA (Se for o caso)			
Nome da IES:	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF		
Endereço da sede/campus com o qual pretende concorrer:	Av. José de Sá Maniçoba, s/n, Centro, Petrolina - PE		
Organização Acadêmica:	(X) Universidade () Centro Universitário () Faculdade		
Índice Geral de Cursos Contínuo:	Valor: 3.2577 Ano: 2017		
DADOS DO EDITAL			
Número do Edital:	Nº 78/2015/SEI-MC	Data de publicação:	23 de outubro de 2015
Localidade de interesse:	Petrolina	UF:	PE
Serviço:	(X) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada () Radiodifusão de Sons e Imagens	Canal:	229E

Eu, JULIANELI TOLENTINO DE LIMA, inscrito no CPF sob o nº 965.575.594-00, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, e em observância à Portaria que estabelece as regras e critérios para os procedimentos de seleção dos serviços de radiodifusão com

fins exclusivamente educativos, venho encaminhar este **REQUERIMENTO DE OUTORGA** relativo ao edital, localidade e Estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação necessária para outorga.

Com vistas à instrução da presente solicitação, **DECLARO**, para os devidos fins, que:

- (a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;
- (b) a entidade integrará, se for solicitada, a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicação, quando não houver, na localidade, outra entidade que integre a rede por meio da execução dos serviços de radiodifusão educativa;
- (c) caso venha a ser contemplada com a outorga, a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (d) nenhum dos dirigentes participa do quadro diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;
- (e) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (f) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão;
- (g) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a Administração Pública Federal, direta ou indireta;
- (h) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;
- (i) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (j) a pessoa jurídica autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;
- (k) a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, nos anexos e nas demais informações pertinentes;
- (l) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;
- (m) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal;
- (n) caso seja outorgada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos; e
- (o) a estação de radiodifusão não será utilizada para fazer propaganda política ou difundir opiniões favoráveis ou contrárias a qualquer partido político, seus órgãos, representantes ou candidatos, ressalvado o disposto na legislação eleitoral.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento:

Assinatura do representante legal

DOCUMENTOS DE OUTORGA

Para as Pessoas Jurídicas de Direito Público (Entes Federativos, Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas)

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO	
DOCUMENTOS DA PESSOA JURÍDICA	<p>Para todos:</p> <p>(a) requerimento de outorga, corretamente preenchido e assinado em todas as páginas, com todas as declarações indicadas;</p>

	<p>(b) prova de inscrição no CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;</p> <p>(c) ato de nomeação ou eleição de dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado em Cartório, quando for o caso;</p> <p>(d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;</p> <p>(e) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL, se já for executante de serviço de radiodifusão;</p> <p>(f) certidão conjunta negativa de débitos relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;</p> <p>(g) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de sede;</p> <p>(h) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;</p> <p>(i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e</p> <p>(j) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, se for o caso.</p> <p><u>Além dos documentos acima, as Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas ainda devem apresentar:</u></p> <p>(a) ato constitutivo, Estatuto Social ou Regimento em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente formalizado e aprovado pelo Ministério Público, ou registrado em cartório, se for o caso; e</p> <p>(b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.</p>
DOCUMENTOS DOS DIRIGENTES	<p>(a) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento/ casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.</p>

OBSERVAÇÕES

- Será imediatamente inabilitada a entidade que deixar de apresentar qualquer um dos documentos de habilitação ou que os apresente com falhas, incorreções ou em desconformidade com as exigências estabelecidas no edital.
- Os documentos registrados em cartório devem conter, em local visível e de forma legível, a indicação dos dados de registro, sob pena de inabilitação.





Contra-Almirante HENRIQUE RENATO BAPTISTA DE SOUZA, para exercer o cargo de Coordenador da Manutenção de Meios;

Contra-Almirante MARCOS BORGES SERTÃ, para exercer o cargo de Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar;

Contra-Almirante CARLOS EDUARDO HORTA ARENTZ, para exercer o cargo de Subchefe de Inteligência Operacional do Comando de Operações Navais; e

Contra-Almirante ALEXANDRE RABELLO DE FARIA, para exercer o cargo de Coordenador do Programa de Reparcelhamento da Marinha.

Brasília, 28 de março de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Aldo Rebelo

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XIII, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 94, **caput**, inciso I, e § 2º, art. 96, **caput**, inciso I, e art. 97, **caput**, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, resolve

TRANSFERIR, a pedido,

para a reserva remunerada, o Vice-Almirante (EN) FRANCISCO ROBERTO PORTELLA DEIANA, do Comando da Marinha.

Brasília, 28 de março de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Aldo Rebelo

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XIII, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 94, **caput**, inciso I, e § 2º, art. 96, **caput**, inciso II, e art. 98, **caput**, inciso VIII, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, resolve

TRANSFERIR, ex officio,

a partir de 31 de março de 2016, para a reserva remunerada, os seguintes oficiais-generais, do Comando da Marinha:

Vice-Almirante JOSÉ CARLOS MATHIAS;

Vice-Almirante WAGNER LOPES DE MORAES ZAMITH;

Contra-Almirante MARCIO MAGNO DE FARIAS FRANCO E SILVA; e
Contra-Almirante (FN) JORGE NERIE VELLAME.

Brasília, 28 de março de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Aldo Rebelo

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XIII, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19, **caput**, alínea "a", da Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, resolve

PROMOVER,

a partir de 31 de março de 2016, no âmbito do Comando da Marinha:

AO POSTO DE ALMIRANTE DE ESQUADRA, DO CORPO DA ARMADA:

Vice-Almirante LUIZ HENRIQUE CAROLI; e

Vice-Almirante BENTO COSTA LIMA LEITE DE ALBUQUERQUE JUNIOR;

AO POSTO DE VICE-ALMIRANTE, DO CORPO DA ARMADA:

Contra-Almirante CARLOS FREDERICO CARNEIRO PRIMO;

Contra-Almirante MARCOS SAMPAIO OLSEN;

Contra-Almirante JOÉSE DE ANDRADE BANDEIRA LEANDRO;

Contra-Almirante JOSÉ RENATO DE OLIVEIRA;

Contra-Almirante ANTONIO FERNANDO GARCEZ FARIA; e

Contra-Almirante MARCELO FRANCISCO CAMPOS;

AO POSTO DE CONTRA-ALMIRANTE, DO CORPO DA ARMADA:

Capitão de Mar e Guerra NELSON NUNES DA ROSA;

Capitão de Mar e Guerra RALPH DIAS DA SILVEIRA COSTA;

Capitão de Mar e Guerra HENRIQUE RENATO BAPTISTA DE SOUZA;

Capitão de Mar e Guerra MARCOS BORGES SERTÃ;

Capitão de Mar e Guerra EDUARDO MACHADO VAZQUEZ;

Capitão de Mar e Guerra CARLOS EDUARDO HORTA ARENTZ; e

Capitão de Mar e Guerra ALEXANDRE RABELLO DE FARIA;

AO POSTO DE VICE-ALMIRANTE, DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAI:

Contra-Almirante (FN) PAULO MARTINO ZUCCARO; e

Contra-Almirante (FN) JORGE ARMANDO NERY SOARES;

AO POSTO DE CONTRA-ALMIRANTE, DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAI:

Capitão de Mar e Guerra (FN) ROBERTO ROSSATTO;

Capitão de Mar e Guerra (FN) RENATO RANGEL FERREIRA; e

Capitão de Mar e Guerra (FN) RICARDO HENRIQUE SANTOS DO PILAR;

AO POSTO DE VICE-ALMIRANTE, DO CORPO DE ENGENHEIROS DA MARINHA:

Contra-Almirante (EN) SYDNEY DOS SANTOS NEVES; e

AO POSTO DE CONTRA-ALMIRANTE, DO CORPO DE ENGENHEIROS DA MARINHA:

Capitão de Mar e Guerra (EN) GUILHERME DIONIZIO ALVES.

Brasília, 28 de março de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Aldo Rebelo

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XIII, da Constituição, resolve

NOMEAR,

a partir de 31 de março de 2016, por necessidade do serviço, no âmbito do Ministério da Defesa, os seguintes oficiais-generais do Comando da Marinha:

Vice-Almirante (FN) PAULO MARTINO ZUCCARO, para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Desporto Militar da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do Ministério da Defesa;

Vice-Almirante JOÉSE DE ANDRADE BANDEIRA LEANDRO, para exercer o cargo de Chefe de Gabinete do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa; e

Contra-Almirante LUIZ OCTÁVIO BARROS COUTINHO, para exercer o cargo de Assistente Militar da Marinha na Escola Superior de Guerra.

Brasília, 28 de março de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Aldo Rebelo

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XIII, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 94, **caput**, inciso I, e § 2º, art. 96, **caput**, inciso II, e art. 98, **caput**, inciso V, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, resolve

TRANSFERIR, ex officio,

a partir de 15 de março de 2016, para a reserva remunerada, os seguintes oficiais-generais, do Comando da Marinha:

Vice-Almirante PAULO MAURICIO FARIAS ALVES; e

Vice-Almirante (FN) WASHINGTON GOMES DA LUZ FILHO.

Brasília, 28 de março de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Aldo Rebelo

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XIII, da Constituição, resolve

EXONERAR, ex officio,

a partir de 31 de março de 2016, por necessidade do serviço, os seguintes oficiais-generais do Comando da Marinha:

Almirante de Esquadra SERGIO ROBERTO FERNANDES DOS SANTOS do cargo de Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha;

Vice-Almirante BENTO COSTA LIMA LEITE DE ALBUQUERQUE JUNIOR do cargo de Comandante em Chefe da Esquadra;

Vice-Almirante JOSÉ CARLOS MATHIAS do cargo de Diretor de Sistemas de Armas da Marinha;

Vice-Almirante PAULO MAURICIO FARIAS ALVES do cargo de Diretor de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha;

Vice-Almirante (FN) WASHINGTON GOMES DA LUZ FILHO do cargo de Comandante do Pessoal de Fuzileiros Navais;

Vice-Almirante (EN) FRANCISCO ROBERTO PORTELLA DEIANA do cargo de Diretor de Engenharia Naval;

Vice-Almirante WAGNER LOPES DE MORAES ZAMITH do cargo de Comandante do 9º Distrito Naval;

Vice-Almirante CELSO LUIZ NAZARETH do cargo de Chefe do Gabinete do Comandante da Marinha;

Vice-Almirante ANTONIO REGINALDO PONTES LIMA JUNIOR do cargo de Diretor de Hidrografia e Navegação;

Vice-Almirante LUÍS ANTÔNIO RODRIGUES HECHT do cargo de Diretor de Obras Cíveis da Marinha;

Contra-Almirante (FN) PAULO MARTINO ZUCCARO do cargo de Comandante do Material de Fuzileiros Navais;

Contra-Almirante (FN) JORGE ARMANDO NERY SOARES do cargo de Comandante da Divisão Anfíbia;

Contra-Almirante (FN) CESAR LOPES LOUREIRO do cargo de Comandante do Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo;

Contra-Almirante MARCOS SAMPAIO OLSEN do cargo de Chefe do Estado-Maior do Comando de Operações Navais;

Contra-Almirante JOÉSE DE ANDRADE BANDEIRA LEANDRO do cargo de Coordenador do Programa de Reparcelhamento da Marinha;

Contra-Almirante MARCIO MAGNO DE FARIAS FRANCO E SILVA do cargo de Subchefe de Organização e Assuntos Marítimos do Comando de Operações Navais;

Contra-Almirante FERNANDO ANTONIO ARAÚJO DE FIGUEIREDO do cargo de Subchefe de Inteligência Operacional do Comando de Operações Navais;

Contra-Almirante JOSÉ RENATO DE OLIVEIRA do cargo de Coordenador da Manutenção de Meios;

Contra-Almirante ANTONIO FERNANDO GARCEZ FARIA do cargo de Diretor da Escola de Guerra Naval;

Contra-Almirante MARCELO FRANCISCO CAMPOS do cargo de Comandante da Escola Naval;

Contra-Almirante JOSÉ AUGUSTO VIEIRA DA CUNHA DE MEZEZ do cargo de Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar;

Contra-Almirante ROBERTO GONDIM CARNEIRO DA CUNHA do cargo de Diretor de Gestão de Programas Estratégicos da Marinha;

Contra-Almirante (FN) JORGE NERIE VELLAME do cargo de Chefe do Estado-Maior do Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra;

Contra-Almirante NEWTON DE ALMEIDA COSTA NETO do cargo de Gerente de Empreendimento Modular da Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear;

Contra-Almirante (EN) ÁLVARO LUÍS DE SOUZA ALVES PINTO do cargo de Superintendente de Programas da Diretoria de Gestão de Programas Estratégicos da Marinha; e

Contra-Almirante ALAN GUIMARÃES AZEVEDO do cargo de Subchefe de Logística e Mobilização do Estado-Maior da Armada.

Brasília, 28 de março de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF
Aldo Rebelo

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

DECRETO DE 28 DE MARÇO DE 2016

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 16, **caput**, inciso I, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, resolve

RECONDUZIR

JULIANELI TOLENTINO DE LIMA, Professor da Universidade Federal do Vale do São Francisco, ao cargo de Reitor da referida Universidade, com mandato de quatro anos.

Brasília, 28 de março de 2016; 195ª da Independência e 128ª da República.

DILMA ROUSSEFF
Aloizio Mercadante

MINISTÉRIO DO TURISMO

DECRETO DE 28 DE MARÇO DE 2016

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso I, da Constituição, resolve

EXONERAR, a pedido,

HENRIQUE EDUARDO LYRA ALVES do cargo de Ministro de Estado do Turismo.

Brasília, 28 de março de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

DILMA ROUSSEFF

10963/2016

10763/2016



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
BRÁSILIA - DF

TERMO DE POSSE


O **MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, tendo em vista o disposto no art. 13, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, EMPOSSA, nesta data, **JULIANELI TOLENTINO DE LIMA**, reconduzido pelo Decreto de 28 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 29 de março de 2016, seção 2, página 4, para exercer o cargo de **Reitor da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, com mandato de quatro anos.

O servidor apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como se comprometeu a observar o **Código de Ética Profissional do Servidor Civil do Poder Executivo**, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, anexando a este termo, declaração quanto ao exercício ou não de outro emprego ou função pública.

Para constar, eu, **Aline Silva de Mello**, com exercício na Coordenação de Administração de Pessoal, lavrei o presente Termo, que vai assinado pelo Ministro de Estado da Educação e pelo Empossado.

Brasília-DF, 6 de abril de 2016.


ALOIZIO MERCADANTE
MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO


JULIANELI TOLENTINO DE LIMA



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO**

**ESTATUTO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO VALE DO SÃO
FRANCISCO**

UNIVASF

Esteluto da UNIVASF
Página 1 de 17

04
PÚBLICA
PROFESSOR

Título I

DA UNIVASF

Capítulo I DA INSTITUIÇÃO

Art. 1º A Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), criada pela Lei nº 10.473 de 27 de junho de 2002, é uma Instituição Federal de natureza fundacional, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco, que tem como objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação multicampi na região do semiárido nordestino, nos termos da sua Lei de criação.

Art. 2º A UNIVASF goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerá ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que exercerá na forma da lei e deste Estatuto.

Parágrafo único. No exercício de sua autonomia são asseguradas à UNIVASF, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

- I. criar, organizar e extinguir cursos e programas de educação superior, observadas as normas gerais pertinentes;
- II. fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as normas gerais pertinentes;
- III. estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, inovação, produção artística e atividades de extensão;
- IV. fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;
- V. conferir graus, diplomas e outros títulos;
- VI. firmar contratos, acordos e convênios;
- VII. aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;
- VIII. administrar os rendimentos e deles dispor de acordo com a legislação;
- IX. receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultantes de convênios com entidades públicas e privadas;
- X. escolher seus dirigentes, de acordo com a legislação;
- XI. divulgar e manter atualizada a execução orçamentária e financeira.

Art. 3º A organização e o funcionamento da UNIVASF serão disciplinados nos seguintes documentos:

- I. na Legislação Federal que for pertinente;
- II. no presente Estatuto;



III. no Regimento Geral, que encerrará todos os aspectos comuns da vida universitária.

Parágrafo único. As demais normas auxiliares, que possam existir, deverão ser apreciadas e regulamentadas pelo Conselho Universitário, não podendo conter proposições discordantes deste Estatuto e do Regimento Geral.

Capítulo II DA FINALIDADE

Art. 4º A UNIVASF tem por finalidade:

- I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito inovador, científico e do pensamento reflexivo;
- II. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua;
- III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação e a criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos, técnicos e de inovação que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e das pesquisas científicas, tecnológicas e inovadoras geradas na instituição.

Capítulo III DOS PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO

Art. 5º A UNIVASF organizar-se-á com a observância dos seguintes princípios:

- I. liberdade de ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, o saber e a arte;
- II. pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- III. gratuidade do ensino;



06

- IV. gestão democrática;
- V. valorização dos profissionais da instituição;
- VI. garantia do padrão de qualidade;
- VII. indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- VIII. respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais;
- IX. unidade de patrimônio e administração;
- X. racionalidade de organização, com plena utilização de recursos materiais e humanos;
- XI. universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em função de ulteriores aplicações, e de áreas técnico-profissionais;
- XII. flexibilidade de métodos e critérios, considerando as diferenças individuais dos alunos, as peculiaridades regionais e as possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e projetos de extensão, pesquisa e inovação;
- XIII. o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação desenvolver-se-ão mediante a cooperação das unidades responsáveis pelos estudos compreendidos em cada curso, programa ou projeto.

Capítulo IV DA COMPOSIÇÃO

Art. 6º A UNIVASF constituir-se-á de Colegiados Acadêmicos de cursos de Graduação e de Pós-graduação *stricto sensu* para todos os efeitos de organização administrativo-financeira e acadêmica na perspectiva do desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da inovação e da extensão em favor do fortalecimento de relações com a comunidade.

Art. 7º Os Colegiados Acadêmicos, cujos coordenadores serão membros natos do Conselho Universitário, terão a responsabilidade, no âmbito de sua competência, pela administração dos cursos de graduação e extensão ou pós-graduação.

Art. 8º A UNIVASF, além das unidades referidas no Art. 6º, poderá ter órgãos suplementares ou institutos, criados pelo Conselho Universitário, que se façam necessários ao cumprimento de seus objetivos.

Título II

DA ADMINISTRAÇÃO

Capítulo I DA ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Estatuto da UNIVASF
Página 4 de 17

Art. 9º A UNIVASF tem sua administração distribuída nos seguintes níveis:

- I. Superior;
- II. Dos Colegiados Acadêmicos.

Parágrafo único. A Administração Superior será formada pelo Conselho Universitário, Conselho de Curadores e Reitoria.

Seção I **Do Conselho Universitário**

Art. 10. O Conselho Universitário é o órgão superior deliberativo, normativo, consultivo e de planejamento da Universidade.

Art. 11. O Conselho Universitário será composto por um quantitativo de membros docentes igual a 70% da sua totalidade, sendo os outros 30% destinados a 1 (um) representante da comunidade externa, complementados com representantes das categorias de servidores técnico-administrativos em educação e do corpo discente, distribuídos de forma paritária.

§ 1º O representante da comunidade externa será escolhido em votação pelo Conselho Universitário, conforme normas por este estabelecidas.

§ 2º Os representantes discentes serão indicados pelo Diretório Central dos Estudantes, mediante processo coordenado pelo mesmo.

§ 3º Os representantes dos servidores técnico-administrativos serão indicados pela categoria, mediante processo coordenado pela representação que estiver exercendo mandato junto ao Conselho Universitário.

§ 4º A secretaria do Conselho Universitário notificará os representantes discentes e técnico-administrativos da necessidade de indicação de novos representantes 60 (sessenta) dias antes do prazo de término da vigência de seus mandatos.

Art. 12. O Conselho Universitário compor-se-á:

- I. do Reitor, como seu Presidente;
- II. do Vice-Reitor;
- III. dos Coordenadores de Colegiados Acadêmicos de Graduação e de Pós-graduação *stricto sensu*;
- IV. do Pró-Reitor de Ensino;
- V. do Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação;
- VI. do Pró-Reitor de Extensão;
- VII. do Pró-Reitor de Assistência Estudantil;
- VIII. do Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional;
- IX. do Pró-Reitor de Gestão e Orçamento;
- X. de representantes do corpo técnico-administrativo, eleito por seus pares;

- XI. de representantes do corpo discente, eleito por seus pares;
XII. de representante da comunidade externa.

§ 1º Terão duração de 2 (anos) os mandatos dos representantes e seus suplentes mencionados no inciso X permitida, em ambos os casos, uma única recondução.

§ 2º Terão duração de 1 (um) ano os mandatos dos representantes e seus suplentes mencionados no inciso XI permitida, em ambos os casos, uma única recondução.

§ 3º Nas ausências ou impedimentos dos Pró-Reitores mencionados estes serão substituídos pelos respectivos representantes legais.


Art. 13. O Conselho Universitário reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Reitor ou a requerimento da maioria de seus membros, com indicação da pauta.

Art. 14. O quórum de abertura e funcionamento das sessões do Conselho Universitário será de maioria absoluta de sua composição.

Art. 15. O quórum para deliberação será o de maioria simples, ressalvadas as matérias que exigirem quórum qualificado, dispostas neste Estatuto ou em legislação específica.

Art. 16. Compete ao Conselho Universitário:

- I. exercer a jurisdição superior da UNIVASF, em matéria de política universitária, administrativa, financeira, estudantil e de planejamento, e pronunciar-se sobre consultas no âmbito de sua competência;
- II. elaborar, aprovar ou modificar as normas do seu funcionamento;
- III. analisar e deliberar sobre a proposta orçamentária e o orçamento interno da UNIVASF;
- IV. aprovar a aceitação de legados e donativos que importem em compromisso para a UNIVASF, bem como autorizar os convênios que resultem na aplicação de recursos não especificados em seu orçamento;
- V. elaborar, de acordo com a legislação, a lista de nomes destinados aos cargos de Reitor e de Vice-Reitor a serem nomeados pelo Presidente da República;
- VI. deliberar sobre implementação dos cursos;
- VII. deliberar sobre proposta de criação, expansão, modificação e extinção de cursos de graduação e programas de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*;

- 
- VIII. deliberar normas sobre o Processo Seletivo para acesso ao ensino superior da UNIVASF, matrícula, transferência de alunos, revalidação de diplomas estrangeiros e calendário escolar;
 - IX. apreciar os vetos do Reitor às decisões do Conselho Universitário;
 - X. propor, de acordo com a legislação, a destituição do Reitor e Vice-Reitor, com aprovação de 2/3 (dois terços) de seus membros em sessão convocada especialmente para este fim;
 - XI. aprovar a indicação dos Pró-Reitores;
 - XII. aprovar, dentro dos prazos legais, o Relatório de Gestão Anual da Universidade;
 - XIII. constituir Comissões Permanentes e Especiais, em conformidade com seu Regimento Interno;
 - XIV. decidir sobre a distribuição, pelas várias unidades universitárias, dos cargos do pessoal docente;
 - XV. deliberar sobre a criação ou extinção de órgãos suplementares.

§ 1º Nenhum dos membros do Conselho Universitário poderá fazer parte do Conselho de Curadores.

§ 2º Quando a aprovação da proposta orçamentária, prevista no inciso III, não ocorrer no prazo legal, caberá ao Reitor encaminhar a proposta conforme elaborada pela Pró-Reitoria de Gestão e Orçamento.

Art. 17. A organização e o funcionamento do Conselho Universitário serão disciplinados em Regimento Interno.

Seção II

Do Conselho de Curadores

Art. 18. O Conselho de Curadores é o órgão deliberativo e consultivo em matéria de fiscalização econômico-financeira.

Art. 19. O Conselho de Curadores compor-se-á de:

- I. 6 (seis) membros eleitos pelo Conselho Universitário, em votação secreta, dentre docentes em exercício na UNIVASF;
- II. 1 (um) docente representante do Ministério da Educação;
- III. 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo;
- IV. 1(um) representante do corpo discente;
- V. 1 (um) representante da Comunidade, escolhido em votação secreta pelo Conselho Universitário, conforme normas por este estabelecidas.

§ 1º Todos os integrantes do Conselho de Curadores terão mandato de 2 (dois) anos, exceto a representação do corpo discente que terá mandato de 1 (um) ano, podendo ser reconduzidos, em ambos os casos, uma só vez.

§ 2º O Conselho de Curadores elegerá, dentre os seus membros docentes e técnico-administrativos pertencentes à UNIVASF, o seu presidente e vice-presidente, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos uma só vez.

§ 3º Os membros do Conselho de Curadores terão suplentes escolhidos da mesma forma e por igual período.

§ 4º O Conselho de Curadores deliberará, validamente, com a presença da maioria dos seus membros.

§ 5º Não poderá ser membro do Conselho de Curadores servidor da UNIVASF que ocupe Cargo de Direção (CD), Função Gratificada (FG) ou que tenha lotação na Pró-Reitoria de Gestão e Orçamento.

§ 6º Nenhum membro do Conselho de Curadores poderá fazer parte do Conselho Universitário ou ter relação de parentesco, até segundo grau, com ocupantes de Cargos de Direção (CD) ou Função Gratificada (FG).

Art. 20. Compete ao Conselho de Curadores:

- I. deliberar as normas do seu funcionamento;
- II. acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária através da documentação a ele encaminhada pelo órgão de auditoria financeira da Reitoria;
- III. deliberar a prestação de contas anual da UNIVASF, apresentada pelo Reitor, a fim de ser enviada aos órgãos de controle;
- IV. deliberar sobre outras matérias de sua competência.

Seção III **Da Reitoria**

Art. 21. A Reitoria é o órgão executivo da Administração Superior da UNIVASF.

Parágrafo único. A Reitoria contará com as seguintes Pró-Reitorias:

- I. Pró-Reitoria de Ensino;
- II. Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação;
- III. Pró-Reitoria de Extensão;
- IV. Pró-Reitoria de Assistência Estudantil;
- V. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional;
- VI. Pró-Reitoria de Gestão e Orçamento.

Art. 22. A Reitoria será exercida pelo Reitor e, nas faltas e impedimentos deste, pelo Vice-Reitor.

Parágrafo único. Nas faltas e nos impedimentos simultâneos do Reitor e do Vice-Reitor, a Reitoria será exercida pelo mais antigo, no magistério da UNIVASF, dentre os membros do Conselho Universitário.

Art. 23. O Reitor e o Vice-Reitor serão nomeados de acordo com a legislação.

Art. 24. O prazo do mandato do Reitor e do Vice-Reitor será aquele previsto na legislação.

Art. 25. É da competência do Reitor:

- I. representar a UNIVASF em juízo ou fora dele, administrá-la, superintender, coordenar e fiscalizar todas as suas atividades;
- II. convocar e presidir o Conselho Universitário, cabendo-lhe, nas reuniões, além do voto ordinário, o voto de desempate;
- III. promover a elaboração da proposta orçamentária e do orçamento interno da UNIVASF, para exame e aprovação do Conselho Universitário;
- IV. outorgar graus e assinar diplomas conferidos pela UNIVASF;
- V. executar as despesas da UNIVASF em conformidade com o orçamento;
- VI. nomear, exonerar, exonerar *ex-officio*, conceder aposentadoria, licenças e afastamentos, efetuar contratação e rescisão de contrato de pessoal contratado por tempo determinado e praticar outros atos, da mesma natureza, de acordo com a legislação;
- VII. firmar convênios entre a UNIVASF e entidades ou instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- VIII. dar posse, em sessão do Conselho Universitário, a Coordenador e Vice-Coordenador de Colegiado Acadêmico;
- IX. fixar a pauta das sessões do Conselho Universitário, propondo ou encaminhando assuntos que devam ser apreciados;
- X. vetar deliberação do Conselho Universitário;
- XI. proceder à entrega de prêmios e títulos conferidos pelo Conselho Universitário;
- XII. baixar resoluções e portarias decorrentes das decisões do Conselho Universitário;
- XIII. desempenhar as demais atribuições inerentes ao cargo de Reitor.

Art. 26. O Reitor poderá vetar decisões do Conselho Universitário até 5 (cinco) dias úteis depois da sessão em que tenha sido votada a matéria.

§ 1º Ocorrendo veto, o Reitor convocará, no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis, o Conselho Universitário para que este, em sessão a realizar-se dentro de 10 (dez) dias úteis, tome conhecimento das razões do veto.

§ 2º A rejeição do veto pelo voto de 2/3 (dois terços) da totalidade dos membros do Conselho Universitário importará em aprovação da decisão.

Art. 27. O Reitor e o Vice-Reitor exercerão os mandatos, obrigatoriamente, em regime de integral dedicação ao serviço.

Parágrafo Único. O Reitor e o Vice-Reitor deverão ser docentes em regime de dedicação exclusiva.

12

Art. 28. Além da atribuição específica de substituir o Reitor, o Vice-Reitor poderá encarregar-se de assuntos da administração, por delegação do Reitor.

Art. 29. Antes de findo o mandato, o Reitor poderá ser destituído, por ato do Presidente da República, mediante proposta fundamentada do Conselho Universitário e aprovada por votação mínima de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Parágrafo único. Aplicam-se as disposições deste artigo ao Vice-Reitor.

Art. 30. Nos casos de vacância dos cargos de Reitor ou Vice-Reitor, o processo de escolha se dará de acordo com a legislação.

Art. 31. A administração da UNIVASF no nível superior e no âmbito executivo poderá ser exercida por dirigentes situados, hierarquicamente, abaixo do Reitor, através do sistema de delegação de competência.

Art. 32. Os Pró-Reitores deverão ser, obrigatoriamente, docentes ou técnicos administrativos com formação superior do quadro permanente da UNIVASF e em Regime de Dedicção Exclusiva.

§ 1º Os Pró-Reitores de Ensino, de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e de Extensão serão obrigatoriamente docentes do quadro permanente da UNIVASF.

§ 2º Em suas ausências eventuais ou impedimentos, o Pró-Reitor será substituído por um servidor, nos termos do *caput*, indicado por ele, dentre os Diretores de Departamentos da respectiva Pró-Reitoria, ou assessores, devendo o nome do substituto ser homologado pelo Conselho Universitário, no caso de o exercício ultrapassar trinta dias.

Art. 33. Compete aos Pró-Reitores:

- I. colaborar com os órgãos da Administração Superior na definição da política da UNIVASF;
- II. baixar atos normativos tendo em vista o melhor rendimento das atividades na esfera de sua competência;
- III. executar, supervisionar, coordenar e controlar todas as atividades ligadas à administração de pessoal, de material e das finanças, relacionados, respectivamente, com cada uma das Pró-Reitorias;
- IV. exercer as demais atribuições que lhes forem conferidas.

Seção IV **Dos Colegiados Acadêmicos**

Art. 34. O Colegiado Acadêmico é o órgão deliberativo de base, em matéria administrativa, didático-curricular e financeira.

J3

§ 1º Todos os docentes do quadro permanente da UNIVASF deverão ser lotados em Colegiado Acadêmico de graduação.

§ 2º O corpo discente far-se-á representar nas reuniões dos Colegiados Acadêmicos, sendo os mandatos desses representantes de 1 (um) ano, permitida a recondução.

§ 3º Os docentes do quadro permanente da UNIVASF que atuam na Pós-Graduação estão obrigados a cumprir uma carga horária mínima no ensino de graduação.

Art. 35. O Coordenador do Colegiado Acadêmico, com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período, será um docente efetivo do quadro permanente da UNIVASF, nomeado pelo Reitor, de acordo com a legislação.

§ 1º Caso não haja candidaturas ou se o candidato não obtiver o apoio da maioria, haverá nova eleição no prazo máximo de trinta dias.

§ 2º O Coordenador do Colegiado Acadêmico será substituído, nas suas faltas e impedimentos, por um Vice-Coordenador, escolhido pelos membros do Colegiado Acadêmico, sob as mesmas condições e com mandato idêntico ao do Coordenador.

§ 3º Nas faltas e nos impedimentos simultâneos do Coordenador e do Vice-Coordenador, a Coordenação do Colegiado Acadêmico será exercida pelo mais antigo no magistério da UNIVASF, dentre os seus membros.

Art. 36. Anualmente os Colegiados Acadêmicos encaminharão à Reitoria a proposta orçamentária com a definição das prioridades de investimentos.

Título III

DAS ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS

Capítulo I DO ENSINO

Art. 37. O ensino será ministrado nas seguintes modalidades de cursos ou programas:

- I. sequenciais;
- II. graduação;
- III. pós-graduação;
- IV. extensão.

24

Art. 38. O processo seletivo dos cursos de graduação da UNIVASF será aberto com edital convocatório, com as vagas especificadas na proporção de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento), para alunos de escolas públicas.

Seção I

Dos Projetos Pedagógicos

Art. 39. A definição dos projetos politicopedagógicos dos cursos da UNIVASF deverá apresentar necessariamente, como garantia da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, os seguintes procedimentos:

- I. Existência obrigatória de núcleos temáticos multidisciplinares de ensino, pesquisa e extensão cuja constituição e composição livre agregará docentes ou técnico-administrativos de iguais, similares ou diferentes campos do saber, observada sua aprovação pelo respectivo Colegiado Acadêmico.
- II. Os docentes e técnicos administrativos especializados deverão ter sua jornada de trabalho distribuída entre as obrigações com os diversos cursos ou setores técnicos e administrativos e, por livre escolha entre os diversos núcleos temáticos multidisciplinares, tendo o programa de trabalho aprovado previamente pelo Conselho Universitário.
- III. Os cursos da UNIVASF deverão necessariamente adotar a carga horária mínima de 120 horas destinadas ao cumprimento de atividades desenvolvidas nos núcleos temáticos multidisciplinares.
- IV. Os cursos de graduação da UNIVASF deverão necessariamente adotar o percentual de até 10% (dez por cento) na matriz curricular para que o aluno possa optar por disciplinas eletivas diversas do currículo de seu curso.

Art. 40. O Regimento Geral da UNIVASF disciplinará os demais aspectos relativos ao ensino, observada a legislação.

Capítulo II

DA PESQUISA, INOVAÇÃO E DA EXTENSÃO

Art. 41. A pesquisa, a inovação e a extensão na UNIVASF serão voltadas para o desenvolvimento material, científico e cultural da comunidade para a produção de novos conhecimentos, técnicas e inovações destinadas ao cultivo da atitude cidadã indispensável a uma correta formação de grau superior.

Art. 42. A UNIVASF incentivará a pesquisa, a inovação e a extensão por todos os meios ao seu alcance, entre os quais os seguintes:

- I. concessão de bolsas especiais em categorias diversas;

- 45
- II. auxílios para execução de projetos específicos;
 - III. realização de convênios com entidades nacionais ou internacionais;
 - IV. intercâmbio com outras instituições científicas, estimulando os contatos entre profissionais diversos e o desenvolvimento de projetos em comum acordo;
 - V. divulgação das pesquisas, inovações e dos trabalhos de extensão realizadas pela UNIVASF;
 - VI. promoção de congressos, simpósios e seminários para estudo e debate de temas de interesse.

Título IV

DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

Capítulo I DA CONSTITUIÇÃO

Art. 43. A comunidade universitária será constituída pelos corpos docente, discente e técnico-administrativo, funcionalmente diversificados e solidários no plano comum dos objetivos da UNIVASF.

Capítulo II DO CORPO DOCENTE

Art. 44. O corpo docente efetivo será constituído pelos integrantes da carreira do magistério do Quadro de Pessoal da UNIVASF e demais professores admitidos de acordo com a legislação.

Art. 45. O ingresso na carreira do magistério far-se-á mediante habilitação em concurso público de provas e títulos, regulamentado pelo Regimento Geral da UNIVASF.

Art. 46. Haverá professores voluntários, de acordo com a legislação, no percentual máximo de 20% (vinte por cento) de cada Colegiado Acadêmico, constituídos de pessoas de notório saber científico, técnico, político, comunitário e/ou especializado, sujeito à prévia aprovação do Conselho Universitário que poderão participar, sem direito a voto, das reuniões de colegiados, ministrar disciplinas, proferir palestras e/ou outras atividades que serão integradas como créditos acadêmicos aos currículos dos diversos cursos da UNIVASF.

Art. 47. As normas sobre regime de trabalho e processo de avaliação dos docentes serão definidas no Regimento Geral da UNIVASF, observada a legislação.

16

Capítulo III DO CORPO DISCENTE

Art. 48. O corpo discente da UNIVASF será constituído por alunos regulares ou especiais, conforme definido no Regimento Geral.

Art. 49. O corpo discente regular da UNIVASF será constituído pelos estudantes matriculados em seus cursos ou programas de graduação e pós-graduação.

Art. 50. O ato de matrícula na UNIVASF importará em compromisso com as normas estabelecidas pela instituição.

Capítulo IV DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 51. O corpo técnico-administrativo será constituído pelos integrantes da carreira técnico-administrativa do quadro de pessoal da UNIVASF, de acordo com a legislação.

Art. 52. O ingresso na carreira técnico-administrativa far-se-á no nível inicial da categoria funcional, mediante habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Art. 53. Os cargos e funções relativos ao pessoal técnico-administrativo serão previstos no Quadro Permanente da UNIVASF, e seus ocupantes serão movimentados pelo Reitor ou autoridade a que for delegada tal competência.

Art. 54. As normas sobre regime de trabalho e processo de avaliação dos técnicos administrativos serão definidas no Regimento Geral da UNIVASF, observada a legislação.

Título V

DOS DIPLOMAS, CERTIFICADOS E TÍTULOS

Art. 55. A UNIVASF outorgará os graus e expedirá os correspondentes diplomas aos estudantes que venham a concluir cursos ou programas de graduação e de pós-graduação, constantes do Catálogo Geral, com observância das exigências contidas no presente Estatuto e no Regimento Geral.

Parágrafo único. Os diplomas relativos a cursos ou programas de graduação e de pós-graduação serão conferidos pelo Reitor da UNIVASF.



Art. 55. A UNIVASF expedirá certificados ou atestados de frequência, conforme o caso, aos estudantes que venham a concluir cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros, bem como estudos de disciplinas isoladas.

Art. 57. A UNIVASF registrará os diplomas por ela expedidos e outros, de acordo com a legislação.

Art. 58. Os diplomas de graduação de Mestrado e de Doutorado, expedidos por instituições estrangeiras de ensino superior poderão ser reconhecidos "interna corporis", pela UNIVASF, para o ingresso e progressão funcional, pelo Conselho Universitário, após parecer de comissão competente designada para este fim.

Título VI

DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Capítulo I DO PATRIMÔNIO

Art. 59. O patrimônio da UNIVASF será administrado pelo Reitor, com observadas as prescrições legais e regulamentares.

Art. 60. O patrimônio é constituído por:

- I. bens móveis e imóveis, títulos e direitos da UNIVASF;
- II. bens e direitos que lhe foram incorporados em virtude da lei ou que a UNIVASF aceitar, oriundos de doações ou legados;
- III. bens e direitos que a UNIVASF adquirir.

Art. 61. Os bens e direitos pertencentes à UNIVASF somente poderão ser utilizados na realização de seus objetivos.

Parágrafo único. A UNIVASF poderá promover inversões tendentes à valorização patrimonial e à obtenção de rendas aplicáveis à realização de seus objetivos.

Capítulo II DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 62. Caberá à União assegurar anualmente, em seu orçamento geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento da UNIVASF.

Art. 63. Os recursos financeiros da UNIVASF serão provenientes de:

- I. dotação consignada anualmente no orçamento da União;
- II. auxílios e subvenções que lhe venham a ser concedidos por quaisquer entidades públicas ou particulares;



- III. rendas de aplicação de bens e valores patrimoniais;
- IV. remuneração por serviços prestados a entidades públicas ou particulares;
- V. convênios;
- VI. receitas eventuais;
- VII. operação de crédito e juros bancários.

Art. 64. A UNIVASF poderá receber doação ou legados, com ou sem encargos, para a ampliação de instalações ou custeio de determinados serviços em qualquer de suas unidades.

Título VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Capítulo I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 65. A execução orçamentária será determinada de acordo com critérios a serem explicitados no Regimento Geral da Universidade.

Art. 66. A UNIVASF poderá, em caráter experimental, implantar projetos acadêmicos especiais, com prazo determinado, os quais deverão ser submetidos ao Conselho Universitário.

Art. 67. A UNIVASF poderá dispor da prestação de serviços voluntários.

§ 1º Considera-se serviço voluntário a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a UNIVASF que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

§ 2º O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 68. A regulamentação do serviço voluntário constará do Regimento Geral da UNIVASF.

Art. 69. A reforma ou alteração parcial deste Estatuto só poderá ocorrer em reunião do Conselho Universitário mediante proposta:

- I. de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros do Conselho Universitário;
- II. do Reitor.

§ 1º A proposta será discutida e votada com quórum mínimo de 2/3 (dois terços) da totalidade dos membros do Conselho.

§ 2º Considerar-se-á aprovada a proposta que obtiver no mínimo 3/5 (três quintos) dos votos da totalidade dos membros do Conselho.



§ 3º Qualquer alteração deste Estatuto somente entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 70. Das decisões dos Colegiados Acadêmicos cabe recurso ao Conselho Universitário.

Art. 71. Das decisões do Conselho Universitário cabe recurso ao Conselho Nacional de Educação.

Art. 72. Nos impedimentos simultâneos dos representantes, titulares e suplentes, o Conselho Universitário indicará representantes *pro tempore* para o mesmo período do impedimento.

Capítulo II DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 73. O Estatuto da UNIVASF deverá ser submetido à revisão geral, pelo menos, a cada 4 (quatro) anos.

Art. 74. Toda a regulamentação interna da UNIVASF deverá adequar-se a este Estatuto.

Capítulo III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 75. O Regimento Geral da UNIVASF disciplinará os dispositivos estatutários que dependam de regulamentação específica.

Art. 76. O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
DIRETORIA DE REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
COORDENAÇÃO GERAL DE FLUXOS E PROCEDIMENTOS REGULATÓRIOS

Nota Técnica nº 448 /2012/DIREG/SERES/MEC

Assunto: Proposta de Estatuto da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, para fins de aprovação.

I - Objetivo

1. O presente Parecer Técnico tem por objetivo a análise técnica da proposta de Estatuto da Universidade Federal do Vale do São Francisco (3984), conforme previsto no art. 2º, da Lei nº 10.473, de 27 de junho de 2002, que a criou.

Histórico

2. Trata-se do Ofício nº 056/2012, de 27/02/2012, oriundo da Universidade Federal do Vale do São Francisco, o qual encaminha proposta de Estatuto UNIVASF, devidamente sancionada pelo Conselho Universitário.

3. Com o propósito de auxiliar a apreciação da proposta estatutária pelas instâncias competentes, cumpre-nos informar os seguintes dados da IES constantes do Cadastro e-MEC.

4. A Universidade Federal do Vale do São Francisco, fundação federal, criada pela Lei Ordinária nº 10.473, de 27/06/2002, publicada no DOU de 28/06/2002, com sede na Avenida José de Sá Maniçoba s/nº, Centro, no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco, e atuação multicampi no semiárido nordestino, oferta atualmente os seguintes cursos:

- ADMINISTRAÇÃO
- ARQUEOLOGIA E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL
- ARTES VISUAIS
- CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
- CIÊNCIAS DA NATUREZA
- CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS
- CIÊNCIAS SOCIAIS
- EDUCAÇÃO FÍSICA
- ENFERMAGEM
- ENGENHARIA AGRÍCOLA E AMBIENTAL
- ENGENHARIA AGRÔNOMICA

Assinaturas manuscritas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
DIRETORIA DE REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
COORDENAÇÃO GERAL DE FLUXOS E PROCEDIMENTOS REGULATÓRIOS

- ENGENHARIA CIVIL
- ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO
- ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
- ENGENHARIA ELÉTRICA
- ENGENHARIA MECÂNICA
- MEDICINA
- MEDICINA VETERINÁRIA
- PSICOLOGIA
- ZOOTECNIA

II - Análise

5. De acordo com o Parecer CNE/CES nº 282/2002, que trata da análise de estatutos de universidades e de regimentos de IES não universitárias, o estatuto de instituições universitárias deve obedecer a uma sequência lógica com a seguinte ordenação: informações básicas da instituição, objetivos institucionais, organização administrativa, organização acadêmica e organização patrimonial e financeira.

6. A proposta estatutária apresenta denominação compatível com a legislação vigente; aponta o seu ato de criação – Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010; indica que a sede da instituição está localizada no Município de Petrolina; menciona atuação multicampi na região do semiárido nordestino, corroborando com a informação do Cadastro e-MEC, que sinaliza para oferta nos municípios de Juzeiro-BA, Senhor do Bonfim-BA, São Raimundo Nonato – PI.

7. O artigo 1º dispõe sobre a natureza jurídica da universidade, fundação federal, mantida pela União, dotada de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial, conforme estabelece a Constituição Federal.

8. O art. 4º demonstra que os objetivos institucionais são compatíveis com a finalidade da educação superior, consoante do art. 43 da Lei nº 9.394/96. A IES explicita sua estrutura organizacional administrativa no art. 6º da proposta, em que estão identificados os órgãos colegiados com competência deliberativa, administrativa e consultiva.

9. Os dispositivos que indicam a composição desses órgãos colegiados demonstram a participação de membros da comunidade universitária e da comunidade externa, o que indica a observância do princípio da gestão democrática (art. 206, VI, CF/88). Evidencia-se, ainda, que os seus integrantes exercerão mandato. Fica preservada a autonomia da vontade acadêmica nesses colegiados, porquanto compostos na maioria por docentes. Ainda, de acordo com a proposta, o Reitor e o Vice-Reitor serão nomeados e exercerão mandato de acordo com a legislação vigente.

AB JB



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
DIRETORIA DE REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
COORDENAÇÃO GERAL DE FLUXOS E PROCEDIMENTOS REGULATÓRIOS

9. Observa-se a estrutura organizacional das unidades acadêmicas de formação em graduação e pós-graduação da Universidade, constituídas por Colegiados Acadêmicos, assegurada a representação docente e definidas suas competências.
10. A proposta traz ainda aspectos relacionados à ordem econômica e financeira da IES, os quais demonstram a constituição dos recursos financeiros e patrimoniais da Universidade, bem como as finalidades a que deve atender.


III. Conclusão

11. Com base no exposto, concluímos que a proposta estatutária da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) está em consonância com a legislação vigente, atendendo aos princípios e diretrizes da educação superior. Ademais, deve-se ressaltar que foram observados os indicadores e orientações estatutárias constantes do Parecer CNE/CES nº 282/2002.

12. Tendo em vista a análise efetuada e as conclusões evidenciadas, e com base na delegação de competência estabelecida na Resolução CNE/CES nº 01, de 13/01/2011, recomendamos a aprovação da presente proposta de Estatuto da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, fundamentados no atendimento à legislação em vigor. Assim, recomendamos o encaminhamento do presente processo ao Gabinete do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, para adoção das providências cabíveis à publicação da minuta de portaria anexa.

À consideração superior.

Brasília, 10 de agosto de 2012.


SIRLEIDE BRITO EVANGELISTA

Técnica em Assuntos Educacionais

Aprovo.


FRANCISCOTECHINE BORGES

Diretor de Regulação e Supervisão da Educação Superior - Substituto

Aprovo. Publique-se.


JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS
Secretário

1215

PORTARIA Nº 148 DE 10 DE AGOSTO DE 2012.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 02 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com alterações do Decreto 6.303, de 12 de dezembro de 2007, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Resolução nº 01 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, conforme consta da Nota Técnica nº 448 /2012/DIREG/SERES/MEC - 2012, Processo nº 23000.011570/2012-72, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Estatuto da Universidade Federal do Vale do São Francisco, mantida pela União, com sede no Município de Petrolina, no Estado de Pernambuco e atuação multicampi no semiárido nordestino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

Publicado no D.O.U. 13/08/12
Pag. 18, Seção 1



VIII - apresentar mecanismos e casos de participação da sociedade no processo de regulação, submetido por meio de consultas e audiências públicas;

IX - instituir uma agenda regulatória, a ser revista e renovada periodicamente, de forma transparente e participativa, em conjunto com a sociedade;

Art. 4º A coordenação, supervisão e execução do PARUS, caberá à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação - SERES.

Art. 5º Fica instituído, no âmbito da SERES, o Conselho Consultivo do Programa de Aperfeiçoamento dos Processos de Regulação e Supervisão da Educação Superior - CC-PARES, órgão colegiado de assessoramento, com a finalidade orientar a atuação da Secretaria na formulação das políticas de regulação e supervisão da Educação Superior.

Art. 6º O CC-PARES será vinculado diretamente ao Gabinete do Secretário da SERES e será composto por um representante, titular e suplente, de cada um dos seguintes órgãos e entidades, designados em ato específico do Ministro da Educação:

I - Diretoria de Política Regulatória da SERES, que o preside;

II - Diretoria de Regulação da Educação Superior da SERES;

III - Diretoria de Supervisão da Educação Superior da SERES;

IV - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Nelson Figueira - INEP;

V - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES;

VI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI;

VII - instituições federais de educação superior;

VIII - organizações de educação superior privadas com fim lucrativo;

IX - instituições de educação superior privadas sem fins lucrativos;

Art. 7º O representante de que trata o inciso I a III serão indicados pelo Secretário da SERES;

Art. 8º Os representantes de que tratam os incisos IV a VI serão indicados pelos dirigentes máximos dos respectivos órgãos e entidades;

Art. 9º Os representantes de que tratam os incisos VII a IX serão indicados a partir de listas tríplices elaboradas pelas entidades representativas dos respectivos institutos;

Art. 10º A composição do CC-PARES será considerada serviço público relevante e não ensejar remuneração específica;

Art. 11º Compete ao CC-PARES:

I - apresentar sugestões e avaliar propostas para formulação de políticas para a regulação e supervisão da educação superior, em consonância com os meios do Plano Nacional da Educação - PNE;

II - apresentar sugestões para a elaboração dos instrumentos de avaliação de instituições e cursos de educação superior;

III - apresentar sugestões para as ações de concepção e implementação dos mecanismos e das diretrizes orientadoras dos cursos superiores de graduação e reconstrução;

IV - apresentar sugestões de melhorias da qualidade para a educação a distância, considerando as diretrizes orientadoras de regulação superior e as diversas tecnologias de informação e comunicação;

V - apresentar sugestões de estratégias para desenvolvimento das ações de supervisão das instituições de educação superior e dos cursos de graduação e reconstrução, presentes e a distância, com vistas ao cumprimento da legislação educacional e à melhoria de indicadores dos padrões de qualidade da educação superior, aplicadas às parâmetros previstos na legislação;

VI - avaliar estudos e propor o aprimoramento dos mecanismos de regulação, supervisão e avaliação da educação superior;

VII - apresentar a proposta de seu Regimento Interno ao Ministro da Educação;

Art. 12º O CC-PARES reunirá-se, ordinariamente, uma vez a cada trimestre, e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente, de acordo com a regulamentação de seu funcionamento de seus membros;

Art. 13º Cabe à SERES prestar o apoio técnico e administrativo, bem como obter os recursos necessários ao funcionamento do CC-PARES;

Art. 14º O funcionamento do CC-PARES obedecerá ao disposto em seu Regimento Interno, aprovado em portaria do Ministro da Educação, que disporá especificamente sobre a criação de Comissões Consultivas Técnicas, que serão responsáveis pela preparação das sugestões e pareceres submetidos à deliberação do plenário do conselho;

Art. 15º O programa de que trata esta Portaria será implantado gradativamente, por meio de ações e atividades de curto, médio e longo prazo;

Art. 16º Esta Portaria entra em vigor no dia de sua publicação.

ALVARO MARIANO DE OLIVEIRA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PORTARIA Nº 924, DE 8 DE AGOSTO DE 2012

O Vice-Reitor da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria 0618/2012, de 10/06/2012, publicada no Diário Oficial da União de 14/06/2012, considerando o que consta do Processo 000739/2011, resolve:

Este documento pode ser consultado no endereço eletrônico: <http://www.in.gov.br/externa/diariooficial>, pelo código 0001201208_000018

aplicar a empresa KISSIL DA SILVA GOMES, com sede a Rua Fátima Antônio Moura, nº 72 - Pádua, Bairro Jaque Clube, Campos dos Goytacazes - RJ, CEP 28030-170, inscrita no CNPJ sob o nº 12.833.532/0001-15, a prestação de serviços de limpeza e conservação com a União pelo prazo de 2 (dois) meses, com valor unitário de 10% sobre o valor do contrato representado pela Nota de Empenho 2012NE401964, com fundamento nos autos 12.1.6.12.5 e 12.2.2 e 12.5 do Edital nº 215-20.1, determinando, ainda, o registro das propostas emitidas pelo CNPJ de acordo com o item 12.6 do Edital mencionado.

DEMIÚDIO DA SILVA

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 148, DE 10 DE AGOSTO DE 2012

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.698, de 02 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, com alterações da Decisão nº 103, de 12 de dezembro de 2007, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 20 de dezembro de 2010, e a Resolução nº 01, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, colacionada com a Nota Técnica nº 449/2012-DEREG-SERES-MEC, de 2012, Processo nº 21806.01370-2012-72, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Edital da Universidade Federal do Rio de Janeiro, inscrita na Lei nº 1.074, com sede no Município de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, a atuação no âmbito do ensino superior.

SERGE RODRIGUES ABRAO MELO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

PORTARIA Nº 463, DE 10 DE AGOSTO DE 2012

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (URFBA), no uso de suas atribuições legais e estatutárias e considerando o Edital de Licitação nº 00.000.000.000.000.000, de 21 de agosto de 2011, resolve:

Proceder por 01 (um) lote, a partir de 12 de agosto de 2012, o prazo de validade do Contrato Público para Docência da Universidade Superior, objeto do Edital nº 001, de 28 de março de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 10 de março de 2011, nº 61, seção 3, página 62, homologado pelo Edital nº 1, de 08 de agosto de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 12 de agosto de 2011, nº 153, seção 3, página 75.

PAULO GABRIEL SOLIDADE NAC

Ministério da Fazenda

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO PAULO

PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PORTARIA Nº 4, DE 9 DE AGOSTO DE 2012

O PROCURADOR-SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP) abaixo identificado, no uso de suas atribuições legais, insus o(a) contribuinte(s) que se encontram em fase de recurso e de recurso, constantes no Anexo Único deste edital, para tornarem o(s) de acordo com o processo administrativo de seu interesse. Os respectivos processos estão à disposição para vista, pelo prazo de 30 (trinta) dias, na Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional de São José do Rio Preto, situada na Av. Dr. Celso de Mello de Barros, 1000, Pq. Industrial, São José do Rio Preto, SP. Fim de prazo para manifestação de recurso.

URACHEL MANTON BASSILETO

ANEXO ÚNICO

Relatório dos processos em fase de recurso administrativo, com base no número do CNPJ/CPF, nomeado atual e processo administrativo.

CNPJ / CPF	NOME / RAZÃO SOCIAL	PROCESSOS/AZÃO
46.896.443/0001-00	BRASILEIRA ALIMENTOS S.A.	11995.00095/2011-72
029.906.006/01	ALFA LATA	11995.00095/2011-72
04.173.497/0001-05	ALFA LATA	11995.00095/2011-72

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ATOS DECLARATÓRIOS DE 18 DE JULHO DE 2012

Nº 12.496 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. ROMULO PEREIRA ANASTAS, C.P.F. nº 168.111.795/08, a prestar os serviços de Administração de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.497 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. GUNAR GONZALEZ PIMENTEL, C.P.F. nº 857.033.446-01, a prestar os serviços de Administração de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.498 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. DANIEL DUARTE JEVACA, C.P.F. nº 047.001.000-40, a prestar os serviços de Administração de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.499 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. CHRISTIAN MARIE ROSE ROGER ANTONI HUNZ, C.P.F. nº 738.516.380-87, a prestar os serviços de Administração de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.500 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. RENATO PAULINO GUERRA MUGGER NELL, C.P.F. nº 018.130.766-86, a prestar os serviços de Administração de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.501 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. FRANCISCO RONALDO RABELO TARDIM, C.P.F. nº 706.523.831-09, a prestar os serviços de Administração de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.502 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o BRICKELL S.A. CREDIT FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS LTDA, C.N.P.J. nº 12.965.507, a prestar os serviços de Administração de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.503 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o FLAG ASSET MANAGEMENT GESTORA DE RECURSOS LTDA, C.N.P.J. nº 13.388.425, a prestar os serviços de Administração de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

Nº 12.504 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. GUILHERMINA VIEIRA DANIAN DA SILVA, C.P.F. nº 852.298.638-48, a prestar os serviços de Conselho de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da Lei nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

Nº 12.505 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. JACQUES VILHIA WANDERLEY, C.P.F. nº 138.875.988-82, a prestar os serviços de Conselho de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da Lei nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

Nº 12.506 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. FRANCIS GUSTAVO PATRICKSON LIMA, C.N.P.J. nº 14.868.128, a prestar os serviços de Conselho de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da Lei nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

DANIEL WALTER MATEUS GUARANDA

Em São Paulo

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/04/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
CNPJ: 05.440.725/0001-14

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:29:06 do dia 23/01/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 22/07/2019.

Código de controle da certidão: **FC0A.5843.8C8E.A726**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA MUNICIPAL PETROLINA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
CERTIDÃO NEGATIVA DE EMPRESA



Nº 0000000878

Razão Social

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO V S FRA

INSCRIÇÃO ECONÔMICA Documento

00000016178

C.N.P.J.: 05440725000114

Bairro

CENTRO

CEP

56304192

Localizado AV JOSE DE SA MANICOBA, S/N - - PETROLINA-PE

DADOS DO CONTRIBUINTE OU RESPONSÁVEL

Inscrição Contribuinte / Nome

115611 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO V S FRA

Endereço

JOSE DE SA MANICOBA,

CENTRO PETROLINA- CEP: 56304205

Documento

C.N.P.J.: 05.440.725/0001-14

No. Requerimento

0000000878/2019

Natureza jurídica

Pessoa Jurídica

CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins, que de conformidade com as informações prestadas pelos órgãos competentes desta Prefeitura, em nome do(a) requerente, **NÃO CONSTAM DÉBITOS**, referentes a Tributos Municipais, da Empresa acima citada, inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data. Ressalvando o direito de a SECRETARIA DA RECEITA cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima a serem apuradas.

PETROLINA-PE, 15 DE FEVEREIRO DE 2019

Esta certidão é válida por 090 dias contados da data de emissão

VALIDA ATÉ: 15/05/2019

COD. VALIDAÇÃO 0000000878





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO
(MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 05.440.725/0001-14
Certidão n°: 169007140/2019
Expedição: 12/03/2019, às 14:54:20
Validade: 07/09/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **05.440.725/0001-14**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei n° 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa n° 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 05440725/0001-14
Razão Social: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
Nome Fantasia: UNIVASF
Endereço: VL CENTRO DE SERVICO (PROJEYO SENADOR NILO SN LOTE 543 /
IRRIG. NILO COELHO / PETROLINA / PE / 56300-990

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/03/2019 a 10/04/2019

Certificação Número: 2019031205484512491186

Informação obtida em 12/03/2019, às 11:30:15.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.440.725/0001-14 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 26/12/2002
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) UNIVASF			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.32-5-00 - Educação superior - graduação e pós-graduação			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 113-9 - Fundação Pública de Direito Público Federal			
LOGRADOURO AV JOSE DE SA MANICOBA		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO CAMPUS UNIVERSITARIO
CEP 56.304-205	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PETROLINA	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO secretariadegestao@univasf.edu.br		TELEFONE (87) 3862-9393 / (87) 3862-9386	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) UNIÃO			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/12/2002	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 12/03/2019 às 11:26:28 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Balanco Patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 20220 - FUNDO UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO - FUNDAÇÃO

ORÇAO SUPERIOR 20000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO 1

EMISSÃO 01/02/2018 PÁGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO		2017	2016	PASSIVO		2017	2016
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa		22.664.781,86	24.976.082,71	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		2.989.948,59	2.401.178,80
Créditos a Curto Prazo		21.240.425,14	9.731.657,83	Emprestimos e Financiamentos a Curto Prazo		676.036,51	594.082,90
Débitos Crditos e Valores a Curto Prazo		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		1.025.384,24	8.331.817,33	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		1.128.846,53	1.081.013,84
Estoque		415.389,58	6.312.407,55	Obrigações de Reparação a Outros Entes		-	-
V/PDs Pagas Antecipadamente		-	-	Provisões a Curto Prazo		-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	-	Débitos Obrigações a Curto Prazo		1.195.006,29	725.081,26
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Ativo Realizável a Longo Prazo		308.862.100,42	276.235.217,89	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		-	-
Estuques		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Investimentos		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Participações Permanentes		-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Provisões a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Débitos Obrigações a Longo Prazo		-	-
(c) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	Resultados de Exercício		2.393.943,89	2.401.179,80
(c) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-				
Investimentos do RPPS de Longo Prazo		-	-				
(c) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS		-	-				
Débitos Investimentos Permanentes		-	-				
(c) Redução ao Valor Recuperável de Débitos Invest. Perm.		-	-				
Débitos Investimentos Permanentes		-	-				
(c) Redução ao Valor Recuperável de Débitos Invest. Perm.		-	-				
Imobilizado							
Bens Móveis		308.533.637,37	275.569.785,80				
(c) Depreciação Acumulada de Bens Móveis		75.282.913,00	73.074.437,81				
(c) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		104.026.718,10	90.914.402,76				
Bens Imóveis		-29.292.802,50	-22.940.024,84				
(c) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-				
Bens Imóveis		232.660.783,77	201.605.248,14				
(c) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		233.260.484,40	202.111.539,58				
(c) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-208.880,53	-16.191,45				
Intangível							
Software		328.411,05	325.431,94				
(c) Amortização Acumulada de Softwares		328.411,05	325.431,94				
(c) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		302.105,54	354.115,54				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-33.804,40	-28.683,80				
(c) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-				
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		327.506.340,39	288.870.121,80				



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		EXERCÍCIO		PERÍODO	
SUBTÍTULO		2017		Anual	
ORÇÃO SUPERIOR		26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO		2	
				VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
(c) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.			
Direitos de Uso de Imóveis			
(c) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis			
(c) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis			
Diferido			
TOTAL DO ATIVO	331.546.890,28	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	331.546.890,28

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
ATIVO PERMANENTE		PASSIVO PERMANENTE	
	21.243.420,04		53.619.398,74
	310.303.462,24		678.096,61
		SALDO PATRIMONIAL	539.975,55

Quadro de Compensações

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIFICAÇÃO	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	
Execução dos Atos Potenciais Ativos		Execução dos Atos Potenciais Passivos	
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	
Direitos Concedidos e Outros Instrumentos Cong		Obrigações Concedidas e Outros Instrumentos Cong	
Direitos Concedidos a Executar		Obrigações Concedidas a Executar	
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	
TOTAL	54.908.177,82	TOTAL	100.805,94

DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS			
Recursos Ordinários			
Recursos Vinculados			
Educação			
Segurança Social (Exeto RGP 5)			
Atenção de Bem e Divers			
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			
Outros Recursos Vinculados a Fundos			
TOTAL			

Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas

Balanco Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	PERÍODO
SUBTÍTULO	28230 - FUNDO UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SÃO FRANCISCO - FUNDAÇÃO	2017	Anual
ORÇAO SUPLENTO	28000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	EMISSÃO	PÁGINA
		01/02/2018	1
		VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
	2017	2016	2017	2016
Receitas Organizacionais	623.228,96	846.774,54	233.398.323,40	243.108.431,26
Ordinárias	20.706,53	51.471,77	68.570.822,06	68.972.185,43
Vinculadas	6.20.005,77	888.926,97	172.887.704,42	173.136.245,83
Educação	16.476,52	1.106,60	157.437.893,73	156.019.267,74
Atenção de Bens e Direitos	603.527,25	123.801,90	13.608.019,71	26.847.860,65
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	17.463,34	764.020,47	1.211.469,59	9.665.101,85
() Deduções da Receita Organizativa		-93.526,20	630.318,39	605.091,23
Transferências Financeiras Recebidas	282.816.394,82	223.412.187,13	1.017.676,01	1.198.418,76
Resultados da Execução Organizativa	205.503.251,70	194.982.121,85	241.017,51	343.959,21
Repasso Recebido	205.469.980,70	194.668.351,23	127.246,51	30.180,79
Sub-repasso Recebido	113.271,00	312.780,42	113.271,00	312.780,42
Independentes da Execução Organizativa	47.250.242,92	28.429.985,48	776.659,30	654.459,55
Transferências Recebidas para Pagamento de R.P	45.344.305,08	26.860.244,72	730.447,10	566.001,41
Demais Transferências Recebidas	228.927,36	211.723,50	9.026,40	134.133,52
Movimentação de Saldo Patrimoniais	1.559.556,48	1.356.617,26	37.165,80	134.324,62
Aporte ao R.P.P.S	-	-	-	-
Aporte ao R.G.P.S	-	-	-	-
Rescissórias e Extrorçamentários	41.035.120,48	54.593.016,52	48.547.273,56	32.673.851,58
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.050.486,49	1.431.218,06	1.366.059,50	3.423.461,81
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	93.121.312,89	53.009.232,84	47.120.890,99	29.162.315,27
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	55.319,30	62.585,72	59.522,54	88.054,00
Outros Rescissórias e Extrorçamentários	-	-	-	-
Saldo do Exercício Anterior	9.731.857,83	7.950.661,14	21.243.428,04	9.731.857,83
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.731.857,83	7.950.661,14	21.243.428,04	9.731.857,83
TOTAL	384.296.701,89	286.712.594,43	304.298.741,80	296.712.594,43



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO	PERÍODO
2017	Anual

BAU 15 AD	PA 0000
01.02.2018	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITAS CORRENTES	RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Receitas Tributárias:		405.351,00	405.351,00	623.228,96	217.877,96
Impostos		-	-	-	-
Taxas		-	-	-	-
Contribuições de Melhoria		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Contribuições Sociais		-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-	-	-
Cent. Estaduais Privadas de Serviço Social Formação Profis.		-	-	-	-
Receita Patrimonial		166.109,00	166.109,00	160.135,19	-7.973,81
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		166.109,00	166.109,00	160.135,19	-7.973,81
Valores Mobiliários		-	-	-	-
Despesa de Serviços Mobiliários		-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais		-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Mineral		-	-	-	-
Cessão de Direitos		-	-	-	-
Diversas Receitas Patrimoniais		-	-	-	-
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		230.297,00	230.297,00	304.159,00	73.862,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		230.297,00	230.297,00	304.159,00	73.862,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras		-	-	-	-
Diversos Serviços		-	-	-	-
Transferências Correntes		-	-	-9,75	-9,75
Outras Receitas Correntes		6.945,00	6.945,00	158.393,52	151.398,52
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		6.945,00	6.945,00	73.071,00	65.776,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	80.203,02	80.203,02
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público		-	-	-	-
Diversas Receitas Correntes		-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-
Operações de Crédito		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis		-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis		-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	PERÍODO
SUBTÍTULO	2020 - FUNDO UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SÃO FRANCISCO - FUNDAÇÃO	2017	ANUAL
ÓRGÃO SUPERIOR	20000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	01/02/2018	PAÓBIA 3
		VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		RECEITA		RECEITAS REALIZADAS		SALDO
Integração do Capital Social						
Resultado do Banco Central do Brasil						
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional						
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional						
Demais Receitas de Capital						
RECURSOS A RECAUDAR EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						
SUBTOTAL DE RECEITAS			405.351,00		423.228,96	2.17.877,96
REFINANCIAMENTO						
Operações de Crédito - Mercado Interno						
Mobilização						
Carteira						
Operações de Crédito - Mercado Externo						
Mobilização						
Carteira						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO			405.351,00	405.351,00	623.228,96	2.17.877,96
DEFICIT				405.351,00	232.775.094,52	232.775.094,52
TOTAL					232.398.323,48	232.398.323,48
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA						
Créditos Adicionais Ateridos com Suplemento Financeiro						
Créditos Adicionais Ateridos com Excesso de Arrecadação						
Créditos Cancelados e Líquidos						
Créditos Adicionais Resbantes						

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DESPESA		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS PAGAS	
DESPESAS CORRENTES							
Pessoal e Encargos Sociais							
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes							
DESPESAS DE CAPITAL							
Investimentos							
Transferências Financeiras							
Amortização da Dívida							
RESERVA DE CONTINGÊNCIA							
RESERVA DO RPPS							
SUBTOTAL DAS DESPESAS							
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO							
Amortização da Dívida Interna							
Dívida Mobiliária							
Outras Dívidas							
Amortização da Dívida Externa							
Dívida Mobiliária							



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26230 - FUNDO UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SÃO FRANCISCO - FUNDAÇÃO
ORÇAO SUPERIOR	20000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO	2017	PERÍODO	ANUAL
EMISSÃO	01/02/2018	PÁGINA	3
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	183.225.345,00	194.316.794,00	233.398.323,48	194.277.010,79	192.418.522,30	-39.081.523,68
TOTAL	183.225.345,00	194.316.794,00	233.398.323,48	194.277.010,79	192.418.522,30	-39.081.523,68

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.986.676,76	17.158.793,35	140.448.752	140.348.404	1.686.320,61	3.434.465,46
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.986.676,76	17.158.793,35	140.448.752	140.348.404	1.686.320,61	3.434.465,46
DESPESAS DE CAPITAL	6.447.842,91	33.850.493,49	33.105.395,63	33.086.266,95	442.895,88	8.769.093,47
Investimentos	6.447.842,91	33.850.493,49	33.105.395,63	33.086.266,95	442.895,88	8.769.093,47
Investimentos Financeiros	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	8.434.519,67	51.009.286,84	47.150.223,45	47.120.890,99	2.129.156,49	12.203.504,93

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	305.482,75	1.079.045,58	12.375.76,62	-	1.46.931,71
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	305.482,75	1.079.045,58	12.375.76,62	-	1.46.931,71
DESPESAS DE CAPITAL	-	408.086,79	129.289,31	-	278.803,48
Investimentos	-	408.086,79	129.289,31	-	278.803,48
Investimentos Financeiros	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	305.482,75	1.487.132,37	12.505.055,93	-	425.735,19

Demonstrações dos Fluxos De Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20230 - FUNDO UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SÃO FRANCISCO - FUNDAÇÃO
ORÇAO SUPERIOR	28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
BAIXADO 01/03/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2017	2016
INGRESSOS	50.800.425,79	35.609.325,50
Receitas Derivadas e Originárias	233.263.042,98	224.137.645,69
Receita Tributária	629.229,71	804.718,85
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	160.135,18	1.802.31,86
Receita Industrial	-	700,00
Receita de Serviços	304.159,00	410.208,85
Remuneração das Disponibilidades	158.936,53	1.384.18,28
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-0,75	-97.740,25
Transferências Correntes Recebidas	-0,76	-81.131,26
Invergimentamentos	-0,75	-81.131,25
Dos Estados e do Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Invergimentamentos	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	252.871.813,92	229.674.672,85
Outros Ingressos das Operações	55.319,30	62.566,72
Ingressos Extraorçamentários	252.816.484,62	223.412.107,13
Transferências Financeiras Recebidas	-203.014.617,09	-188.588.320,38
DESEMBOLSOS	-180.603.168,00	-168.482.214,42
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Saúde	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-15.7.060.033,71	-1.115.067,26
Cultura	-	-30.087.680,86
Direitos da Cidadania	-	-10.444,14
Urbanismo	-	-1.207,30
Habitário	-	-
Saneamento	-	-
Quebra Antena	-248.177,90	-286.875,82
Ciência e Tecnologia	-80.990,27	-
Agricultura	-	-
Organização Ambiental	-	-
Indústria	-410.812,78	-590.280,64



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
01/02/2018

PÁGINA
2

SUBTÍTULO 26208 - FUNDO UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SÃO FRANCISCO - FUNDAÇÃO

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-262.468,87	-291.574,07
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-29.300,00	-60.200,24
Ensaios Espaciais	-	-
(+/-) Outros Benefícios não Saneados - Câmbio de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-21.334.249,64	-19.819.632,70
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Municípios	-	-
Intergovernamentais	-21.300.953,73	-18.808.065,50
Outras Transferências Concedidas	-33.285,91	-10.063,20
Outros Desembolsos das Operações	-1.077.199,45	-1.286.473,26
Despêndios Extraorçamentários	-59.522,64	-88.054,50
Transferências Financeiras Concedidas	-1.017.876,81	-1.198.419,76
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-38.968.855,58	-33.828.129,41
INGRESSOS	-	-
Aleação de Bens	-	-123.801,50
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-123.801,50
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLÇOS	-38.968.855,58	-33.951.930,31
Adição de Ativo Não Circulante	-18.545.260,24	-15.131.465,03
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-20.423.595,37	-18.820.465,28
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Des Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Des Municípios	-	-
Intergovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLÇOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
DIFERENÇA LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11.511.570,21	1.781.198,69



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

		EXERCÍCIO	PERÍODO
		2017	ANUAL
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO	PÁGINA
SUBTÍTULO	2620 - FUNDO UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SÃO FRANCISCO - FUNDAÇÃO	01/02/2018	3
ORÇAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
		2017	2016
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		9.731.857,83	7.950.661,14
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		21.243.420,04	9.731.857,83

Demonstrações das Variações Patrimoniais

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO	PERÍODO
2017	Anual
EMISSÃO	PÁGINA
01/03/2018	1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

SUBTÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	2017	2016
ORÇADO SUPERIOR	20.000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	25.407,239,31	225.596.840,31
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		481.815,65	676.423,16
Contribuição de Inerência das Categorias Profissionais		1.460,00	4.303,20
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		480.166,65	672.079,26
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		179,44	1.313,39
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Juros e Encargos de Mútuo		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Reversão de Depreciação Sanatórios e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		253.429.540,41	223.372.823,70
Transferências e Delegações Recebidas		253.810.464,02	223.412.107,13
Transferências Intergovernamentais		-0,76	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Externo		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		613.046,54	560.716,57
Outras Transferências e Delegações Recebidas		2.267,00	807.332,77
Valorização e Ganhos e/ou Perdas e Desincorporação de Passivos		-	-
Realização de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		2.267,00	1.228.011,00
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperal		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		678.070,51	5.460,20
Variação Patrimonial Aumentativa a Qualificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		158.347,24	138.747,28
Operações da Atividade Monetária		-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2017	2018
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	168 817,21	138 747,20
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-	-
Fiscal e Extrajurídico	-	-	-
Reversão de Provisões	-	216.501.840,13	192.677.516,42
Exercício Anterior	-	192.562.426,31	143.443.616,64
Exercício Atual	-	103.965.207,83	68.146.831,63
Benefícios a Pessoal	-	21.328.100,61	18.488.102,38
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Exercícios	-	7.768.814,37	7.768.814,37
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	1.946.622,52	1.037.342,56
Aposentadorias e Reformas	-	1.063.879,80	833.905,31
Pensões	-	258.580,20	232.884,55
Benefícios de Prestação Continuada	-	-	-
Benefícios Eventuais	-	-	-
Públicas Públicas de Transfêrencia de Renda	-	24.002,82	26.512,86
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	73.197.410,81	70.830.143,32
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	11.686.701,35	13.235.885,45
Uso de Material de Consumo	-	65.073.250,74	61.109.436,30
Serviços	-	6.535.056,72	6.484.821,65
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	11.797,34	11.784,85
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-	-
Juros e Encargos de MORA	-	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	11.797,04	11.764,94
Descontos Financeiros Concessões	-	-	-
Apostas ao Banco Central	-	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	-	3.479.743,69	1.214.590,21
Transferências Intergovernamentais	-	1.017.070,81	1.188.418,76
Transferências Intergovernamentais	-	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	13.284,46	10.063,21
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-	-
Transferências ao Exterior	-	-	-
Exercício Organizacional Delegação a Entes	-	2.440.772,43	5.508,31
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	50.323,53	303.283,50
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-	-
Realização, Redução a Valor Realizável e Ajustes p/ Perdas	-	-	-
Perdas com Alienação	-	-	-
Perdas Involuntárias	-	-	2.535,91
Incorporação de Passivos	-	-	-
Desincorporação de Ativos	-	40.323,53	303.283,50



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
01.02.2018

PÁGINA
3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	20.220 - FUNDO UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SÃO FRANCISCO - FUNDAÇÃO
ORÇAMO SUPERIOR	20.000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	2017	2016	
Transferências			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.058,36	2.082,97	
Contribuições	2.058,36	2.082,97	
Custo - Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	-	-	
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-	
Custos dos Produtos Vendidos	-	-	
Custo dos Serviços Prestados	-	-	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	5.851.754,67	4.876.940,31	
Premiações	-	-	
Resultado Negativo de Participações	-	-	
Operações da Autarquia Monetária	5.740.738,46	4.705.572,40	
Incentivos	-	-	
Subvenções Econômicas	-	-	
Participações e Contribuições	-	-	
Contribuição de Provisões	102.010,22	171.375,92	
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-	
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	37.571.399,58	32.919.123,89	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			
	2017	2016	


Zimbra

jaldo.lobes@univasf.edu.br

Documentos - Radiodifusão sonora

De : Secretaria do Gabinete
<secretaria.gabinete@univasf.edu.br>

Sex, 22 de mar de 2019 06:07

 8 anexos

Assunto : Documentos - Radiodifusão sonora

Para : jaldo.lobes <jaldo.lobes@univasf.edu.br>

Prezado Jaldo, bom dia.

Encaminho os documentos referentes ao requerimento de outorga/radiodifusão sonora em frequência modulada. Para o envio dos documentos físicos, solicito o envio de minuta de ofício a ser enviado ao MCTIC.

* Com relação à prova de regularidade para com a fazenda estadual/distrital do local de sede - item g, a Univasf é isenta

Atenciosamente,

Leila Patrícia Camilo Araújo

Secretária Geral do Gabinete
Gabinete da Reitoria
Universidade Federal do Vale do São Francisco
Fone/Fax: 87 2101.6833
Av. José de Sá Maniçoba, S/N - Centro - Petrolina-PE
CEP 56304-917



Leila Patrícia Camilo Araújo
Secretária Geral do Gabinete
Gabinete da Reitoria
Universidade Federal do Vale do São Francisco
Fone/Fax: 87 2101.6833
Av. José de Sá Maniçoba, S/N - Centro - Petrolina-PE
CEP 56304-917



LEILA.png

39 KB



Req MCTIC.pdf

2 MB



Decreto de Recondução-Prof. Julianeli-Diário Oficial.pdf

85 KB



RG reitor2017.pdf

605 KB



Termo de Posse_Reitor - 2016.pdf

474 KB



certidões.pdf

2 MB



balanços patri.pdf

5 MB



Estatuto - Compactado.pdf

4 MB



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
CNPJ: 05.440.725/0001-14

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

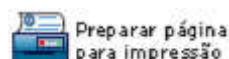
Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 07:12:27 do dia 06/05/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 02/11/2019.

Código de controle da certidão: **EAA8.00F6.7E30.BC21**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.440.725/0001-14 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 26/12/2002
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) UNIVASF			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.32-5-00 - Educação superior - graduação e pós-graduação			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 113-9 - Fundação Pública de Direito Público Federal			
LOGRADOURO AV JOSE DE SA MANICOBA		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO CAMPUS UNIVERSITARIO
CEP 56.304-205	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PETROLINA	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO secretariadegestao@univasf.edu.br		TELEFONE (87) 3862-9393 / (87) 3862-9386	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) UNIÃO			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/12/2002	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **15/05/2019** às **15:47:40** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 05.440.725/0001-14

Certidão nº: 172497740/2019

Expedição: 15/05/2019, às 15:47:59

Validade: 10/11/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.440.725/0001-14**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do
Brasil

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES
PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS

Nº 211432014-88888725

Nome: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE
DO SAO FRANCISCO

CNPJ: 05.440.725/0001-14

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8,212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;



Essa certidão não pode ser emitida.

Consta débito para o CNPJ/CPF: 05440725000114

Emitida às 15:49:30 do dia 15/05/2019 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta](#)

[Impressão de Boletos](#)



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS

Número: **2019.000002727733-89**

Data de Emissão: **16/05/2019**

DADOS DO REQUERENTE

CNPJ: **05.440.725/0001-14**

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste Órgão, que o requerente supra identificado não possui débitos em situação irregular inscritos na Dívida Ativa do Estado de Pernambuco. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta Certidão é válida até **13/08/2019**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" do Site www.sefaz.pe.gov.br.

OBS: Inválida para Licitação Pública. A certidão válida para Licitação Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, é a Certidão de Regularidade Fiscal.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Serviço de Outorga de Radiodifusão Educativa

DESPACHO

Processo nº: 553900.069292/2015-11

Referência: Checklist 4200289

Interessado: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Assunto: Deferimento

Ao

Serviço de Documentação e Informação de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - SERED

Tendo em vista que a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO apresentou corretamente a documentação exigida pela **Nota Técnica** 2700/2019/SEI-MCTIC (3875262), em obediência aos termos da Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, conforme faz prova Checklist (4200289), e considerando ainda que o prazo para apresentar o projeto técnico de aprovação de locais e dos equipamentos, somente findará em em **28/05/2019**, encaminho o presente processo ao Serviço de Documentação e Informação de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - SERED, requerendo que, ao final do prazo citado, o mesmo seja devolvido a esta área em continuidade.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota**, **Coordenadora do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União**, em 23/05/2019, às 15:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4200783** e o código CRC **E8DD5295**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

**PROJETO DE APROVAÇÃO DE LOCAL
E EQUIPAMENTOS DO CANAL DE FM
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
VALE DO SÃO FRANCISCO**

Canal 229 – Educativo

PETROLINA/PE

ÍNDICE

1- MEMÓRIA DESCRITIVA.....	2
1.1- RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSORA.....	2
1.2- ESTAÇÃO TRANSMISSORA.....	2
1.2.1- Canal Pleiteado	2
1.3- ESTÚDIO PRINCIPAL.....	2
1.4 - TRANSMISSOR	3
1.5- SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL.....	3
1.5.1- Antena	3
1.5.2 - Linha de Transmissão de Radiofrequência	3
1.5.3 - Perdas Adicionais	3
1.6- SISTEMA IRRADIANTE AUXILIAR	4
1.6.1- Antena	4
1.6.2 - Linha de Transmissão de Radiofrequência	4
1.6.3- Perdas Adicionais	4
2- POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (SISTEMA PRINCIPAL)	4
2.1- POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA MÁXIMA ($ERP_{MÁX}$)	4
2.2- POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR RADIAL ($ERP / RADIAL$).....	5
2.3- DISTÂNCIA AOS CONTORNOS 1, 2 E 3, POR RADIAL ($ERP / RADIAL$)	6
3- POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (SISTEMA AUXILIAR).....	6
3.1- POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA MÁXIMA ($ERP_{MÁX}$)	6
3.2- POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR RADIAL ($ERP / RADIAL$).....	6
3.3- DISTÂNCIA AOS CONTORNOS 1, 2 E 3, POR RADIAL ($ERP / RADIAL$)	8
4- DEMONSTRAÇÃO DE COBERTURA	8
4.1 – PROGRAMA UTILIZADO	8
5- PROFISSIONAL HABILITADO	9
6- ANEXOS.....	10
6.1- DECLARAÇÕES	11
6.2- FORMULÁRIOS	15
6.3- SIGANATEL - SISTEMA PRINCIPAL.....	23
6.4- SIGANATEL - SISTEMA AUXILIAR.....	25
6.5- TRANSMISSOR	27
6.6- ANTENA	29
6.7- LINHA DE TRANSMISSÃO	35
6.7.1- SISTEMA PRINCIPAL	36
6.7.2- SISTEMA AUXILIAR	39
6.8- CROQUIS DE INSTALAÇÃO.....	42
6.9- DIAGRAMA DE COBERTURA	44
6.10- ART	47

1- MEMÓRIA DESCRITIVA

O objetivo deste projeto é apresentar as características técnicas de instalação da estação de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, do canal da educativo da localidade de Petrolina/PE, canal 229 (duzentos e vinte e nove), com fins exclusivamente educativos, satisfazendo as condições estabelecidas no Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em FM (PBFM) e visando a futura Aprovação de Local e Equipamentos da estação junto ao MCTIC e ANATEL em nome da UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF.

1.1- Resumo das Características da Emissora

Nome:	UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
CNPJ:	05.440.725/0001-14
Endereço completo:	Avenida José de Sá Maniçoba, s/n - Centro Petrolina/PE – CEP: 56.304-917
Telefone:	(87) 2101-6897

1.2- Estação Transmissora

Endereço:	Avenida José de Sá Maniçoba, s/n - Centro Petrolina/PE – CEP: 56.304-917
Coordenadas Geográficas:	09°S 23' 30,58" / 40°W 29' 53,26"

1.2.1- Canal Pleiteado

Canal de Operação:	229 (duzentos e vinte e nove)
Frequência de operação:	93,7 MHz
Plano:	PBFM
Classe:	B1
ERP:	3 kW / 90m
Limitações:	Sem Limitações

1.3- Estúdio Principal

Endereço:	Avenida José de Sá Maniçoba, s/n - Centro Petrolina/PE – CEP: 56.304-917
-----------	---



1.4 - Transmissor

Fabricante:

Modelo:

Modo de operação:

Potência de operação: 3 kW

Código de certificação:

A UNIVASF encaminhará a este Ministério a certificação do transmissor, bem como indica-lo no formulário FMC 01 (FM) até a ocasião do pedido de licenciamento da estação, conforme o prevê o item 5.1.2 ("c") do ANEXO da Portaria nº 449, de 13 de outubro de 2005 (DOU 27/09/2005).

1.5- Sistema Irradiante Principal

1.5.1- Antena

Tipo de antena:	Omnidirecional
Fabricante:	Ideal Antenas
Modelo:	FV-4-R-U-229
Polarização:	Vertical
Ganho máximo:	2,95 dBd ou 1,97 vezes
Tipo da Torre:	Auto-Suportada
Altura da Torre:	60 metros
Altura da Antena (HCI):	54 metros
Altitude do local:	381 metros
Orientação da antena:	60° em relação ao N.V.

1.5.2 - Linha de Transmissão de Radiofrequência

Fabricante:	RFS
Modelo:	HCA158-50J
Impedância característica:	50,0 Ω
Atenuação /100m (dB):	0,609 dB
Comprimento:	65,0 m
Atenuação no cabo:	0,40 dB
Eficiência:	91,29 %

1.5.3 - Perdas Adicionais

Total de perdas no sistema:	0,5 dB
-----------------------------	--------



1.6- Sistema Irradiante Auxiliar

1.6.1- Antena

Tipo de antena:	Omnidirecional
Fabricante:	Ideal Antenas
Modelo:	FV-2-S-229
Polarização:	Vertical
Ganho máximo:	-0,06 dBd ou 0,98 vezes
Tipo da Torre:	Auto-Suportada
Altura da Torre:	60 metros
Altura da Antena (HCI):	48 metros
Altitude do local:	381 metros
Orientação da antena:	60° em relação ao N.V.

1.6.2 - Linha de Transmissão de Radiofrequência

Fabricante:	RFS
Modelo:	LCF78-50JA
Impedância característica:	50,0 Ω
Atenuação /100m (dB):	1,123 dB
Comprimento:	53,0 m
Atenuação no cabo:	0,60 dB
Eficiência:	87,19 %

1.6.3- Perdas Adicionais

Total de perdas no sistema:	0,5 dB
-----------------------------	--------

2- POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (SISTEMA PRINCIPAL)

2.1- Potência Efetiva Irradiada Máxima ($ERP_{m\acute{a}x}$)

$$ERP_{m\acute{a}x} = \frac{P_t \times G_t \times \eta}{p} = \frac{3 \times 1,97 \times 0,9129}{1,122} = 4,808 \text{ kW} = 6,82 \text{ dBk}$$

Em que:

- P_t : potência de operação na saída do transmissor, em kW
- G_t : ganho máximo de potência da antena transmissora, em vezes
- η : eficiência da linha de transmissão
- p : total de perdas introduzidas no sistema, em vezes



2.2- Potência Efetiva Irradiada por Radial (ERP / radial)

Azimute N.V. (graus)	Azimute da antena N.V. (graus)	NMT (m)	HNMT (m)	E_H/E_{Hmax} vezes	E_V/E_{Vmax} vezes	$(E/E_{max})^2$ vezes	Perp radial (kW)	CP d (km)	P90m (kW)
0	300	393,00	42,00	0,99	1,00	0,98	4,713	12,97	0,411
15	315	391,00	44,00	0,95	1,00	0,90	4,340	12,99	0,413
30	330	382,00	53,00	0,89	1,00	0,79	3,809	13,68	0,500
45	345	378,00	57,00	0,83	1,00	0,69	3,313	13,67	0,499
60	0	368,00	67,00	0,79	1,00	0,62	3,001	14,37	0,601
75	15	367,00	68,00	0,76	1,00	0,58	2,777	14,21	0,575
90	30	371,00	64,00	0,77	1,00	0,59	2,851	13,91	0,531
105	45	375,00	60,00	0,79	1,00	0,62	3,001	13,67	0,498
120	60	374,00	61,00	0,80	1,00	0,64	3,077	13,86	0,524
135	75	372,00	63,00	0,82	1,00	0,67	3,233	14,23	0,578
150	90	385,00	50,00	0,84	1,00	0,71	3,393	12,97	0,411
165	105	377,00	58,00	0,85	1,00	0,72	3,474	13,94	0,535
180	120	380,00	55,00	0,84	1,00	0,71	3,393	13,53	0,480
195	135	380,00	55,00	0,82	1,00	0,67	3,233	13,38	0,460
210	150	373,00	62,00	0,79	1,00	0,62	3,001	13,88	0,526
225	165	365,00	70,00	0,74	1,00	0,55	2,633	14,21	0,576
240	180	374,00	61,00	0,72	1,00	0,52	2,493	13,17	0,435
255	195	380,00	55,00	0,72	1,00	0,52	2,493	12,57	0,368
270	210	380,00	55,00	0,77	1,00	0,59	2,851	12,98	0,413
285	225	386,00	49,00	0,82	1,00	0,67	3,233	12,70	0,382
300	240	386,00	49,00	0,88	1,00	0,77	3,724	13,14	0,431
315	255	390,00	45,00	0,94	1,00	0,88	4,249	13,05	0,421
330	270	392,00	43,00	0,98	1,00	0,96	4,618	13,05	0,420
345	285	398,00	37,00	1,00	1,00	1,00	4,808	12,33	0,344
Média:		379,88	55,13				3,405		

Em que:

Azimute: azimute de orientação de cada radial, em relação ao Norte Verdadeiro, em graus
NMT: nível médio do terreno por radial, em metros
H/NMT: altura do centro de irradiação da antena sobre o nível médio do terreno por radial, em metros
 E_H/E_{Hmax} : valor do campo normalizado no plano horizontal em relação ao máximo, por radial
 E_V/E_{Vmax} : igual a 1 (sem t/t elétrico ou mecânico)
 $(E/E_{max})^2$: composição dos valores de $(E_H/E_{Hmax})^2 \times (E_V/E_{Vmax})^2$
ERP/radial: potência efetiva irradiada por radial, em kW
Contorno 66 dBμ: distância ao contorno de serviço para canais de VHF, em km (em conformidade com as curvas da Recomendação UIT-R P.1546-1)
P150m(kW): potência referenciada a 90 metros, em kW
Média: nível médio geral

2.3- Distância aos Contornos 1, 2 e 3, por radial (ERP / radial)

Azimute N.V. (graus)	Azimute da antena N.V. (graus)	Contorno 1		Contorno 2		Contorno 3	
		74 - dBk	d (Km)	66 - dBk	d (Km)	54 - dBk	d (Km)
0	300	67,27	8,19	59,27	12,97	47,27	23,77
15	315	67,63	8,17	59,63	12,99	47,63	23,83
30	330	68,19	8,57	60,19	13,68	48,19	25,13
45	345	68,80	8,52	60,80	13,67	48,80	25,17
60	0	69,23	8,94	61,23	14,37	49,23	26,42
75	15	69,56	8,81	61,56	14,21	49,56	26,16
90	30	69,45	8,62	61,45	13,91	49,45	25,63
105	45	69,23	8,49	61,23	13,67	49,23	25,21
120	60	69,12	8,61	61,12	13,86	49,12	25,52
135	75	68,90	8,87	60,90	14,23	48,90	26,14
150	90	68,69	8,09	60,69	12,97	48,69	23,91
165	105	68,59	8,71	60,59	13,94	48,59	25,61
180	120	68,69	8,44	60,69	13,53	48,69	24,92
195	135	68,90	8,33	60,90	13,38	48,90	24,66
210	150	69,23	8,62	61,23	13,88	49,23	25,56
225	165	69,80	8,79	61,80	14,21	49,80	26,19
240	180	70,03	8,12	62,03	13,17	50,03	24,41
255	195	70,03	7,74	62,03	12,57	50,03	23,33
270	210	69,45	8,04	61,45	12,98	49,45	24,01
285	225	68,90	7,91	60,90	12,70	48,90	23,46
300	240	68,29	8,22	60,29	13,14	48,29	24,17
315	255	67,72	8,21	59,72	13,05	47,72	23,96
330	270	67,36	8,23	59,36	13,05	47,36	23,91
345	285	67,18	7,79	59,18	12,33	47,18	22,61

3- POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (SISTEMA AUXILIAR)

3.1- Potência Efetiva Irradiada Máxima (ERP_{máx})

$$ERP_{máx} = \frac{P_t \times G_t \times \eta}{p} = \frac{3 \times 0,98 \times 0,8719}{1,122} = 2,285 \text{ kW} = 3,59 \text{ dBk}$$

Em que:

- P_t: potência de operação na saída do transmissor, em kW
- G_t: ganho máximo de potência da antena transmissora, em vezes
- η: eficiência da linha de transmissão
- p: total de perdas introduzidas no sistema, em vezes

3.2- Potência Efetiva Irradiada por Radial (ERP / radial)

Azimute N.V. (graus)	Azimute da antena N.V. (graus)	NMT (m)	HNMT (m)	E_H/E_{Hmax} vezes	E_V/E_{Vmax} vezes	$(E/E_{max})^2$ vezes	Perp radial (kW)	CP d (km)	P150m (kW)
0	300	393,00	36,00	0,99	1,00	0,98	2,239	10,14	0,178
15	315	391,00	38,00	0,95	1,00	0,90	2,062	10,19	0,181
30	330	382,00	47,00	0,89	1,00	0,79	1,810	10,83	0,220
45	345	378,00	51,00	0,83	1,00	0,69	1,574	10,84	0,222
60	0	368,00	61,00	0,79	1,00	0,62	1,426	11,47	0,268
75	15	367,00	62,00	0,76	1,00	0,58	1,320	11,33	0,257
90	30	371,00	58,00	0,77	1,00	0,59	1,355	11,07	0,237
105	45	375,00	54,00	0,79	1,00	0,62	1,426	10,85	0,222
120	60	374,00	55,00	0,80	1,00	0,64	1,462	11,01	0,233
135	75	372,00	57,00	0,82	1,00	0,67	1,536	11,33	0,257
150	90	385,00	44,00	0,84	1,00	0,71	1,612	10,21	0,182
165	105	377,00	52,00	0,85	1,00	0,72	1,651	11,07	0,237
180	120	380,00	49,00	0,84	1,00	0,71	1,612	10,71	0,213
195	135	380,00	49,00	0,82	1,00	0,67	1,536	10,58	0,205
210	150	373,00	56,00	0,79	1,00	0,62	1,426	11,03	0,235
225	165	365,00	64,00	0,74	1,00	0,55	1,251	11,34	0,258
240	180	374,00	55,00	0,72	1,00	0,52	1,184	10,43	0,195
255	195	380,00	49,00	0,72	1,00	0,52	1,184	9,90	0,165
270	210	380,00	49,00	0,77	1,00	0,59	1,355	10,25	0,184
285	225	386,00	43,00	0,82	1,00	0,67	1,536	9,99	0,170
300	240	386,00	43,00	0,88	1,00	0,77	1,769	10,35	0,190
315	255	390,00	39,00	0,94	1,00	0,88	2,019	10,25	0,184
330	270	392,00	37,00	0,98	1,00	0,96	2,194	10,22	0,183
345	285	398,00	31,00	1,00	1,00	1,00	2,285	9,51	0,146
Média:		379,88	49,13				1,618		

Em que:

Azimute: azimute de orientação de cada radial, em relação ao Norte Verdadeiro, em graus
NMT: nível médio do terreno por radial, em metros
H/NMT: altura do centro de irradiação da antena sobre o nível médio do terreno por radial, em metros
 E_H/E_{Hmax} : valor do campo normalizado no plano horizontal em relação ao máximo, por radial
 E_V/E_{Vmax} : igual a 1 (sem *tilt* elétrico ou mecânico)
 $(E/E_{max})^2$: composição dos valores de $(E_H/E_{Hmax})^2 \times (E_V/E_{Vmax})^2$
ERP/radial: potência efetiva irradiada por radial, em kW
Contorno 66 dBμ: distância ao contorno de serviço para canais de VHF, em km (em conformidade com as curvas da Recomendação UIT-R P.1546-1)
P150m(kW): potência referenciada a 90 metros, em kW
Média: nível médio geral

3.3- Distância aos Contornos 1, 2 e 3, por radial (ERP / radial)

Azimute N.V. (graus)	Azimute da antena N.V. (graus)	Contorno 1		Contorno 2		Contorno 3	
		74 - dBk	d (Km)	66 - dBk	d (Km)	54 - dBk	d (Km)
0	300	70,50	6,22	62,50	10,14	50,50	19,00
15	315	70,86	6,22	62,86	10,19	50,86	19,11
30	330	71,42	6,56	63,42	10,83	51,42	20,37
45	345	72,03	6,53	64,03	10,84	52,03	20,48
60	0	72,46	6,88	64,46	11,47	52,46	21,66
75	15	72,80	6,77	64,80	11,33	52,80	21,45
90	30	72,68	6,61	64,68	11,07	52,68	20,96
105	45	72,46	6,50	64,46	10,85	52,46	20,55
120	60	72,35	6,61	64,35	11,01	52,35	20,82
135	75	72,14	6,82	64,14	11,33	52,14	21,37
150	90	71,93	6,16	63,93	10,21	51,93	19,31
165	105	71,82	6,68	63,82	11,07	51,82	20,86
180	120	71,93	6,46	63,93	10,71	51,93	20,23
195	135	72,14	6,37	64,14	10,58	52,14	20,03
210	150	72,46	6,61	64,46	11,03	52,46	20,87
225	165	73,03	6,76	65,03	11,34	53,03	21,50
240	180	73,27	6,20	65,27	10,43	53,27	19,91
255	195	73,27	5,89	65,27	9,90	53,27	18,93
270	210	72,68	6,13	64,68	10,25	52,68	19,49
285	225	72,14	6,02	64,14	9,99	52,14	18,92
300	240	71,52	6,27	63,52	10,35	51,52	19,51
315	255	70,95	6,25	62,95	10,25	50,95	19,24
330	270	70,59	6,26	62,59	10,22	50,59	19,15
345	285	70,41	5,85	62,41	9,51	50,41	17,85

4- DEMONSTRAÇÃO DE COBERTURA

4.1 – Programa utilizado

Foi utilizado o sistema SIGAnatel para resolver os cálculos dos contornos dos serviços usando a recomendação da ITU-R 1546, bem como a base de dados digital de terrenos do próprio sistema para confrontar com os cálculos apresentados neste projeto.

Os resultados do SIGAnatel com os cálculos da ERP em cada radial estão apresentados nos Subitens 6.3 e 6.4 do ANEXO deste projeto.

5- PROFISSIONAL HABILITADO

Declaro, que o presente projeto de instalação da estação de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, para fins exclusivamente educativo, da UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF, canal 229, atende a todas as exigências das Normas Técnicas Vigentes.

Nome:	Ramon Alves Alem
Registro:	CREA 2011129755 RJ/D
CPF.:	804.925.095-49
Endereço:	Rua Geminiano Góis, nº 151, Bl 01, Ap 502, Freguesia Rio de Janeiro - RJ, CEP 22.743-670
Telefone / FAX para contato:	(21) 98384-6866

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2019



Ramon Alves Alem
CREA 2011129755 RJ/D
CPF: 804.925.095-49

Seguem em anexo, o parecer conclusivo, as declarações, os formulários, o diagrama de cobertura conforme o estabelecido nas normas vigentes, bem como a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART com sua respectiva guia de pagamento quitada.

6- ANEXOS

6.1- DECLARAÇÕES

**DECLARAÇÃO DE INTERRUÇÃO DAS TRANSMISSÕES EM CASO DE INTERFERÊNCIAS
CAUSADAS PELA ESTAÇÃO**

Eu, Julianeli Tolentino de Lima, na qualidade de representante legal da entidade da **UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO**, declaro que:

- Na ocorrência de interferências prejudiciais causadas pela estação da entidade que represento, interrompereei as transmissões imediatamente até que essas sejam sanadas, sem prejuízo do exercício das competências fiscalizatórias legalmente atribuídas à Anatel.

Petrolina/PE, 27 de maio de 2019

Julianeli Tolentino de Lima
Representante Legal da Universidade Federal do Vale do São Francisco

DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO A AERÓDROMO

Declaro, em atendimento às normas vigentes, que a instalação proposta para o projeto de aprovação de local da estação da **UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO**), na localidade de Petrolina/PE não excede os gabaritos da zona de proteção dos aeródromos.

Rio de Janeiro/RJ, 27 de maio de 2019



Ramon Alves Alem
CREA 2011129755 RJ/D
CPF: 804.925.095-49

DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Declaro, em conformidade com as normas vigentes, que o projeto de aprovação de local da estação da **UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO**, na localidade de Petrolina/PE atende à regulamentação aplicável ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Rio de Janeiro-RJ, 27 de maio de 2019



Ramon Alves Alem
CREA 2011129755 RJ/D
CPF: 804.925.095-49

6.2- FORMULÁRIOS



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS - FM

FMC 01

1 - SERVIÇO PRINCIPAL

Código: 230 SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA

a) Assinalar a solicitação de interesse:

- ☒ Solicitação inicial de análise de Projeto de Instalação da Estação e Utilização de Equipamentos
☐ Solicitação de alteração das características técnicas anteriormente pleiteadas ou aprovadas

1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE (Preenchimento obrigatório)

RAZÃO SOCIAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO

RAZÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

SÃO FRANCISCO

CNPJ

05440725000114

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

UNIVASF

1.2 - ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA (Preenchimento obrigatório)

LOGRADOURO

AVENIDA JOSE DE SAMANICOBAS N

LOGRADOURO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

CENTRO

CIDADE

PETROLINA

UF

PE

CEP

56304-917

FONE

87-2101-6897

FAX

-

E-MAIL

jaldio.lopes@univasf.edu.br

1.3 - LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA

LOGRADOURO

AVENIDA JOSE DE SAMANICOBAS N

BAIRRO

CENTRO

CIDADE

PETROLINA

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

PE

CEP

56304-917

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

09°23'30"58"40"29'53"22"W

1.4 - LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO PRINCIPAL

AVENIDA JOSE DE SAMANICOBAS N

LOGRADOURO

CENTRO

CIDADE

PETROLINA

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

PE

CEP

56304-917

1.5 - LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO AUXILIAR

LOGRADOURO

BAIRRO

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

CEP

-

1.6 - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO

CANAL

229

C/E

E

CLASSE

B1

FREQUÊNCIA PORTADORA

93.7 MHz

POLARIZAÇÃO

☒ V ☐ C ☐ E

C_{INT}

381,00 metros

H_{CI (P)}

54,00 metros

H_{CI (A)}

48,00 metros

H_T

60,00 metros

FMC 01 (FM)

1.7 - TRANSMISSORES**PRINCIPAL**
FABRICANTE

MODELO	POT. DE OPERAÇÃO	CERTIFICAÇÃO (Anexar cópia)
	3,00 kW	

AUXILIAR
FABRICANTE

MODELO	POT. DE OPERAÇÃO	CERTIFICAÇÃO (Anexar cópia)
	, kW	

Caso o fabricante e o modelo do(s) transmissor(es) já esteja(m) definido(s), preencher todos os campos.

1.8 - ANTENA**FABRICANTE**

I D E A L A N T E N A S	MODELO	BEAM-TILT	G _{MAX}	AZIMUTE DO 0° DA ANTENA
	F M V - 4 - R - U - 2 2 9	0,0°	2,95 dBd	60,00°

1.9 - LINHA DE TRANSMISSÃO**FABRICANTE**

R F S S Y S T E M S	MODELO	COMPRIMENTO (L)	IMPED. CARAC	ATENUAÇÃO (A _L)
	H C A 1 5 8 - 5 0 J	65,0 metros	50, Ohms	0,60 dB/100m

1.10 - DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO**NOME COMPLETO**

R A M O N A L V E S A L E M

REG.CREA**ENDEREÇO**

2 0 1 1 1 2 9 7 5 5	R U A G E M I N I A N O G O I S
---------------------	---------------------------------

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)**BAIRRO**

	F R E G U E S I A
--	-------------------

CIDADE**UF**

R I O D E J A N E I R O	R J
-------------------------	-----

CEP**FONE****FAX**

2 2 7 4 3 - 6 7 0	2 1 - 9 8 3 8 4 6 8 6 6	-
-------------------	-------------------------	---

E-MAIL

P R O J E T O @ C R I A C A O O B J E T I V A . C O M . B R

LOCAL**DATA**

R I O D E J A N E I R O	2 7 / 0 5 / 2 0 1 9
-------------------------	---------------------

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ramon A. Alem

1.11 - REGISTRO FISTEL

-

(USO INTERNO)

2 - SERVIÇO AUXILIAR DE RÁDIODIFUSÃO E CORRELATOS (*)

a) Assinalar a solicitação de interesse:

- ☐ Solicitação inicial de análise de Projeto de Instalação da Estação e Utilização de Equipamentos
- ☐ Solicitação de alteração das características técnicas anteriormente pleiteadas ou aprovadas

b) Assinalar a modalidade de serviço pretendida:

	Código	MODALIDADE
<input type="checkbox"/>	251	Ligação para Transmissão de Programas
<input type="checkbox"/>	252	Reportagem Externa
<input type="checkbox"/>	253	Comunicação de Ordens Internas
<input type="checkbox"/>	254	Telecomando
<input type="checkbox"/>	255	Telemedição

OUTROS MEIOS:

(*) Caso a entidade tenha interesse na execução do SERVIÇO AUXILIAR DE RÁDIODIFUSÃO E CORRELATOS (SARC), deverão também ser encaminhados os formulários pertinentes ao serviço: "FMC 09 (SARC)", "FMC 10 (SARC – estação/Frequência)", "FMC 11 (SARC – Diagrama de Ligação de Rede)" e "FMC 12 (SARC – Descrição do Sistema)".

LEGENDA:

C/E	Comercial/Educativo.
G _{TMAX}	Ganho máximo do sistema irradiante.
C _{BT}	Cota da base da torre em relação ao nível do mar.
H _{CI (P)}	Altura do centro de irradiação do sistema irradiante principal em relação à base da torre.
H _{CI (A)}	Altura do centro de irradiação do sistema irradiante auxiliar em relação à base da torre.
H _T	Altura física da estrutura de sustentação dos sistemas irradiantes com relação à sua base.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

FORMULÁRIO PARA ESTUDO TÉCNICO - FM

FMC 02

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE (Preenchimento obrigatório)

RAZÃO SOCIAL

U N I V E R S I D A D E F E D E R A L D O V A L E D O

RAZÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

S A O F R A N C I S C O CNPJ 0 5 4 4 0 7 2 5 0 0 0 1 1 4

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

U N I V A S F

2 – ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

LOCALIDADE

P E T R O L I N A UF P E

3 – PERDAS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO (P_D)

Comprimento da linha (L): 65 metros

Atenuação em 100 metros (A_L): 0,609 dB

Perdas na linha ($P_L = \frac{L}{100} \cdot A_L$): 0,40 dB

Perdas acessórias (conectores e divisores) (P_C): 0,5 dB

Perdas totais na linha ($P_D = P_L + P_C$): 0,90 dB

Perdas na linha ($P_V = 10^{(0,1 \times P_D)}$): 1,23 vezes

Eficiência da linha ($E_F = 1 / P_V$): 0,81

4 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA MÁXIMA (ERP_{MAX})

$$ERP_{MAX} = P_T \times G_{T(MAX)} \times E_F = 3 \times 1,97 \times 0,81 = 4,8 \text{ kW}$$

P_T : Potência de operação do transmissor, em kW.

$G_{T(MAX)}$: Ganho máximo do sistema irradiante, em vezes ($G_{T(MAX)}(\text{vezes}) = 10^{(0,1 \times G_T(\text{max})(\text{dBd}))}$).

E_F : Eficiência da linha de transmissão.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

5 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTE (ERP_{AZ})

AZIMUTES (radiais (em graus) (1)	NMT (m) (2)	HSNMT (m) (3)	$\left(\frac{EH}{E_{max}}\right)^2$ (4)	$\left(\frac{EV}{E_{max}}\right)^2$ (5)	$\left(\frac{E}{E_{max}}\right)^2$ (6)	ERP _{AZ} (kW) (7)	DISTÂNCIA AO CONTORNO DE 74 dBμ (km) (8)	DISTÂNCIA AO CONTORNO DE 66 dBμ (km) (9)	DISTÂNCIA AO CONTORNO DE 54 dBμ (km) (10)
0	393,00	42,00	0,9801	1	0,98	4,713	8,19	12,97	23,77
15	391,00	44,00	0,9025	1	0,90	4,340	8,17	12,99	23,83
30	382,00	53,00	0,7921	1	0,79	3,809	8,57	13,68	25,13
45	378,00	57,00	0,6889	1	0,69	3,313	8,52	13,67	25,17
60	368,00	67,00	0,6241	1	0,62	3,001	8,94	14,37	26,42
75	367,00	68,00	0,5776	1	0,58	2,777	8,81	14,21	26,16
90	371,00	64,00	0,5929	1	0,59	2,851	8,62	13,91	25,63
105	375,00	60,00	0,6241	1	0,62	3,001	8,49	13,67	25,21
120	374,00	61,00	0,64	1	0,64	3,077	8,61	13,86	25,52
135	372,00	63,00	0,6724	1	0,67	3,233	8,87	14,23	26,14
150	385,00	50,00	0,7056	1	0,71	3,393	8,09	12,97	23,91
165	377,00	58,00	0,7225	1	0,72	3,474	8,71	13,94	25,61
180	380,00	55,00	0,7056	1	0,71	3,393	8,44	13,53	24,92
195	380,00	55,00	0,6724	1	0,67	3,233	8,33	13,38	24,66
210	373,00	62,00	0,6241	1	0,62	3,001	8,62	13,88	25,56
225	365,00	70,00	0,5476	1	0,55	2,633	8,79	14,21	26,19
240	374,00	61,00	0,5184	1	0,52	2,493	8,12	13,17	24,41
255	380,00	55,00	0,5184	1	0,52	2,493	7,74	12,57	23,33
270	380,00	55,00	0,5929	1	0,59	2,851	8,04	12,98	24,01
285	386,00	49,00	0,6724	1	0,67	3,233	7,91	12,70	23,46
300	386,00	49,00	0,7744	1	0,77	3,724	8,22	13,14	24,17
315	390,00	45,00	0,8836	1	0,88	4,249	8,21	13,05	23,96
330	392,00	43,00	0,9604	1	0,96	4,618	8,23	13,05	23,91
345	398,00	37,00	1	1	1,00	4,808	7,79	12,33	22,61
Valores médios		55,13				3,405		13,44	

OBS.: Identificar com asterisco (*) as radiais de interferência, que não deverão ser consideradas no cálculo dos valores médios.

As colunas (4) e (5) só deverão ser utilizadas no caso de existência de beam-tilt.

6 – INCLINAÇÃO DO FEIXE PRINCIPAL (BEAM-TILT)

Beam-Tilt = 0 graus

7 - DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

NOME COMPLETO

R A M O N A L V E S A L E M

REG.CREA

2 0 1 1 1 2 9 7 5 5

ENDEREÇO

R U A G E M I N I A N O G O I S 1 5 1

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

F R E G U E S I A

BAIRRO

CIDADE

R I O D E J A N E I R O

UF

CEP

2 2 7 4 3 - 6 7 0

FONE

2 1 - 9 8 3 8 4 6 8 6 6

FAX

E-MAIL

P R O J E T O @ C R I A C A O O B J E T I V A . C O M . B R

LOCAL

R I O D E J A N E I R O

DATA

2 7 / 0 5 / 2 0 1 9

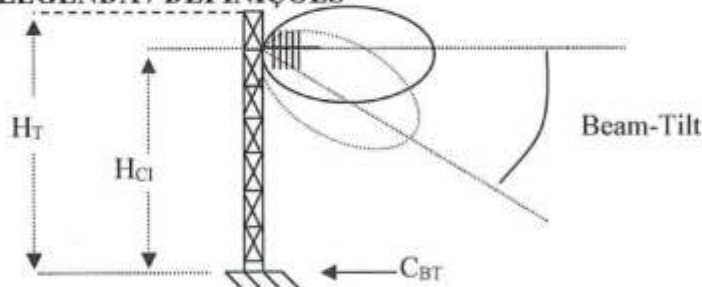
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

8 – DISTÂNCIAS AO CONTORNO PROTEGIDO

Classe	E1	E2	E3	A1	A2	A3	A4	B1	B2	C
Distância (km)	78,0	66,0	54,0	40,0	36,0	31,0	24,0	16,0	12,0	7,0
Altura de referência sobre o nível médio da radial (m)	600	450	300	150	150	150	150	90	90	60

OBS.: Os azimutes são contados a partir do Norte Verdadeiro, no sentido horário.

9 – LEGENDA / DEFINIÇÕES



$$- H_{SNMT} = C_{BT} + H_{CI} - N_{MT}$$

- H_{SNMT} : Altura do centro geométrico do sistema irradiante, em relação ao nível médio do terreno, no azimuth considerado.

- C_{BT} : Cota da base da torre em relação ao nível do mar.

- H_{CI} : Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação à base da torre.

- N_{MT} : Nível médio do terreno no azimuth considerado.

- $\left(\frac{E}{E_{max}}\right)^2$: Ganho do sistema irradiante no azimuth considerado.

OBS.:
$$\left(\frac{E}{E_{max}}\right)^2 = \left(\frac{EH}{E_{max}}\right)^2 \times \left(\frac{EV}{E_{max}}\right)^2$$

$$\left(\frac{EV}{E_{max}}\right)^2 = 1, \text{ para inclinação do feixe principal (beam-tilt) } = 0^\circ$$

$$- ERP_{AZ} (\text{potência proposta por azimuth}) = ERP_{MAX} \times \left(\frac{E}{E_{max}}\right)^2$$



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES ADICIONAIS

FMC 08

A UNIVASF encaminhará a este Ministério a certificação do transmissor, bem como indica-lo no formulário FMC 01 (FM) até a ocasião do pedido de licenciamento da estação, conforme o prevê o item 5.1.2 ("c") do ANEXO da Portaria nº 449, de 13 de outubro de 2005 (DOU 27/09/2005).

Sistema Irradiante Auxiliar

A UNIVASF optou por utilizar um sistema irradiante auxiliar para fins de irradiação do sinal da estação de rádio quando houver necessidade manutenção do sistema irradiante principal.

O sistema irradiante auxiliar serpa instalado na mesma torre do sistema irradiante principal, o centro de fase da antena de menor ganho e o centro de fase está em nível mais baixo do a antena do sistema irradiante principal.

As características do sistema irradiante auxiliar estão apresentadas no memorial descritivo do projeto e os cálculos apresentados comprovam que os níveis de sinal irradiado não extrapolam os limites de cobertura do sinal para a classe do serviço de radiodifusão outorgado à UNIVASF e a sua ERP_{máx} é menor do que o nível de sinal do sistema irradiante principal.

[Assinatura]

6.3- SIGANATEL - SISTEMA PRINCIPAL

Analógico/Digital: Analógico

Curva: UIT-1546

Latitude: 09S233058

HCl(m): 54

G Max SI(dBd): 2,95

Demais Perdas(dB): 0,5

Município: Petrolina - PE

Eficiência: 0,814

Campo Protegido(dBµV/m): 66,000

Serviço: FM

Canal: 229

Longitude: 40W295325

Pot. TX (KW): 3

Comp.Linha-L(m): 65

Atenuação(dB/100m): 0,609

Cbt(m): 381

Erp máx(KW): 4,817

Intervalo Radiais: 15

Azimuth	NMT	HNMT	E/E _{max}	(E/E _{max}) ²	ERP _{Az} (kW)	ERP _{90m} (kW)	C _{Prot} (km)	C1(km)	C2(km)	C3(km)	Legenda
0	393	42	0,99	0,980	4,721	1,115	12,979	8,182	12,979	23,782	0%-100%
15	391	44	0,95	0,902	4,347	1,120	12,994	8,177	12,994	23,844	0%-100%
30	382	53	0,89	0,792	3,816	1,375	13,684	8,573	13,684	25,136	0%-100%
45	378	57	0,83	0,689	3,318	1,374	13,680	8,526	13,680	25,183	0%-100%
60	368	67	0,79	0,624	3,006	1,679	14,378	8,946	14,378	26,427	0%-100%
75	367	68	0,78	0,578	2,762	1,601	14,212	8,812	14,212	26,169	0%-100%
90	371	64	0,77	0,593	2,856	1,469	13,912	8,626	13,912	25,641	0%-100%
105	375	60	0,79	0,624	3,606	1,372	13,675	8,492	13,675	25,214	0%-100%
120	374	61	0,80	0,640	3,683	1,448	13,852	8,619	13,852	25,526	0%-100%
135	372	63	0,82	0,672	3,239	1,610	14,231	8,874	14,231	26,147	0%-100%
150	385	50	0,84	0,706	3,399	1,113	12,975	8,690	12,975	23,916	0%-100%
165	377	58	0,85	0,722	3,480	1,483	13,945	8,711	13,945	25,623	0%-100%
180	380	55	0,84	0,706	3,399	1,316	13,538	8,444	13,538	24,920	0%-100%
195	380	55	0,82	0,672	3,239	1,259	13,384	8,332	13,384	24,671	0%-100%
210	373	62	0,79	0,624	3,006	1,456	13,881	8,623	13,881	25,569	0%-100%
225	365	70	0,74	0,548	2,638	1,605	14,219	8,799	14,219	26,201	0%-100%
240	374	61	0,72	0,518	2,497	1,184	13,179	8,120	13,179	24,415	0%-100%
255	380	55	0,72	0,518	2,497	0,886	12,573	7,739	12,573	23,341	0%-100%
270	380	55	0,77	0,593	2,856	1,118	12,990	8,045	12,990	24,618	0%-100%
285	386	49	0,82	0,672	3,239	1,028	12,710	7,910	12,710	23,466	0%-100%
300	386	49	0,88	0,774	3,730	1,172	13,144	8,225	13,144	24,181	0%-100%
315	390	45	0,94	0,884	4,256	1,142	13,058	8,211	13,058	23,968	0%-100%
330	392	43	0,98	0,960	4,626	1,140	13,052	8,232	13,052	23,922	0%-100%
345	398	37	1	1,000	4,817	0,916	12,335	7,793	12,335	22,814	0%-100%



CREM 2011129755 RJ/D

6.4- SIGANATEL - SISTEMA AUXILIAR

Analógico/Digital: Analógico

Curva: UIT-1546

Latitude: 09S233058

HCI(m): 48

G Max SI(dBd): -0,06

Demais Perdas(dB): 0,5

Município: Petrolina - PE

Eficiência: 0,777

Campo Protegido(dBµV/m): 66,000

Serviço: FM

Canal: 229

Longitude: 40W295326

Pot. TX (KW): 3

Comp.Linha-L(m): 53

Atenuação(dB/100m): 1,123

Cbt(m): 381

Erp máx(KW): 2,299

Intervalo Radiais: 15

Azimuth	HMT	HMT	E/E _{max}	(E/E _{max}) ²	ERP _{0m} (KW)	ERP _{90m} (KW)	C.Prov(km)	C1(km)	C2(km)	C3(km)	Legenda
0	393	42	0,99	0,980	2,253	0,572	10,876	6,863	10,876	20,335	0%-100%
15	391	44	0,95	0,902	2,075	0,572	10,878	6,838	10,878	20,385	0%-100%
30	382	53	0,89	0,792	1,821	0,680	11,442	6,944	11,442	21,476	0%-100%
45	378	57	0,83	0,689	1,584	0,685	11,420	6,883	11,420	21,511	0%-100%
60	368	67	0,79	0,624	1,435	0,825	12,003	7,199	12,003	22,590	0%-100%
75	367	68	0,76	0,578	1,328	0,786	11,849	7,082	11,849	22,362	0%-100%
90	371	64	0,77	0,593	1,363	0,725	11,595	6,939	11,595	21,903	0%-100%
105	375	60	0,79	0,624	1,435	0,681	11,403	6,839	11,403	21,534	0%-100%
120	374	61	0,80	0,640	1,471	0,718	11,583	6,946	11,583	21,866	0%-100%
135	372	63	0,82	0,672	1,546	0,795	11,885	7,155	11,885	22,347	0%-100%
150	385	50	0,84	0,706	1,622	0,563	10,829	6,531	10,829	20,436	0%-100%
165	377	58	0,85	0,722	1,661	0,738	11,649	7,039	11,649	21,895	0%-100%
180	380	55	0,84	0,706	1,622	0,659	11,304	6,820	11,304	21,291	0%-100%
195	380	55	0,82	0,672	1,546	0,631	11,169	6,721	11,169	21,073	0%-100%
210	373	62	0,79	0,624	1,435	0,721	11,576	6,945	11,576	21,842	0%-100%
225	365	70	0,74	0,548	1,259	0,780	11,848	7,063	11,848	22,388	0%-100%
240	374	61	0,72	0,518	1,192	0,588	10,962	6,508	10,962	20,848	0%-100%
255	360	55	0,72	0,518	1,192	0,496	10,450	6,210	10,450	19,906	0%-100%
270	380	55	0,77	0,593	1,363	0,561	10,818	6,468	10,818	20,516	0%-100%
285	386	49	0,82	0,672	1,546	0,522	10,600	6,380	10,600	20,054	0%-100%
300	385	49	0,88	0,774	1,780	0,593	10,986	6,555	10,986	20,664	0%-100%
315	390	45	0,94	0,884	2,031	0,582	10,930	6,663	10,930	20,490	0%-100%
330	382	43	0,98	0,960	2,208	0,583	10,935	6,692	10,935	20,454	0%-100%
345	398	37	1	1,000	2,299	0,477	10,337	6,343	10,337	19,338	0%-100%


 CREA 2033129755 RJ

6.5- TRANSMISSOR

A UNIVASF encaminhará a este Ministério a certificação do transmissor, bem como indica-lo no formulário FMC 01 (FM) até a ocasião do pedido de licenciamento da estação, conforme o prevê o item 5.1.2 ("c") do ANEXO da Portaria nº 449, de 13 de outubro de 2005 (DOU 27/09/2005).

7

6.6- ANTENA

FMV

Antena para transmissão de FM, com polarização Circular. Podendo ser confeccionada com cabos coaxiais e divisores, linha EIA 1 5/8" ou EIA 3 1/8".

Ideal para transmissão em média e alta potência. Podendo ser instalada em lateral de torre ou tubulão em topo de torre.

Antena de fácil instalação e baixa carga de vento.

Pode ser utilizado diagrama de elevação com tilt elétrico e/ou preenchimento de nulo. Possui confecção com alimentação inferior ou central.

É produzida, sendo sua estrutura externa em latão e suas conexões internas em cobre e latão banhados a prata. Possui tratamento anticorrosivo epoxi em coloração branca. Com possibilidade de pressurização plena ou até a entrada da antena.

Sistemas com configurações diferentes as apresentadas, entrar em contato.

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Faixa de Frequência	87,5 a 108,1 Mhz
Largura de Banda	500 KHz
Polarização	Circular
Impedância	50 ohms
Ganho	Vide tabela
Potência Máxima por elemento	2500 Watts (EIA 7/8") 5000 Watts (EIA 1 5/8") 10000 Watts (EIA 3 1/8")
Ângulo de 1/2 pot. vertical	Vide tabela
Circularidade	< 2,9 dB's
Relação Axial	< 1,2 dB's
VSWR	<1.05:1
Dimensões	Vide tabela
Área exposta	Vide tabela
Carga ao Vento	Vide tabela
Peso	Vide tabela
Conexão de entrada do sistema	EIA 7/8", EIA 1 5/8", EIA 3 1/8", EIA 4 1/16"
Resistência a ventos	180 Km/h
Proteção elétrica	Por intermédio da estrutura da antena

Nº de Elementos	Ganho dBd	Veze	Potência Máxima de Entrada (KW)	Conexão	Âng. 1/2 Pot. Vertical
1	-3,07	0,49	2,5	EIA 7/8"	84º
2	-0,06	0,98	5	EIA 1 5/8"	27º
3	1,7	1,48	7,5	EIA 1 5/8"	18º
4	2,95	1,97	10	EIA 1 5/8"	13º
6	4,71	2,96	15	EIA 3 1/8"	8,5º
8	5,96	3,94	20	EIA 3 1/8"	6,5º

* Elementos com conexão de entrada em EIA 7/8" (cabos+divisores)

Nº de Elementos	Ganho dBd	Veze	Potência Máxima de Entrada (KW)	Conexão	Âng. 1/2 Pot. Vertical
1	-3,07	0,49	5	EIA 1 5/8"	84º
2	-0,06	0,98	10	EIA 1 5/8"	27º
3	1,7	1,48	15	EIA 3 1/8"	18º
4	2,95	1,97	20	EIA 3 1/8"	13º
6	4,71	2,96	30	EIA 3 1/8"	8,5º
8	5,96	3,94	40	EIA 4 1/16"	6,5º

* Elementos com conexão de entrada em EIA 1 5/8"

Nº de Elementos	Ganho dBd	Veze	Potência Máxima de Entrada (KW)	Conexão	Âng. 1/2 Pot. Vertical
1	-3,07	0,49	10	EIA 3 1/8"	84º
2	-0,06	0,98	20	EIA 3 1/8"	27º
3	1,7	1,48	30	EIA 3 1/8"	18º
4	2,95	1,97	40	EIA 4 1/16"	13º
6	4,71	2,96	40	EIA 4 1/16"	8,5º
8	5,96	3,94	40	EIA 4 1/16"	6,5º

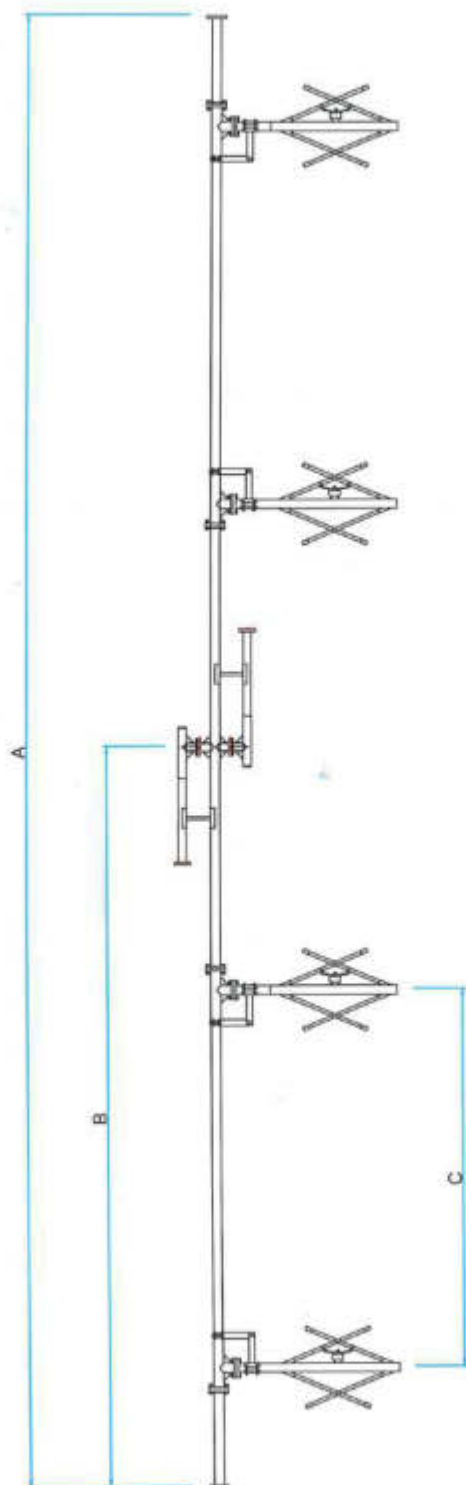
* Elementos com conexão de entrada em EIA 3 1/8"

O ganho apresentado nas tabelas acima, consideram perdas de divisores, cabos e conectores utilizados na interligação.

MODELO

SIST. PRINCIPAL FMV-4-R-U-229
SIST. RESERVA FMV-2-S-229

<div><div>FV</div><div>↓</div><div>FMV</div></div>	<div><div>N</div><div>↓</div><div>Nº de Elementos</div></div>	Em Cabo	<div><div>S</div><div>↓</div><div>S= EIA 7/8"</div></div>	<div><div>XXX</div><div>↓</div><div>Canal</div></div>	
		Em Linha Rígida	<div><div>R</div><div>↓</div><div>Linha Rígida</div></div>	<div><div>U, T, Q</div><div>↓</div><div>U= EIA 1 5/8"</div><div>T= EIA 3 1/8"</div><div>Q= EIA 4 1/16"</div></div>	<div><div>XXX</div><div>↓</div><div>Canal</div></div>


Características Mecânicas *

Números de Elementos	A	B	C	Área Exposta	Carga ao Vento	Peso
1	1815	907,5	3337	0,15	15	29
2	5152	2576		0,63	63	60
3	8489	4244,5		0,94	94	81
4	11826	5913		1,22	122	113
6	18500	9250		1,80	180	188
8	25155	12577		2,39	239	223

* Dados referentes a sistemas com frequência de 88,1 Mhz em Linha 1 5/8"

Características Mecânicas *

Números de Elementos	A	B	C	Área Exposta	Carga ao Vento	Peso
1	1630	815	3000	0,14	14	27
2	4630	2315		0,58	58	56
3	7630	3815		0,85	85	75
4	10630	5315		1,10	110	105
6	16630	8315		1,63	163	156
8	22623	11312		2,16	216	207

* Dados referentes a sistemas com frequência de 98,1 Mhz em Linha 1 5/8"

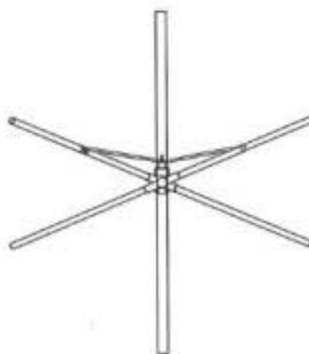
Características Mecânicas *

Números de Elementos	A	B	C	Área Exposta	Carga ao Vento	Peso
1	1480	740	2720	0,13	13	25
2	4200	2100		0,54	54	52
3	6920	3480		0,78	78	69
4	9640	4820		1,02	102	97
6	15080	7540		1,49	149	144
8	20520	10260		1,99	199	191

* Dados referentes a sistemas com frequência de 108,1 Mhz em Linha 1 5/8"

A = Altura do sistema (mm)
 B = Centro de Fase do sistema (mm)
 C = Espaçamento entre antenas (mm)
 Área exposta (m²)
 Carga ao Vento (Kgf)
 Peso (Kg)

* Características referentes a confecção em tubo padrão em latão.

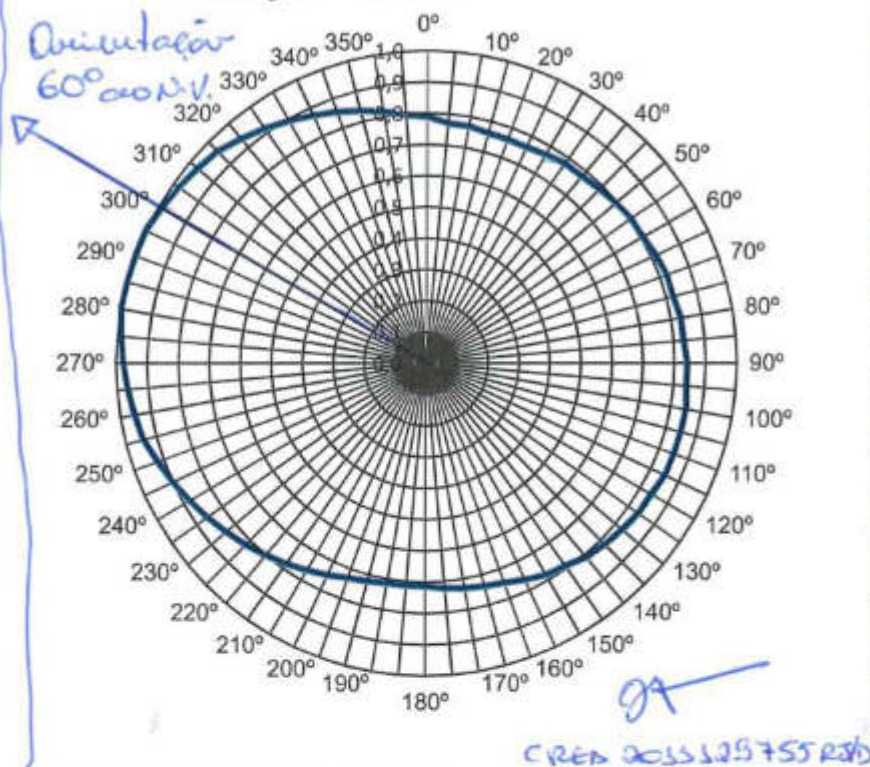


FMV

IDEAL
Antenas Profissionais

Diagrama de Azimute Polarização Vertical

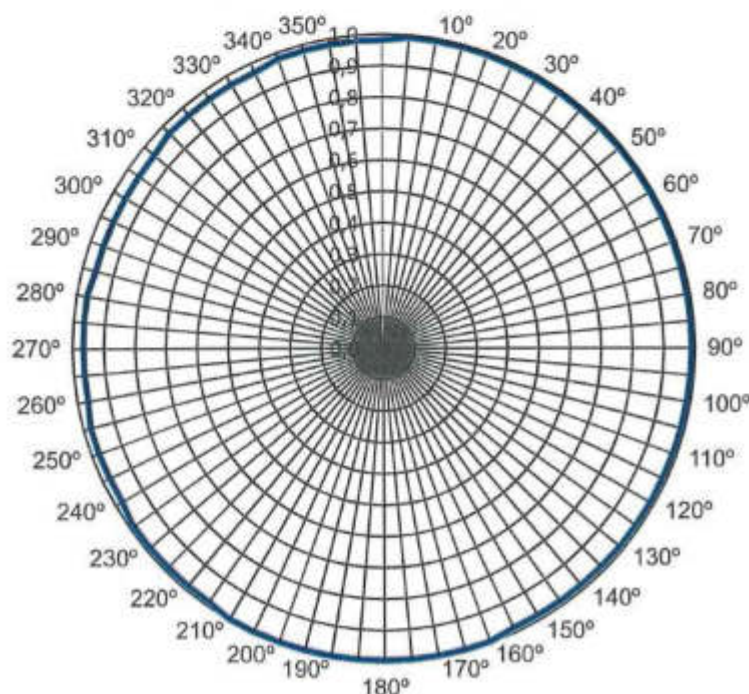
SIST. PRINCIPAL
SIST. RESERVA



Graus	E/E _{max}	(dB)	(%)	Graus	E/E _{max}	(dB)	(%)
0°	0,79	-2,1	61,7%	90°	0,84	-1,5	70,8%
5°	0,77	-2,3	58,9%	95°	0,84	-1,5	70,8%
10°	0,77	-2,3	58,9%	100°	0,85	-1,4	72,4%
15°	0,76	-2,4	57,5%	105°	0,85	-1,4	72,4%
20°	0,76	-2,4	57,5%	110°	0,85	-1,4	72,4%
25°	0,76	-2,4	57,5%	115°	0,85	-1,4	72,4%
30°	0,77	-2,3	58,9%	120°	0,84	-1,5	70,8%
35°	0,78	-2,2	60,3%	125°	0,84	-1,5	70,8%
40°	0,78	-2,2	60,3%	130°	0,83	-1,6	69,2%
45°	0,79	-2,1	61,7%	135°	0,82	-1,7	67,6%
50°	0,79	-2,0	63,1%	140°	0,81	-1,8	66,1%
55°	0,80	-1,9	64,6%	145°	0,79	-2,0	63,1%
60°	0,80	-1,9	64,6%	150°	0,79	-2,1	61,7%
65°	0,81	-1,8	66,1%	155°	0,77	-2,3	58,9%
70°	0,82	-1,7	67,6%	160°	0,75	-2,5	56,2%
75°	0,82	-1,7	67,6%	165°	0,74	-2,6	55,0%
80°	0,83	-1,6	69,2%	170°	0,73	-2,7	53,7%
85°	0,83	-1,6	69,2%	175°	0,72	-2,8	52,5%

Graus	E/E _{max}	(dB)	(%)	Graus	E/E _{max}	(dB)	(%)
180°	0,72	-2,9	51,3%	270°	0,98	-0,2	95,5%
185°	0,72	-2,9	51,3%	275°	0,99	-0,1	97,7%
190°	0,72	-2,9	51,3%	280°	1,00	0,0	100,0%
195°	0,72	-2,8	52,5%	285°	1,00	0,0	100,0%
200°	0,73	-2,7	53,7%	290°	1,00	0,0	100,0%
205°	0,75	-2,5	56,2%	295°	1,00	0,0	100,0%
210°	0,77	-2,3	58,9%	300°	0,99	-0,1	97,7%
215°	0,79	-2,1	61,68%	305°	0,98	-0,2	95,5%
220°	0,80	-1,9	64,6%	310°	0,97	-0,3	93,3%
225°	0,82	-1,7	67,6%	315°	0,95	-0,4	91,2%
230°	0,84	-1,5	70,8%	320°	0,93	-0,6	87,1%
235°	0,86	-1,3	74,1%	325°	0,91	-0,8	83,2%
240°	0,88	-1,1	77,6%	330°	0,89	-1,0	79,4%
245°	0,90	-0,9	81,3%	335°	0,87	-1,2	75,9%
250°	0,92	-0,7	85,1%	340°	0,85	-1,4	72,4%
255°	0,94	-0,5	89,1%	345°	0,83	-1,6	69,2%
260°	0,95	-0,4	91,2%	350°	0,81	-1,8	66,1%
265°	0,97	-0,3	93,3%	355°	0,79	-2,0	63,1%

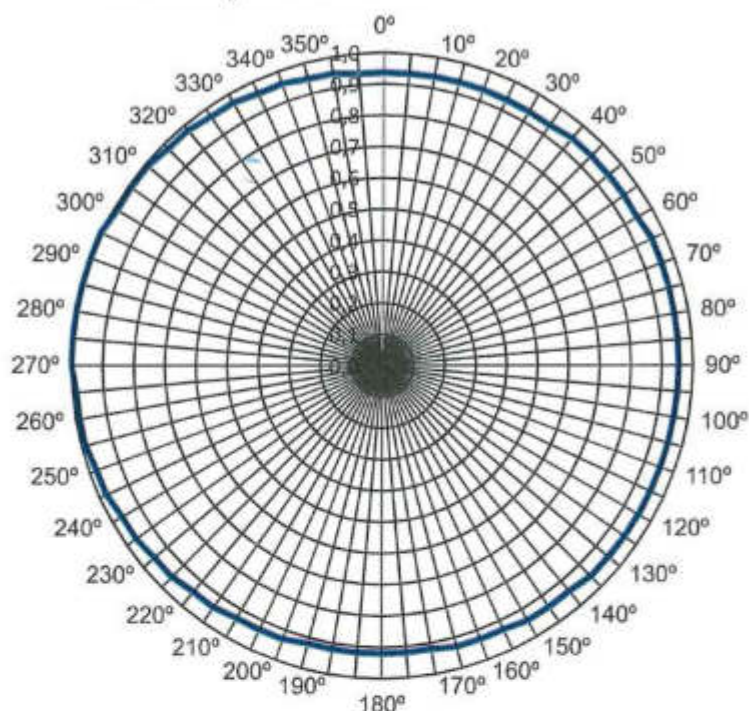
Diagrama de Azimute Polarização Horizontal



Graus	E/E _{max}	(dB)	(%)	Graus	E/E _{max}	(dB)	(%)
0°	0,98	-0,2	95,5%	90°	0,99	-0,1	97,7%
5°	0,99	-0,1	97,7%	95°	0,99	-0,1	97,7%
10°	0,99	-0,1	97,7%	100°	0,99	-0,1	97,7%
15°	0,99	-0,1	97,7%	105°	0,99	-0,1	97,7%
20°	0,99	-0,1	97,7%	110°	0,99	-0,1	97,7%
25°	0,99	-0,1	97,7%	115°	0,99	-0,1	97,7%
30°	0,99	-0,1	97,7%	120°	0,99	-0,1	97,7%
35°	0,99	-0,1	97,7%	125°	0,99	-0,1	97,7%
40°	0,99	-0,1	97,7%	130°	0,99	-0,1	97,7%
45°	0,99	-0,1	97,7%	135°	0,99	-0,1	97,7%
50°	0,99	-0,1	97,7%	140°	0,99	-0,1	97,7%
55°	0,99	-0,1	97,7%	145°	0,99	-0,1	97,7%
60°	0,99	-0,1	97,7%	150°	0,99	-0,1	97,7%
65°	0,99	-0,1	97,7%	155°	0,99	-0,1	97,7%
70°	0,99	-0,1	97,7%	160°	1,00	0,0	100,0%
75°	0,99	-0,1	97,7%	165°	1,00	0,0	100,0%
80°	0,99	-0,1	97,7%	170°	1,00	0,0	100,0%
85°	0,99	-0,1	97,7%	175°	1,00	0,0	100,0%

Graus	E/E _{max}	(dB)	(%)	Graus	E/E _{max}	(dB)	(%)
180°	1,00	0,0	100,0%	270°	0,97	-0,3	93,3%
185°	1,00	0,0	100,0%	275°	0,97	-0,3	93,3%
190°	1,00	0,0	100,0%	280°	0,97	-0,3	93,3%
195°	1,00	0,0	100,0%	285°	0,95	-0,4	91,2%
200°	1,00	0,0	100,0%	290°	0,95	-0,4	91,2%
205°	1,00	0,0	100,0%	295°	0,95	-0,4	91,2%
210°	1,00	0,0	100,0%	300°	0,95	-0,4	91,2%
215°	0,99	-0,1	97,72%	305°	0,95	-0,4	91,2%
220°	0,99	-0,1	97,7%	310°	0,95	-0,4	91,2%
225°	0,99	-0,1	97,7%	315°	0,97	-0,3	93,3%
230°	0,99	-0,1	97,7%	320°	0,97	-0,3	93,3%
235°	0,99	-0,1	97,7%	325°	0,97	-0,3	93,3%
240°	0,98	-0,2	95,5%	330°	0,97	-0,3	93,3%
245°	0,98	-0,2	95,5%	335°	0,97	-0,3	93,3%
250°	0,98	-0,2	95,5%	340°	0,98	-0,2	95,5%
255°	0,98	-0,2	95,5%	345°	0,98	-0,2	95,5%
260°	0,97	-0,3	93,3%	350°	0,98	-0,2	95,5%
265°	0,97	-0,3	93,3%	355°	0,98	-0,2	95,5%

Diagrama de Azimute Polarização Circular

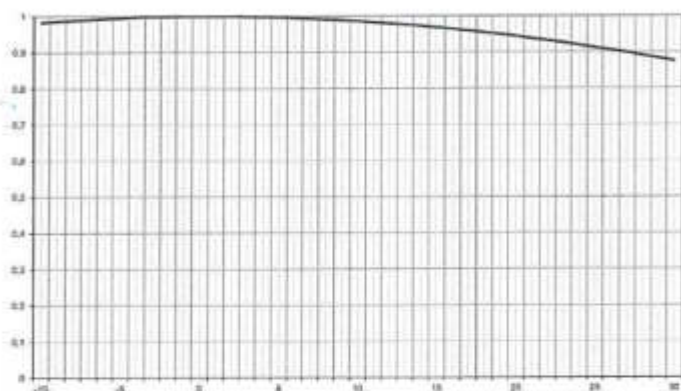


Graus	E/E _{max}	(dB)	(%)	Graus	E/E _{max}	(dB)	(%)
0°	0,93	-0,6	87,1%	90°	0,95	-0,4	91,2%
5°	0,93	-0,6	87,1%	95°	0,95	-0,4	91,2%
10°	0,93	-0,6	87,1%	100°	0,95	-0,4	91,2%
15°	0,93	-0,6	87,1%	105°	0,95	-0,4	91,2%
20°	0,93	-0,6	87,1%	110°	0,95	-0,4	91,2%
25°	0,93	-0,6	87,1%	115°	0,95	-0,4	91,2%
30°	0,93	-0,6	87,1%	120°	0,95	-0,4	91,2%
35°	0,93	-0,6	87,1%	125°	0,95	-0,4	91,2%
40°	0,94	-0,5	89,1%	130°	0,95	-0,4	91,2%
45°	0,94	-0,5	89,1%	135°	0,95	-0,4	91,2%
50°	0,94	-0,5	89,1%	140°	0,94	-0,5	89,1%
55°	0,94	-0,5	89,1%	145°	0,94	-0,5	89,1%
60°	0,94	-0,5	89,1%	150°	0,94	-0,5	89,1%
65°	0,95	-0,4	91,2%	155°	0,93	-0,6	87,1%
70°	0,95	-0,4	91,2%	160°	0,93	-0,6	87,1%
75°	0,95	-0,4	91,2%	165°	0,93	-0,6	87,1%
80°	0,95	-0,4	91,2%	170°	0,92	-0,7	85,1%
85°	0,95	-0,4	91,2%	175°	0,92	-0,7	85,1%

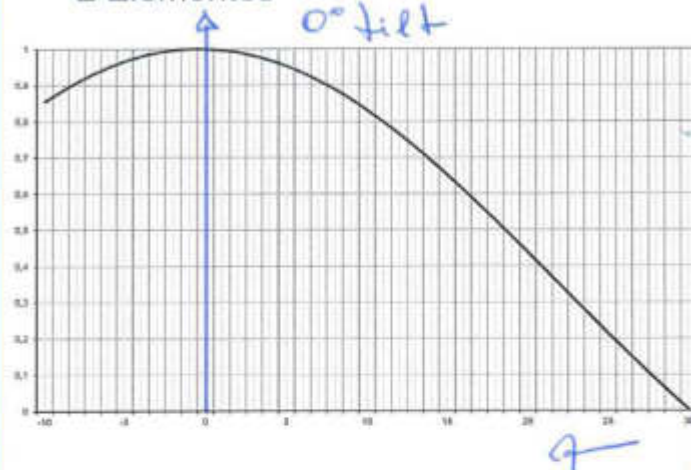
Graus	E/E _{max}	(dB)	(%)	Graus	E/E _{max}	(dB)	(%)
180°	0,92	-0,7	85,1%	270°	1,00	0,0	100,0%
185°	0,92	-0,7	85,1%	275°	1,00	0,0	100,0%
190°	0,92	-0,7	85,1%	280°	1,00	0,0	100,0%
195°	0,92	-0,7	85,1%	285°	1,00	0,0	100,0%
200°	0,93	-0,6	87,1%	290°	1,00	0,0	100,0%
205°	0,93	-0,6	87,1%	295°	1,00	0,0	100,0%
210°	0,93	-0,6	87,1%	300°	0,99	-0,1	97,7%
215°	0,94	-0,5	89,13%	305°	0,99	-0,1	97,7%
220°	0,94	-0,5	89,1%	310°	0,99	-0,1	97,7%
225°	0,95	-0,4	91,2%	315°	0,98	-0,2	95,5%
230°	0,95	-0,4	91,2%	320°	0,98	-0,2	95,5%
235°	0,97	-0,3	93,3%	325°	0,97	-0,3	93,3%
240°	0,97	-0,3	93,3%	330°	0,97	-0,3	93,3%
245°	0,98	-0,2	95,5%	335°	0,95	-0,4	91,2%
250°	0,98	-0,2	95,5%	340°	0,95	-0,4	91,2%
255°	0,99	-0,1	97,7%	345°	0,94	-0,5	89,1%
260°	0,99	-0,1	97,7%	350°	0,94	-0,5	89,1%
265°	0,99	-0,1	97,7%	355°	0,93	-0,6	87,1%

Diagrama de Elevação

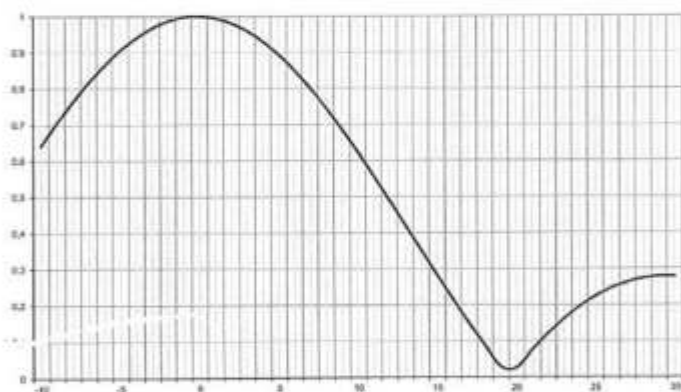
1 Elemento



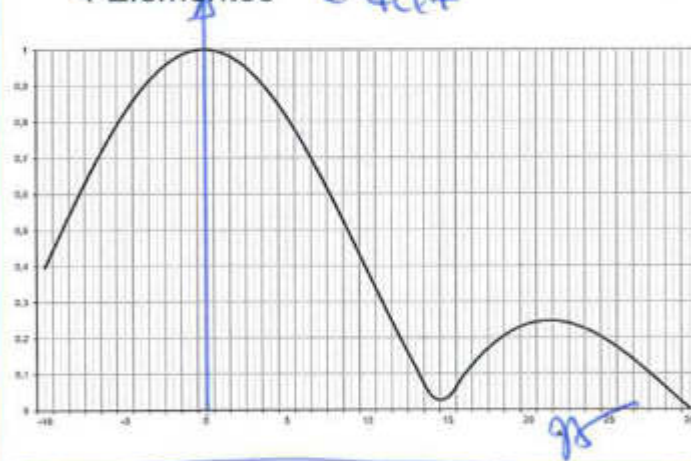
2 Elementos



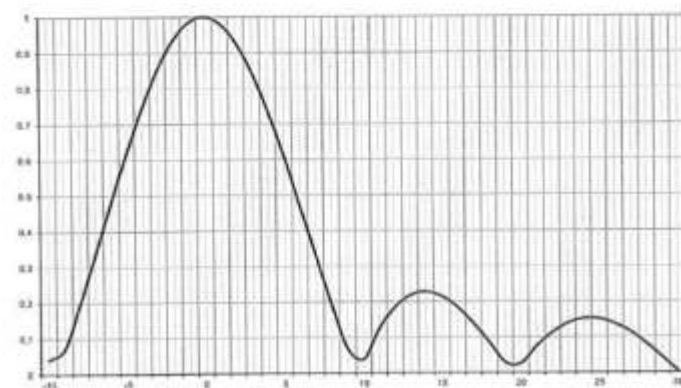
3 Elementos



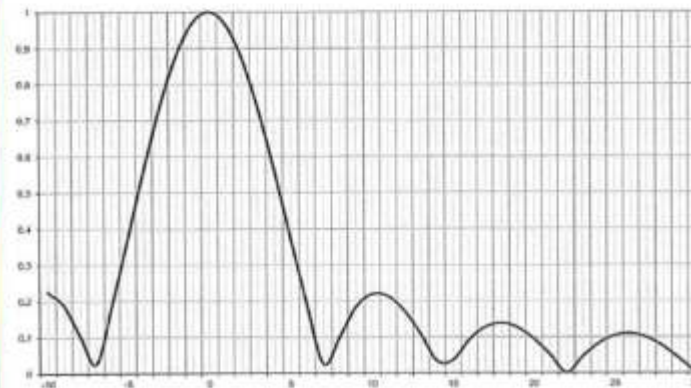
4 Elementos



6 Elementos



8 Elementos



6.7- LINHA DE TRANSMISSÃO

6.7.1- SISTEMA PRINCIPAL

PRODUCT DATASHEET

HCA158-50J

RADIO FREQUENCY SYSTEMS
The Clear Choice™

1-5/8" HELIFLEX® Air-Dielectric Coaxial Cable

HELIFLEX® 1-5/8" low loss air dielectric cable

FEATURES / BENEFITS

- ➔ **Low Attenuation**
The low attenuation of HELIFLEX® coaxial cable results in highly efficient signal transfer in your RF system.
- ➔ **Complete Shielding**
The solid outer conductor of HELIFLEX® coaxial cable creates a continuous RF/EMI shield that minimizes system interference.
- ➔ **Low VSWR**
Special low VSWR versions of HELIFLEX® coaxial cables contribute to low system noise.
- ➔ **Outstanding Intermodulation Performance**
HELIFLEX® coaxial cable's solid inner and outer conductors virtually eliminate intermod. Intermodulation performance is also confirmed with state-of-the-art equipment at the RFS factory.
- ➔ **High Power Rating**
Due to their low attenuation, outstanding heat transfer properties and temperature stabilized dielectric materials, HELIFLEX® cable provides safe long term operating life at high transmit power levels.
- ➔ **Wide Range of Application**
Typical areas of application are: feedlines for broadcast and terrestrial microwave antennas, wireless cellular, PCS and ESMR base stations, cabling of antenna arrays, and radio equipment interconnects.



1-5/8" HELIFLEX® Air Dielectric Coaxial Cable

Technical Features

APPLICATIONS

Applications UHF, VHF, Broadcast; intended for outdoor usage

STRUCTURE

Cable Type		Air-Dielectric, Corrugated
Size		1-5/8"
Jacket Option		Black
Inner Conductor	mm (in)	18.6 (0.73) Corrugated Copper Tube
Dielectric	mm (in)	39.8 (1.56) Helical Polyethylene Spacer
Outer Conductor	mm (in)	46.6 (1.83) Corrugated Copper
Jacket	mm (in)	50.4 (1.984) Polyethylene, PE

ELECTRICAL SPECIFICATIONS

Impedance	Ω	50 +/- 0.5
Maximum Frequency	GHz	3.0
Velocity	%	95.0
Capacitance	pF/m (pF/ft)	70 (21.3)
Inductance	μH/m (μH/ft)	0.175 (0.053)
Peak Power Rating	kW	270.0
RF Peak Voltage	Volts	5200.0
Jacket Spark	Volt RMS	8000.0
Inner Conductor dc Resistance	Ω/1000 m (Ω/1000 ft)	1.06 (0.33)
Outer Conductor dc Resistance	Ω/1000 m (Ω/1000 ft)	0.39 (0.13)
Return Loss (VSWR) Performance		Standard
Maximum Return Loss	dB (VSWR)	Typical 20.6dB (1.2 VSWR) or better within the operation bands of most global frequency ranges. Premium also available. Contact factory for options in your specific frequency band.
Phase Stabilized		Phase stabilized and phase matched cables and assemblies are available upon request.
Temperature & Power		Standard

MECHANICAL SPECIFICATIONS

Cable Weight, Nominal	kg/m (lb/ft)	1.3 (0.89)
Minimum Bending Radius, Single Bend	mm (in)	180 (7)
Minimum Bending Radius, Repeated Bends	mm (in)	550 (22)
Bending Moment	Nm (lb*ft)	42
Tensile Strength	N (lb)	1500 (337)
Recommended / Maximum Clamp Spacing	m (ft)	0.8 / 1.2 (2.75 / 4)

HCA158-50J

REV: F0

REV DATE: 09.Oct.2007

www.rfsworld.com

All values nominal unless tolerances provided; information contained in the present datasheet is subject to confirmation at time of ordering

Page 1 of 2



1-5/8" HELIFLEX® Air-Dielectric Coaxial Cable

ATTENUATION AND POWER RATING

Frequency MHz	Attenuation		Power
	dB/100m	dB/100ft	kW
0.5	0.04	0.013	270.00
1	0.06	0.019	196.00
1.5	0.08	0.023	160.00
2	0.09	0.027	138.00
10	0.20	0.06	61.40
20	0.28	0.085	43.40
30	0.34	0.104	35.40
50	0.44	0.135	27.30
88	0.59	0.18	20.50
100	0.63	0.193	19.20
108	0.66	0.20	18.40
150	0.78	0.237	15.60
174	0.84	0.256	14.40
200	0.90	0.275	13.50
300	1.11	0.339	11.00
400	1.29	0.394	9.44
450	1.38	0.419	8.83
500	1.45	0.443	8.41
512	1.47	0.449	8.30
600	1.60	0.488	7.64
700	1.74	0.529	7.03
800	1.86	0.589	6.59
824	1.89	0.577	6.49
894	1.98	0.603	6.20
900	1.98	0.605	6.20
925	2.01	0.614	6.11
960	2.05	0.626	6.00
1000	2.10	0.64	5.86
1250	2.37	0.722	5.21
1500	2.61	0.797	4.75
1700	2.80	0.853	4.44
1800	2.89	0.88	4.31
2000	3.06	0.932	4.08
2200	3.22	0.982	3.89
2300	3.30	1.01	3.81
3000	3.83	1.17	3.32

Attenuation at 20°C (68°F) cable temperature;
tolerance +/- 5% max.; Mean power rating at
40°C (104°F) ambient temperature

TESTING AND ENVIRONMENTAL

Fire Performance	Halogene Free
Flame Retardant Jacket Specifications	Meets the requirements according to: IEC60754-1, IEC60754-2
Installation Temperature	-40 to 60 (-40 to 140) °C(°F)
Storage Temperature	-70 to 85 (-94 to 185) °C(°F)
Operation Temperature	-50 to 85 (-58 to 185) °C(°F)

External Document Links

Notes

6.7.2- SISTEMA AUXILIAR

7/8" CELLFLEX® Premium Attenuation Low-Loss Foam-Dielectric Coaxial Cable

CELLFLEX® 7/8" premium attenuation low loss flexible cable

FEATURES / BENEFITS

- ③ **Ultra Low Attenuation**
The reduced attenuation of CELLFLEX® coaxial cable results in extremely efficient signal transfer in your RF system, especially at high frequencies.
- ③ **Complete Shielding**
The solid outer conductor of CELLFLEX® coaxial cable creates a continuous RF/EMI shield that minimizes system interference.
- ③ **Low VSWR**
Special low VSWR versions of CELLFLEX® coaxial cables contribute to low system noise.
- ③ **Outstanding Intermodulation Performance**
CELLFLEX® coaxial cable's solid inner and outer conductors virtually eliminate intermods. Intermodulation performance is also confirmed with state-of-the-art equipment at the RFS factory.
- ③ **High Power Rating**
Due to their low attenuation, outstanding heat transfer properties and temperature stabilized dielectric materials, CELLFLEX® cable provides safe long term operating life at high transmit power levels.
- ③ **Wide Range of Application**
Typical areas of application are: feedlines for broadcast and terrestrial microwave antennas, wireless cellular, PCS and ESMR base stations, cabling of antenna arrays, and radio equipment interconnects.



7/8" CELLFLEX® Low-Loss Foam Dielectric Coaxial Cable

Technical Features

APPLICATIONS

Applications

Main feed line, intended for outdoor usage

STRUCTURE

Cable Type		Foam-Dielectric, Corrugated
Size		7/8"
Jacket Option		Black
Inner Conductor	mm (in)	9.3 (0.37) Copper Tube
Dielectric	mm (in)	21.5 (0.85) Foam Polyethylene
Outer Conductor	mm (in)	25.2 (0.99) Corrugated Copper
Jacket	mm (in)	27.8 (1.09) Polyethylene, PE

ELECTRICAL SPECIFICATIONS

Impedance	Ω	50 +/- 1
Maximum Frequency	GHz	5.0
Velocity	%	90.0
Capacitance	pF/m (pF/ft)	74 (22.5)
Inductance	μH/m (μH/ft)	0.185 (0.056)
Peak Power Rating	kW	85.0
RF Peak Voltage	Volts	2920.0
Jacket Spark	Volt RMS	8000.0
Inner Conductor dc Resistance	Ω/1000 m (Ω/1000 ft)	1.76 (0.54)
Outer Conductor dc Resistance	Ω/1000 m (Ω/1000 ft)	1.93 (0.59)
Return Loss (VSWR) Performance		Standard for 80-2700MHz
Maximum Return Loss	dB (VSWR)	20 (1.222)
Phase Stabilized		Phase stabilized and phase matched cables and assemblies are available upon request.
Temperature & Power		Standard

MECHANICAL SPECIFICATIONS

Cable Weight, Nominal	kg/m (lb/ft)	0.38 (0.25)
Minimum Bending Radius, Single Bend	mm (in)	120 (5)
Minimum Bending Radius, Repeated Bends	mm (in)	250 (10)
Bending Moment	Nm (lb*ft)	16
Tensile Strength	N (lb)	1440 (324)
Recommended / Maximum Clamp Spacing	m (ft)	0.8 / 1 (2.75 / 3.25)

Sist. Auxilio

PRODUCT DATASHEET
LCF78-50JA

RADIO FREQUENCY SYSTEMS
 The Clear Choice



7/8" CELLFLEX® Premium Attenuation Low-Loss Foam-Dielectric Coaxial Cable

ATTENUATION AND POWER RATING

Frequency MHz	Attenuation dB/100m dB/100ft		Power kW
0.4	0.08	0.024	91.00
1	0.11	0.034	74.20
1.5	0.14	0.042	60.70
2	0.16	0.049	52.40
10	0.36	0.109	23.30
20	0.51	0.156	16.40
30	0.63	0.191	13.40
50	0.81	0.248	10.30
88	1.09	0.331	7.69
100	1.16	0.354	7.22
108	1.21	0.368	6.93
150	1.43	0.437	5.86
174	1.55	0.472	5.41
200	1.68	0.507	5.05
300	2.06	0.627	4.07
400	2.40	0.731	3.49
450	2.55	0.778	3.29
500	2.70	0.823	3.10
512	2.73	0.833	3.07
600	2.98	0.907	2.81
700	3.23	0.986	2.59
750	3.36	1.02	2.49
800	3.48	1.06	2.41
824	3.53	1.08	2.37
894	3.69	1.13	2.27
900	3.71	1.13	2.26
925	3.76	1.15	2.23
960	3.84	1.17	2.18
1000	3.93	1.20	2.13
1250	4.44	1.35	1.89
1400	4.73	1.44	1.77
1500	4.91	1.50	1.71
1700	5.27	1.61	1.59
1800	5.44	1.66	1.54
2000	5.77	1.76	1.45
2100	5.93	1.81	1.41
2200	6.09	1.86	1.38
2400	6.40	1.95	1.31
2500	6.55	2.00	1.28
2600	6.70	2.04	1.25
2700	6.84	2.09	1.23
3000	7.27	2.22	1.15
3500	7.95	2.42	1.05
4000	8.60	2.62	0.974
4900	9.69	2.95	0.865
5000	9.81	2.99	0.854

TESTING AND ENVIRONMENTAL

Fire Performance	Halogene Free
Installation Temperature	-40 to 60 (-40 to 140) °C(°F)
Storage Temperature	-70 to 85 (-94 to 185) °C(°F)
Operation Temperature	-50 to 85 (-58 to 185) °C(°F)

Attenuation at 20°C (68°F) cable temperature;
 tolerance +/- 5% max.; Mean power rating at
 40°C (104°F) ambient temperature

External Document Links

Notes

LCF78-50JA

REV: E

REV DATE: 10.May.2019

www.rfsworld.com

All values nominal unless tolerances provided; information contained in the present datasheet is subject to confirmation at time of ordering

Page 2 of 2

Handwritten signature

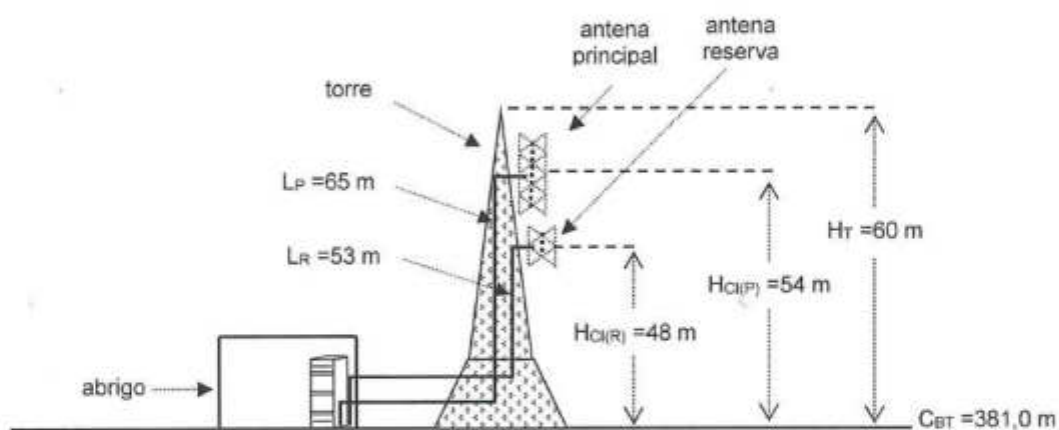
6.8- CROQUIS DE INSTALAÇÃO

CROQUIS DE INSTALAÇÃO DE CAMPO

Entidade: UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF

Localidade: PETROLINA – PE

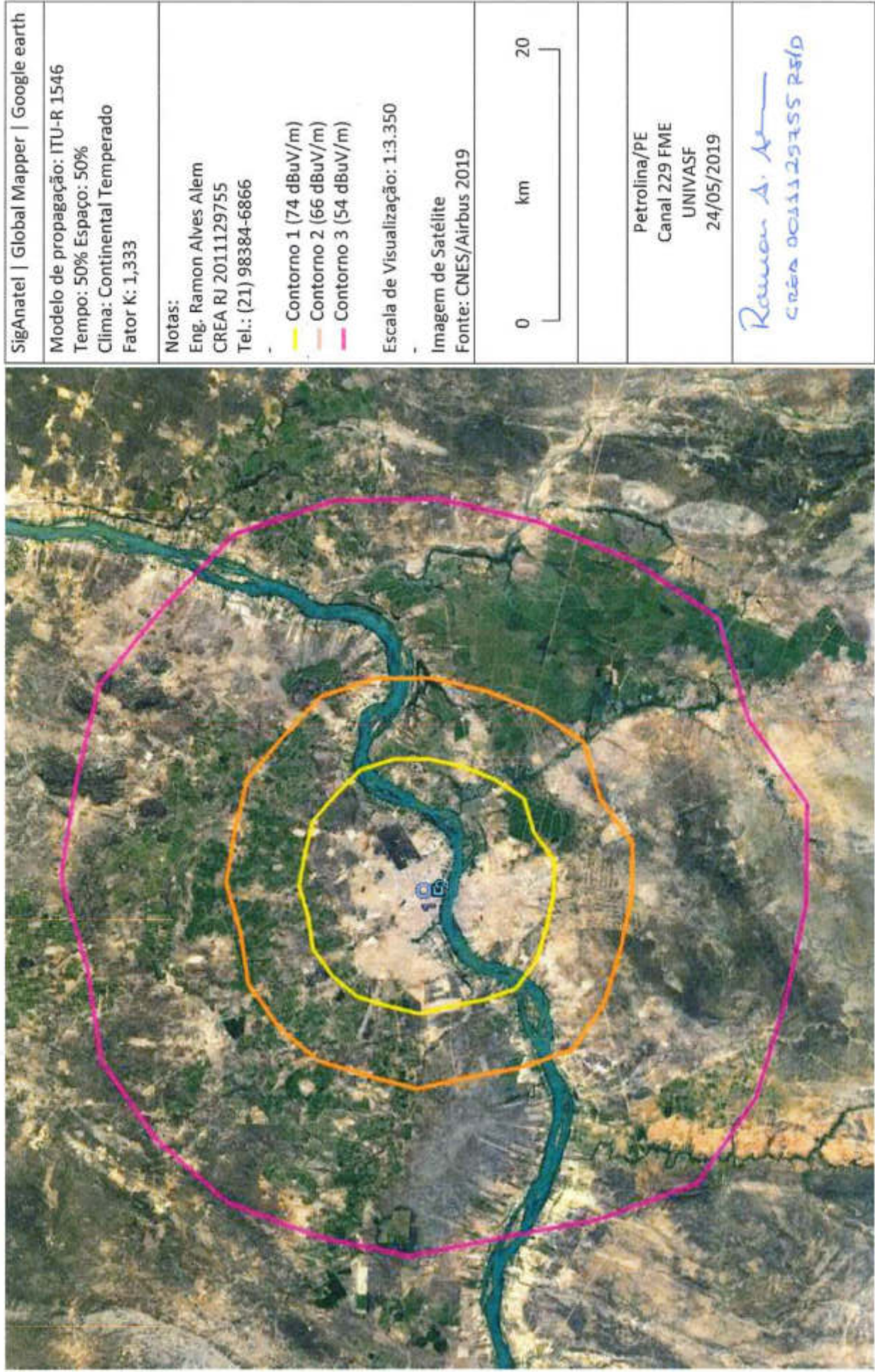
Canal: canal 31 (trinta e um)

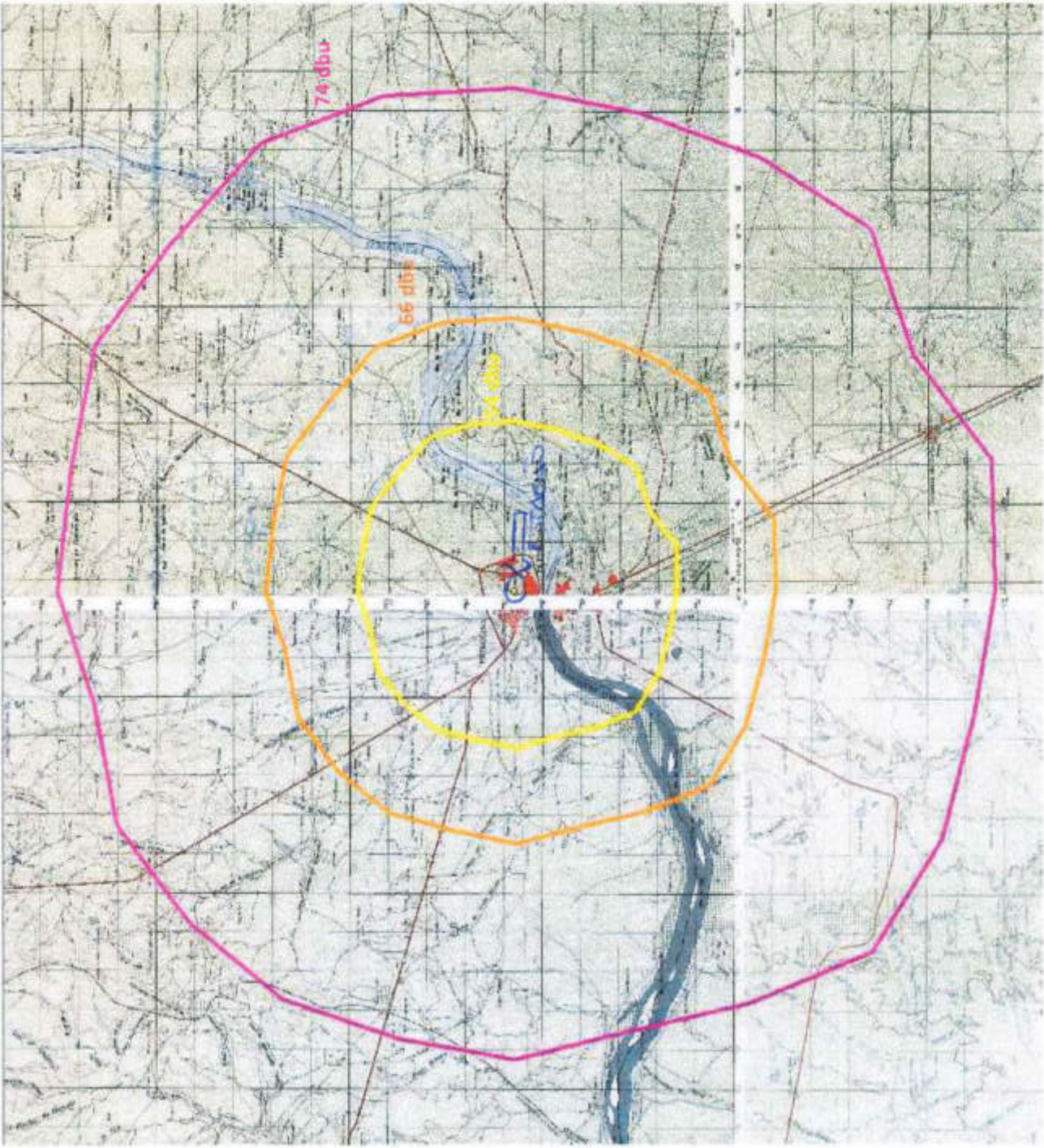


JA
CREA 2041529755 R5/D

- C_{BT} : Cota da base da torre em relação ao nível do mar
- H_T : Altura da torre
- $H_{CI(P)}$: Altura do centro geométrico do sistema irradiante principal em relação à base da torre
- $H_{CI(R)}$: Altura do centro geométrico do sistema irradiante reserva em relação à base da torre
- $L_{(P)}$: Comprimento da linha de transmissão principal
- $L_{(R)}$: Comprimento da linha de transmissão reserva

6.9- DIAGRAMA DE COBERTURA





Global Mapper SIGAnatel
Modelo de propagação: ITU-R 1546 Tempo: 50% Espaço: 50% Clima: Continental Temperado Fator K: 1,333
Notas: Universidade Federal do Vale do São Francisco
Escala de Visualização: 1:3.030 Cartas topográficas: Petrolina (MI-1515)/DSG,1992 Itamotinga (MI-1516)/DSG,1985 Campo dos Cavalos (MI-1590)/DSG,1985 Juremal () Escala de Visualização: 1:100.000 Equidistância das curvas de nível: 40 metros Datum vertical: Imbituba – Santa Catarina Datum horizontal: Corrego Alegre – Minas Gerais
0 km 22,5
Petrolina/PE Canal 229 FME
24/05/2019 <i>Ramon D. Azeiteiro</i> CE2020112755 0310

6.10- ART



Cedente		Vencimento		Valor do documento	
CREA-RJ - CONS. REG. ENGENHARIA E AGRONOMIA - CNPJ: 34.260.596/0001-80		05/06/2019		85,96	
(-) desconto / abatimento	(-) outras deduções	(+) mora / multa	(+) outros acréscimos	(=) Valor cobrado	
Data do documento	Nº documento	Tipo doc.	Acerte	Data proces.	Nosso número
26/05/2019	28078570000490873	RC	N	26/05/2019	28078570000490873-7
Uso do Banco	Carteira	Moeda	Quantidade	x Valor	Agência/Código Cedente
	017/027	R\$			1769-8 / 260345-4
Nome do sacado		Registro		CPF/CNPJ	
RAMON ALVES ALEM		2011129755		804.925.095-49	
Endereço		UF		CEP	
RUA GEMINIANO GOIS 151 BL 01 APTO 502		RJ		22743-670	
Município		FREGUESIA (JACAREPAGUA)			
RIO DE JANEIRO					
Instruções de responsabilidade do cedente					
ART 2020190110878					

NÃO ACEITAR APÓS O VENCIMENTO. Desconsiderar se quitado.

Este recibo somente terá validade com a autenticação mecânica ou acompanhado do recibo de pagamento emitido pelo Banco.
Recebimento através do cheque nº _____ do banco _____
Esta quitação só terá validade após o pagamento do cheque pelo banco sacado.

Autenticação mecânica - **Recibo do sacado**



001-9 | 00190.00009 02807.857004 00490.873171 7 79110000008596

Local de pagamento		Vencimento			
Pagável em qualquer Banco até o vencimento.		05/06/2019			
Cedente		Agência / Código cedente			
CREA-RJ - CONS. REG. ENGENHARIA E AGRONOMIA - CNPJ: 34.260.596/0001-80		1769-8 / 260345-4			
Data do documento	Nº documento	Tipo doc.	Acerte	Data proces.	Nosso número
26/05/2019	28078570000490873	RC	N	26/05/2019	28078570000490873-7
Uso do Banco	Carteira	Moeda	Quantidade	x Valor	(-) Valor documento
	017/027	R\$			85,96
Instruções de responsabilidade do cedente					(-) Desconto / Abatimento
ART 2020190110878					(27)
					(-) Outras deduções
					(35)
					(+) Mora / Multa
					(19)
					(+) Outros acréscimos
					(=) Valor cobrado
NÃO ACEITAR APOS O VENCIMENTO. Desconsiderar se quitado.					
Sacado		CPF/CNPJ: 804.925.095-49			
RAMON ALVES ALEM					
RUA GEMINIANO GOIS 151 BL 01 APTO 502					
22743-670 FREGUESIA (JACAREPAGUA) - RIO DE JANEIRO RJ		REGISTRO: 2011129755			
Sacador / Avalista					

Autenticação mecânica - **Ficha de compensação**





**Pagamento realizado
com sucesso.**

Forma de pagamento

Débito em conta

Agência / Conta corrente: 0942 / 0000100449
03

Dados do boleto

Boleto: 00190.00009 02807.857004 00490.87
3171 7 79110000008596

ISPB: 000000000

Banco: Banco Do Brasil Sa

Vencimento: 05/06/2019

Pagamento: 27/05/2019

Valor nominal: R\$ 85,96

Encargos: R\$ 0,00

Descontos: R\$ 0,00

Valor total a cobrar: R\$ 85,96

Valor recebido: R\$ 85,96

Beneficiário

Conselho Regional De Engenharia E Agronomia
Do Rio

Conselho Regional De Engenharia E Agrono

CNPJ/CPF: 34.260.596/0001-80

Ramon Alves Alem

CNPJ/CPF: 804.925.095-49

Pagador Final

Ramon Alves Alem

CNPJ/CPF 804.925.095-49

Data / Hora da Transação:

26/05/2019 - 21:59

Autenticação bancária:

MBB351B166EC1E067602319



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
Avenida José de Sá Maniçoba, S/N, Centro - CEP 56.304-917 - Petrolina - PE

A

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Assunto: Apresentação do projeto técnico de instalação da estação ch 229E de Petrolina/PE.


Referências: Ofício nº 5266/2019/SEI-MCTIC

Petrolina/PE, 27 de maio de 2019

Ilmo. Sr.,

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF**, CNPJ nº 05.440.725/0001-14, com endereço na Avenida José de Sá Maniçoba, s/n – Centro, Petrolina/PE vem, respeitosamente, apresentar o projeto de aprovação de locais e equipamentos da estação do canal 229, em atendimento ao processo de outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Petrolina/PE – Processo nº 53900.069292/2015-11 - Edital nº 78/2015.

Nestes termos pede deferimento,



Julianeli Tolentino de Lima
Representante Legal da Universidade Federal do Vale do São Francisco

Julianeli Tolentino de Lima
Reitor
Universidade Federal do Vale
do São Francisco
SIAPE Nº 1508832 - UNIVASF

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE INTERRUÇÃO DAS TRANSMISSÕES EM CASO DE INTERFERÊNCIAS CAUSADAS PELA
ESTAÇÃO

Eu, Julianeli Tolentino de Lima
(nome do representante legal), na qualidade de representante legal da entidade Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco (razão social da entidade), declaro que:

- Na ocorrência de interferências prejudiciais causadas pela estação da entidade que represento, interrompereei as transmissões imediatamente até que essas sejam sanadas, sem prejuízo do exercício das competências fiscalizatórias legalmente atribuídas à Anatel.

Petrolina/PE, 27 de maio de 2019.
(local e data)

(assinatura do representante da entidade)

Julianeli Tolentino de Lima
Reitor
Universidade Federal do Vale
do São Francisco - UNIVASF
SIAPE 1528832



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-RJ

ART de Obra ou Serviço
2020190110878

INICIAL

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro

1. Responsável Técnico

RAMON ALVES ALEM

Título profissional:
ENGENHEIRO ELETRICISTA - ELETRONICA

RNP: 0509376231

Registro: 2011129755

Empresa contratada:

Registro: -

2. Dados do contrato

Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO

CPF/CNPJ: 05440725000114

AVENIDA ANTONIO CARLOS MAGALHAES

Complemento: SANTO ANTONIO

Bairro: COUNTRY CLUB Nº: 510

Cidade: JUAZEIRO

UF: BA

CEP: 48902300

Contrato: -

Celebrado em: 21/05/2019

Tipo de Contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO

Valor do Contrato: R\$ 4.560,00

3. Dados da Obra/Serviço

RUA GEMINIANO GOIS

Complemento: -

Bairro: FREGUESIA (JACA Nº: 151

Cidade: RIO DE JANEIRO

UF: RJ REPAGUA)

CEP: 22743670

Data de Início: 26/05/2019

Previsão de término: 25/06/2019

Finalidade: OUTRO

4. Atividade técnica

49 PROJETO
20 DIMENSIONAMENTO
60 ESTACAO DE RADIO

Quantidade	Unidade	Pavimento
1,00	un	-

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

PROJETO TÉCNICO DE INSTALAÇÃO PARA FINS DE APROVAÇÃO E LOCAIS DA ESTAÇÃO DE RADIODIFUSÃO EM FREQUÊNCIA MODULADA, FREQUÊNCIA 93,7 MHZ, DO PBFM DE PETROLINA/PE.

6. Declarações

Cláusula compromissória: qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-RJ, nos termos do respectivo regulamento por arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

Acessibilidade: Declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de classe

NENHUMA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Ramon A. Alem de 19

Ramon A. Alem
RAMON ALVES ALEM - 864318594

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO - 05440725000114

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea-RJ: www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade.

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-rj.org.br
Tel: (21) 2179-2007

atendimento@crea-rj.org.br
Rua Buenos Aires, 40 - Rio de Janeiro - RJ



Valor ART: R\$85,96 Registrada em: 27/05/2019

Valor Pago: R\$85,96

Nosso Número: 28078570000490873

Julianeli Tolentino de Lima
Reitor
Universidade Federal do Vale
do São Francisco - UNIVASF
SIAPE 1528832



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-RJ

ART de Obra ou Serviço
2020190110878

INICIAL

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro

1. Responsável Técnico

RAMON ALVES ALEM

Título profissional:

ENGENHEIRO ELETRICISTA - ELETRONICA

RNP: 0509376231

Registro: 2011129755

Empresa contratada:

Registro: -

2. Dados do contrato

Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO

CPF/CNPJ: 05440725000114

AVENIDA ANTONIO CARLOS MAGALHAES

Complemento: SANTO ANTONIO

Bairro: COUNTRY CLUB

Nº: 510

Cidade: JUAZEIRO

UF: BA

CEP: 48902300

Contrato: -

Celebrado em: 21/05/2019

Tipo de Contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO

Valor do Contrato: R\$ 4.560,00

3. Dados da Obra/Serviço

RUA GEMINIANO GOIS

Complemento: -

Bairro: FREGUESIA (JACA

Nº: 151

Cidade: RIO DE JANEIRO

UF: RJ

CEP: 22743670

Data de Início: 26/05/2019

Previsão de término: 26/06/2019

Finalidade: OUTRO

4. Atividade técnica

49 PROJETO

20 DIMENSIONAMENTO

60 ESTACAO DE RADIO

Quantidade

1,00

Unidade

un

Pavimento

-

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

PROJETO TÉCNICO DE INSTALAÇÃO PARA FINS DE APROVAÇÃO E LOCAIS DA ESTAÇÃO DE RADIODIFUSÃO EM FREQUÊNCIA MODULADA, FREQUÊNCIA 93,7 MHZ, DO PBFM DE PETROLINA/PE.

6. Declarações

Clausula compromissória: qualquer conflito ou litigio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-RJ, nos termos do respectivo regulamento por arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

Acessibilidade: Declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de classe

NENHUMA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Ramon Alves Alem 27 de maio de 19

Ramon Alves Alem

RAMON ALVES ALEM - PROFISSIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO - 05440725000114

Valquiria Rosa Lima

Registrada em: 27/05/2019

Reitor
Universidade Federal do Vale
do São Francisco - UNIVASF
SIAPE 1528832

9. Informações

• A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea-RJ: www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade

• A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-rj.org.br/servicos/autenticidade.

• A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-rj.org.br

Tel: (21) 2179-2007

atendimento@crea-rj.org.br

Rua Buenos Aires, 40 - Rio de Janeiro - RJ



Valor Pago: R\$85,96


Nosso Número: 28078570006490873

**DECLARAÇÃO DE INTERRUÇÃO DAS TRANSMISSÕES EM CASO DE INTERFERÊNCIAS
CAUSADAS PELA ESTAÇÃO**

Eu, Julianeli Tolentino de Lima, na qualidade de representante legal da entidade da **UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO**, declaro que:

- Na ocorrência de interferências prejudiciais causadas pela estação da entidade que represento, interromperei as transmissões imediatamente até que essas sejam sanadas, sem prejuízo do exercício das competências fiscalizatórias legalmente atribuídas à Anatel.

Petrolina/PE, 27 de maio de 2019

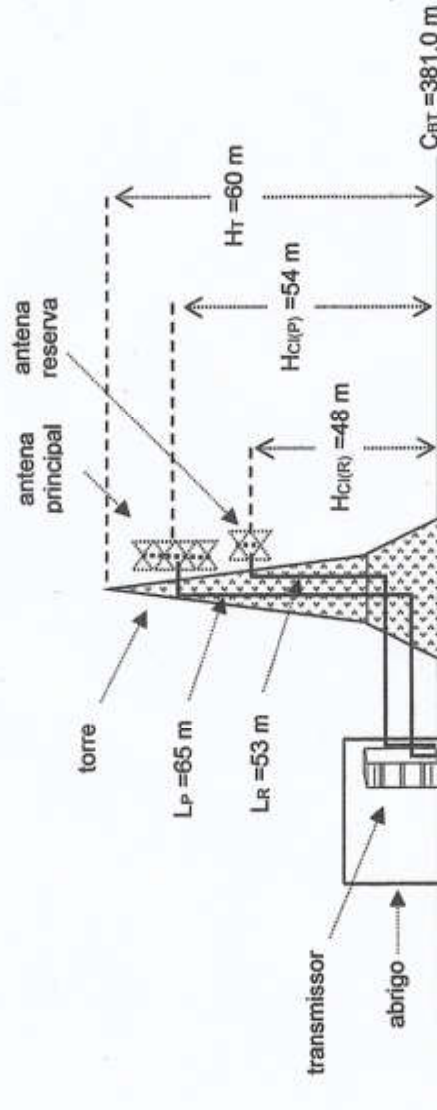


Julianeli Tolentino de Lima
Representante Legal da Universidade Federal do Vale do São Francisco

Julianeli Tolentino de Lima
Reitor
Universidade Federal do Vale
do São Francisco
SIAPE Nº 1528832 UNIVASF

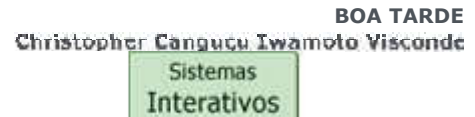
CROQUIS DE INSTALAÇÃO DE CAMPO

Entidade: UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF
Localidade: PETROLINA - PE
Canal: canal 229 (duzentos e vinte e nove)



05.11.2019
 CREA 2011529755 RJ/D

- C_{BT} : Cota da base da torre em relação ao nível do mar
- H_T : Altura da torre
- $H_{CI(P)}$: Altura do centro geométrico do sistema irradiante principal em relação à base da torre
- $H_{CI(R)}$: Altura do centro geométrico do sistema irradiante reserva em relação à base da torre
- L_P : Comprimento da linha de transmissão principal
- L_R : Comprimento da linha de transmissão reserva

Agência Nacional
de Telecomunicações

Menu Principal ▾

SRD >>> Consultas >>> Geral | internet | teia | menu | ajuda

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: PE
Município: Petrolina
Frequência: 93,7 MHz
Classe: B1
Canal: 229 E

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 1 - Outorgada

Dados da Entidade

Entidade: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO
Nome Fantasia: UNIVASF
Nº Estação:

Fistel: 50418121958
CNPJ: 05.440.725/0001-14
Situação: Entidade devedora (Bloqueada)

**Primeiro
Licenciamento:**

**Último
Licenciamento:**

☐ Dados do Plano Básico

Ocupante do Canal

Entidade: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO
Fase: 1 - Outorgada

Nº Fistel: 50418121958

Coordenadas Geográficas do Município

Município: Petrolina/PE

Latitude:

Longitude:

Raio:

Coordenadas Geográficas

Latitude: ° ' " Sul

Longitude: ° ' "

Local Específico:

**Coordenada pré-
fixada?:** Não

Características

Canal: 229

Frequência: 93,7

Classe:

**Canal
Educativo?:**

Limitações

Limitações: ☐ Sim ☐ Não

Potência Determinada

Não possui Potência Determinada.

Histórico / Observações

Histórico:

Ato nº 430, de 19/01/2012, publicado no DOU. de 23/01/2012.

Máximo: 250 **Digitados: 59**

Observação:

CANAL RESERVADO PARA O PNO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA.

Máximo: 250 **Digitados: 53**

☐ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ:

Razão Social: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO

Nome Fantasia: UNIVASF

Tipo de Usuário: 50% (órgãos do governo)

Endereço Sede

País:

Número do CEP:

Logradouro:

Número:

Complemento:

Bairro:

Estado:

Município:

Distrito:

SubDistrito:

Telefone: 87 00000000

Fax:

Endereço de Correspondência

País:

Número do CEP:

Logradouro:

Número:

Complemento:

Bairro:

Estado:

Município:

Distrito:

SubDistrito:

Telefone: Fax: E-mail:

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico: Data Publicação
Contrato/Convênio: SCRAD Técnico: Data Limite
Instalação: Número do Processo:

Fistel: 50418121958

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	- Selecione -	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Outorga
<div><input type="button" value="Tela Inicial"/> <input type="button" value="Imprimir"/></div>								



Entidade Administrativo Endereços Plano Básico **Estação Principal** Estação Auxiliar RDS

Transmissor Principal

Código Equipamento	<input type="text"/>	Buscar
Equipamento não possui código de homologação		
Fabricante	<input type="text"/>	
Modelo	<input type="text"/>	
Potência de Operação	3.000	kW

Linha de Transmissão Principal

Fabricante	Radio Frequency Systems - RFS	
Modelo	HCA158-50J	
Comprimento da Linha	65.0	m
Atenuação	0.609	dB/100m
Perdas Acessórias	0.5	dB
Impedância	50	ohms

Antena Principal

Fabricante	Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda.	
Modelo	FV4RU229	
Ganho	2.95	dBd
Beam-Tilt	0	
Orientação NV	60	
Polarização	Circular	
HCI	54.0	m
Nulos	<input type="text"/>	
Observações	Antena Omnidirecional	
ERP Máximo	4.6143	kW
Antena	15°	

0 °	0.1	15 °	0.2	30 °	0.3
45 °	0.5	60 °	0.6	75 °	0.6
90 °	0.6	105 °	0.5	120 °	0.5
135 °	0.4	150 °	0.4	165 °	0.4
180 °	0.4	195 °	0.4	210 °	0.5
225 °	0.6	240 °	0.7	255 °	0.7
270 °	0.6	285 °	0.4	300 °	0.3
315 °	0.1	330 °	0	345 °	0

Informar atenuação da antena em dB: $-10 \log \left(\frac{E}{E_{\max}} \right)^2$, sendo que:


$\left(\frac{E}{E_{\max}} \right)^2$: Ganho do sistema irradiante no azimute considerado.

$\left(\frac{E}{E_{\max}} \right)^2 = \left(\frac{E_H}{E_{\max}} \right)^2 \times \left(\frac{E_V}{E_{\max}} \right)^2$

$\left(\frac{E_V}{E_{\max}} \right)^2 = 1$, para inclinação do feixe principal (beam-tilt) = 0°

Localização

Cota da base (m)	381			Buscar			
Latitude	09	°	23	'	30.58	"	<input type="radio"/> N <input checked="" type="radio"/> S
Longitude	40	°	29	'	53.26	"	<input type="radio"/> E <input checked="" type="radio"/> O



Leaflet | © OpenStreetMap contributors | CC



Entidade

Administrativo

Endereços

Plano Básico

Estação Principal

Estação Auxiliar

RDS

Transmissor Auxiliar

Código Equipamento

Buscar

Equipamento não possui código de homologação ☐

Fabricante

Modelo

Potência de Operação

kW

Transmissor Auxiliar 2

Código Equipamento

Buscar

Equipamento não possui código de homologação ☐

Fabricante

Modelo

Potência de Operação

kW

Linha de Transmissão Auxiliar

Fabricante

Radio Frequency Systems - RFS

Modelo

LCF76-50JA

Comprimento da Linha

53.0

m

Atenuação

1.123

dB/100m

Perdas Acessórias

0.5

dB

Impedância

50

ohms

Antena Auxiliar

Fabricante

Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda.

Modelo

FV25229

Ganho

-0.06

dBd

Beam-Tilt

0

Orientação NV

60

Polarização

Circular

HCl

48

m

Nulos

Observações

ID: 57dbac524fd3b Entidade: 05440725000114 FUNDAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO
SAO FRANCISCO

✓	UF Transmissor Principal	Consolidação	Endereço	Campo obrigatório preenchido.
✓	CEP Transmissor Principal	Consolidação	Endereço	Campo obrigatório preenchido.
✓	Logradouro Transmissor Principal	Consolidação	Endereço	Campo obrigatório preenchido.
✓	Município Transmissor Principal	Consolidação	Endereço	Campo obrigatório preenchido.
✓	Endereço Transmissor Principal	Consolidação	Endereço	O município/UF igual ao do CEP informado.
⚠	Estação Principal Modificada	Consolidação	Endereço	O endereço da Estação Principal foi alterado. Verifique a necessidade de alteração das coordenadas geográficas de instalação.
✓	UF Estudio Principal	Consolidação	Endereço	Campo obrigatório preenchido.
✓	CEP Estudio Principal	Consolidação	Endereço	Campo obrigatório preenchido.
✓	Logradouro Estudio Principal	Consolidação	Endereço	Campo obrigatório preenchido.
✓	Município Estudio Principal	Consolidação	Endereço	Campo obrigatório preenchido.
✓	Endereço Estudio Principal	Consolidação	Endereço	O Estudio Principal está localizado no Município do Plano Básico.
✓	Endereço Estudio Principal CEP	Consolidação	Endereço	O município/UF igual ao do CEP informado.
✓	Coordenas em sitio	Técnico	Estação Principal	Distância encontrada: 1.14 km. Distância entre as coordenadas geográficas do Plano Básico e as de Instalação é menor que 2.2 km
⚠	Coordenadas Geogr. Modificada	Consolidação	Endereço	As coordenadas geográficas da Estação Principal foram alteradas. Verifique a necessidade de alteração do endereço.
✗	Verificação de Data do Documento	Outorga	Entidade	Data inválida, favor preencher a data no seguinte formato 'DD/MM/AAAA'
✗	Verificação de Data de Publicação (DOU)	Outorga	Entidade	Data inválida, favor preencher a data no seguinte formato 'DD/MM/AAAA'
✗	Verificação de Data do Contrato	Outorga	Entidade	Data inválida, favor preencher a data no seguinte formato 'DD/MM/AAAA'
✗	Verificação da validade do Contrato	Outorga	Entidade	Data inválida, favor preencher a data menor que hoje.
✗	Verificação da validade do Documento	Outorga	Entidade	Data inválida, favor preencher a data menor que hoje.
✗	Verificação da validade da Publicação	Outorga	Entidade	Data inválida, favor preencher a data menor que hoje.
✓	Cota da Base	Técnico	Estação Principal	Cota da base dentro do limite.
✓	Orientação Trans. Principal	Técnico	Estação Principal	Campo obrigatório preenchido.
✓	Polarizacao Trans. Principal	Técnico	Estação Principal	Campo obrigatório preenchido.
✓	Polarização Trans. Principal	Técnico	Estação Principal	Campo obrigatório preenchido.
✓	Ganho	Técnico	Estação Principal	Campo obrigatório preenchido.
✓	Potência do Transmissor Principal	Técnico	Estação Principal	Campo obrigatório preenchido.
✓	Comprimento da Linha	Técnico	Estação Principal	Campo obrigatório preenchido.
✓	Atenuação dB100m	Técnico	Estação Principal	Campo obrigatório preenchido.
✓	Perdas Acessórias	Técnico	Estação Principal	Campo obrigatório preenchido.
✓	Cálculo erp	Técnico	Estação Principal	ERP calculado é 4.81 kW
✓	Enquad.	Técnico	Estação Principal	Média da distancia superior da Classe inferior.
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 000	Técnico	Estação Principal	az 000 ERP PB 3 Kw ERP Az 4.705 Kw Razão 79.4 Dist Calc 13.1 km Dist Class 16.5 km
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 015	Técnico	Estação Principal	az 015 ERP PB 3 Kw ERP Az 4.598 Kw Razão 81.2 Dist Calc 13.4 km Dist Class 16.5 km
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 030	Técnico	Estação Principal	az 030 ERP PB 3 Kw ERP Az 4.493 Kw Razão 85.5 Dist Calc 14.1 km Dist Class 16.5 km
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 045	Técnico	Estação Principal	az 045 ERP PB 3 Kw ERP Az 4.291 Kw Razão 87.3 Dist Calc 14.4 km Dist Class 16.5 km
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 060	Técnico	Estação Principal	az 060 ERP PB 3 Kw ERP Az 4.193 Kw Razão 93.9 Dist Calc 15.5 km Dist Class 16.5 km
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 075	Técnico	Estação Principal	az 075 ERP PB 3 Kw ERP Az 4.193 Kw Razão 94.5 Dist Calc 15.6 km Dist Class 16.5 km
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 090	Técnico	Estação Principal	az 090 ERP PB 3 Kw ERP Az 4.193 Kw

✓	Enquad. não obrigatório azimuth 105	Técnico	Estação Principal	Razão 92.1 Dist Calc 15.2 km Dist Class 16.5 km az 105 ERP PB 3 Kw ERP Az 4.291 Kw Razão 90.3 Dist Calc 14.9 km Dist Class 16.5 km
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 120	Técnico	Estação Principal	az 120 ERP PB 3 Kw ERP Az 4.291 Kw Razão 90.3 Dist Calc 14.9 km Dist Class 16.5 km
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 135	Técnico	Estação Principal	az 135 ERP PB 3 Kw ERP Az 4.391 Kw Razão 92.1 Dist Calc 15.2 km Dist Class 16.5 km
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 150	Técnico	Estação Principal	az 150 ERP PB 3 Kw ERP Az 4.391 Kw Razão 83 Dist Calc 13.7 km Dist Class 16.5 km
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 165	Técnico	Estação Principal	az 165 ERP PB 3 Kw ERP Az 4.391 Kw Razão 89.1 Dist Calc 14.7 km Dist Class 16.5 km
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 180	Técnico	Estação Principal	az 180 ERP PB 3 Kw ERP Az 4.391 Kw Razão 87.3 Dist Calc 14.4 km Dist Class 16.5 km
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 195	Técnico	Estação Principal	az 195 ERP PB 3 Kw ERP Az 4.391 Kw Razão 86.7 Dist Calc 14.3 km Dist Class 16.5 km
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 210	Técnico	Estação Principal	az 210 ERP PB 3 Kw ERP Az 4.291 Kw Razão 90.9 Dist Calc 15 km Dist Class 16.5 km
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 225	Técnico	Estação Principal	az 225 ERP PB 3 Kw ERP Az 4.193 Kw Razão 96.4 Dist Calc 15.9 km Dist Class 16.5 km
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 240	Técnico	Estação Principal	az 240 ERP PB 3 Kw ERP Az 4.098 Kw Razão 89.1 Dist Calc 14.7 km Dist Class 16.5 km
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 255	Técnico	Estação Principal	az 255 ERP PB 3 Kw ERP Az 4.098 Kw Razão 85.5 Dist Calc 14.1 km Dist Class 16.5 km
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 270	Técnico	Estação Principal	az 270 ERP PB 3 Kw ERP Az 4.193 Kw Razão 85.5 Dist Calc 14.1 km Dist Class 16.5 km
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 285	Técnico	Estação Principal	az 285 ERP PB 3 Kw ERP Az 4.391 Kw Razão 83 Dist Calc 13.7 km Dist Class 16.5 km
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 300	Técnico	Estação Principal	az 300 ERP PB 3 Kw ERP Az 4.493 Kw Razão 83 Dist Calc 13.7 km Dist Class 16.5 km
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 315	Técnico	Estação Principal	az 315 ERP PB 3 Kw ERP Az 4.705 Kw Razão 81.2 Dist Calc 13.4 km Dist Class 16.5 km
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 330	Técnico	Estação Principal	az 330 ERP PB 3 Kw ERP Az 4.814 Kw Razão 80.6 Dist Calc 13.3 km Dist Class 16.5 km
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 345	Técnico	Estação Principal	az 345 ERP PB 3 Kw ERP Az 4.814 Kw Razão 77.6 Dist Calc 12.8 km Dist Class 16.5 km

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Divisão de Regime Legal e de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Serviço de Estudos de Análise Técnica

NOTA TÉCNICA Nº 8648/2019/SEI-MCTIC

Referência: Processo nº 53900.069292/2015-11

Assunto: Aprovação do Local de Instalação da Estação e de Utilização dos Equipamentos - Exigência.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Por meio do processo em referência, a FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO, CNPJ nº 05.440.725/0001-14, solicita a aprovação de local de instalação da estação e de utilização dos equipamentos para a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina/PE, com utilização do canal 229 E (duzentos e vinte nove - Educativo).

ANÁLISE

2. A análise do processo foi baseada na Portaria MC nº 449, de 13 de outubro de 2005, bem como na Resolução Anatel nº 67, de 12 de novembro de 1998 e demais legislações pertinentes ao Serviço. Durante a análise foram observadas as seguintes inconsistências:

DISPOSITIVOS	ANÁLISE
ITENS A SEREM VERIFICADOS JUNTO AO SRD - SISTEMA DE CONTROLE DE RADIODIFUSÃO (ANATEL)	
Situação dos débitos da entidade.	Irregular, entidade devedora (bloqueada).
PROJETO TÉCNICO - DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA, CONFORME PORTARIA MC Nº 449 DE 13 DE OUTUBRO DE 2005	
Subitem 5.1.1, alínea "b" - Formulário padronizado FMC01 (FM) - "Formulário de Informações Técnicas FM", devidamente preenchido e assinado pelo profissional habilitado responsável	Irregular, a polarização da antena indicada é circular.

pelo projeto, contendo as características técnicas de instalação do sistema proposto.	
Subitem 5.1.1, alínea “c” - Formulário padronizado FMC02 (FM) - “Formulário para Estudo Técnico FM”, devidamente preenchido e assinado pelo profissional habilitado responsável pelo projeto, contendo as características técnicas de instalação do sistema proposto.	Irregular, para o cálculo das radiais é necessário usar os dados do diagrama de irradiação horizontal com polarização circular.
Subitem 5.1.1, alínea “e” - Declaração do profissional habilitado responsável pelo projeto, atestando que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção ao voo, ou declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta ou, se for o caso, declaração de inexistência de aeródromos na região.	O local de instalação encontra-se dentro da linha de decolagem e aterrissagem, logo é necessário apresentar declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta.

3. Diante das pendências encontradas, e levando-se em consideração o Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - PBFM e a legislação vigente, a entidade deverá apresentar, em original ou cópia autenticada, a documentação abaixo:

- a. a entidade está em débito, conforme consta no documento em anexo, de modo que a análise ficará sobrestada até essa entidade quitar tais débitos;
- b. declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta;
- c. formulários padronizados, com as devidas correções e assinados por profissional habilitado;

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opinamos pela expedição de ofício de exigência à interessada, para apresentação da documentação pendente.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Aguiar Soares**,
Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da



União, em 29/07/2019, às 10:38 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União**, em 29/07/2019, às 11:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Chefe do Serviço de Estudos de Análise Técnica**, em 30/07/2019, às 10:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4274173** e o código CRC **029E346C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.069292/2015-11

SEI nº 4274173



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Divisão de Regime Legal e de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Serviço de Estudos de Análise Técnica

OFÍCIO Nº 19031/2019/SESTE/DILEC/COLEC/CGEC/DECEF/SERAD/MCTIC

Brasília, 29 de julho de 2019.

À Senhora

JULIANELI TOLENTINO DE LIMA

Representante Legal da FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO (05.440.725/0001-14)

Avenida José de Sá Maniçoba, s/n - Centro

56304-917 / Petrolina - PE

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.069292/2015-11.

Senhora Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 8648/2019/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 45 dias (quarenta e cinco dias), contado da data do recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de indeferimento do pleito.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Aguiar Soares**,
Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da
União, em 29/07/2019, às 10:38 (horário oficial de Brasília), com
fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
4274249 e o código CRC **C733C37C**.

Referência: Processo nº 53900.069292/2015-11

SEI nº 4274249

Data de Envio:

30/07/2019 10:32:35

De:

MCTIC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@mctic.gov.br>

Para:

reitoria@univasf.edu.br

secretaria.gabinete@univasf.edu.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.069292/2015-11

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_4274249.html

Nota_Tecnica_4274173.html



Universidade Federal do Vale do São Francisco
Gabinete da Reitoria

OFÍCIO Nº 361/2019/GR/UNIVASF

Petrolina, 10 de setembro de 2019.

Ao Senhor
Elifas Chaves Gurgel do Amaral
Secretário de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Térreo.
70067-900 Brasília/DF.

Assunto: Respostas às exigências do projeto de instalação da estação de radiodifusão sonora em FME da localidade de Petrolina/PE, canal 229.

Referências: Ofício nº 19031/2019/SESTE/DILEC/COLEC/CGEC/DECEF/SERAD/MCTIC

Senhor Secretário,

1. A Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14, com endereço na Avenida José de Sá Manicoba, s/n – Centro, Petrolina/PE vem, respeitosamente, apresentar as respostas às exigências do projeto de aprovação de locais e equipamentos da estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, canal 229, com fins exclusivamente educativos, no município de Petrolina/PE.
2. Em atenção à indicação de débito, apresentamos em anexo a Certidão Negativa de Débitos de Receitas Administradas pela ANATEL.
3. Consultamos o Comando da Aeronáutica para analisar a possibilidade de interferência da instalação da torre da UNIVASF e o referido Comando informou, através de declaração, que as instalações propostas não ferem os gabaritos de proteção ao voo, ratificando a declaração do profissional responsável pelo projeto.
4. Apresentamos os formulários FMC01 e FMC02 com as informações da antena de polarização vertical. Portanto, de forma a atender o projeto com o modelo da antena de polarização vertical, complementamos as seguintes informações nos respectivos anexos:
 - Folha de especificação técnica da antena.
 - Memória de cálculo do dimensionamento da estação.
 - Diagramas de cobertura.



Universidade Federal do Vale do São Francisco
Gabinete da Reitoria

Nestes termos pede deferimento,

Atenciosamente,

JULIANE L TOLENTINO DE LIMA

Reitor



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO
CNPJ: 05.440.725/0001-14

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 22:54:39 do dia 04/09/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 04/10/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO
DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Ref. ao Protocolo de Pré-Análise DB6195561F

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2019

O COMANDO DA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições legais relacionadas à segurança e regularidade das operações aéreas, com fundamento nos incisos I e II do artigo 12 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 e, no intuito de comprovação do atendimento ao disposto no capítulo VII da Portaria nº 957/GC3, de 09 JUL 2015, declara NÃO SER OBJETO DE AUTORIZAÇÃO DO COMAER, o projeto de implantação do objeto, caracterizado abaixo:

Análise efetuada pelo CINDACTA III;
Solicitante: Julianeli Tolentino de Lima;
Tipo de implantação: Torre;
Empreendimento não construído;
CEP: 56304-917;
Latitude: 09º 23' 30,58" S;
Longitude: 040º 29' 53,26" W;
Altitude da Base: 381,00 m
Altura do Objeto: 60,00 m
Altitude de Topo: 441,00 m

O Solicitante declarou que o empreendimento NÃO TEM potencial atrativo de fauna. Adicionalmente, declarou que NÃO É de natureza perigosa.

As informações prestadas de localização, altitude da base, altura do objeto e altitude do topo são de inteira responsabilidade do solicitante.

O presente documento tem validade até 18/08/2020 para apresentação à autoridade Municipal e se refere às questões relacionadas com a segurança e a regularidade das operações aéreas e não supre a deliberação de outras entidades da administração pública sobre assuntos de sua competência.

A sinalização e iluminação do objeto deverá cumprir o previsto no Capítulo V da Portaria nº 957/GC3, de 09 JUL 2015.

De acordo com a Portaria Normativa nº 54/GM-MD, de 15 de julho de 2019 - a qual revogou o art.4 e o inciso V do art.6 da Portaria Normativa nº 1887, de 22 de dezembro de 2010, a análise de atividade atrativa de fauna ou com potencial de atração de fauna não é mais de competência do COMAER.

Certidão emitida gratuitamente.

Documento gerado automaticamente em 21/08/2019, às 09:06.



Sua autenticidade poderá ser confirmada por meio do link: http://www.sysaga2.decea.gov.br/autenticar/82EE_30B4_6050_7DFD_AFD9/2576404390, ou acessando o site: <http://www.sysaga2.decea.gov.br/> na opção 'Autenticar Documentos' utilizando o Código Verificador 82EE 30B4 6050 7DFD AFD9 e o código CRC 2576404390.

1- MEMÓRIA DESCRITIVA

1.1 - Transmissor

Fabricante:

Modelo:

Modo de operação:

Potência de operação: 2 kW

Código de certificação:

A UNIVASF encaminhará a este Ministério a certificação do transmissor, bem como indica-lo no formulário FMC 01 (FM) até a ocasião do pedido de licenciamento da estação, conforme o prevê o item 5.1.2 ("c") do ANEXO da Portaria nº 449, de 13 de outubro de 2005 (DOU 27/09/2005).

1.2- Sistema Irradiante Principal

1.2.1- Antena

Tipo de antena:	Omnidirecional
Fabricante:	Ideal Antenas
Modelo:	DRV-U-3-229
Polarização:	Vertical
Ganho máximo:	4,62 dBd ou 2,90 vezes
Tipo da Torre:	Auto-Suportada
Altura da Torre:	60 metros
Altura da Antena (HCI):	54 metros
Altitude do local:	381 metros
Orientação da antena:	240° em relação ao N.V.

1.5.2 - Linha de Transmissão de Radiofrequência

Fabricante:	RFS
Modelo:	HCA158-50J
Impedância característica:	50,0 Ω
Atenuação /100m (dB):	0,609 dB
Comprimento:	65,0 m
Atenuação no cabo:	0,40 dB
Eficiência:	91,30 %

1.5.3 - Perdas Adicionais

Total de perdas no sistema: 0,5 dB

2- POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA (SISTEMA PRINCIPAL)

2.1- Potência Efetiva Irradiada Máxima (ERP_{máx})

$$ERP_{máx} = \frac{P_t \times G_t \times \eta}{p} = \frac{2 \times 2,89 \times 0,913}{1,12} = 4,71 \text{ kW} = 6,73 \text{ dBk}$$

Em que:

- P_t : potência de operação na saída do transmissor, em kW
 G_t : ganho máximo de potência da antena transmissora, em vezes
 η : eficiência da linha de transmissão
 p : total de perdas introduzidas no sistema, em vezes

2.2- Potência Efetiva Irradiada por Radial (ERP / radial)

Azimute N.V. (graus)	Azimute da antena N.V. (graus)	NMT (m)	HNMT (m)	E_H/E_{Hmax} vezes	E_V/E_{Vmax} vezes	$(E/E_{max})^2$ vezes	Perp radial (kW)	CP d (km)	P90m (kW)
0	120	393,00	42,00	0,69	1,00	0,476	2,246	10,87	0,570
15	135	391,00	44,00	0,66	1,00	0,436	2,055	10,85	0,567
30	150	382,00	53,00	0,63	1,00	0,397	1,872	11,52	0,708
45	165	378,00	57,00	0,62	1,00	0,384	1,813	11,81	0,777
60	180	368,00	67,00	0,62	1,00	0,384	1,813	12,72	1,032
75	195	367,00	68,00	0,62	1,00	0,384	1,813	12,81	1,060
90	210	371,00	64,00	0,63	1,00	0,397	1,872	12,55	0,981
105	225	375,00	60,00	0,66	1,00	0,436	2,055	12,47	0,956
120	240	374,00	61,00	0,69	1,00	0,476	2,246	12,84	1,071
135	255	372,00	63,00	0,73	1,00	0,533	2,514	13,39	1,263
150	270	385,00	50,00	0,78	1,00	0,608	2,870	12,46	0,952
165	285	377,00	58,00	0,84	1,00	0,706	3,328	13,80	1,421
180	300	380,00	55,00	0,88	1,00	0,774	3,653	13,77	1,411
195	315	380,00	55,00	0,92	1,00	0,846	3,992	14,06	1,534
210	330	373,00	62,00	0,95	1,00	0,902	4,257	15,06	2,032
225	345	365,00	70,00	0,99	1,00	0,980	4,623	16,22	2,769
240	0	374,00	61,00	1,00	1,00	1,000	4,717	15,31	2,176
255	15	380,00	55,00	0,99	1,00	0,980	4,623	14,55	1,763
270	30	380,00	55,00	0,95	1,00	0,902	4,257	14,27	1,630
285	45	386,00	49,00	0,92	1,00	0,846	3,992	13,35	1,249
300	60	386,00	49,00	0,88	1,00	0,774	3,653	13,08	1,149
315	75	390,00	45,00	0,84	1,00	0,706	3,328	12,32	0,911
330	90	392,00	43,00	0,78	1,00	0,608	2,870	11,65	0,738
345	105	398,00	37,00	0,73	1,00	0,533	2,514	10,56	0,515
Média:		379,88	55,13				3,039		

Em que:

Azimute: azimute de orientação de cada radial, em relação ao Norte Verdadeiro, em graus
 NMT: nível médio do terreno por radial, em metros
 H/NMT: altura do centro de irradiação da antena sobre o nível médio do terreno por radial, em metros
 $E_H/E_{Hmáx}$: valor do campo normalizado no plano horizontal em relação ao máximo, por radial
 $E_V/E_{Vmáx}$: igual a 1 (sem tilt elétrico ou mecânico)
 $(E/E_{máx})^2$: composição dos valores de $(E_H/E_{Hmáx})^2 \times (E_V/E_{Vmáx})^2$
 ERP/radial: potência efetiva irradiada por radial, em kW
 Contorno 66 dBμ: distância ao contorno de serviço para canais de VHF, em km (em conformidade com as curvas da Recomendação UIT-R P.1546-1)
 P150m(kW): potência referenciada a 90 metros, em kW
 Média: nível médio geral

2.3- Distância aos Contornos 1, 2 e 3, por radial (ERP / radial)

Azimute N.V. (graus)	Azimute da antena N.V. (graus)	Contorno 1		Contorno 2		Contorno 3	
		74 - dBk	d (Km)	66 - dBk	d (Km)	54 - dBk	d (Km)
0	120	70,49	6,66	62,49	10,87	50,49	20,32
15	135	70,88	6,62	62,88	10,85	50,88	20,34
30	150	71,28	7,00	63,28	11,52	51,28	21,60
45	165	71,42	7,16	63,42	11,81	51,42	22,14
60	180	71,42	7,72	63,42	12,72	51,42	23,75
75	195	71,42	7,78	63,42	12,81	51,42	23,90
90	210	71,28	7,63	63,28	12,55	51,28	23,44
105	225	70,88	7,61	62,88	12,47	50,88	23,25
120	240	70,49	7,87	62,49	12,84	50,49	23,86
135	255	70,00	8,26	62,00	13,39	50,00	24,79
150	270	69,42	7,71	61,42	12,46	49,42	23,07
165	285	68,78	8,60	60,78	13,80	48,78	25,38
180	300	68,38	8,61	60,38	13,77	48,38	25,30
195	315	67,99	8,83	59,99	14,06	47,99	25,77
210	330	67,71	9,49	59,71	15,06	47,71	27,49
225	345	67,35	10,28	59,35	16,22	47,35	29,45
240	0	67,27	9,69	59,27	15,31	47,27	27,89
255	15	67,35	9,19	59,35	14,55	47,35	26,57
270	30	67,71	8,99	59,71	14,27	47,71	26,12
285	45	67,99	8,38	59,99	13,35	47,99	24,53
300	60	68,38	8,18	60,38	13,08	48,38	24,07
315	75	68,78	7,67	60,78	12,32	48,78	22,75
330	90	69,42	7,21	61,42	11,65	49,42	21,62
345	105	70,00	6,51	62,00	10,56	50,00	19,71

3- DEMONSTRAÇÃO DE COBERTURA

3.1 – Programa utilizado

Foi utilizado o sistema SIGAnatel para resolver os cálculos dos contornos dos serviços usando a recomendação da ITU-R 1546, bem como a base de dados digital de terrenos do próprio sistema para confrontar com os cálculos apresentados neste projeto.

Os resultados do SIGAnatel com os cálculos da ERP em cada radial estão apresentados em ANEXO.

4- PROFISSIONAL HABILITADO

Declaro, que o presente projeto de instalação da estação de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, para fins exclusivamente educativo, da UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF, canal 229, atende a todas as exigências das Normas Técnicas Vigentes.

Nome:	Ramon Alves Alem
Registro:	CREA 2011129755 RJ/D
CPF.:	804.925.095-49
Endereço:	Rua Geminiano Góis, nº 151, Bl 01, Ap 502, Freguesia Rio de Janeiro - RJ, CEP 22.743-670
Telefone / FAX para contato:	(21) 98384-6866

Rio de Janeiro, 02 de setembro de 2019



Ramon Alves Alem
CREA 2011129755 RJ/D
CPF: 804.925.095-49

Seguem em anexo, o parecer conclusivo, as declarações, os formulários, o diagrama de cobertura conforme o estabelecido nas normas vigentes, bem como a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART com sua respectiva guia de pagamento quitada.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS - FM

FMC 01

1 - SERVIÇO PRINCIPAL

Código: 230 SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA

a) Assinalar a solicitação de interesse:

- ☒ Solicitação inicial de análise de Projeto de Instalação da Estação e Utilização de Equipamentos
☐ Solicitação de alteração das características técnicas anteriormente pleiteadas ou aprovadas

1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE (Preenchimento obrigatório)

RAZÃO SOCIAL

U N I V E R S I D A D E F E D E R A L D O V A L E D O

RAZÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

S A O F R A N C I S C O

CNPJ

0 5 4 4 0 7 2 5 0 0 0 1 1 4

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

U N I V A S F

1.2 - ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA (Preenchimento obrigatório)

LOGRADOURO

A V E N I D A J O S E D E S A M A N I C O B A S N

LOGRADOURO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

C E N T R O

CIDADE

P E T R O L I N A

UF

P E

CEP

5 6 3 0 4 - 9 1 7

FONE

0 8 7 - 2 1 0 1 - 6 8 9 7

FAX

E-MAIL

j a l d o . l o p e s @ u n i v a s f . e d u . b r

1.3 - LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA

LOGRADOURO

A V E N I D A J O S E D E S A M A N I C O B A S N

BAIRRO

C E N T R O

CIDADE

P E T R O L I N A

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

P E

CEP

5 6 3 0 4 - 9 1 7

COORDENADAS GEOGRÁFICAS

0 9 ° 2 3 ' 3 0 " 5 8 4 0 ° 2 9 ' 5 3 " 2 " W

1.4 - LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO PRINCIPAL

A V E N I D A J O S E D E S A M A N I C O B A S N

LOGRADOURO

A V E N I D A J O S E D E S A M A N I C O B A S N

BAIRRO

C E N T R O

CIDADE

P E T R O L I N A

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

P E

CEP

5 6 3 0 4 - 9 1 7

1.5 - LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO AUXILIAR

LOGRADOURO

BAIRRO

CIDADE

CIDADE (CONTINUAÇÃO)

UF

CEP

1.6 - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO

CANAL

2 2 9

C/E

E

CLASSE

B1

FREQUÊNCIA PORTADORA

9 3 . 7 MHz

POLARIZAÇÃO

X V C E

C_{HT}

3 8 1 , 0 0 metros

H_{CL (P)}

5 4 , 0 0 metros

H_{CL (A)}

4 8 , 0 0 metros

H_T

6 0 , 0 metros

FMC 01 (FM)

1.7 - TRANSMISSORESPRINCIPAL
FABRICANTE

MODELO	POT. DE OPERAÇÃO	CERTIFICAÇÃO (Anexar cópia)
	2,00 kW	

AUXILIAR
FABRICANTE

MODELO	POT. DE OPERAÇÃO	CERTIFICAÇÃO (Anexar cópia)
	, kW	

*Caso o fabricante e o modelo do(s) transmissor(es) já esteja(m) definido(s), preencher todos os campos.***1.8 - ANTENA**

FABRICANTE

MODELO	BEAM-TILT	G _{TMAX}	AZIMUTE DO 0° DA ANTENA
ID E A L A N T E N A S	0,0°	4,62 dBd	240,00°

1.9 - LINHA DE TRANSMISSÃO

FABRICANTE

MODELO	COMPRIMENTO (L)	IMPED. CARAC	ATENUAÇÃO (A _L)
R F S S Y S T E M S	65,0 metros	50, Ohms	0,609 dB/100m

1.10 - DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

NOME COMPLETO

R A M O N A L V E S A L E M

REG.CREA

ENDEREÇO

2011129755 RUA GEMINIANO GOIS 151

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

FREGUESIA

CIDADE

UF

RIO DE JANEIRO RJ

CEP

FONE

FAX

22743-670 21-983846866 -

E-MAIL

PROJETO@CRIACAOOBJETIVA.COM.BR

LOCAL

DATA

RIO DE JANEIRO 02/09/2019

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ramon A. Alves

1.11 - REGISTRO FISTEL

-

(USO INTERNO)

2 - SERVIÇO AUXILIAR DE RADIODIFUSÃO E CORRELATOS (*)

a) Assinalar a solicitação de interesse:

- ☐ Solicitação inicial de análise de Projeto de Instalação da Estação e Utilização de Equipamentos
- ☐ Solicitação de alteração das características técnicas anteriormente pleiteadas ou aprovadas

b) Assinalar a modalidade de serviço pretendida:

Código	MODALIDADE
<input type="checkbox"/> 251	Ligação para Transmissão de Programas
<input type="checkbox"/> 252	Reportagem Externa
<input type="checkbox"/> 253	Comunicação de Ordens Internas
<input type="checkbox"/> 254	Telecomando
<input type="checkbox"/> 255	Telemedicação

OUTROS MEIOS:

(*) Caso a entidade tenha interesse na execução do SERVIÇO AUXILIAR DE RADIODIFUSÃO E CORRELATOS (SARC), deverão também ser encaminhados os formulários pertinentes ao serviço: "FMC 09 (SARC)", "FMC 10 (SARC – estação/Frequência)", "FMC 11 (SARC – Diagrama de Ligação de Rede)" e "FMC 12 (SARC – Descrição do Sistema)".

LEGENDA:

C/E	Comercial/Educativo.
GTMAX	Ganho máximo do sistema irradiante.
C _{BT}	Cota da base da torre em relação ao nível do mar.
H _{CI (P)}	Altura do centro de irradiação do sistema irradiante principal em relação à base da torre.
H _{CI (A)}	Altura do centro de irradiação do sistema irradiante auxiliar em relação à base da torre.
H _T	Altura física da estrutura de sustentação dos sistemas irradiantes com relação à sua base.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

FORMULÁRIO PARA ESTUDO TÉCNICO - FM

FMC 02

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE (Preenchimento obrigatório)

RAZÃO SOCIAL

U N I V E R S I D A D E F E D E R A L D O V A L E D O

RAZÃO SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

S A O F R A N C I S C O

CNPJ

0 5 4 4 0 7 2 5 0 0 0 1 1 4

DENOMINAÇÃO DE FANTASIA

U N I V A S F

2 – ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

LOCALIDADE

P E T R O L I N A

UF

P E

3 – PERDAS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO (P_D)

Comprimento da linha (L): 65 metros

Atenuação em 100 metros (A_L): 0,609 dB

Perdas na linha ($P_L = \frac{L \cdot A_L}{100}$): 0,40 dB

Perdas acessórias (conectores e divisores) (P_C): 0,5 dB

Perdas totais na linha ($P_D = P_L + P_C$): 0,90 dB

Perdas na linha ($P_V = 10^{(0,1 \times P_D)}$): 1,23 vezes

Eficiência da linha ($E_F = 1 / P_V$): 0,813

4 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA MÁXIMA (ERP_{MAX})

$$ERP_{MAX} = P_T \times G_{T(MAX)} \times E_F = 2 \times 2,90 \times 0,813 = 4,71 \text{ kW}$$

P_T : Potência de operação do transmissor, em kW.

$G_{T(MAX)}$: Ganho máximo do sistema irradiante, em vezes ($G_{T(MAX)}(\text{vezes}) = 10^{(0,1 \times G_{T(max)}(\text{dBd}))}$).

E_F : Eficiência da linha de transmissão.

Handwritten signature



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

5 – POTÊNCIA EFETIVA IRRADIADA POR AZIMUTE (ERP_{AZ})

AZIMUTES (radiais em graus) (1)	NMT (m) (2)	HSNMT (m) (3)	$\left(\frac{EH}{E_{max}}\right)^2$ (4)	$\left(\frac{EV}{E_{max}}\right)^2$ (5)	$\left(\frac{E}{E_{max}}\right)^2$ (6)	ERP _{AZ} (kW) (7)	DISTÂNCIA AO CONTORNO DE 74 dBμ (km) (8)	DISTÂNCIA AO CONTORNO DE 66 dBμ (km) (9)	DISTÂNCIA AO CONTORNO DE 54 dBμ (km) (10)
0	393,00	42,00	0,476	1	0,476	2,246	6,66	10,87	20,32
15	391,00	44,00	0,436	1	0,436	2,055	6,62	10,85	20,34
30	382,00	53,00	0,397	1	0,397	1,872	7,00	11,52	21,60
45	378,00	57,00	0,384	1	0,384	1,813	7,17	11,81	22,14
60	368,00	67,00	0,384	1	0,384	1,813	7,72	12,72	23,75
75	367,00	68,00	0,384	1	0,384	1,813	7,78	12,81	23,90
90	371,00	64,00	0,397	1	0,397	1,872	7,63	12,55	23,44
105	375,00	60,00	0,436	1	0,436	2,055	7,61	12,47	23,25
120	374,00	61,00	0,476	1	0,476	2,246	7,87	12,84	23,87
135	372,00	63,00	0,533	1	0,533	2,514	8,26	13,39	24,80
150	385,00	50,00	0,608	1	0,608	2,870	7,71	12,46	23,07
165	377,00	58,00	0,706	1	0,706	3,328	8,60	13,80	25,39
180	380,00	55,00	0,774	1	0,774	3,653	8,61	13,77	25,30
195	380,00	55,00	0,846	1	0,846	3,992	8,83	14,06	25,78
210	373,00	62,00	0,903	1	0,902	4,257	9,50	15,06	27,49
225	365,00	70,00	0,980	1	0,980	4,623	10,28	16,22	29,45
240	374,00	61,00	1,000	1	1,000	4,717	9,70	15,31	27,89
255	380,00	55,00	0,980	1	0,980	4,623	9,19	14,55	26,58
270	380,00	55,00	0,903	1	0,902	4,257	8,99	14,27	26,12
285	386,00	49,00	0,846	1	0,846	3,992	8,38	13,35	24,53
300	386,00	49,00	0,774	1	0,774	3,653	8,18	13,08	24,07
315	390,00	45,00	0,706	1	0,706	3,328	7,67	12,32	22,75
330	392,00	43,00	0,608	1	0,608	2,870	7,21	11,65	21,62
345	398,00	37,00	0,533	1	0,533	2,514	6,51	10,56	19,71
Valores médios		55,13				3,040		13,01	

OBS.: Identificar com asterisco (*) as radiais de interferência, que não deverão ser consideradas no cálculo dos valores médios.

As colunas (4) e (5) só deverão ser utilizadas no caso de existência de beam-tilt.

6 – INCLINAÇÃO DO FEIXE PRINCIPAL (BEAM-TILT)

Beam-Tilt = 0 graus

7 - DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

NOME COMPLETO

R A M O N A L V E S A L E M

REG.CREA

ENDEREÇO

2 0 1 1 1 2 9 7 5 5 R U A G E M I N I A N O G O I S 1 5 1

ENDEREÇO (CONTINUAÇÃO)

BAIRRO

F R E G U E S I A

CIDADE

UF

R I O D E J A N E I R O R J

CEP

FONE

FAX

2 2 7 4 3 - 6 7 0 2 1 - 9 8 3 8 4 6 8 6 6 -

E-MAIL

P R O J E T O @ C R I A C A O O B J E T I V A . C O M . B R

LOCAL

DATA

R I O D E J A N E I R O 0 2 / 0 9 / 2 0 1 9

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

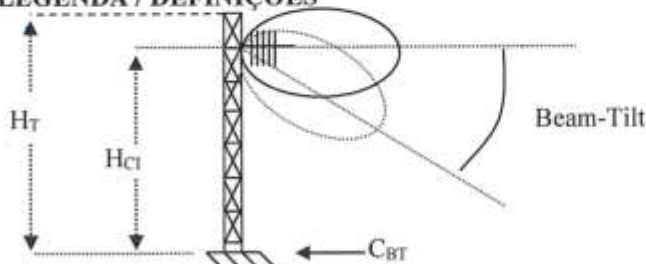
Ramon A. Alves

8 – DISTÂNCIAS AO CONTORNO PROTEGIDO

Classe	E1	E2	E3	A1	A2	A3	A4	B1	B2	C
Distância (km)	78,0	66,0	54,0	40,0	36,0	31,0	24,0	16,0	12,0	7,0
Altura de referência sobre o nível médio da radial (m)	600	450	300	150	150	150	150	90	90	60

OBS.: Os azimutes são contados a partir do Norte Verdadeiro, no sentido horário.

9 – LEGENDA / DEFINIÇÕES



$$- H_{SNMT} = C_{BT} + H_{CI} - N_{MT}$$

- H_{SNMT} : Altura do centro geométrico do sistema irradiante, em relação ao nível médio do terreno, no azimute considerado.

- C_{BT} : Cota da base da torre em relação ao nível do mar.

- H_{CI} : Altura do centro geométrico do sistema irradiante em relação à base da torre.

- N_{MT} : Nível médio do terreno no azimute considerado.

- $\left(\frac{E}{E_{max}}\right)^2$: Ganho do sistema irradiante no azimute considerado.

$$\text{OBS.:} \quad \left[\begin{aligned} \left(\frac{E}{E_{max}}\right)^2 &= \left(\frac{EH}{E_{max}}\right)^2 \times \left(\frac{EV}{E_{max}}\right)^2 \\ \left(\frac{EV}{E_{max}}\right)^2 &= 1, \text{ para inclinação do feixe principal (beam-tilt) } = 0^\circ \end{aligned} \right.$$

$$- ERP_{AZ} (\text{potência proposta por azimute}) = ERP_{MAX} \times \left(\frac{E}{E_{max}}\right)^2$$



Dipolo em seta para FM

Antena para transmissão de FM, com polarização Vertical. Podendo ser confeccionada em linha EIA 1 5/8" ou EIA 3 1/8".

Ideal para transmissão em média e alta potência. Podendo ser instalada em lateral torre ou tubulão em topo de torre.

Antena de fácil instalação e baixa carga de vento.

Pode ser utilizado diagrama de elevação com tilt elétrico e/ou preenchimento de nulo. Possui confecção com alimentação inferior ou central.

É produzida, sendo sua estrutura externa em latão e suas conexões internas em cobre e latão banhados a prata. Possui tratamento anticorrosivo com epoxi em coloração branca. Com possibilidade de pressurização plena ou até a entrada da antena.

Sistemas com configurações diferentes as apresentadas, entrar em contato.

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

Faixa de Frequência	87,5 a 108,1 Mhz
Largura de Banda	500 KHz
Polarização	Vertical
Impedância	50 ohms
Ganho	Vide tabela
Máxima potência por elemento	5000 Watts (EIA 1 5/8") 10000 Watts (EIA 3 1/8")
Ângulo de ½ pot. vertical	Vide tabela
VSWR	<1.05:1
Dimensões	Vide tabela
Área exposta	Vide tabela
Carga ao Vento	Vide tabela
Peso	Vide tabela
Resistência a ventos	180 Km/h
Proteção elétrica	Por intermédio da estrutura da antena

Nº de Elementos	Ganho dBi	Veze	Potência Máxima de Entrada (KW)	Conexão	Âng. ½ Pot. Vertical
1	-0,15	0,97	5	EIA 1 5/8"	84°
2	2,86	1,93	10	EIA 1 5/8"	27°
3	4,62	2,89	15	EIA 3 1/8"	18°
4	5,87	3,86	20	EIA 3 1/8"	13°
6	7,63	5,79	30	EIA 3 1/8"	8,5°
8	8,94	7,84	40	EIA 4 1/16"	6,5°

* Dipolos confeccionados em 1 5/8"

Nº de Elementos	Ganho dBi	Veze	Potência Máxima de Entrada (KW)	Conexão	Âng. ½ Pot. Vertical
1	-0,15	0,97	10	EIA 3 1/8"	84°
2	2,86	1,93	20	EIA 3 1/8"	27°
3	4,62	2,89	30	EIA 3 1/8"	18°
4	5,87	3,86	40	EIA 4 1/16"	13°
6	7,63	5,79	40	EIA 4 1/16"	8,5°
8	8,94	7,84	40	EIA 4 1/16"	6,5°

* Dipolos confeccionados em 3 1/8"

MODELO

DRV-U-3-229

DRV

Dipolo em V
Linha Rígida

U, T, Q

U= EIA 1 5/8"
T= EIA 3 1/8"
Q= EIA 4 1/16"

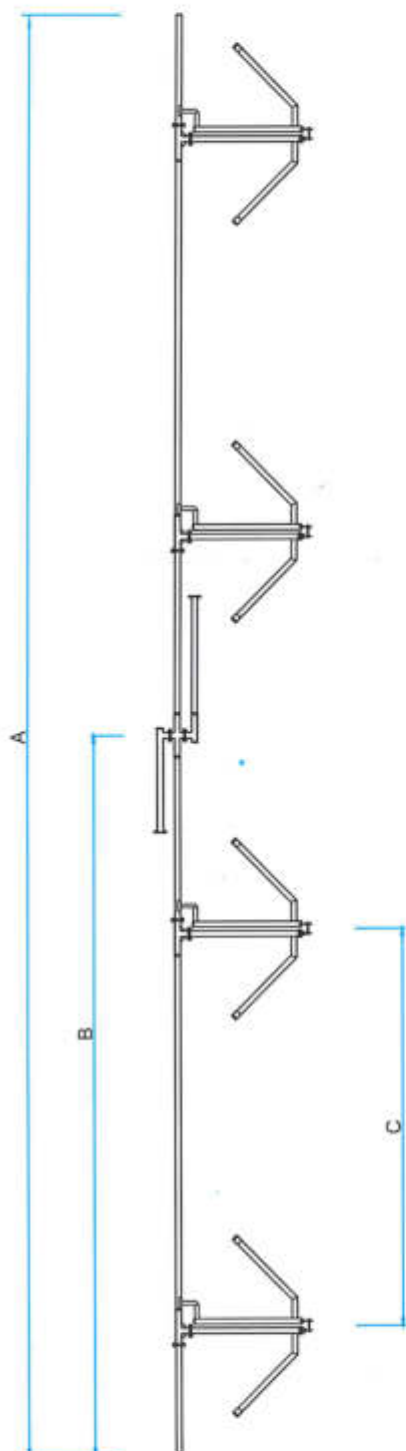
N

Nº de Elementos

XXX

Canal

Dipolo em seta para FM



Características Mecânicas *						
Números de Elementos	A	B	C	Área Exposta	Carga ao Vento	Peso
1	1815	907,5	3337	0,17	17	15
2	5152	2576		0,68	68	44
3	8489	4244,5		1,01	101	66
4	11826	5913		1,31	131	79
6	18500	9250		1,94	194	118
8	25155	12577		2,57	257	150

* Dados referentes a sistemas com frequência de 88,1 Mhz em Linha 1 5/8"

Características Mecânicas *						
Números de Elementos	A	B	C	Área Exposta	Carga ao Vento	Peso
1	1630	815	3000	0,15	15	13,4
2	4630	2315		0,61	61	42
3	7630	3815		0,90	90	63
4	10630	5315		1,17	117	75
6	16630	8315		1,73	173	112
8	22623	11312		2,30	230	141

* Dados referentes a sistemas com frequência de 98,1 Mhz em Linha 1 5/8"

Características Mecânicas *						
Números de Elementos	A	B	C	Área Exposta	Carga ao Vento	Peso
1	1480	740	2720	0,14	14	12,9
2	4200	2100		0,57	57	40
3	6920	3460		0,83	83	60
4	9640	4820		1,08	108	72
6	15080	7540		1,59	159	107
8	20520	10260		2,12	212	136

* Dados referentes a sistemas com frequência de 108,1 Mhz em Linha 1 5/8"

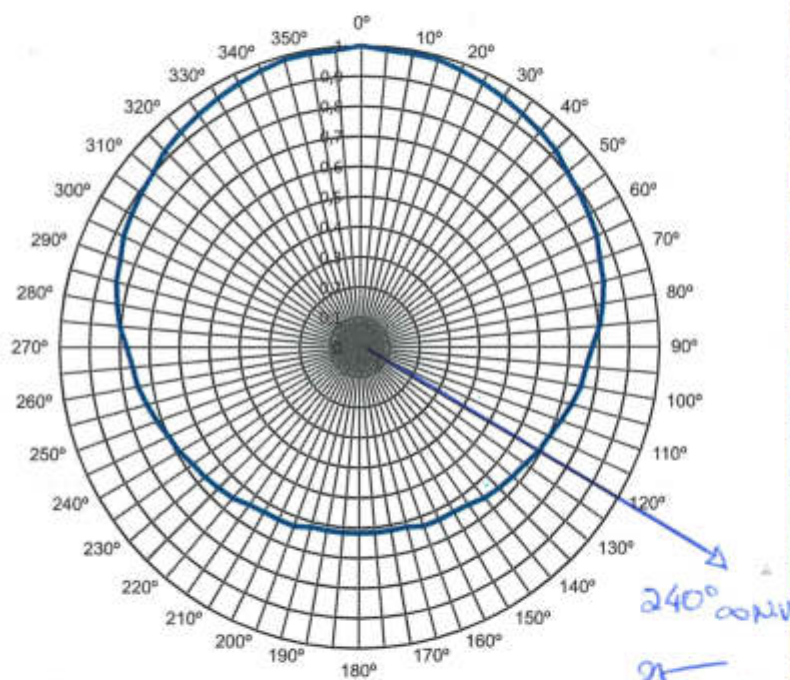
A = Altura do sistema (mm)
B = Centro de Fase do sistema (mm)
C = Espaçamento entre antenas (mm)
Área exposta (m²)
Carga ao Vento (Kgf)
Peso (Kg)

* Características referentes a confecção em tubo padrão em latão.

Handwritten signature

Dipolo em seta para FM

Diagrama de Azimute



Eng. Ramon A. Alem
CRP-BA 69449

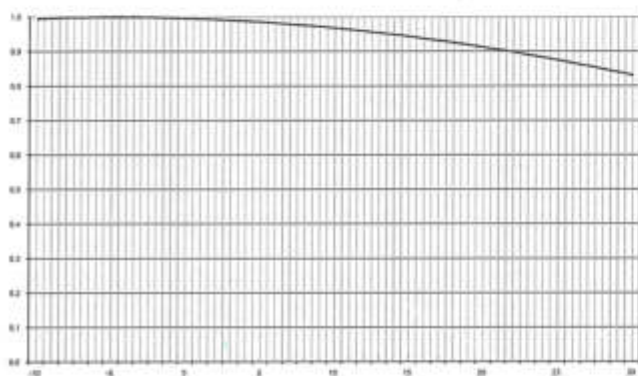
Graus	E/E _{max}	(dB)	(%)	Graus	E/E _{max}	(dB)	(%)
0°	1,00	0,0	100,0%	90°	0,78	-2,2	60,3%
5°	0,99	-0,1	97,7%	95°	0,76	-2,4	57,5%
10°	0,99	-0,1	97,7%	100°	0,75	-2,5	56,2%
15°	0,99	-0,1	97,7%	105°	0,73	-2,7	53,7%
20°	0,98	-0,2	95,5%	110°	0,72	-2,9	51,3%
25°	0,97	-0,3	93,3%	115°	0,70	-3,1	49,0%
30°	0,95	-0,4	91,2%	120°	0,69	-3,2	47,9%
35°	0,94	-0,5	89,1%	125°	0,68	-3,4	45,7%
40°	0,93	-0,6	87,1%	130°	0,67	-3,5	44,7%
45°	0,92	-0,7	85,1%	135°	0,66	-3,6	43,7%
50°	0,90	-0,9	81,3%	140°	0,65	-3,7	42,7%
55°	0,89	-1,0	79,4%	145°	0,64	-3,9	40,7%
60°	0,88	-1,1	77,6%	150°	0,63	-4,0	39,8%
65°	0,87	-1,2	75,9%	155°	0,63	-4,0	39,8%
70°	0,85	-1,4	72,4%	160°	0,63	-4,0	39,8%
75°	0,84	-1,5	70,8%	165°	0,62	-4,2	38,0%
80°	0,82	-1,7	67,6%	170°	0,62	-4,2	38,0%
85°	0,80	-1,9	64,6%	175°	0,62	-4,2	38,0%

Graus	E/E _{max}	(dB)	(%)	Graus	E/E _{max}	(dB)	(%)
180°	0,62	-4,2	38,0%	270°	0,78	-2,2	60,3%
185°	0,62	-4,2	38,0%	275°	0,80	-1,9	64,6%
190°	0,62	-4,2	38,0%	280°	0,82	-1,7	67,6%
195°	0,62	-4,2	38,0%	285°	0,84	-1,5	70,8%
200°	0,63	-4,0	39,8%	290°	0,85	-1,4	72,4%
205°	0,63	-4,0	39,8%	295°	0,87	-1,2	75,9%
210°	0,63	-4,0	39,8%	300°	0,88	-1,1	77,6%
215°	0,64	-3,9	40,74%	305°	0,89	-1,0	79,4%
220°	0,65	-3,7	42,7%	310°	0,90	-0,9	81,3%
225°	0,66	-3,6	43,7%	315°	0,92	-0,7	85,1%
230°	0,67	-3,5	44,7%	320°	0,93	-0,6	87,1%
235°	0,68	-3,4	45,7%	325°	0,94	-0,5	89,1%
240°	0,69	-3,2	47,9%	330°	0,95	-0,4	91,2%
245°	0,70	-3,1	49,0%	335°	0,97	-0,3	93,3%
250°	0,72	-2,9	51,3%	340°	0,98	-0,2	95,5%
255°	0,73	-2,7	53,7%	345°	0,99	-0,1	97,7%
260°	0,75	-2,5	56,2%	350°	0,99	-0,1	97,7%
265°	0,76	-2,4	57,5%	355°	0,99	-0,1	97,7%

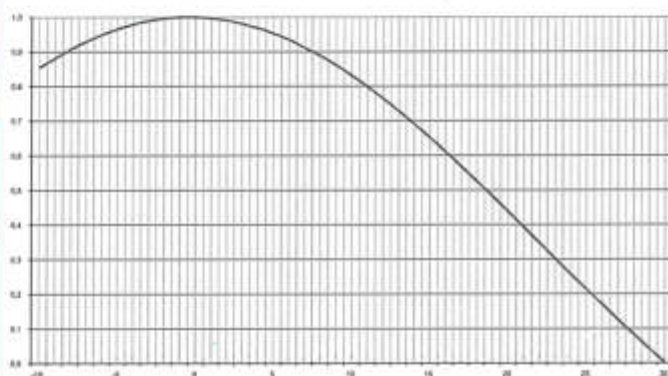
Dipolo em seta para FM

Diagrama de Elevação

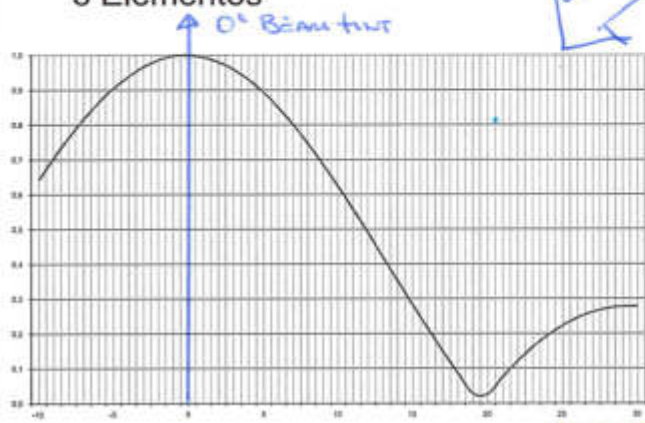
1 Elemento



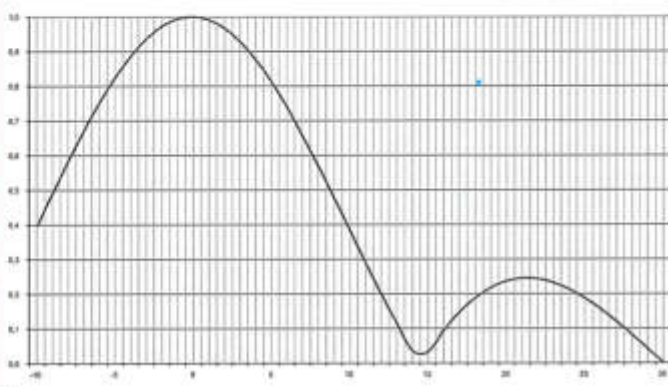
2 Elementos



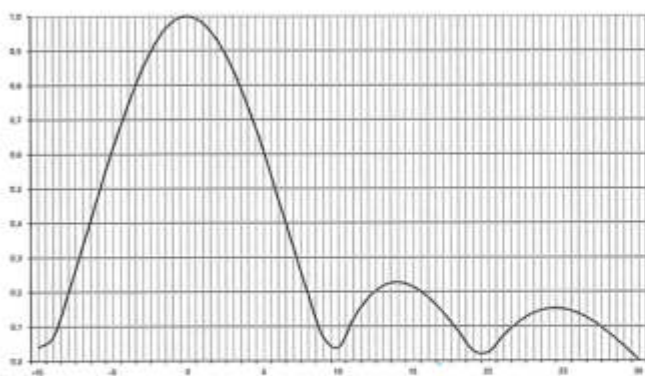
3 Elementos



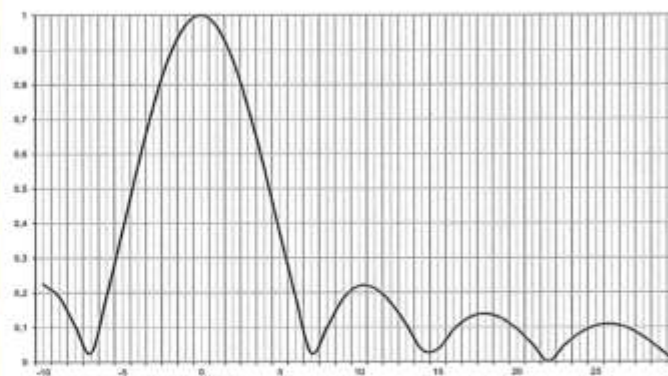
4 Elementos



6 Elementos

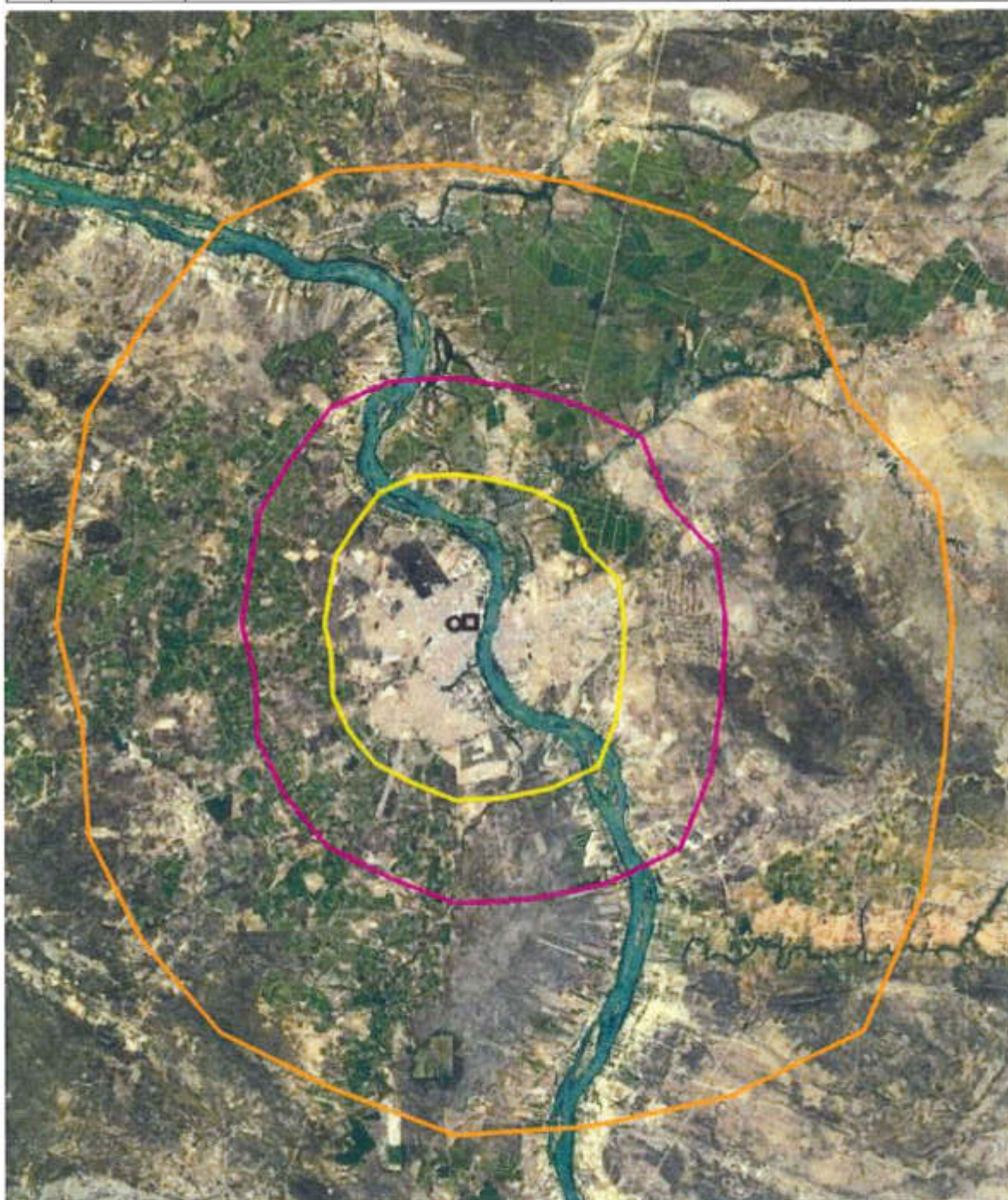


8 Elementos

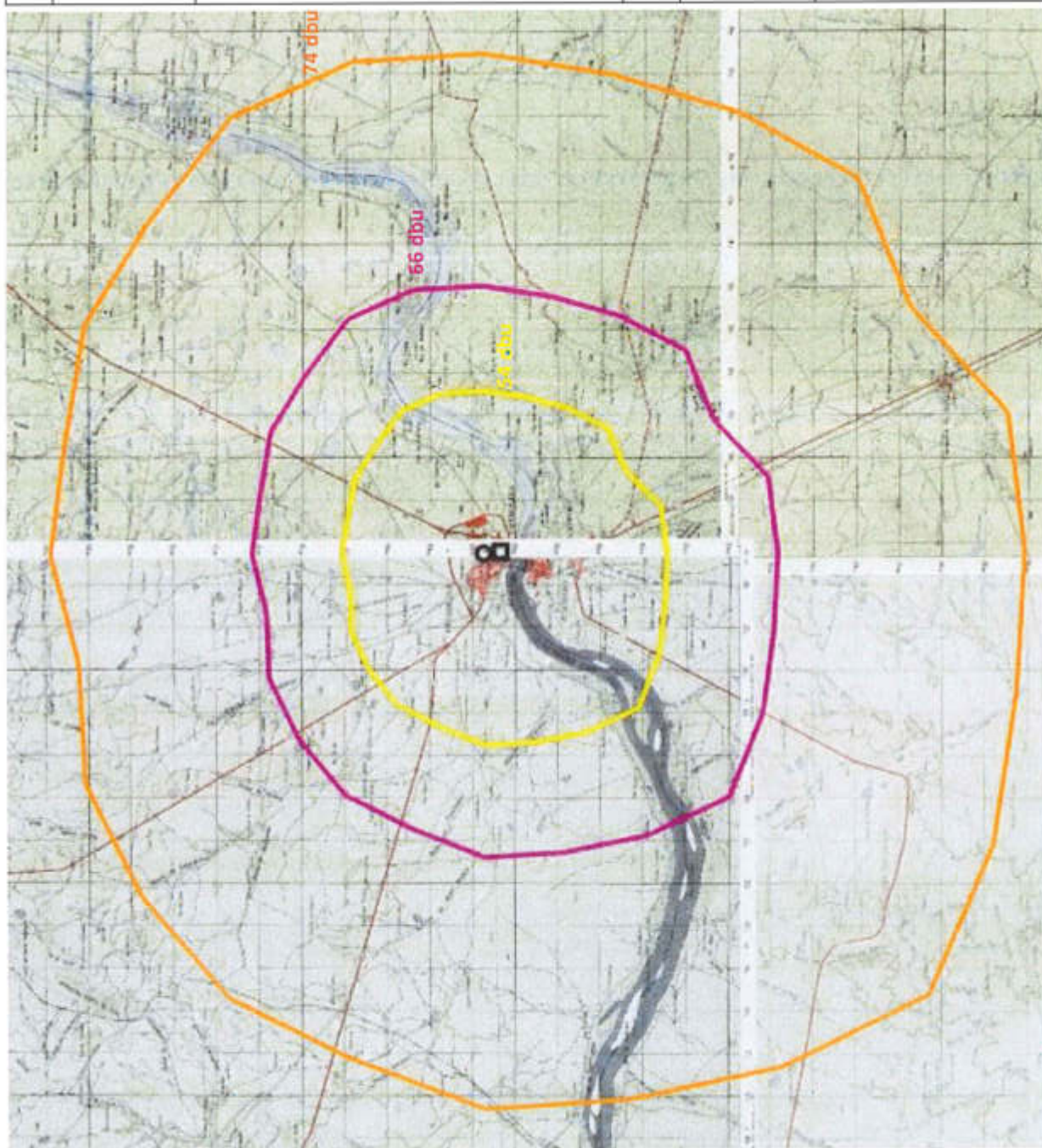


Eng. Ramon A. Alon
CREA-MG 000.000.000

SigAnatel Global Mapper Google earth	
Modelo de propagação: ITU-R 1546 Tempo: 50% Espaço: 50% Clima: Continental Temperado Fator K: 1,333	
Notas: Eng. Ramon Alves Alem CREA RJ 2011129755 Tel.: (21) 98384-6866	
<ul style="list-style-type: none"> Contorno 1 (74 dBuV/m) Contorno 2 (66 dBuV/m) Contorno 3 (54 dBuV/m) 	
Escala de Visualização: 1:303.000	
Imagem de Satélite Fonte: CNES/Airbus 2019	
<i>Ramon A. Alem</i>	Petrolina/PE Canal 229 FM UNIVAS 02/09/2019



Global Mapper SIGAnatel	
Modelo de propagação: ITU-R 1546 Tempo: 50% Espaço: 50% Clima: Continental Temperado Fator K: 1,333	
Notas: Universidade Federal do Vale do São Francisco	
Escala de Visualização: 1:275.000 Cartas topográficas: Petrolina (MI-1515)/DSG,1992 Itamotinga (MI-1516)/DSG,1985 Campo dos Cavalos (MI-1590)/DGS,1985 Juremal (MI-1591)/DSG,1980 Escala de Visualização: 1:100.000 Equidistância das curvas de nível: 40 metros Datum vertical: Imbituba – Santa Catarina Datum horizontal: Corrêgo Alegre – Minas Gerais	
<i>Raoni A. Al</i>	
Petrolina/PE Canal 229 FME Criação 6049	02/09/2019





Entidade

Administrativo

Endereços

Plano Básico

Estação Principal

Estação Auxiliar

RDS

Transmissor Principal

Código Equipamento

Buscar

Equipamento não possui código de homologação

Fabricante

Modelo

Potência de Operação

2.00

KW

Linha de Transmissão Principal

Fabricante

Radio Frequency Systems - RFS

Modelo

HCA158-50J

Comprimento da Linha

65.0

m

Atenuação

0.609

dB/100m

Perdas Acessórias

0.5

dB

Impedância

50

ohms

Antena Principal

Fabricante

Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda.

Modelo

DRV - U - 3 - 229

Ganho

4.62

dBd

Beam-Tilt

0

Orientação NV

240

Polarização

Vertical

HCl

54.0

m

Nulos

Observações

Antena Diretiva.

ERP Máximo

4.7146

KW

Antena

15°

0°	3.2	15°	3.6	30°	4.0
45°	4.2	60°	4.2	75°	4.2
90°	4.0	105°	3.6	120°	3.2
135°	2.7	150°	2.2	165°	1.5
180°	1.1	195°	0.7	210°	0.4
225°	0.1	240°	0.0	255°	0.1
270°	0.4	285°	0.7	300°	1.1
315°	1.5	330°	2.2	345°	2.7

Informar atenuação da antena em dB: $-10 \log \left(\frac{E}{E_{\text{max}}} \right)^2$, sendo que: $(E/E_{\text{max}})^2$: Ganho do sistema irradiante no azimute considerado. $(E/E_{\text{max}})^2 = (E_H/E_{\text{max}})^2 \times (E_V/E_{\text{max}})^2$ $(E_V/E_{\text{max}})^2 = 1$, para inclinação do feixe principal (beam-tilt) = 0°

Localização

Cota da base (m)

361

Buscar

Latitude

09°

23°

30 58

N

S

Longitude

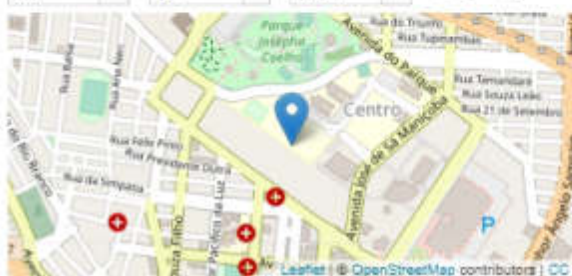
40°

29°

53 26

E

O



ID: 57dbac524fd3b Entidade: 05440725000114 FUNDAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO
SAO FRANCISCO

✓	UF Transmissor Principal	Consolidação	Endereço	Campo obrigatório preenchido.
✓	CEP Transmissor Principal	Consolidação	Endereço	Campo obrigatório preenchido.
✓	Logradouro Transmissor Principal	Consolidação	Endereço	Campo obrigatório preenchido.
✓	Município Transmissor Principal	Consolidação	Endereço	Campo obrigatório preenchido.
✓	Endereço Transmissor Principal	Consolidação	Endereço	O município/UF igual ao do CEP informado.
⚠	Estação Principal Modificada	Consolidação	Endereço	O endereço da Estação Principal foi alterado. Verifique a necessidade de alteração das coordenadas geográficas de instalação.
✓	UF Estudio Principal	Consolidação	Endereço	Campo obrigatório preenchido.
✓	CEP Estudio Principal	Consolidação	Endereço	Campo obrigatório preenchido.
✓	Logradouro Estudio Principal	Consolidação	Endereço	Campo obrigatório preenchido.
✓	Município Estudio Principal	Consolidação	Endereço	Campo obrigatório preenchido.
✓	Endereço Estudio Principal	Consolidação	Endereço	O Estudio Principal está localizado no Município do Plano Básico.
✓	Endereço Estudio Principal CEP	Consolidação	Endereço	O município/UF igual ao do CEP informado.
✓	Coordenas em sitio	Técnico	Estação Principal	Distância encontrada: 1.14 km. Distância entre as coordenadas geográficas do Plano Básico e as de Instalação é menor que 2.2 km
⚠	Coordenadas Geogr. Modificada	Consolidação	Endereço	As coordenadas geográficas da Estação Principal foram alteradas. Verifique a necessidade de alteração do endereço.
✓	CNPJ	Outorga	Entidade	Campo obrigatório preenchido.
✓	Serviço	Outorga	Entidade	Campo obrigatório preenchido.
✓	Nome Entidade	Outorga	Entidade	Campo obrigatório preenchido.
✓	Telefone	Outorga	Entidade	Campo obrigatório preenchido.
✓	DDD	Outorga	Entidade	Campo obrigatório preenchido.
⚠	Email para Contato	Outorga	Entidade	Campo e-mail é necessário para que a entidade possa receber notificações do Sistema.
✓	Tipo Usuário	Outorga	Entidade	Campo obrigatório preenchido.
✓	Tipo Orgão	Outorga	Entidade	Campo obrigatório preenchido.
✓	CEP	Outorga	Entidade	Campo obrigatório preenchido.
✓	Logradouro	Outorga	Entidade	Campo obrigatório preenchido.
✓	UF	Outorga	Entidade	Campo obrigatório preenchido.
✓	Município	Outorga	Entidade	Campo obrigatório preenchido.
✓	Cota da Base	Técnico	Estação Principal	Cota da base dentro do limite.
✓	Orientação Trans. Principal	Técnico	Estação Principal	Campo obrigatório preenchido.
✓	Polarizacao Trans. Principal	Técnico	Estação Principal	Campo obrigatório preenchido.
✓	Polarização Trans. Principal	Técnico	Estação Principal	Campo obrigatório preenchido.
✓	Ganho	Técnico	Estação Principal	Campo obrigatório preenchido.
✓	Potência do Transmissor Principal	Técnico	Estação Principal	Campo obrigatório preenchido.
✓	Comprimento da Linha	Técnico	Estação Principal	Campo obrigatório preenchido.
✓	Atenuação dB100m	Técnico	Estação Principal	Campo obrigatório preenchido.
✓	Perdas Acessórias	Técnico	Estação Principal	Campo obrigatório preenchido.
✓	Cálculo erp	Técnico	Estação Principal	ERP calculado é 4.71 kW
✓	Enquad.	Técnico	Estação Principal	Média da distancia superior da Classe inferior.
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 000	Técnico	Estação Principal	az 000 ERP PB 3 Kw ERP Az 0.624 Kw Razão 67.9 Dist Calc 11.2 km Dist Class 16.5 km ERP calc 2.257 Kw
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 015	Técnico	Estação Principal	az 015 ERP PB 3 Kw ERP Az 0.624 Kw Razão 67.9 Dist Calc 11.2 km Dist Class 16.5 km ERP calc 2.058 Kw
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 030	Técnico	Estação Principal	az 030 ERP PB 3 Kw ERP Az 0.685 Kw Razão 69.7 Dist Calc 11.5 km Dist Class 16.5 km ERP calc 1.877 Kw
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 045	Técnico	Estação Principal	az 045 ERP PB 3 Kw ERP Az 0.72 Kw Razão 70.3 Dist Calc 11.6 km Dist Class 16.5 km ERP calc 1.792 Kw
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 060	Técnico	Estação Principal	az 060 ERP PB 3 Kw ERP Az 0.908 Kw Razão 75.2 Dist Calc 12.4 km Dist Class 16.5 km ERP calc 1.792 Kw
✓	Enquad. não obrigatório azimuth 075	Técnico	Estação Principal	az 075 ERP PB 3 Kw ERP Az 0.949 Kw Razão 75.8 Dist Calc 12.5 km Dist Class 16.5 km ERP calc 1.792 Kw

✓ Enquad. não obrigatório azimuth 090	Técnico	Estação Principal	az 090 ERP PB 3 Kw ERP Az 0.867 Kw Razão 73.9 Dist Calc 12.2 km Dist Class 16.5 km ERP calc 1.877 Kw
✓ Enquad. não obrigatório azimuth 105	Técnico	Estação Principal	az 105 ERP PB 3 Kw ERP Az 0.908 Kw Razão 75.2 Dist Calc 12.4 km Dist Class 16.5 km ERP calc 2.058 Kw
✓ Enquad. não obrigatório azimuth 120	Técnico	Estação Principal	az 120 ERP PB 3 Kw ERP Az 0.993 Kw Razão 77 Dist Calc 12.7 km Dist Class 16.5 km ERP calc 2.257 Kw
✓ Enquad. não obrigatório azimuth 135	Técnico	Estação Principal	az 135 ERP PB 3 Kw ERP Az 1.186 Kw Razão 80.6 Dist Calc 13.3 km Dist Class 16.5 km ERP calc 2.532 Kw
✓ Enquad. não obrigatório azimuth 150	Técnico	Estação Principal	az 150 ERP PB 3 Kw ERP Az 0.949 Kw Razão 75.8 Dist Calc 12.5 km Dist Class 16.5 km ERP calc 2.841 Kw
✓ Enquad. não obrigatório azimuth 165	Técnico	Estação Principal	az 165 ERP PB 3 Kw ERP Az 1.35 Kw Razão 83 Dist Calc 13.7 km Dist Class 16.5 km ERP calc 3.338 Kw
✓ Enquad. não obrigatório azimuth 180	Técnico	Estação Principal	az 180 ERP PB 3 Kw ERP Az 1.35 Kw Razão 83 Dist Calc 13.7 km Dist Class 16.5 km ERP calc 3.66 Kw
✓ Enquad. não obrigatório azimuth 195	Técnico	Estação Principal	az 195 ERP PB 3 Kw ERP Az 1.47 Kw Razão 84.8 Dist Calc 14 km Dist Class 16.5 km ERP calc 4.013 Kw
✓ Enquad. não obrigatório azimuth 210	Técnico	Estação Principal	az 210 ERP PB 3 Kw ERP Az 1.965 Kw Razão 90.9 Dist Calc 15 km Dist Class 16.5 km ERP calc 4.3 Kw
✓ Enquad. não obrigatório azimuth 225	Técnico	Estação Principal	az 225 ERP PB 3 Kw ERP Az 2.694 Kw Razão 98.2 Dist Calc 16.2 km Dist Class 16.5 km ERP calc 4.607 Kw
✓ Enquad. não obrigatório azimuth 240	Técnico	Estação Principal	az 240 ERP PB 3 Kw ERP Az 2.044 Kw Razão 92.1 Dist Calc 15.2 km Dist Class 16.5 km ERP calc 4.715 Kw
✓ Enquad. não obrigatório azimuth 255	Técnico	Estação Principal	az 255 ERP PB 3 Kw ERP Az 1.669 Kw Razão 87.3 Dist Calc 14.4 km Dist Class 16.5 km ERP calc 4.607 Kw
✓ Enquad. não obrigatório azimuth 270	Técnico	Estação Principal	az 270 ERP PB 3 Kw ERP Az 1.599 Kw Razão 86.7 Dist Calc 14.3 km Dist Class 16.5 km ERP calc 4.3 Kw
✓ Enquad. não obrigatório azimuth 285	Técnico	Estação Principal	az 285 ERP PB 3 Kw ERP Az 1.239 Kw Razão 81.2 Dist Calc 13.4 km Dist Class 16.5 km ERP calc 4.013 Kw
✓ Enquad. não obrigatório azimuth 300	Técnico	Estação Principal	az 300 ERP PB 3 Kw ERP Az 1.133 Kw Razão 79.4 Dist Calc 13.1 km Dist Class 16.5 km ERP calc 3.66 Kw
✓ Enquad. não obrigatório azimuth 315	Técnico	Estação Principal	az 315 ERP PB 3 Kw ERP Az 0.949 Kw Razão 75.8 Dist Calc 12.5 km Dist Class 16.5 km ERP calc 3.338 Kw
✓ Enquad. não obrigatório azimuth 330	Técnico	Estação Principal	az 330 ERP PB 3 Kw ERP Az 0.79 Kw Razão 72.1 Dist Calc 11.9 km Dist Class 16.5 km ERP calc 2.841 Kw
✓ Enquad. não obrigatório azimuth 345	Técnico	Estação Principal	az 345 ERP PB 3 Kw ERP Az 0.624 Kw Razão 67.9 Dist Calc 11.2 km Dist Class 16.5 km ERP calc 2.532 Kw
✓ Ao clicar em ENVIAR, será aberta a solicitação. Para localizar seu processo posteriormente consulte a Aba Solicitações			visible

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Divisão de Regime Legal e de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Serviço de Estudos de Análise Técnica

NOTA TÉCNICA Nº 17487/2019/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53900.069292/2015-11.**

Assunto: **Deferimento de Solicitação de Aprovação do Local de Instalação da Estação e de Utilização dos Equipamentos.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Por meio do processo em referência, a FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO, CNPJ nº 05.440.725/0001-14, solicita a aprovação de local de instalação da estação e de utilização dos equipamentos para a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina/PE, com utilização do canal 229 E (duzentos e vinte nove - Educativo).

ANÁLISE

2. A análise do processo foi baseada na Portaria nº 449, de 13 de outubro de 2005, bem como na Resolução Anatel nº 67, de 12 de novembro de 1998, e demais legislações pertinentes ao referido Serviço.

3. O processo indicou sua completa instrução, de acordo com a legislação em vigor, conforme as seguintes características técnicas e informações do relatório de validação em anexo (4654781):

LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA PRINCIPAL			
Logradouro: Avenida José de Sá Maniçoba, s/n		Bairro: Centro	
CEP: 56304-917	Localidade: Petrolina	UF: PE	Coordenadas Geográficas: 09° 23' 30,58"S; 40° 29' 53,26"W

LOCALIZAÇÃO DO ESTÚDIO PRINCIPAL		
Logradouro: Avenida José de Sá Maniçoba, s/n		CEP: 56304-917
Bairro: Centro	Localidade: Petrolina	UF: PE

TRANSMISSOR PRINCIPAL		
Fabricante: Observar o item 4 desta Nota Técnica.		
Modelo:	Potência de Operação:	Certificação:

2,00 kW

SISTEMA IRRADIANTE PRINCIPAL

Fabricante: Ideal Indústria e Comércio de Antenas		Modelo: DRV - U - 3 - 229		
Cota Base da Torre: 381 m	Altura Centro Geométrico: 54 m	Azimute de Orientação: 240° NV	Beam-tilt: 0°	Ganho max.: dBd
Tipo: Diretiva		Polarização: Vertical	ERP max: 4,7146 kW	

LINHA DE TRANSMISSÃO PRINCIPAL

Fabricante: Radio Frequency Systems - RFS		Modelo: HCA158-50J		
Comprimento: 65 m	Eficiência: 81,3 %	Impedância Característica: 50 Ohms	Atenuação: 0,609 dB/100m	

ATENUAÇÃO POR AZIMUTES

AZIMUTE (°)	ATENUAÇÃO em dB: $-10\log((E/E_{max})^2)$
0	3,2
15	3,6
30	4,0
45	4,2
60	4,2
75	4,2
90	4,0
105	3,6
120	3,2
135	2,7
150	2,2
165	1,5
180	1,1
195	0,7
210	0,4
225	0,1
240	0,0
255	0,1
270	0,4
285	0,7
300	1,1
315	1,5
330	2,2
345	2,7

4. A entidade deverá ainda indicar o nome do fabricante, o modelo e o código de certificação do transmissor principal de 2,00 kW, na ocasião da solicitação do licenciamento da estação.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opinamos pelo **deferimento** do pedido e encaminhamos Despacho para assinatura da autoridade competente para decisão.

6. Solicitamos que, após assinatura da autoridade competente, este processo retorne a este Serviço de Estudos de Análise Técnica para cadastramento dos dados da entidade no Mosaico.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Aguiar Soares, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 27/09/2019, às 09:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilon Esau dos Reis, Chefe do Serviço de Estudos de Análise Técnica**, em 27/09/2019, às 09:53 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4654789** e o código CRC **8C396DD7**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.069292/2015-11

SEI nº 4654789

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Divisão de Regime Legal e de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Serviço de Estudos de Análise Técnica

DESPACHO

Referência: Processo nº: 53900.069292/2015-11

Interessado: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO

Assunto: Deferimento de Solicitação de Aprovação do Local de Instalação da Estação e de Utilização dos Equipamentos.

O COORDENADOR-GERAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA E CONSIGNAÇÕES DA UNIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no processo nº 53900.069292/2015-11, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos da FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO, CNPJ nº 05.440.725/0001-14, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina/PE, utilizando o canal 229 E (duzentos e vinte nove - Educativo).

A autorização para funcionamento em caráter provisório fica condicionada à apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional e à autorização para uso da radiofrequência.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Aguiar Soares, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 27/09/2019, às 09:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4654815** e o código CRC **BD3BD640**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 05.440.725/0001-14

Certidão nº: 185179231/2019

Expedição: 30/09/2019, às 16:41:54

Validade: 27/03/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.440.725/0001-14**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

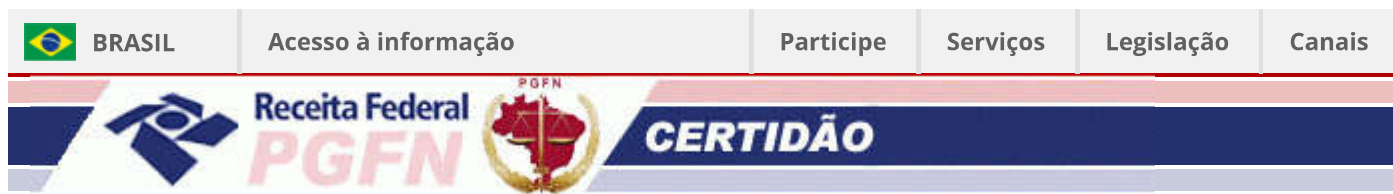
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 05.440.725/0001-14 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).

[Nova Consulta](#)



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO

CNPJ: 05.440.725/0001-14

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:02:56 do dia 01/10/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 31/10/2019.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 05.440.725/0001-14
Razão Social: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
Endereço: VL CENTRO DE SERVICO (PROJEYO SENADOR NILO SN LOTE 543 / IRRIG. NILO COELHO / PETROLINA / PE / 56300-990

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 21/09/2019 a 20/10/2019

Certificação Número: 2019092104330848568310

Informação obtida em 30/09/2019 16:41:24

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

- Prefeitura de Petrolina
- sectripetrolina@gmail.com
- +55 (87)3861-6676

-
-

[Prefeitura de Petrolina](#)

© 2014 Prefeitura de Petrolina. Todos os direitos reservados.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS

Número: **2019.000005758049-73**

Data de Emissão: **30/09/2019**

DADOS DO REQUERENTE

CNPJ: **05.440.725/0001-14**

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste Órgão, que o requerente supra identificado não possui débitos em situação irregular inscritos na Dívida Ativa do Estado de Pernambuco. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta Certidão é válida até **28/12/2019**, devendo ser confirmada a sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" do Site www.sefaz.pe.gov.br.

OBS: Inválida para Licitação Pública. A certidão válida para Licitação Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, é a Certidão de Regularidade Fiscal.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 05.440.725/0001-14 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 26/12/2002
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) UNIVASF			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.32-5-00 - Educação superior - graduação e pós-graduação			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 113-9 - Fundação Pública de Direito Público Federal			
LOGRADOURO AV JOSE DE SA MANICOBA	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO CAMPUS UNIVERSITARIO	
CEP 56.304-205	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PETROLINA	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO secretariadegestao@univasf.edu.br		TELEFONE (87) 3862-9393 / (87) 3862-9386	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) UNIÃO			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/12/2002	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

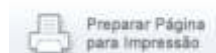
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **30/09/2019** às **16:42:11** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	
Nome Fantasia: UNIVASF	
Telefone: (87) 00000000	E-mail:
CNPJ: 05.440.725/0001-14	Número do Fistel: 50418121958
Tipo Usuário: Adm Indireta Federal	Tipo Taxa: 50% (órgãos do governo)
Data do contrato:	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: RSVPNO CANAL RESERVADO PARA O PNO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA. Ato nº 430, de 19/01/2012, publicado no DOU. de 23/01/2012.	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA JOSE DE SA MANICOBA	Complemento: CAMPUS UNIVERSITARIO	
Bairro: CENTRO	Numero: S/N	
Município: Petrolina	UF: PE	CEP: 56304205

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Petrolina	UF: PE
Latitude: -9.39353	Longitude: -40.50834

Parâmetros Técnicos			
Canal: 229	Frequência: 93.7 MHz	Classe: B1	ERP: 3kW
Altura: 90 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação:						Número Indicativo:					
Data Último Licenciamento:						Número da Licença:					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: 0				Longitude: 0				Cota da base: 0 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: ohms					
Antena Principal											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 0 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 0 kW	
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
									Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
Histórico de Documentos Emitidos											

Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
Horário de funcionamento							

Acesso à Informação

BRASIL

**ANATEL**
Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE
Kelen Azevedo Cornelio
Sistemas
Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** internet teia menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ
CNPJ: 05.440.725/0001-14

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **kelen.mc - Kelen Azevedo Cornelio** Data: **01/10/2019** Hora: **14:03:28**

Acesso à Informação

BRASIL

**ANATEL**
Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE
Kelen Azevedo Cornelio
Sistemas
Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** internet teia menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 965.575.594-00

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **kelen.mc - Kelen Azevedo Cornelio** Data: **01/10/2019** Hora: **14:06:28**

Mosaico

Canais de Radiodifusão

Todos

Download Plano Básico

Download Estações

Download Documento Histórico

1 total de registros

1 - 50

50

Atualizar

Filtrar

Ações	Plata	UF	Município	Canal	Frequência	Finalidade	Decalagem	Classe	Num Serviço	Serviço	Local Específico	Carater	Status	Entidade	CNPJ
						(Todos)									
Visualizar em PDF	50418121958	PE	Petrolina	229	93.7	Educativo		BL	230	FM		P	FM-CS (Canal pendente de outorga)	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO	0544072

SpectraLink by AT&T

EMIÇÃO DE CND

Emissão de Certidão Negativa de Débitos.

Selecione abaixo o tipo de certidão que deseja emitir e preencha o formulário correspondente com os dados necessários.



Certidão Negativa de Contribuintes

*Informe o CPF ou CNPJ e clique no botão confirmar.

CPF(Somente Números)

05440725000114

CONFIRMAR

* CONTRIBUINTE POSSUI DÉBITOS PENDENTES DE PAGAMENTO!

* CLIQUE NO MENU 2ª VIA PARA EMITIR OS BOLETOS PARA PAGAMENTO!

CHECKLIST

Análise Documental para Habilitação de Pessoas Jurídicas de **Direito Público - União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas.**

Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos

Processo nº: 53900.069292/2015-11

Interessado: UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF

CNPJ: 05.440.725/0001-14

Localidade: Petrolina/PE

Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos - FME

Canal: 229E

Edital de Seleção Pública nº 78/2015/SEI-MC de 23 de outubro de 2015

Data de publicação do Edital de Seleção Pública: 26/10/2015

Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas: 12/01/2016

Data do protocolo desta proposta: 07/12/2015

Requerimento tempestivo? (x) Sim () Não

Localidade em faixa de fronteira? () Sim (x) Não

Entidade possui outorga para executar o mesmo tipo de serviço pretendido na localidade objeto da concessão ou permissão? () Sim (x) Não

Entidade concorre como filial? () Sim (x) Não

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO	OBSERVAÇÕES
DOCUMENTOS DA PESSOA JURÍDICA	
<p>a) requerimento de outorga, corretamente preenchido e assinado em todas as páginas, com as seguintes declarações:</p> <p>(a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;</p> <p>(b) a entidade integrará, se for solicitada, a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicação, quando não houver, na localidade, outra entidade que integre a rede por meio da execução dos serviços de radiodifusão educativa;</p> <p>(c) caso venha a ser contemplada com a outorga, a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</p> <p>(d) nenhum dos dirigentes participa do quadro diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;</p> <p>(e) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p> <p>(f) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão;</p> <p>(g) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a Administração</p>	

<p><i>Pública Federal, direta ou indireta;</i></p> <p><i>(h) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;</i></p> <p><i>(i) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</i></p> <p><i>(j) a pessoa jurídica autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;</i></p> <p><i>(k) a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, nos anexos e nas demais informações pertinentes;</i></p> <p><i>(l) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;</i></p> <p><i>(m) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal;</i></p> <p><i>(n) caso seja outorgada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos; e</i></p> <p><i>(o) a estação de radiodifusão não será utilizada para fazer propaganda política ou difundir opiniões favoráveis ou contrárias a qualquer partido político, seus órgãos, representantes ou candidatos, ressalvado o disposto na legislação eleitoral.</i></p>	ok 3997091
b) prova de inscrição no CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;	9 4690363ok
c) ato de nomeação ou eleição dos dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, quando for o caso ;	ok 3997100
d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	5 4690363ok
e) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel, se já for executante de serviço de radiodifusão;	3 4690363ok
f) certidão conjunta negativa de débitos relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	PENDÊNCIA 2 4690363
g) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de sede;	8 4690363ok
h) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;	PENDÊNCIA 2 4690363
i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e	1 4690363ok
j) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, se for o caso.	não se aplica
<u>Além dos documentos acima, as Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas ainda devem apresentar:</u>	

a) ato constitutivo, Estatuto Social ou Regimento em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente formalizado e aprovado pelo Ministério Público, ou registrado em cartório, se for o caso; e	ok 3997103
b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.	PENDÊNCIA (atualizar) 3997111
DOCUMENTOS DOS DIRIGENTES	
a) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.	ok 3997094
PARA ANÁLISE DOS LIMITES DE OUTORGA	
a) Caso seja contemplada com a outorga, a interessada excede ou venha a exceder os limites previstos pelo artigo 12, do Decreto-Lei nº 236/67?	Não 4690363

Proposta ou documentação de habilitação apresentada de acordo com o previsto na Portaria nº 3238/2018 e Edital de Seleção Pública nº 78/2015?

() Sim, habilitada (x) Não, inabilitada

OBSERVAÇÕES

- Será imediatamente inabilitada a entidade que deixar de apresentar qualquer um dos documentos de habilitação ou que os apresente com falhas, incorreções ou em desconformidade com as exigências estabelecidas no edital.
- Os documentos registrados em cartório devem conter, em local visível e de forma legível, a indicação dos dados de registro, sob pena de inabilitação.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio**, **Analista Técnico-Administrativo**, em 01/10/2019, às 16:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4686409** e o código CRC **A359B7BF**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Divisão de Regime Legal e de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Serviço de Outorga de Radiodifusão Educativa

NOTA TÉCNICA Nº 18236/2019/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53900.069292/2015-11 apenso/relacionado ao Processo nº 53900.055773/2015-31.**

Assunto: **Formalização de Permissão de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos. Exigência Jurídica.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de formalização da outorga deferida à UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14, vencedora do processo de seleção pública, objeto do Edital nº 78/2015/SEI-MC, de 23/10/2015, em conformidade com a Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17/09/2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015 e Portaria nº 3.238, de 20/06/2018, publicada no Diário Oficial da União em 21/06/2018, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina/PE, por meio do canal 229E, de acordo com o Edital nº 268/2018/SEI-MCTIC, de 25 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 2019.

ANÁLISE

2. Após a adjudicação da outorga, objeto do processo de seleção em referência, a adjudicante apresentou o devido projeto de instalação da estação e de utilização de equipamentos, a fim de viabilizar a aprovação do local e equipamentos da respectiva emissora, em cumprimento ao disposto no art. 29 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012. Assim, no dia 17/05/2019, foi assinado o correspondente Despacho de Aprovação de Local (DESPACHO SESTE 4654815), estando a entidade, portanto, apta à obtenção da outorga em questão.

3. Acontece, porém, que em 23/08/2017 foi publicado o Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, que alterou o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e promoveu a inversão de algumas fases até então dispostas para o procedimento da outorga do serviço em questão. A partir de agora, haverá a publicação da Portaria de outorga, quando o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional, e somente após a publicação do Decreto Legislativo se realizará a assinatura do contrato, senão vejamos:

"Art. 29. A pessoa jurídica vencedora submeterá à aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no prazo de cento e vinte dias,

contado da data da adjudicação do objeto da licitação, os locais escolhidos para a montagem da estação e as plantas, os orçamentos e as demais especificações técnicas dos equipamentos.

(...)

“Art. 31. O órgão competente do Poder Executivo federal fará publicar, após o pagamento do boleto a que se refere o art. 30, **ato** do qual constarão, entre outras que se fizerem necessárias, as seguintes informações:

I - o nome e o CNPJ da pessoa jurídica;

II - o serviço a ser prestado;

III - a área da prestação do serviço; e

IV - as principais obrigações a serem cumpridas pela pessoa jurídica.

§ 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações portaria de outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de outorga, após a indicação pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do licitante apto à contratação, o qual será enviado ao Congresso Nacional por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

§ 3º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia do decreto ou portaria.”
(NR)

“Art. 31-A. A pessoa jurídica apta à contratação será convocada para, no prazo de até sessenta dias, contado da data de publicação do Decreto Legislativo que aprovou a outorga, celebrar o contrato de concessão ou permissão, cujo extrato será publicado no Diário Oficial da União.

4. Informa-se, por fim, que foram acostadas aos autos as certidões fiscais em nome da entidade (anexo Checklist SEORE 4686409), bem como espelho SIACCO (4690363), onde é possível aferir que os limites de outorga informados no Decreto-Lei nº 236/1967, estão sendo devidamente respeitados. Ocorre que, no momento de atualização das certidões, foi verificada a impossibilidade da obtenção de:

- a. **prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;**
- b. **certidão conjunta negativa de débitos relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;**
- c. **atualização balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2018), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.**

5. Diante do exposto, opinamos seja encaminhado à entidade cópia da presente Nota Técnica, por meio de ofício, para que apresente a documentação acima listada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do seu recebimento, **sob pena de indeferimento da proposta.**

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União**, em 04/10/2019, às 11:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 04/10/2019, às 11:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4686416** e o código CRC **B4521A09**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Divisão de Regime Legal e de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Serviço de Outorga de Radiodifusão Educativa

OFÍCIO Nº 36137/2019/SEORE/DILEC/COLEC/CGEC/DECEF/SERAD/MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO

FRANCISCO - UNIVASF

CNPJ 05.440.725/0001-14

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.069292/2015-11.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da NOTA TÉCNICA Nº 18236/2019/SEI-MCTIC 4686416, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 dias (trinta dias), contado da data do recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União**, em 04/10/2019, às 11:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4686420** e o código CRC **C8202D3D**.

Referência: Processo nº 53900.069292/2015-11

SEI nº 4686420

Data de Envio:

04/10/2019 14:44:26

De:

MCTIC/SDEDU (SEI-MC) <sdedu.sei@mctic.gov.br>

Para:

reitoria@univasf.edu.br

secretaria.gabinete@univasf.edu.br

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.069292/2015-11

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_4686420.html

Nota_Tecnica_4686416.html



PETROLINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
SECRETARIA DA FAZENDA MUNICIPAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE TRIBUTOS
Diretoria de Fiscalização

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA

Nº 118-A/2019

CERTIFICO para os devidos fins, atendendo petição protocolada sob o Nº - 0000000, de Petrolina-PE, 14 de Outubro de 2019.

QUE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF

INSCRIÇÕES: 163900, 163989 e 115611

ENDEREÇO: AV. JOSÉ DE SÁ MANIÇOBA, S/N, CAMPUS UNIVERSITÁRIO,
CENTRO, PETROLINA-PE

Devidamente inscrito sob o CNPJ/CPF: 05.440.725/0001-14

Na forma do disposto na Lei Complementar Municipal nº 017/2013 (CTM) e no Código Tributário Nacional, que na presente data, em nome do Imóvel do Contribuinte acima identificado, **CONSTA A EXISTENCIA DE DÉBITOS** referente aos tributos municipais (IPTU, ISS e TAXAS) cuja exigibilidade se encontra suspensa, nos termos do art. 471, III do CTM, em razão de Recurso Administrativo Nº 3.468/2019, estando o mesmo em **SITUAÇÃO REGULAR**, perante a Fazenda Municipal.

VALIDADE: 30 (TRINTA) DIAS

Petrolina, 14 de outubro de 2019.


Diretoria de Fiscalização


Atendente



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
CNPJ: 05.440.725/0001-14

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:24:37 do dia 21/05/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 17/11/2019.

Código de controle da certidão: **0EB1.028E.90DC.80FC**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

DEMOSNTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da UNIVASF são as seguintes:

- **Balanço Patrimonial** – evidencia de forma qualitativa e quantitativa a situação patrimonial da entidade pública através das contas representativas dos ativos, passivos e patrimônio líquido;
- **Balanço Orçamentário** – demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas. As principais análises dessa demonstração correspondem aos resultados da execução orçamentária da receita e das despesas, incluindo-se em alguns casos os valores dos restos a pagar;
- **Balanço Financeiro** – evidencia as receitas e despesas orçamentárias, os ingressos e dispêndios extra orçamentários em conjunto com saldos de caixa de exercício anterior e também os saldos que se transferem para o exercício seguinte;
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa** – evidencia as mudanças do patrimônio e as variações qualitativas resultantes da execução orçamentária e indicará o resultado patrimonial do exercício;
- **Demonstração das Variações Patrimoniais** – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª edição – MCASP e o Manual SIAFI.

Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64

Balanco Patrimonial

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		17.408.375,78	22.684.781,86	PASSIVO CIRCULANTE		10.879.992,23	2.999.949,89
Caixa e Equivalentes de Caixa		15.087.199,05	21.243.428,04	Obrig. Trab., Previd. e Assist. a Pagar CP	007	9.608.247,17	676.096,61
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		2.018356,85	1.025.984,24	Fornecedores e Contas a Pagar a CP	001	273.500,57	1.128.846,69
Estoques		302.819,88	415.369,58	Demais Obrigações a Curto Prazo		998.244,49	1.195.006,59
ATIVO NÃO CIRCULANTE		354.836.791,23	308.862.108,42	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-
Imobilizado		354.123.787,73	308.533.697,37	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		10.879.992,23	2.999.949,89
Bens Móveis		76.570.400,87	75.582.913,60	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Bens Móveis		112.160.441,37	104.835.716,10				
(-) Depr/Amort/Exaustão Acum. Bens Móveis		-35.590.040,50	-29.252.802,50				
Bens Imóveis		277.553.386,86	232.950.783,77				
Bens Imóveis		277.971.493,52	233.260.464,40	ESPECIFICAÇÃO		2018	2017
(-) Depr/Amort/Exaustão Acum. Bens Imóveis		-418.106,66	-309.680,63	Resultados Acumulados		361.365.174,78	328.546.940,39
Intangível	004	713.003,50	328.411,05	Resultado do Exercício		32.951.645,65	37.571.399,58
Softwares		713.003,50	328.411,05	Resultados de Exercícios Anteriores		328.546.940,39	298.870.121,80
Softwares		751.611,70	362.105,54	Ajustes de Exercícios Anteriores	005	-133.411,26	-7.894.580,99
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-38.608,20	-33.694,49	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		361.365.174,78	328.546.940,39
TOTAL DO ATIVO		372.245.167,01	331.546.890,28	TOTAL DO PASSIVO + PL		372.245.167,01	331.546.890,28

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	231.890.351,91	254.073.239,71
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	438.639,33	481.615,65
Venda de Mercadorias	455,00	1.450,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	438.184,33	480.165,65
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	87,17	179,44
Juros e Encargos de Mora	87,17	179,44
Transferências e Delegações Recebidas	231.252.029,47	253.429.540,41
Transferências Intragovernamentais	228.154.402,64	252.816.494,62
Transferências Intergovernamentais	-	-0,75
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.097.626,83	613.046,54
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	2.987,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	2.987,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	199.595,94	158.917,21
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	199.595,94	158.917,21
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	198.938.706,26	216.501.840,13
Pessoal e Encargos	139.774.297,09	132.562.428,51
Remuneração a Pessoal	109.095.593,77	103.465.507,63
Encargos Patronais	22.712.374,32	21.328.106,61
Benefícios a Pessoal	7.966.329,00	7.768.814,27
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.936.598,15	1.346.622,62
Aposentadorias e Reformas	1.575.170,29	1.063.979,80
Pensões	324.382,34	258.580,20
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	37.045,52	24.062,62
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	48.287.517,18	73.197.110,81
Uso de Material de Consumo	2.221.422,89	11.588.701,35
Serviços	39.615.470,95	55.073.350,74
Depreciação, Amortização e Exaustão	6.450.623,34	6.535.058,72
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	11.419,47	11.797,94
Descontos Financeiros Concedidos	11.419,47	11.797,94
Transferências e Delegações Concedidas	2.287.669,80	3.479.743,69
Transferências Intragovernamentais	1.785.874,42	1.017.676,81
Transferências a Instituições Privadas	33.687,84	13.294,45
Outras Transferências e Delegações Concedidas	468.107,54	2.448.772,43
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	834,40	50.323,53
Desincorporação de Ativos	834,40	50.323,53
Tributárias	48.329,57	2.058,36
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.946,34	2.058,36
Contribuições	44.383,23	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.592.040,60	5.851.754,67
Incentivos	6.515.622,75	5.749.738,45
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	76.417,85	102.016,22
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	32.951.645,65	37.571.399,58

Balanço Orçamentário

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITAS				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	666.763,00	666.763,00	599.899,59	-66.863,41
Receita Patrimonial	137.684,00	137.684,00	159.576,48	21.892,48
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	137.684,00	137.684,00	159.576,48	21.892,48
Receita Agropecuária	-	-	150,00	150,00
Receitas de Serviços	443.071,00	443.071,00	267.964,30	-175.106,70
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	443.071,00	443.071,00	267.748,30	-175.322,70
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	216,00	216,00
Outras Receitas Correntes	86.008,00	86.008,00	172.208,81	86.200,81
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	72.289,00	72.289,00	49.997,34	-22.291,66
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	13.719,00	13.719,00	122.211,47	108.492,47
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	666.763,00	666.763,00	599.899,59	-66.863,41
DEFICIT			224.062.893,16	224.062.893,16
TOTAL	666.763,00	666.763,00	224.662.792,75	223.996.029,75

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	167.860.844,00	188.162.342,00	186.538.309,09	183.982.516,88	173.383.936,75	1.624.032,91
Pessoal e Encargos Sociais	121.681.013,00	138.728.957,00	133.298.379,13	133.298.379,13	124.089.970,02	5.430.577,87
Outras Despesas Correntes	46.179.831,00	49.433.385,00	53.239.929,96	50.684.137,75	49.293.966,73	-3.806.544,96
DESPESAS DE CAPITAL	3.316.790,00	3.316.790,00	38.124.483,66	17.839.924,48	17.836.027,15	-34.807.693,66
Investimentos	3.316.790,00	3.316.790,00	38.124.483,66	17.839.924,48	17.836.027,15	-34.807.693,66
SUBTOTAL DAS DESPESAS	171.177.634,00	191.479.132,00	224.662.792,75	201.822.441,36	191.219.963,90	-33.183.660,75
AMORTIZ. DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	171.177.634,00	191.479.132,00	224.662.792,75	201.822.441,36	191.219.963,90	-33.183.660,75
TOTAL	171.177.634,00	191.479.132,00	224.662.792,75	201.822.441,36	191.219.963,90	-33.183.660,75

Balanço Financeiro

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017
Receitas Orçamentárias		599.899,59	623.228,96
Ordinárias		1.000,00	20.706,53
Vinculadas		613.999,06	620.005,77
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-15.099,47	-17.483,34
Transferências Financeiras Recebidas		228.154.402,64	252.816.494,62
Recebimentos Extraorçamentários		34.310.405,22	41.035.120,48
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		10.602.477,46	1.858.488,49
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		22.840.351,39	39.121.312,69
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		840.572,99	55.319,30
Outros Recebimentos Extraorçamentários		27.003,38	-
Saldo do Exercício Anterior		21.243.428,04	9.731.857,83
Caixa e Equivalentes de Caixa		21.243.428,04	9.731.857,83
TOTAL		284.308.135,49	304.206.701,89

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017
Despesas Orçamentárias		224.662.792,75	233.398.323,48
Ordinárias		205.763.215,48	60.510.622,06
Vinculadas		18.899.577,27	172.887.701,42
Transferências Financeiras Concedidas		1.785.874,42	1.017.676,81
Despesas Extraorçamentárias		42.772.269,27	48.547.273,56
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		2.172.038,10	1.366.859,93
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	006	39.764.862,73	47.120.890,99
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		835.368,44	59.522,64
Saldo para o Exercício Seguinte		15.087.199,05	21.243.428,04
Caixa e Equivalentes de Caixa		15.087.199,05	21.243.428,04
TOTAL		284.308.135,49	304.206.701,89

Demonstrações dos Fluxos De Caixa

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	44.262.757,35	50.480.425,79
INGRESSOS	229.621.878,60	253.495.042,88
Receitas Derivadas e Originárias	599.899,59	623.229,71
Transferências Correntes Recebidas	-	-0,75
Outros Ingressos das Operações	229.021.979,01	252.871.813,92
DESEMBOLSOS	-185.359.121,25	-203.014.617,09
Pessoal e Demais Despesas	-160.030.007,27	-180.603.168,00
Transferências Concedidas	-22.707.871,12	-21.334.249,64
Outros Desembolsos das Operações	-2.621.242,86	-1.077.199,45
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-50.418.986,34	-38.968.855,58
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-50.418.986,34	-38.968.855,58
Aquisição de Ativo Não Circulante	-22.419.190,43	-18.545.260,21
Outros Desembolsos de Investimentos	-27.999.795,91	-20.423.595,37
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-6.156.228,99	11.511.570,21
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	21.243.428,04	9.731.857,83
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	15.087.199,05	21.243.428,04

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 05.440.725/0001-14
Razão Social: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
Endereço: VL CENTRO DE SERVICO (PROJEYO SENADOR NILO SN LOTE 543 / IRRIG. NILO COELHO / PETROLINA / PE / 56300-990

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/10/2019 a 09/11/2019

Certificação Número: 2019101101501264339380

Informação obtida em 17/10/2019 10:10:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	
Nome Fantasia: UNIVASF	
Telefone: (87) 00000000	E-mail:
CNPJ: 05.440.725/0001-14	Número do Fistel: 50418121958
Tipo Usuário: Adm Indireta Federal	Tipo Taxa: 50% (órgãos do governo)
Data do contrato:	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações: RSVPNO CANAL RESERVADO PARA O PNO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA. Ato nº 430, de 19/01/2012, publicado no DOU. de 23/01/2012.	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA JOSE DE SA MANICOBA	Complemento: CAMPUS UNIVERSITARIO	
Bairro: CENTRO	Numero: S/N	
Município: Petrolina	UF: PE	CEP: 56304205

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Petrolina	UF: PE
Latitude: -9.39353	Longitude: -40.50834

Parâmetros Técnicos			
Canal: 229	Frequência: 93.7 MHz	Classe: B1	ERP: 3kW
Altura: 90 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação:						Número Indicativo:					
Data Último Licenciamento:						Número da Licença:					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: 0				Longitude: 0				Cota da base: 0 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: ohms					
Antena Principal											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 0 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 0 kW	
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
									Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
Histórico de Documentos Emitidos											

Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
Horário de funcionamento							

Acesso à Informação

BRASIL

**ANATEL**
Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
Kelen Azevedo Cornelio
Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta | Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ
CNPJ: 05.440.725/0001-14

..

[Não foi encontrado dados com essa informação](#)

Usuário: kelen.mc - Kelen Azevedo Cornelio **Data:** 17/10/2019 **Hora:** 10:08:22

Acesso à Informação

BRASIL

**ANATEL**
Agência Nacional
de Telecomunicações

BOM DIA
Kelen Azevedo Cornelio

Sistemas
Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

internet

teia

menu

ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 965.575.594-00

.

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **kelen.mc - Kelen Azevedo Cornelio**

Data: **17/10/2019**

Hora: **10:08:52**

Canais de Radiodifusão

Todos

Download Plano Básico

Download Estações

Download Documento Histórico

1 total de registros 1 - 50 50 Atualizar Filtrar															
Ações	Plata	UF	Município	Canal	Frequência	Finalidade	Decalagem	Classe	Num Serviço	Serviço	Local Específico	Carater	Status	Entidade	CNPJ
						(Todos)									
Visualizar em PDF	50418121958	PE	Petrolina	229	93.7	Educativo		BL	230	FM		P	FM-CS (Canal pendente de outorga)	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO	0544072

CHECKLIST

Análise Documental para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Público - União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas.
Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos

Processo nº: 53900.069292/2015-11

Interessado: UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF

CNPJ: 05.440.725/0001-14

Localidade: Petrolina/PE

Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos - FME

Canal: 229E

Edital de Seleção Pública nº 78/2015/SEI-MC de 23 de outubro de 2015

Data de publicação do Edital de Seleção Pública: 26/10/2015

Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas: 12/01/2016

Data do protocolo desta proposta: 07/12/2015

Requerimento tempestivo? (x) Sim () Não

Localidade em faixa de fronteira? () Sim (x) Não

Entidade possui outorga para executar o mesmo tipo de serviço pretendido na localidade objeto da concessão ou permissão? () Sim (x) Não

Entidade concorre como filial? () Sim (x) Não

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO	OBSERVAÇÕES
DOCUMENTOS DA PESSOA JURÍDICA	
a) requerimento de outorga, corretamente preenchido e assinado em todas as páginas , com as seguintes declarações: (a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (b) a entidade integrará, se for solicitada, a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicação, quando não houver, na localidade, outra entidade que integre a rede por meio da execução dos serviços de radiodifusão educativa; (c) caso venha a ser contemplada com a outorga, a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (d) nenhum dos dirigentes participa do quadro diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;	

<p>(e) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p> <p>(f) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão;</p> <p>(g) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a Administração Pública Federal, direta ou indireta;</p> <p>(h) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;</p> <p>(i) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p> <p>(j) a pessoa jurídica autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;</p> <p>(k) a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, nos anexos e nas demais informações pertinentes;</p> <p>(l) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;</p> <p>(m) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal;</p> <p>(n) caso seja outorgada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos; e</p> <p>(o) a estação de radiodifusão não será utilizada para fazer propaganda política ou difundir opiniões favoráveis ou contrárias a qualquer partido político, seus órgãos, representantes ou candidatos, ressalvado o disposto na legislação eleitoral.</p>	ok 3997091
b) prova de inscrição no CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;	9 4690363ok
c) ato de nomeação ou eleição dos dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, quando for o caso ;	ok 3997100 4 ANOS DE 28/03/2016
d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;	4750316ok 09/11/19
e) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel, se já for executante de serviço de radiodifusão;	3 4690363ok 31/10/19
f) certidão conjunta negativa de débitos relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita	4745482 ok 17/11/19

Federal;	17/11/19
g) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de sede;	8 4690363ok 28/12/19
h) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;	4745481 ok 14/11/2019
i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e	1 4690363ok 27/03/2020
j) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, se for o caso.	não se aplica
<u>Além dos documentos acima, as Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas ainda devem apresentar:</u>	
a) ato constitutivo, Estatuto Social ou Regimento em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente formalizado e aprovado pelo Ministério Público, ou registrado em cartório, se for o caso; e	ok 3997103
b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.	4745490 apresentação ok
DOCUMENTOS DOS DIRIGENTES	
a) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.	ok 3997094 Julianeli Tolentino de Lima 96557559400
PARA ANÁLISE DOS LIMITES DE OUTORGA	
a) Caso seja contemplada com a outorga, a interessada excede ou venha a exceder os limites previstos pelo artigo 12, do Decreto-Lei nº 236/67?	Não excede (não possui outra outorga) 4750316

Proposta ou documentação de habilitação apresentada de acordo com o previsto na Portaria nº 3238/2018 e Edital de Seleção Pública nº 78/2015?

(X) Sim, habilitada () Não, inhabilitada

OBSERVAÇÕES

- Será imediatamente inhabilitada a entidade que deixar de apresentar qualquer um dos documentos de habilitação ou que os apresente com falhas, incorreções ou em desconformidade com as exigências estabelecidas no edital.
- Os documentos registrados em cartório devem conter, em local visível e de forma

legível, a indicação dos dados de registro, sob pena de inabilitação.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio**, **Analista Técnico-Administrativo**, em 18/10/2019, às 15:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4750148** e o código CRC **683FCA83**.

Referência: Processo nº 53900.069292/2015-11

SEI nº 4750148

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Divisão de Regime Legal e de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Serviço de Outorga de Radiodifusão Educativa

NOTA TÉCNICA Nº 19976/2019/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53900.069292/2015-11 apenso/relacionado ao Processo nº 53900.055773/2015-31.**

Assunto: **Formalização de Permissão de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - À Consultoria Jurídica.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de formalização da outorga deferida à UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14, vencedora do processo de seleção pública, objeto do Edital nº 78/2015/SEI-MC, de 23/10/2015, em conformidade com a Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17/09/2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015 e Portaria nº 3.238, de 20/06/2018, publicada no Diário Oficial da União em 21/06/2018, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina/PE, por meio do canal 229E, de acordo com o Edital nº 268/2018/SEI-MCTIC, de 25 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 2019.

ANÁLISE

2. Após a adjudicação da outorga, objeto do processo de seleção em referência, a adjudicante apresentou o devido projeto de instalação da estação e de utilização de equipamentos, a fim de viabilizar a aprovação do local e equipamentos da respectiva emissora, em cumprimento ao disposto no art. 29 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012. Assim, no dia 27/09/2019, foi assinado o correspondente Despacho de Aprovação de Local (DESPACHO SESTE 4654815), estando a entidade, portanto, apta à obtenção da outorga em questão.

3. Acontece, porém, que em 23/08/2017 foi publicado o Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, que alterou o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e promoveu a inversão de algumas fases até então dispostas para o procedimento da outorga do serviço em questão. A partir de agora, haverá a publicação da Portaria de outorga, quando o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional, e somente após a publicação do Decreto Legislativo se realizará a assinatura do contrato, senão vejamos:

["Art. 29.](#) A pessoa jurídica vencedora submeterá à aprovação do Ministério da Ciência,

Tecnologia, Inovações e Comunicações, no prazo de cento e vinte dias, contado da data da adjudicação do objeto da licitação, os locais escolhidos para a montagem da estação e as plantas, os orçamentos e as demais especificações técnicas dos equipamentos.

(...)

*“Art. 31. O órgão competente do Poder Executivo federal fará publicar, após o pagamento do boleto a que se refere o art. 30, **ato** do qual constarão, entre outras que se fizerem necessárias, as seguintes informações:*

I - o nome e o CNPJ da pessoa jurídica;

II - o serviço a ser prestado;

III - a área da prestação do serviço; e

IV - as principais obrigações a serem cumpridas pela pessoa jurídica.

§ 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações portaria de outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de outorga, após a indicação pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do licitante apto à contratação, o qual será enviado ao Congresso Nacional por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

§ 3º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia do decreto ou portaria.” (NR)

“Art. 31-A. A pessoa jurídica apta à contratação será convocada para, no prazo de até sessenta dias, contado da data de publicação do Decreto Legislativo que aprovou a outorga, celebrar o contrato de concessão ou permissão, cujo extrato será publicado no Diário Oficial da União.

4. Informa-se, que foram acostadas aos autos as certidões fiscais atualizadas em nome da entidade (anexo 4750148), bem como espelho SIACCO (4750316), onde é possível aferir que os limites de outorga informados no Decreto-Lei nº 236/1967, estão sendo devidamente respeitados tanto pela entidade quanto por seus dirigentes, uma vez que a interessada em comento ainda não possui nenhuma outorga.

5. Por fim, cabe ressaltar que em consulta ao MOSAICO – Sistema Integrado de Gestão e Controle do Espectro da Anatel, verificamos que a entidade não possui outorga, e não aparece na planilha de controle de Editais como vencedora em outra(s) localidade(s).

CONCLUSÃO

6. Diante do exposto, sugerimos o encaminhamento dos presentes autos à Consultoria Jurídica, juntamente com as minutas de Portaria Ministerial e Exposição de Motivos (4750173), para que:

- a. se manifeste quanto à regularidade jurídico-formal do processo; e
- b. após, sejam os autos remetidos a esta Secretaria, para finalização dos procedimentos necessários à outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Aguiar Soares**,
Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da



União, em 18/10/2019, às 17:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União**, em 21/10/2019, às 09:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 22/10/2019, às 21:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Ferreira Lima, Secretário de Radiodifusão substituto**, em 23/10/2019, às 15:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4750160** e o código CRC **AE4EFC80**.

Minutas e Anexos

4750173

Referência: Processo nº 53900.069292/2015-11

SEI nº 4750160

MINUTA DE
PORTARIA, EXPOSIÇÃO DE MOTIVO, E PARECER DE MÉRITO

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.069292/2015-11, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco, por meio do canal 229E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVO

EM nº / /MCTIC

Brasília, de de 2019.

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.069292/2015-11, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco, por meio do canal 229E, constante do Edital nº 78/2015/SEI-MC, de 23 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2015, cujo objeto foi adjudicado à UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14, por intermédio do Edital nº 268/2018/SEI-MCTIC, de 25 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 2019, em conformidade com a Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015 e Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 21 de junho de 2018.

2. Sobre o assunto em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da NOTA TÉCNICA Nº 19976/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica deste Ministério, por intermédio de seu Parecer Jurídico nº ____/201_/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

3. Com base nesses posicionamentos, fora expedida a Portaria nº ____, de ____ de ____ de 201_, publicada no Diário Oficial da União de ____ de ____ de 201_, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do §3º do art. 223 da Constituição Federal, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DO PARECER DE MÉRITO

1. Análise do problema que o ato normativo visa a solucionar:

Encaminhamento de processo para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco, por meio do canal 229E.

2. Objetivos que se pretende alcançar:

Necessidade de encaminhamento da Portaria Ministerial de outorga da permissão a ser enviada ao Congresso Nacional, para deliberação, por meio de mensagem da Presidência da República, nos termos do §1º do art. 31 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963.

3. Identificação dos atingidos pelo ato normativo:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14

4. Estratégia e prazo para implementação:

Não há.

5. Na hipótese de a proposta implicar em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:

a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, constando, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicando: i) se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e ii) a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e

b) a declaração de que a medida apresenta: i) adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e ii) compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o [art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#).

Não há renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.

6. Análise do impacto da medida sobre o meio ambiente e sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição:

Não há.

7. Análise das consequências do uso do processo legislativo regular (apenas nos casos de medida provisória ou de projeto de lei em regime de urgência):

Não se aplica.

8. Síntese do Parecer Jurídico:

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Aguiar Soares, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 18/10/2019, às 17:03 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União**, em 21/10/2019, às 09:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 22/10/2019, às 21:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Ferreira Lima, Secretário de Radiodifusão substituto**, em 23/10/2019, às 15:47 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4750173** e o código CRC **1AD736BF**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO JURÍDICA DE RÁDIOFUSÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA - COREC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

PARECER n. 00931/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.069292/2015-11

INTERESSADO: Secretaria de Radiodifusão – SERAD

ASSUNTO: Permissão para prestação do serviço de radiodifusão com a finalidade educativa

EMENTA: Processo Administrativo. Serviço de radiodifusão para fins educativos. Inexistência óbice legal. Deferimento da permissão pleiteada. Submissão ao Congresso Nacional. Encaminhamento à SERAD.

Senhor Coordenador-Geral,

I – RELATÓRIO

1. Por meio da NOTA TÉCNICA Nº 19976/2019/SEI-MCTIC, a Secretaria de Radiodifusão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações encaminha a esta Consultoria Jurídica, para análise e manifestação, o Processo Administrativo nº 53900.069292/2015-11, cujo teor versa sobre o resultado final do procedimento seletivo para prestação do serviço de radiodifusão com a finalidade educativa, na localidade de Petrolina/PE.

2. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se que a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, por meio do Edital nº 78/2015, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 204, de 26 de outubro de 2015, divulgou seleção para a prestação do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com finalidade exclusivamente educativa, em diversas localidades, inclusive no município de Petrolina/PE, cujo prazo de inscrição é de 60 (sessenta) dias, sendo o termo inicial em 27 de outubro de 2015 e o termo final em 28 de dezembro de 2015 (Doc. nº 0819636 - Proc. Administrativo nº 53900.055773/2015-31).

3. Posteriormente, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, por meio do Edital nº 99/2015/SEI-MC, de 28 de dezembro de 2015, prorrogou por mais 15 (quinze) dias o prazo final para apresentação de documentos (Doc. nº 0906307 - Proc. Administrativo nº 53900.055773/2015-31).

4. Após analisar a documentação apresentada, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 2116/2016/SEI-MC, asseverou o que se segue (Doc. nº 0954219 - Proc. Administrativo nº 53900.055773/2015-31), *in verbis*:

1. Trata-se de procedimento de seleção instaurado com vistas à outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina/PE, por meio do canal 229E, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no DOU de 21/09/2015 e o Edital de Seleção Pública nº 78/2015/SEI-MC de 23 de outubro de 2015, publicado no DOU em **26/10/2015**.

2. Veio à análise deste Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União, o processo em referência, acompanhado de 13 (treze) processos a ele relacionados, relativo às propostas apresentadas por entidades interessadas na execução do Serviço de Radiodifusão, objeto da outorga em questão.

3. Concluída a verificação das propostas apresentadas, nos termos do disposto nos arts. 16 a 19 da Portaria nº 4.335/2015, constatou-se a seguinte ordem de classificação:

ENTIDADE	TIPO	PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF	I	53900.069292/2015-11	1º lugar	Universidade Federal com sede na localidade.
FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II	II	53900.064655/2015-13	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado.
FUNDAÇÃO REGIONAL DE RÁDIOFUSÃO EDUCATIVA	II	53900.067474/2015-49	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado.
FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL, EDUCACIONAL E	II	53900.073170/2015-11	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de

CULTURAL DE PETROLINA				Direito Privado.
CENECT - CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA LTDA	II	53900.074786/2015-17	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado.
FUNDAÇÃO JOSÉ FRANCISCO FILHO	II	53900.076673/2015-48	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado.
FUNDAÇÃO CULTURA SOLIDARIA	II	53900.077098/2015-09	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado.
FUNDAÇÃO BRASIL ECOAR	II	53900.076354/2015-32	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado.
FUNDAÇÃO EVANGÉLICA TRINDADE	II	53900.076878/2015-23	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado.
FUNDAÇÃO CULTURAL ASSISTENCIAL RECUPERANDO VIDAS	II	53900.077106/2015-17	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado.
FUNDAÇÃO CULTURAL PORTAL DA COMUNICAÇÃO	II	53900.002023/2016-47	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado.
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL RIO ONDAS	II	53900.002170/2016-17	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado.
FUNDAÇÃO ZECA JATOBÁ	II	53900.002176/2016-94	Desconsiderada	Pessoa Jurídica de Direito Privado.

Legenda: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Instituição de Educação Superior conforme art. 14, inciso II da Portaria nº 4.335/2015; III - Pessoa Jurídica de Natureza Privada, conforme art. 14, inciso III da Portaria nº 4.335/2015.

4. Cabe lembrar que as pessoas jurídicas de direito público interno terão preferência sobre as pessoas jurídicas de direito privado, em razão do disposto no § 2º do art. 34 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

5. Cumpre esclarecer que caso a entidade classificada em primeiro lugar seja inabilitada, será analisada a documentação da entidade classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, conforme disposto no art. 22 da Portaria nº 4.335/2015.

6. Diante do exposto, nos termos dos itens acima, opinamos pela comunicação do resultado obtido nesta seleção pública a todas as participantes, concedendo-lhes prazo de 30 dias para que, se for o caso, apresentem recurso, conforme dispõe o artigo 25 da Portaria nº 4.335/2015.

5. Em seguida, o Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica, por meio do Edital Nº 52/2016/SEI-MC, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 30, de 16 de fevereiro de 2016, tornou público o resultado preliminar do processo de seleção, cuja ordem de classificação foi descrita na NOTA TÉCNICA acima reproduzida (Doc. nº 0971333 - Proc. Administrativo nº 53900.055773/2015-31).

6. A Secretaria de Radiodifusão - SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 9051/2016/SEI-MCTIC, asseverou o seguinte (Doc. nº 1080759 - Proc. Administrativo nº 53900.055773/2015-31), *in litteris*:

1. Trata-se de resultado final de processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Petrolina / PE**, por meio do canal 229E, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no DOU de 21/09/2015 e o Edital de Seleção Pública nº 78/2015/SEI-MC de 23 de outubro de 2015, publicado no DOU em 26/10/2015.

2. Veio à análise deste Grupo de Trabalho de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - GTED, o processo em referência, acompanhado de treze processos a ele relacionados, relativo às propostas apresentadas por entidades interessadas na execução do Serviço de Radiodifusão, objeto da outorga em questão. Procedida à análise das propostas, foi publicado o Resultado Preliminar da Seleção Pública por meio do Edital nº 52/2016/SEI-MC, no DOU de 17/2/2016 ([0971333](#)), com prazo de 30 (trinta) dias para interposição de recurso.

3. Esgotado referido prazo, conforme disposto na Portaria nº 4.335/2015, foram analisados os respectivos pedidos de reconsideração, de acordo com as Notas Técnicas abaixo referenciadas, cujos resultados assim se apresentam:

Fundação Zeca Jatobá - (Proc. nº 53900.002176/2016-94) – Nota Técnica nº 9014/2016/SEI-MC - Indeferido o pedido de reconsideração apresentado.

4. As seguintes proponentes não apresentaram pedidos de reconsideração contra as decisões de indeferimento relativas às propostas apresentadas, mantendo-se, portanto, desconsideradas:

Fundação Regional de Radiodifusão Educativa - (Proc. nº 53900.067474/2015-49);

Fundação João Paulo II - (Proc. nº 53900.064655/2015-13);

Fundação Assistencial, Educacional e Cultural de Petrolina - (Proc. nº 53900.073170/2015-11);

CENECT - Centro Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia Ltda - (Proc. nº 53900.074786/2015-17);

Fundação José Francisco Filho - (Proc. nº 53900.076673/2015-48);

Fundação Cultura Solidária - (Proc. nº 53900.077098/2015-09);

Fundação Brasil Ecoar - (Proc. nº 53900.076354/2015-32);

Fundação Evangélica Trindade - (Proc. nº 53900.076878/2015-23);

Fundação Cultural e Assistencial Recuperando Vidas - (Proc. nº 53900.077106/2015-17);

Fundação Cultural Portal da Comunicação - (Proc. nº 53900.002023/2016-47); e

Fundação Educacional Rio Ondas - (Proc. nº 53900.002170/2016-17).

5. Assim sendo, o resultado final obtido é o seguinte:

(...)

6. Dessa forma, a Universidade Federal do Vale do São Francisco UNIVASF, deverá ser declarada vencedora do presente certame, fazendo jus, portanto, à outorga em questão.

7. Cabe ressaltar que, em consulta ao Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD da Anatel, verificamos que a entidade não possui outorga, nem aparece na planilha de controle de editais de seleção pública como vencedora em outras localidades.

8. Diante do exposto, nos termos do item 5, opinamos:

a. seja declarada vencedora do presente processo de seleção a Universidade Federal do Vale do São Francisco UNIVASF, homologando-se este procedimento de seleção, e adjudicando à vencedora o seu objeto;

b. sejam remetidos os correspondentes processos à Consultoria Jurídica, a fim de que se manifeste sobre a regularidade jurídico-formal do procedimento de seleção em questão, do processo relativo à correspondente proposta e da minuta do Despacho de Homologação elaborada com vistas à celeridade processual;

c. sejam os autos posteriormente devolvidos a esta Secretaria, com vistas à adoção das providências consectárias.

7. Esta Consultoria Jurídica, por meio do PARECER Nº 461/2016/SEI-MC, manifestou-se no sentido de que houvesse: "*(...) homologação do resultado da presente seleção com adjudicação do objeto a Universidade Federal do Vale do São Francisco.*" (Doc. nº 1183714 - SEI).

8. Posteriormente, a Secretaria de Radiodifusão - SERAD emitiu a NOTA TÉCNICA Nº 23770/2018/SEI-MCTIC, cuja transcrição parcial é a seguinte (Doc. nº 3495335 - Proc. Administrativo nº 53900.055773/2015-31 - SEI), *in verbis*:

1. Trata-se de resultado final de processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Petrolina / PE**, por meio do canal 229E, de acordo com o que estabelece a Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no DOU de 21/09/2015 e o Edital de Seleção Pública nº 78/2015/SEI-MC de 23 de outubro de 2015, publicado no DOU em 26/10/2015.

2. Em virtude da publicação da Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 21/06/2018, que promoveu a alteração dos procedimentos nos processos de seleção iniciados durante a vigência da Portaria nº 4.335, de 17 de setembro de 2015, retornou para nova análise desta Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - CGEC, o processo em referência, acompanhado de 13 (treze) processos a ele relacionados, relativo às propostas apresentadas por entidades interessadas na execução do Serviço de Radiodifusão, objeto da outorga em questão. Procedida à análise das propostas, foi publicado o Resultado Preliminar da Seleção Pública por meio do Edital nº 52/2016/SEI-MC, no DOU de 17/2/2016 ([0971333](#)), com prazo de 30 (trinta) dias para interposição de recurso.

3. Esgotado referido prazo, conforme disposto na Portaria nº 4.335/2015, foram analisados os respectivos pedidos de reconsideração, de acordo com as Notas Técnicas abaixo referenciadas, cujos resultados assim se apresentam:

Fundação Zeca Jatobá - (Proc. nº 53900.002176/2016-94) – Nota Técnica nº 26550/2018/SEI-MCTIC - Indeferido o pedido de reconsideração apresentado.

4. As seguintes proponentes não apresentaram pedidos de reconsideração contra as decisões de indeferimento relativas às propostas apresentadas, mantendo-se, portanto, desconsideradas:

Fundação Regional de Radiodifusão Educativa - (Proc. nº 53900.067474/2015-49);

Fundação João Paulo II - (Proc. nº 53900.064655/2015-13);

Fundação Assistencial, Educacional e Cultural de Petrolina - (Proc. nº 53900.073170/2015-11);

CENECT - Centro Integrado de Educação, Ciência e Tecnologia Ltda - (Proc. nº 53900.07478/2015-17);

Fundação José Francisco Filho - (Proc. nº 53900.076673/2015-48);

Fundação Cultura Solidária - (Proc. nº 53900.077098/2015-09);

Fundação Brasil Ecoar - (Proc. nº 53900.076354/2015-32);

Fundação Evangélica Trindade - (Proc. nº 53900.076878/2015-23);

Fundação Cultural e Assistencial Recuperando Vidas - (Proc. nº 53900.077106/2015-17);

Fundação Cultural Portal da Comunicação - (Proc. nº 53900.002023/2016-47); e

Fundação Educacional Rio Ondas - (Proc. nº 53900.002170/2016-17).

5. Ocorre que foi constatado um equívoco na ordem classificatória das entidades no Edital nº 52/2016/SEI-MC, assim, em atenção ao Princípio da Autotutela, em que a Administração Pública tem o poder-dever de rever seus atos para corrigi-los, faz-se necessário realizar a correta classificação das participantes na publicação do resultado final.

6. Assim sendo, o resultado final obtido é o seguinte:

<https://sapiens.aqu.gov.br/documento/336884468>

Fundação Zeca Jatobá	III	53900.002176/2016-94	9º Lugar	-	-	Análise Prejudicada	Pessoa direito j Análise prejuí virtude habilita Pessoa Direito Interno.
Fundação Regional de Radiodifusão Educativa	III	53900.067474/2015-49	9º Lugar	Universidade Evangélica do Brasil - UEBRA (não credenciada no MEC).		Análise Prejudicada	Pessoa direito j Análise prejuí virtude habilita Pessoa Direito Interno.
Fundação Assistencial, Educacional e Cultural de Petrolina	III	53900.073170/2015-11	9º Lugar	-		Análise Prejudicada	Pessoa direito j Análise prejuí virtude habilita Pessoa Direito Interno.
Fundação Educacional Rio Ondas	III	53900.002170/2016-17	9º Lugar	-		Análise Prejudicada	Pessoa direito j Análise prejuí virtude habilita Pessoa Direito Interno.
Fundação Cultural Portal da Comunicação	III	53900.002023/2016-47	-	-	-	Desclassificada	Associa privada a men ano.

Legenda Tipo: I – Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II – Instituição de Educação Superior conforme art. 14, inciso II da Portaria nº 4.335/2015; III - Fundações de Direito Privado, conforme art. 14, inciso III da Portaria nº 4.335/2015.

7. Dessa forma, a Universidade Federal do Vale do São Francisco UNIVASF, deverá ser declarada vencedora do presente certame, fazendo jus, portanto, à outorga em questão.

8. Cabe ressaltar que, em consulta ao MOSAICO (Sistema de Controle de Radiodifusão da Anatel [3633506](#)), verificamos que a entidade não possui outorga, nem aparece na planilha de controle de editais de seleção pública como vencedora em outras localidades.

9. Diante do exposto, opinamos pela declaração do resultado, indicando a Universidade Federal do Vale do São Francisco UNIVASF como vencedora do presente processo de seleção, homologando-se este procedimento, e adjudicando à vencedora o seu objeto.

9. Por meio do Edital nº 268/2018/SEI-MCTIC, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 19, de 28 de janeiro de 2019, a SERAD declarou a Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF como entidade vencedora do processo seletivo acima citado (Doc. nº 3501580 - Proc. Administrativo nº 53900.055773/2015-31), *in litteris*:

EDITAL Nº 268/2018/SEI-MCTIC

O **SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2018, e no Processo nº 53900.055773/2015-31, resolve homologar o procedimento de seleção para outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, Estado do Piauí, por meio do canal 229E, Classe B1, referente ao Edital de Seleção Pública nº 78/2015/SEI-MC, publicado no Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2015, e adjudicar seu objeto à UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, nos termos da legislação vigente, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste Edital.

A entidade vencedora deverá submeter à aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no prazo de cento e vinte dias, contado desta publicação, os locais escolhidos para a montagem da estação e as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no art. 29 do Decreto nº 52.795, de 1963, do mesmo modo que será instada a complementar a instrução de seu processo com a documentação indicada nos Anexos I, II ou III da Portaria nº 3.238, de 2018, conforme o caso, sob pena de indeferimento do pedido.

Caso, após a publicação da presente homologação a entidade vencedora seja habilitada em várias seleções concomitantemente, em número que possa vir a exceder aos limites do art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967, será realizado sorteio público, em conformidade com o art. 21, §§ 2º a 4º, da Portaria nº 3.238, de 2018, a fim de obter localidades em número compatível com o limite de outorgas.

Encaminhe-se os processos das demais entidades concorrentes ao Setor de Arquivo, considerando a conclusão do procedimento de seleção.

(...)

10. Posteriormente, a SERAD, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 2700/2019/SEI-MCTIC, aduziu o seguinte (Doc. nº 3875262 - SEI), *in litteris*:

1. Trata-se da complementação de instrução processual pós **promulgação do resultado final** de seleção pública para outorga do serviço de rádio educativa em frequência modulada - FME, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Petrolina/PE**, por meio do canal **229E**. A seleção obedece ao seguinte regime normativo: **a) Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC**, de 17 de setembro de 2015, publicada no DOU de 21/09/2015; **b) Portaria nº 3.238**, de 20 de junho de 2018, publicada no DOU de 21/06/2018; **c) Edital de Seleção Pública nº 78/2015/SEI-MC**, de 23 de outubro de 2015, publicado no DOU em 26/10/2015.

2. No dia **28/01/2019**, foi publicado no Diário Oficial da União, o **Edital nº 268/2018/SEI-MCTIC**, que homologou o processo de seleção pública para outorga do serviço de FME, na localidade de **Petrolina/PE**, adjudicando seu objeto à **UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF**; informando sobre a necessidade de complementação processual, em consonância com a vigente Portaria nº 3.238/2018; bem como a cientificando do prazo de cento e vinte dias, contado da publicação, para apresentação dos locais escolhidos para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos, conforme estabelecido no Art. 29 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

3. Assim, para correta instrução do feito será necessária a apresentação do formulário constante do **Anexo I** da Portaria nº 3.238/2018 (requerimento de outorga para as (pessoas jurídicas de direito público), em anexo, com todas as declarações e documentos informados, dentro do prazo de **60 (sessenta) dias**, contado da data do recebimento desta Nota Técnica, **sob pena de indeferimento do pedido**, nos termos do parágrafo único do art. 51 da Portaria 3.238/2018.

4. Informa-se, ainda, que o prazo para a submissão do projeto técnico, considerando a data de publicação do mencionado Edital nº 268/2018/SEI-MCTIC, terminará no dia **28/05/2019**, cabendo à interessada apresentar os documentos e requisitos técnicos listados no **Ofício nº 5266/2019/SEI-MCTIC**. (3866066)

5. Por fim, informa-se que o formulário anexo à presente Nota Técnica, bem como as demais informações referente à radiodifusão educativa, podem ser encontradas no sítio eletrônico do Ministério, através do seguinte

endereço: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/detalhe_tema/radiodifusao_educativa.htm

6. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado do prazo disposto no artigo 17 da Portaria 126, de 12 de março de 2014, apresente os documentos, sob pena de **indeferimento do pleito**.

11. Em resposta à solicitação apresentada pela SERAD, a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF juntou documentos (Proc. Administrativo nº 01250.013737/2019-21 e Proc. Administrativo nº 01250.026929/2019-06 e Proc. Administrativo nº 01250.027853/2019-28 - SEI).

12. Após analisar a documentação acostada, a SERAD emitiu a NOTA TÉCNICA Nº 8648/2019/SEI-MCTIC, cujo teor é o seguinte (Doc. nº 4274173 - SEI), *ipsis verbis*:

1. Por meio do processo em referência, a FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO, CNPJ nº 05.440.725/0001-14, solicita a aprovação de local de instalação da estação e de utilização dos equipamentos para a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina/PE, com utilização do canal 229 E (duzentos e vinte nove - Educativo).

2. A análise do processo foi baseada na Portaria MC nº 449, de 13 de outubro de 2005, bem como na Resolução Anatel nº 67, de 12 de novembro de 1998 e demais legislações pertinentes ao Serviço. Durante a análise foram observadas as seguintes inconsistências:

(...)

3. Diante das pendências encontradas, e levando-se em consideração o Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada - PBFM e a legislação vigente, a entidade deverá apresentar, em original ou cópia autenticada, a documentação abaixo:

a. a entidade está em débito, conforme consta no documento em anexo, de modo que a análise ficará sobrestada até essa entidade quitar tais débitos;

b. declaração do órgão competente do Ministério da Aeronáutica autorizando a instalação proposta;

c. formulários padronizados, com as devidas correções e assinados por profissional habilitado;

4. Diante do exposto, opinamos pela expedição de ofício de exigência à interessada, para apresentação da documentação pendente.

13. Destaque-se, ainda, que a UNIVASF carrou documentos para atender a referida solicitação (Doc. nº 4616652 - Proc. Administrativo nº 01250.046168/2019-09).

14. Após a analisar os documentos carreados, a SERAD exarou a NOTA TÉCNICA Nº 17487/2019/SEI-MCTIC, asseverando o seguinte (Doc. nº 4654789 - SEI), *in litteris*:

1. Por meio do processo em referência, a FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO, CNPJ nº 05.440.725/0001-14, solicita a aprovação de local de instalação da estação e de utilização dos equipamentos para a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina/PE, com utilização do canal 229 E (duzentos e vinte nove - Educativo).

2. A análise do processo foi baseada na Portaria nº 449, de 13 de outubro de 2005, bem como na Resolução Anatel nº 67, de 12 de novembro de 1998, e demais legislações pertinentes ao referido Serviço.

3. O processo indicou sua completa instrução, de acordo com a legislação em vigor, conforme as seguintes características técnicas e informações do relatório de validação em anexo ([4654781](#)):

(...)

4. A entidade deverá ainda indicar o nome do fabricante, o modelo e o código de certificação do transmissor principal de 2,00 kW, na ocasião da solicitação do licenciamento da estação.

5. Diante do exposto, opinamos pelo **deferimento** do pedido e encaminhamos Despacho para assinatura da autoridade competente para decisão.

6. Solicitamos que, após assinatura da autoridade competente, este processo retorne a este Serviço de Estudos de Análise Técnica para cadastramento dos dados da entidade no Mosaico.

15. Posteriormente, a SERAD manifestou-se nos seguintes termos, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 18236/2019/SEI-MCTIC (Doc. nº 4686416 - SEI), *in verbis*:

1. Trata-se de formalização da outorga deferida à UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14, vencedora do processo de seleção pública, objeto do Edital nº 78/2015/SEI-MC, de 23/10/2015, em conformidade com a Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17/09/2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015 e Portaria nº 3.238, de 20/06/2018, publicada no Diário Oficial da União em 21/06/2018, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina/PE, por meio do canal 229E, de acordo com o Edital nº 268/2018/SEI-MCTIC, de 25 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 2019.

2. Após a adjudicação da outorga, objeto do processo de seleção em referência, a adjudicante apresentou o devido projeto de instalação da estação e de utilização de equipamentos, a fim de viabilizar a aprovação do local e equipamentos da respectiva emissora, em cumprimento ao disposto no art. 29 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012. Assim, no dia 17/05/2019, foi assinado o correspondente Despacho de Aprovação de Local (DESPACHO SESTE [4654815](#)), estando a entidade, portanto, apta à obtenção da outorga em questão.

3. Acontece, porém, que em 23/08/2017 foi publicado o Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, que alterou o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e promoveu a inversão de algumas fases até então dispostas para o procedimento da outorga do serviço em questão. A partir de agora, haverá a publicação da Portaria de outorga, quando o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional, e somente após a publicação do Decreto Legislativo se realizará a assinatura do contrato, senão vejamos:

(...)

4. Informa-se, por fim, que foram acostadas aos autos as certidões fiscais em nome da entidade (anexo Checklist SEORE [4686409](#)), bem como espelho SIACCO ([4690363](#)), onde é possível aferir que os limites de outorga informados no Decreto-Lei nº 236/1967, estão sendo devidamente respeitados. Ocorre que, no momento de atualização das certidões, foi verificada a impossibilidade da obtenção de:

1.prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;

2.certidão conjunta negativa de débitos relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;

3.atualização balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2018), já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.

16. Com a finalidade de atender as referidas orientações, a UNIVASF apresentou documentos (Proc. Administrativo nº 01250.053069/2019-75).

17. Registre-se, ainda, que a SERAD não apresentou óbice para que a referida Universidade prestasse o serviço de radiodifusão com a finalidade educativa, conforme se verifica dos termos da NOTA TÉCNICA Nº 19976/2019/SEI-MCTIC (Doc. nº. 4750160 - SEI).

18. Por fim, cumpre informar que os autos do Processo Administrativo foram também instruídos com a minuta de portaria e exposição de motivos, que serão subscritas pelo Ministro de Estado desta Pasta (Doc. nº. 4750173 - SEI).

19. Esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1. PROCEDIMENTO PARA OUTORGA DO SERVIÇO RADIODIFUSÃO PARA FINS EXCLUSIVAMENTE EDUCATIVOS

20. Antes de adentrar na análise do caso submetido à apreciação, cumpre lembrar que o procedimento relacionado à autorização para execução do serviço de radiodifusão com a finalidade educativa encontra-se disciplinado pela Constituição Federal, pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, e pelas demais normas aplicáveis à espécie.

21. Em razão da necessidade de permitir uma melhor compreensão sobre o arcabouço normativo que regulamenta o assunto, cumpre transcrever os seguintes dispositivos do ordenamento jurídico pátrio, *in verbis*:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores. 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Art. 224. Para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

LEI Nº 4.117, de 27 DE AGOSTO DE 1962

Art. 34. As novas concessões ou permissões para o serviço de radiodifusão serão precedidas de edital, publicado com sessenta dias de antecedência pelo órgão competente do Poder Executivo, convidando as entidades interessadas a apresentar suas propostas em prazo determinado. [\(Redação dada pela Lei nº 13.424, de 2017\)](#)

(...)

§ 2º Terão preferência para a concessão as pessoas jurídicas de direito público interno, inclusive universidades.

DECRETO Nº 52.795, DE 31 DE OUTUBRO DE 1963

(...)

Art. 10. A outorga para execução dos serviços de radiodifusão será precedida de procedimento licitatório, observadas as disposições legais e regulamentares. [\(Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24.12.1996\)](#)

§ 1º O processo de outorga, nos termos do edital, destina-se a garantir tratamento isonômico aos participantes e observará os princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade e da publicidade.

(...)

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento. [\(Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24.12.1996\)](#)

§ 1º O aviso de edital deverá ser publicado com antecedência de sessenta dias da data marcada para a apresentação das propostas. [\(Redação dada pelo Decreto nº 2.108, de 24.12.1996\)](#)

§ 2º Qualquer modificação no edital exige a mesma divulgação que foi dada ao texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Art. 15. Para a habilitação, será exigida das pessoas jurídicas interessadas documentação relativa: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - a sua habilitação jurídica e a de seus sócios e dirigentes; [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - a sua qualificação econômico-financeira; e [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - a sua regularidade fiscal e trabalhista. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)§

1ª A documentação relativa à habilitação jurídica da pessoa jurídica consistirá: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - em formulário de requerimento de outorga, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - no ato constitutivo e nas suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, na cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - em certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 1º A documentação relativa à habilitação jurídica da pessoa jurídica consistirá: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - em formulário de requerimento de outorga, disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - no ato constitutivo e nas suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, na cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - em certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 2º Sem prejuízo de outras declarações que possam ser solicitadas, o requerimento de outorga a que se refere o inciso I do § 1º conterá as declarações de que: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - nenhum dos sócios ou dirigentes participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em

excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VIII - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IX - nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no [art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990](#); [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 3º A documentação relativa à habilitação jurídica dos sócios e dos dirigentes consistirá na prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, a fim de atender ao disposto no [§ 1º do art. 222 da Constituição](#), feita por meio da apresentação de: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - certidão de nascimento ou casamento; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - certificado de reservista; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - cédula de identidade; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - carteira profissional; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VI - carteira de trabalho e previdência social; ou [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

VII - passaporte. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

(...)

§ 7º A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica consistirá: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - na prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

II - na prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - na prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

IV - na prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

V - na prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

(...)

Art 17. A outorga de autorizações para a execução de serviço de radiodifusão será feita através de concessões ou permissões.

(...)

Art 27. Os prazos de concessão e permissão serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão.

(...)

Art. 29. A pessoa jurídica vencedora submeterá à aprovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, no prazo de cento e vinte dias, contado da data da adjudicação do objeto da licitação, os locais escolhidos para a montagem da estação e as plantas, os orçamentos e as demais especificações técnicas dos equipamentos. [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 1º Não será admitida a prorrogação do prazo a que se refere o **caput**, exceto em decorrência de caso fortuito ou força maior, conforme entendimento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 2º Encerrado o prazo a que se refere o **caput** sem que tenham sido apresentados os locais escolhidos para a montagem da estação, o direito da pessoa jurídica à contratação decairá. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

§ 3º O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações poderá, na hipótese prevista no § 2º, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para atender ao disposto no **caput**, em prazo igual e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço atualizado da outorga, em conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em edital. [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

(...)

Art. 31. O órgão competente do Poder Executivo federal fará publicar, após o pagamento do boleto a que se refere o art. 30, ato do qual constarão, entre outras que se fizerem necessárias, as seguintes informações: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

(...)

§ 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações portaria de outorga, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de

mensagem da Presidência da República, para deliberação.

(Redação dada pelo Decreto nº 9.138,

de 2017)

§ 2º No caso de serviços de radiodifusão de sons e imagens, será publicado decreto de outorga, após a indicação pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do licitante apto à contratação, o qual será enviado ao Congresso Nacional por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

§ 3º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará decreto legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia do decreto ou portaria.

(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Art. 31-A. A pessoa jurídica apta à contratação será convocada para, no prazo de até sessenta dias, contado da data de publicação do Decreto Legislativo que aprovou a outorga, celebrar o contrato de concessão ou permissão, cujo extrato será publicado no Diário Oficial da União.

(Redação dada pelo Decreto nº

9.138, de 2017)

§ 1º A pessoa jurídica apta à contratação será notificada quanto à data, à hora e ao local de celebração do contrato de concessão ou permissão.

(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

§ 2º O contrato será firmado pelo dirigente da pessoa jurídica apta à contratação e pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações que, quanto aos serviços de radiodifusão de sons e imagens, representará o Presidente da República no ato.

(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

22. É oportuno destacar que a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, editada pelo Ministro desta Pasta, dispõe o seguinte sobre a publicação da portaria ministerial referente à permissão para execução dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, *in verbis*:

PORTARIA Nº 3.238, DE 20 DE JUNHO DE 2018.

Art. 14. Somente poderão participar do procedimento de seleção as pessoas jurídicas cuja sede, campus ou filial estejam situadas no Estado ou no Distrito Federal onde se dará a seleção, e que se enquadrem como:

I - Estados, Distrito Federal e Municípios;

II - Instituições de Educação Superior – IES, credenciadas pelo Ministério da Educação –MEC, inclusive aquelas que estão sob a condição de mantidas; ou

III - fundações de direito público e de direito privado.

(...)

Art. 17. Encerrada a fase de inscrição, o MCTIC efetuará a classificação das entidades concorrentes.

Art. 18. As participantes da seleção serão classificadas na seguinte ordem:

I - IES públicas, ordenadas da seguinte forma:

a) universidades federais, estaduais ou distritais e municipais, nessa ordem, com sede ou campus na localidade onde será executado o serviço objeto da outorga;

b) universidades federais, estaduais ou distritais e municipais, nessa ordem, com sede ou campus no Estado ou no Distrito Federal onde será executado o serviço objeto da outorga;

c) centros universitários federais, estaduais ou distritais e municipais, nessa ordem, com sede ou campus na localidade onde será executado o serviço objeto da outorga;

d) centros universitários federais, estaduais ou distritais e municipais, nessa ordem, com sede ou campus no Estado ou no Distrito Federal onde será executado o serviço objeto da outorga;

e) faculdades federais, estaduais ou distritais e municipais, nessa ordem, com sede ou campus na localidade onde será executado o serviço objeto da outorga; e

f) faculdades federais, estaduais ou distritais e municipais, nessa ordem, com sede ou campus no Estado ou no Distrito Federal onde será executado o serviço objeto da outorga.

(...)

Art. 28. Encerrada a instrução técnica, e obtido o assentimento prévio do CDN, se for o caso, o órgão competente do Poder Executivo federal fará publicar ato de outorga, do qual constarão, entre outras que se fizerem necessárias, as seguintes informações:

I - o nome e o CNPJ da pessoa jurídica outorgada;

II - o serviço a ser prestado;

III - a IES responsável pela execução do serviço e sua mantenedora, se for o caso;

IV - a localidade de prestação do serviço e o canal; e

V - as principais obrigações a serem cumpridas pela pessoa jurídica.

§ 1º No caso de serviços de radiodifusão sonora, será publicada Portaria de Outorga pelo MCTIC, que será enviada ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

(...)

§ 3º A deliberação do Congresso Nacional, da qual resultará Decreto Legislativo acerca da aprovação da outorga, é condição de eficácia do Decreto Presidencial ou Portaria.

23. Deste modo, não subsiste dúvida que a apreciação de pedido para execução do serviço de radiodifusão para fins educativos deve ser realizada à luz do que dispõe a legislação anteriormente mencionada.

24. É oportuno registrar que os efeitos legais da emissão definitiva da outorga para prestação do serviço de radiodifusão encontram-se condicionada a apreciação prévia do Congresso Nacional, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

II.2 – ANÁLISE TÉCNICA REALIZADA PELA SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

25. Após a exposição do conjunto normativo a ser observado para renovação da outorga concedida para prestação do serviço de radiodifusão para fins exclusivamente educativos, cumpre analisar as especificidades do caso em questão, no que se refere ao aspecto jurídico-formal.

26. Compulsando os autos do Processo Administrativo em epígrafe, verifica-se que a Secretaria de Radiodifusão, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 19976/2019/SEI-MCTIC, manifestou-se nos seguintes termos a respeito da permissão de exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina/PE, pela Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF (Doc. nº 4750160 - SEI), *in verbis*:

1. Trata-se de formalização da outorga deferida à UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14, vencedora do processo de seleção pública, objeto do Edital nº 78/2015/SEI-MC, de 23/10/2015, em conformidade com a Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17/09/2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015 e Portaria nº 3.238, de 20/06/2018, publicada no Diário Oficial da União em 21/06/2018, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina/PE, por meio do canal 229E, de acordo com o Edital nº 268/2018/SEI-MCTIC, de 25 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 2019.
2. Após a adjudicação da outorga, objeto do processo de seleção em referência, a adjudicante apresentou o devido projeto de instalação da estação e de utilização de equipamentos, a fim de viabilizar a aprovação do local e equipamentos da respectiva emissora, em cumprimento ao disposto no art. 29 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 7.670, de 2012. Assim, no dia 27/09/2019, foi assinado o correspondente Despacho de Aprovação de Local (DESPACHO SESTE [4654815](#)), estando a entidade, portanto, apta à obtenção da outorga em questão.
3. Acontece, porém, que em 23/08/2017 foi publicado o Decreto nº 9.138, de 22 de agosto de 2017, que alterou o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e promoveu a inversão de algumas fases até então dispostas para o procedimento da outorga do serviço em questão. A partir de agora, haverá a publicação da Portaria de outorga, quando o processo será encaminhado para apreço pelo Congresso Nacional, e somente após a publicação do Decreto Legislativo se realizará a assinatura do contrato, senão vejamos:
(...)
4. Informa-se, que foram acostadas aos autos as certidões fiscais atualizadas em nome da entidade (anexo [4750148](#)), bem como espelho SIACCO ([4750316](#)), onde é possível aferir que os limites de outorga informados no Decreto-Lei nº 236/1967, estão sendo devidamente respeitados tanto pela entidade quanto por seus dirigentes, uma vez que a interessada em comento ainda não possui nenhuma outorga.
5. Por fim, cabe ressaltar que em consulta ao MOSAICO – Sistema Integrado de Gestão e Controle do Espectro da Anatel, verificamos que a entidade não possui outorga, e não aparece na planilha de controle de Editais como vencedora em outra(s) localidade(s).
6. Diante do exposto, sugerimos o encaminhamento dos presentes autos à Consultoria Jurídica, juntamente com as minutas de Portaria Ministerial e Exposição de Motivos ([4750173](#)), para que:
 - a. se manifeste quanto à regularidade jurídico-formal do processo; e
 - b. após, sejam os autos remetidos a esta Secretaria, para finalização dos procedimentos necessários à outorga.

27. Portanto, infere-se que a SERAD manifestou-se no sentido de que houve o preenchimento dos requisitos previstos nas normas aplicáveis à espécie, para a exploração do serviço de radiodifusão com a finalidade educativa pela citada Universidade, consoante os termos da NOTA TÉCNICA Nº 19976/2019/SEI-MCTIC, dentre outras manifestações técnicas elaboradas.

28. Como foi abordado alhures (vide item 9 deste PARECER), o Secretário de Radiodifusão deste Ministério homologou o processo seletivo, referente ao Edital nº 78/2015, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 204, de 26 de outubro de 2015, e adjudicou à UNIVASF, conferindo a permissão para execução do serviço de radiodifusão, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina/PE.

29. Registre-se, ainda, que o recurso administrativo interposto pela Fundação Zeca Jatobá não merece guarida (vide item 6 deste PARECER), sendo certo que a universidade pública tem precedência na ordem de classificação do processo seletivo, conforme os critérios normativos aplicáveis à espécie. Ademais, a manifestação apresentada pela citada Fundação não questiona a legalidade da decisão administrativa, como esclareceu a SERAD na NOTA TÉCNICA Nº 26550/2018/SEI-MCTIC (Doc. nº 3633744 - Proc. Administrativo nº 53900.002176/2016-94).

30. No que concerne ao preenchimento dos requisitos estabelecidos nos normativos de regência, infere-se que foi encaminhado o projeto técnico de instalação da estação e a SERAD aprovou o local de instalação da estação, assim como a utilização dos respectivos equipamentos, consoante os termos da NOTA TÉCNICA Nº 17487/2019/SEI-MCTIC e do DESPACHO s/nº (Docs. nºs 4654789 e 4654815 - SEI).

31. A referida Fundação carrou os seguintes documentos, dentre outros: i) requerimento de outorga (Doc. nº 3997091 - Proc. Administrativo nº 01250.013737/2019-21 - SEI); ii) comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (Doc. nº 4690363 - SEI); iii) ato de nomeação do Reitor, cujo mandato é até março de 2020 (Doc. nº 3997100 - Proc. Administrativo nº 01250.013737/2019-21 - SEI); iv) comprovação de regularidade junto ao FGTS, cuja validade é até 09 de novembro de 2019 (Doc. nº 4750316 - SEI); v) comprovante de regularidade com o FISTEL, emitido pela Agência Nacional de Telecomunicações (Doc. nº 4690363); vi) certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, cuja validade é até 17 de novembro de 2019 (Doc. nº 4745482 - Proc. Administrativo nº 01250.053069/2019-75); vii) certidão negativa de débitos do Estado de Pernambuco, cuja validade é até 28 de dezembro de 2019 (Doc. nº 4690363 - SEI); ix) certidão negativa de débitos do município de Petrolina, cuja validade é até 14 de novembro de 2019 (Doc. nº 4745481 - Proc. Administrativo nº 01250.053069/2019-75 - SEI); x) certidão negativa de débitos trabalhistas, cuja validade é até 27 de março de 2020 (Doc. nº 4690363 - SEI); xi) estatuto da UNIVASF (Doc. nº 3997103 - Proc. Administrativo nº 01250.013737/2019-21); xii) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (Doc. nº 4745490 - Proc. Administrativo nº 01250.053069/2019-75 - SEI); xiii) cópia do documento de identidade do reitor da Universidade (Doc. nº 3997094 - Proc. Administrativo nº 01250.013737/2019-21 - SEI).

32. **Em atenção à documentação indicada no checklist (Doc. nº 4750148 - SEI), recomenda-se que, antes da subscrição da minuta de portaria pelo Ministro de Estado, a SERAD verifique o prazo de validade das referidas certidões relativas à demonstração do cumprimento dos requisitos previstos na legislação.**

33. Vale esclarecer, ainda, que a permissão para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, será efetivada com a respectiva assinatura do contrato, conforme a redação do art. 31-A do Decreto nº 52.795, de 1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017, do art. 29 Portaria nº 3.238, de 2018, e os termos do PARECER Nº 075/2011/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO CGU nº 1167/2011, elaborados pela Consultoria-Geral da União - CGU/AGU.

34. **Com efeito e à luz das normas de regência, afigura-se que é necessária que sejam observadas as seguintes etapas: i) expedição de portaria ministerial, conferindo permissão à citada Fundação; ii) submissão da matéria ao Congresso Nacional para edição do decreto legislativo ratificador; iii) e elaboração do contrato.**

35. Face ao exposto, não existe óbice, no aspecto jurídico-formal, que obstaculize o deferimento da permissão para a UNIVASF para execução do serviço de radiodifusão com a finalidade educativa, pelo prazo de 10 (dez) anos.

36. Por fim, é importante consignar que não foi suscitado nenhum esclarecimento de natureza jurídica a esta Consultoria Jurídica, pelo que a presente análise foi fundada, tão somente, no controle da legalidade para emissão de permissão de exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina/PE, pela Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF.

III – CONCLUSÃO

37. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações: i) após o atendimento das recomendações acima apresentadas (vide item 32 deste PARECER), não existe impedimento jurídico para emissão de permissão para execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, pela Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, na localidade de Petrolina/PE, pelo prazo de 10 (dez) anos; ii) a minuta de portaria e a exposição de motivos, ambas elaboradas pela SERAD estão aptas a serem assinadas pela autoridade competente, no que se refere ao seu conteúdo jurídico, cabendo à mencionada Secretaria verificar a existência de eventual erro material; iii) é necessária a deliberação do Congresso Nacional sobre a prestação do serviço de radiodifusão com fins educativos pela entidade interessada, consoante o disposto no art. 223, § 3º, da Constituição Federal; iv) após a edição do decreto legislativo, compete a este Ministério adotar as medidas administrativas para elaboração do respectivo contrato.

38. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta conferir permissão, por meio de edição de portaria, para execução do serviço de radiodifusão com a finalidade educativa.

39. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

À consideração superior.

Brasília, 31 de outubro de 2019.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR JURÍDICO DE RÁDIO-DIFUSÃO EDUCATIVA E COMUNITÁRIA

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900069292201511 e da chave de acesso 2bdcfb9e

Documento assinado eletronicamente por JOAO PAULO SANTOS BORBA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 336884468 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO PAULO SANTOS BORBA. Data e Hora: 31-10-2019 17:08. Número de Série: 17498657. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 01875/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.069292/2015-11

INTERESSADOS: SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO - SERAD E OUTROS

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. De acordo. À consideração do Sr. Consultor Jurídico, para avaliação.

Brasília, 01 de novembro de 2019.

EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS DE COMUNICAÇÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900069292201511 e da chave de acesso 2bdcfb9e

Documento assinado eletronicamente por EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 338736385 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): EMMANUEL FELIPE BORGES PEREIRA SANTOS. Data e Hora: 01-11-2019 15:57. Número de Série: 264097435512019350. Emissor: AC CAIXA PF v2.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 910 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6535/6196

DESPACHO n. 01935/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 53900.069292/2015-11

INTERESSADOS: SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO - SERAD E OUTROS

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **DESPACHO N° 01875/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU** da lavra do Dr. Emanuel Felipe Borges Pereira Santos, Advogado da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação, aprovando o **PARECER N° 00931/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU** exarada pelo Dr. João Paulo Santos Borba, Advogado da União e Coordenador Jurídico de Radiodifusão Educativa e Comunitária.
2. Encaminhem-se os autos à Secretaria de Radiodifusão para conhecimento e providências decorrentes, como proposto.

Brasília, 07 de novembro de 2019.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA
CONSULTOR JURÍDICO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53900069292201511 e da chave de acesso 2bdcfb9e

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 340794077 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 07-11-2019 12:44. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Apoio Técnico da Secretaria de Radiodifusão

DESPACHO

Processo nº: 53900.069292/2015-11

Senhor Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

De ordem do Secretário de Radiodifusão, encaminho o presente Processo a Vossa Senhoria, para providências quanto ao atendimento às recomendações da Consultoria Jurídica, constantes do Parecer Jurídico 931/2019 (4826390).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente Técnico**, em 07/11/2019, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4829013** e o código CRC **C296AE4E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.069292/2015-11

SEI nº 4829013

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Gabinete do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

DESPACHO

Processo nº: 53900.069292/2015-11

Referência: Parecer Jurídico 931/2019(4826390)

Interessado: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Assunto: Permissão para prestação do serviço de radiodifusão com a finalidade educativa

Encaminhe-se este processo à Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União (CGEC) para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 08/11/2019, às 16:15 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4829591** e o código CRC **2BD28C26**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.069292/2015-11

SEI nº 4829591

INÍCIO

ACESSO NFS-E

CONSULTA PROTOCOLO

2º VIA DE IPTU

2º VIA DE ITBI

2º VIA ISS

2º VIA DE TAXAS

2º VIA DE ACORDOS

2º VIA DE CND

SITUAÇÃO CADASTRAL

CERTIDÃO NEGATIVA

ITBI

IMPRIMIR NOTA FISCAL

VALIDAR NOTA FISCAL

VALIDAR NOTA AVULSA

VALIDAR CERTIDÃO

VALIDAR ALVARÁ DE
OBRAS

VALIDAR HABITE-SE

VALIDAR ALVARÁ

IMPRIMIR ALVARÁ

EMIÇÃO DE CND

Emissão de Certidão Negativa de Débitos.

Selecione abaixo o tipo de certidão que deseja emitir e preencha o formulário correspondente com os dados necessários.



Certidão Negativa de Contribuintes

*Informe o CPF ou CNPJ e clique no botão confirmar.

CONFIRMAR

* CONTRIBUINTE POSSUI DÉBITOS PENDENTES DE PAGAMENTO!

* CLIQUE NO MENU 2º VIA PARA EMITIR OS BOLETOS PARA PAGAMENTO!



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 05.440.725/0001-14

Certidão nº: 191194571/2019

Expedição: 05/12/2019, às 10:39:56

Validade: 01/06/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.440.725/0001-14**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO

CNPJ: 05.440.725/0001-14

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:13:08 do dia 05/12/2019 (hora e data de Brasília).

Válida até 04/01/2020.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 05.440.725/0001-14
Razão Social: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
Endereço: VL CENTRO DE SERVICO (PROJEYO SENADOR NILO SN LOTE 543 / IRRIG. NILO COELHO / PETROLINA / PE / 56300-990

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 18/11/2019 a 17/12/2019

Certificação Número: 2019111801093308912827

Informação obtida em 05/12/2019 10:40:10

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
CNPJ: 05.440.725/0001-14

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:24:59 do dia 05/12/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/06/2020.

Código de controle da certidão: **5F8E.ED74.9367.56F7**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.440.725/0001-14 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 26/12/2002
NOME EMPRESARIAL FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) UNIVASF			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.32-5-00 - Educação superior - graduação e pós-graduação			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 113-9 - Fundação Pública de Direito Público Federal			
LOGRADOURO AV JOSE DE SA MANICOBA	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO CAMPUS UNIVERSITARIO	
CEP 56.304-205	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PETROLINA	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO secretariadegestao@univasf.edu.br		TELEFONE (87) 3862-9393 / (87) 3862-9386	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) UNIÃO			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/12/2002	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **05/12/2019** às **10:39:34** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Divisão de Regime Legal e de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Serviço de Outorga de Radiodifusão Educativa

NOTA TÉCNICA Nº 24465/2019/SEI-MCTIC

Referência: **Processo nº 53900.069292/2015-11 apenso/relacionado ao Processo nº 53900.055773/2015-31.**

Assunto: **Formalização de Permissão de Outorga de Serviço de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos - Exigência Jurídica (Diligência CONJUR)**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de formalização da outorga deferida à UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14, vencedora do processo de seleção pública, objeto do Edital nº 78/2015/SEI-MC, de 23/10/2015, em conformidade com a Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17/09/2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015 e Portaria nº 3.238, de 20/06/2018, publicada no Diário Oficial da União em 21/06/2018, para executar o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de **Petrolina/PE**, por meio do canal 229E, de acordo com o Edital nº 268/2018/SEI-MCTIC, de 25 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 2019.

ANÁLISE

2. Após correta instrução do feito, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União - CGEC, concluiu pelo deferimento do pleito com vistas à assinatura de Portaria e encaminhamento de Exposição de Motivos, remetendo os autos à Consultoria Jurídica para manifestação sobre a regularidade jurídico-formal do processo.

3. Na análise realizada pela Consultoria Jurídica - CONJUR, no entanto, conforme Parecer Jurídico nº 931/2019 4826390, verificou-se a necessidade de complementação da instrução processual, pois, a CONJUR recomendou as seguintes diligências: (Item 32) verificar o prazo de validade das certidões vencidas.

4. Desta feita, verificadas as certidões que poderiam ser obtidas pela internet 4938341, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos abaixo relacionados:**

I. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do local de **sede**; pois

não foi possível atualizar pela internet.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opinamos seja encaminhado à entidade cópia da presente Nota Técnica, por meio de ofício, para que apresente a documentação acima listada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do seu recebimento, sob pena de indeferimento da proposta.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota**, **Coordenadora do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União**, em 07/01/2020, às 17:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio**, **Analista Técnico-Administrativo**, em 08/01/2020, às 09:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4937692** e o código CRC **BF0261FB**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Divisão de Regime Legal e de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Serviço de Outorga de Radiodifusão Educativa

OFÍCIO Nº 46927/2019/SEORE/DILEC/COLEC/CGEC/DECEF/SERAD/MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF

CNPJ 05.440.725/0001-14

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.069292/2015-11. Petrolina/PE.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a), cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 24465/2019/SEI-MCTIC 4937692**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 dias (trinta dias), contado da data do recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena de adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.
3. Cabe ressaltar que, na comunicação de resposta, deverá constar o **número do respectivo processo, bem como deste ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União**, em 07/01/2020, às 17:07 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4937699** e o código CRC **6D9D865C**.

Referência: Processo nº 53900.069292/2015-11

SEI nº 4937699

Data de Envio:

08/01/2020 14:42:08

De:

MCTIC/SDEDU (SEI-MC) <sered.sei@mctic.gov.br>

Para:

reitoria@univasf.edu.br

secretaria.gabinete@univasf.edu.br

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.069292/2015-11

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_4937699.html

Nota_Tecnica_4937692.html



Universidade Federal do Vale do São Francisco
Gabinete da Reitoria

OFÍCIO Nº 009/2020/GR/UNIVASF

Petrolina, 13 de janeiro de 2020.

À Senhora

Bonia Oliveira Mota

Coordenadora do Reg. Legal e Análise Téc. de Radiodifusão Educ. e de Consignações da União
Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Térreo.

70067-900 – Brasília/DF.

**Assunto: Resposta ao OFÍCIO Nº 46927/2019/SEORE/DILEC/COLEC/CGEC/DECEF/SERAD/
MCTIC – Processo nº 53900.069292/2015-11.**

Senhora Coordenadora,

Em atenção ao OFÍCIO Nº 46927/2019/SEORE/DILEC/COLEC/CGEC/DECEF/
SERAD/MCTIC, referente ao Processo nº 53900.069292/2015-11, encaminhamos anexa
Certidão Positiva com Efeito de Negativa nº 34-A/2020, emitida pela Prefeitura Municipal de
Petrolina/PE.

Atenciosamente,


JULIANELI TOLENTINO DE LIMA
Reitor



PREFEITURA DE
PETROLINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA
SECRETARIA DA FAZENDA MUNICIPAL
SECRETARIA EXECUTIVA DE TRIBUTOS
Diretoria de Fiscalização

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA
Nº 34-A/2020

CERTIFICO para os devidos fins, atendendo petição protocolada sob o Nº - 0000000, de Petrolina-PE, 10 de Janeiro de 2020.

QUE: UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF

INSCRIÇÕES: 163900, 163989 e 115611

ENDEREÇO: AV. JOSÉ DE SÁ MANIÇOBA, S/N, CAMPUS UNIVERSITÁRIO,
CENTRO, PETROLINA-PE

Devidamente inscrito sob o CNPJ/CPF: 05.440.725/0001-14

Na forma do disposto na Lei Complementar Municipal nº 017/2013 (CTM) e no Código Tributário Nacional, que na presente data, em nome do Imóvel do Contribuinte acima identificado, **CONSTA A EXISTENCIA DE DÉBITOS** referente aos tributos municipais (IPTU, ISS e TAXAS) cuja exigibilidade se encontra suspensão, nos termos do art. 471, III do CTM, em razão de Recurso Administrativo Nº 3.468/2019, estando o mesmo em **SITUAÇÃO REGULAR**, perante a Fazenda Municipal.

VALIDADE: 30 (TRINTA) DIAS

Petrolina, 10 de Janeiro de 2020

Diretoria de Fiscalização



Prefeitura Municipal de Petrolina
João da Costa Castro
Sec. Executivo Tributos
Mat.: 6952

Atendente



Prefeitura Municipal de Petrolina
Secretaria da Fazenda Municipal
Secretaria Executiva de Tributos
Fiscalização - ISC&II
Mat.: 37200



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO

CNPJ: 05.440.725/0001-14

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:38:14 do dia 16/01/2020 (hora e data de Brasília).

Válida até 15/02/2020.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.440.725/0001-14 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 26/12/2002
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) UNIVASF		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.32-5-00 - Educação superior - graduação e pós-graduação		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 113-9 - Fundação Pública de Direito Público Federal		
LOGRADOURO AV JOSE DE SA MANICOBA	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO CAMPUS UNIVERSITARIO
CEP 56.304-205	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PETROLINA
UF PE		
ENDEREÇO ELETRÔNICO secretariadegestao@univasf.edu.br		TELEFONE (87) 3862-9393/ (87) 3862-9386
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) UNIÃO		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/12/2002
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **16/01/2020** às **13:34:57** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.440.725/0001-14

Razão Social: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Endereço: VL CENTRO DE SERVICO (PROJEYO SENADOR NILO SN LOTE 543 / IRRIG.
NILO COELHO / PETROLINA / PE / 56300-990

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/12/2019 a 25/01/2020

Certificação Número: 2019122703163674916179

Informação obtida em 16/01/2020 13:36:00

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Mosaico

Canais de Radiodifusão

Todos

Download Plano Básico

Download Estações

Download Documento Histórico

1 total de registros

1 - 50

50

Atualizar

Filtrar

Ações	Plata	UF	Município	Canal	Frequência	Finalidade	Decalagem	Classe	Num Serviço	Serviço	Local Específico	Carater	Status	Entidade	CNPJ
						(Todos)									
Visualizar em PDF	50418121958	PE	Petrolina	229	93.7	Educativo		BL	230	FM		P	FM-CS (Canal pendente de outorga)	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO	0544072

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	
Nome Fantasia: UNIVASF	
Telefone: (87) 00000000	E-mail:
CNPJ: 05.440.725/0001-14	Número do Fistel: 50418121958
Tipo Usuário: Adm Indireta Federal	Tipo Taxa: 50% (órgãos do governo)
Data do contrato:	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Val. RF: -
Observações: RSVPNO CANAL RESERVADO PARA O PNO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA. Ato nº 430, de 19/01/2012, publicado no DOU. de 23/01/2012.	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA JOSE DE SA MANICOBA	Complemento: CAMPUS UNIVERSITARIO	
Bairro: CENTRO	Numero: S/N	
Município: Petrolina	UF: PE	CEP: 56304205

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Petrolina	UF: PE
Latitude: -9.39353 (9° 23' 36.7" S)	Longitude: -40.50834 (40° 30' 30.0" W)

Parâmetros Técnicos			
Canal: 229	Frequência: 93.7 MHz	Classe: B1	ERP: 3kW
Altura: 90 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Limitação por radial dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação:						Número Indicativo:					
Data Último Licenciamento:						Número da Licença:					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: 0 (0° 00' 00.0" N)				Longitude: 0 (0° 00' 00.0" E)				Cota da base: 0 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: ohms					
Antena Principal											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 0 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms					
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho: dBd		Beam-Tilt: °		Orientação NV: °		Polarização:		HCl: m		ERP Máximo: 0 kW	
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
									Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
Histórico de Documentos Emitidos											

Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
Horário de funcionamento							

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

Número da Certidão: 2020.000000426013-14

Data de Emissão: 16/01/2020

DADOS DO REQUERENTE

CNPJ: 05.440.725/0001-14

Certificamos, observadas as disposições da legislação vigente e de acordo com os registros existentes neste órgão, que o requerente acima identificado está em situação **REGULAR** perante a Fazenda Pública Estadual. A referida identificação não pertence a contribuinte com inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco.

A presente certidão não compreende débitos cuja exigibilidade esteja suspensa, nem exclui o direito da Fazenda Pública Estadual, a qualquer tempo, cobrar valores a ela porventura devidos pelo referido requerente.

Esta certidão é válida até **14/04/2020** devendo ser confirmada sua autenticidade através do serviço "ARE VIRTUAL" na página www.sefaz.pe.gov.br.

Inválida para licitação no que se refere ao fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou comunicação não compreendidos na competência tributária dos municípios se o requerente supracitado estiver localizado em Pernambuco.

Acesso à Informação

BRASIL



ANATEL
Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE
Kelen Azevedo Cornelio

Sistemas
Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição**

internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ
CNPJ: 05.440.725/0001-14

.

[Não foi encontrado dados com essa informação](#)

Usuário: **kelen.mc - Kelen Azevedo Cornelio**

Data: **16/01/2020**

Hora: **13:39:08**

Acesso à Informação

BRASIL

**ANATEL**
Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE
Kelen Azevedo Cornelio

Sistemas
Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** internet teia menu ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 965.575.594-00

.

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **kelen.mc - Kelen Azevedo Cornelio** Data: **16/01/2020** Hora: **13:39:45**

CHECKLIST

Análise Documental para Habilitação de Pessoas Jurídicas de Direito Público - União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas.
Serviço de Radiodifusão com Fins Exclusivamente Educativos

Processo nº: 53900.069292/2015-11

Interessado: UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF

CNPJ: 05.440.725/0001-14

Localidade: Petrolina/PE

Serviço: Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos - FME

Canal: 229E

Edital de Seleção Pública nº 78/2015/SEI-MC de 23 de outubro de 2015

Data de publicação do Edital de Seleção Pública: 26/10/2015

Data de vencimento do prazo para a postagem ou protocolo das propostas: 12/01/2016

Data do protocolo desta proposta: 07/12/2015

Requerimento tempestivo? (x) Sim () Não

Localidade em faixa de fronteira? () Sim (x) Não

Entidade possui outorga para executar o mesmo tipo de serviço pretendido na localidade objeto da concessão ou permissão? () Sim (x) Não

Entidade concorre como filial? () Sim (x) Não

LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO	OBSERVAÇÕES
DOCUMENTOS DA PESSOA JURÍDICA	
a) requerimento de outorga, corretamente preenchido e assinado em todas as páginas , com as seguintes declarações: (a) a entidade possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado; (b) a entidade integrará, se for solicitada, a rede nacional de comunicação pública gerida pela Empresa Brasil de Comunicação, quando não houver, na localidade, outra entidade que integre a rede por meio da execução dos serviços de radiodifusão educativa; (c) caso venha a ser contemplada com a outorga, a entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; (d) nenhum dos dirigentes participa do quadro diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;	

<p>(e) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p> <p>(f) a entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão;</p> <p>(g) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a Administração Pública Federal, direta ou indireta;</p> <p>(h) a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;</p> <p>(i) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p> <p>(j) a pessoa jurídica autoriza o MCTIC a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;</p> <p>(k) a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, nos anexos e nas demais informações pertinentes;</p> <p>(l) nenhum dos dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;</p> <p>(m) a responsabilidade editorial e as atividades de seleção, direção e conteúdo da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos dos §§1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal;</p> <p>(n) caso seja outorgada, a entidade se compromete a observar e cumprir, na produção de conteúdo e na sua programação, a finalidade exclusivamente educativa do serviço, notadamente quanto aos princípios e disposições do art. 221 da Constituição Federal, do art. 38, d, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, do art. 13, e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, do art. 28, itens 11 e 12, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, da Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999, e da Portaria que estabelece as regras e os critérios em relação aos serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos; e</p> <p>(o) a estação de radiodifusão não será utilizada para fazer propaganda política ou difundir opiniões favoráveis ou contrárias a qualquer partido político, seus órgãos, representantes ou candidatos, ressalvado o disposto na legislação eleitoral.</p>	ok 3997091
b) prova de inscrição no CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;	9 4690363ok 5049744
c) ato de nomeação ou eleição dos dirigentes, devidamente formalizado, ou registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, quando for o caso ;	ok 3997100 4 ANOS DE 28/03/2016
d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;	4750316ok 5049744 25/01/2020
e) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel, se já for executante de serviço de radiodifusão;	3 4690363ok 5049744 15/2/2020
f) certidão conjunta negativa de débitos relativa aos tributos	1715182 ok

federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	4745482 ok 02/06/2020
g) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual/Distrital do local de sede;	8 4690363ok 5049744 14/4/2020
h) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do local de sede;	4745481 ok 5043495 10/02/2020
i) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e	1 4690363ok 27/03/2020
j) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica, se for o caso.	não se aplica
<u>Além dos documentos acima, as Fundações Públicas e Instituições de Educação Superior Públicas ainda devem apresentar:</u>	
a) ato constitutivo, Estatuto Social ou Regimento em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente formalizado e aprovado pelo Ministério Público, ou registrado em cartório, se for o caso; e	ok 3997103
b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura.	4745490 ok qual o valor do ativo circulante? 17408375,78 qual o valor do valor do ativo realizável a longo prazo? 0 qual o valor do passivo circulante? 10879992,23 qual o valor do passivo exigível a longo prazo? 0 qual o valor dos ativos totais? 372245167,01 LG > 1 LC > 1 SG > 1
DOCUMENTOS DOS DIRIGENTES	
a) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte.	ok 3997094 Julianeli Tolentino de Lima 96557559400
PARA ANÁLISE DOS LIMITES DE OUTORGA	
a) Caso seja contemplada com a outorga, a interessada excede ou venha a exceder os limites previstos pelo artigo 12, do Decreto-Lei nº 236/67?	Não excede (não possui outra outorga) 4750316 5049744

Proposta ou documentação de habilitação apresentada de acordo com o

OBSERVAÇÕES

- Será imediatamente inabilitada a entidade que deixar de apresentar qualquer um dos documentos de habilitação ou que os apresente com falhas, incorreções ou em desconformidade com as exigências estabelecidas no edital.
- Os documentos registrados em cartório devem conter, em local visível e de forma legível, a indicação dos dados de registro, sob pena de inabilitação.



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 16/01/2020, às 14:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5048489** e o código CRC **4AE249D1**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Divisão de Regime Legal e de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Serviço de Outorga de Radiodifusão Educativa

DESPACHO

Processo nº: 53900.069292/2015-11

Referência: PARECER JURÍDICO nº 931/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU 4826390

Interessado: UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14

Assunto: Encaminhamento de atos para assinatura do Ministro.

À

Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro - CGGM

Tendo em vista o posicionamento favorável com recomendações do **PARECER JURÍDICO nº 931/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU 4826390**, o cumprimento das diligências erigidas neste (Item 32 - verificar o prazo de validade das certidões vencidas; verificado, conforme Checklist 5048489), referentes à seleção do Edital nº 78/2015/SEI-MC, de 23/10/2015, para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de **Petrolina/PE**, por meio do canal 229E, que adjudicou o objeto à **UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14** (Edital nº 268/2018/SEI-MCTIC, de 25 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 2019), encaminhem-se as minutas atualizadas de Portaria Ministerial, Exposição de Motivos e Parecer de Mérito 5049748 para as providências consectárias.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Aguiar Soares, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 16/01/2020, às 16:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União**, em 16/01/2020, às 16:41



(horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 20/01/2020, às 14:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 20/01/2020, às 14:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 21/01/2020, às 13:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5049903** e o código CRC **6E38D254**.

Minutas e Anexos

5049748

Referência: Processo nº 53900.069292/2015-11

SEI nº 5049903

MINUTA DE
PORTARIA, EXPOSIÇÃO DE MOTIVO, E PARECER DE MÉRITO

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.069292/2015-11, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco, por meio do canal 229E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVO

EM nº / /MCTIC

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.069292/2015-11, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco, por meio do canal 229E, constante do Edital nº 78/2015/SEI-MC, de 23 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2015, cujo objeto foi adjudicado à UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14, por intermédio do Edital nº 268/2018/SEI-MCTIC, de 25 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 2019, em conformidade com a Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015 e Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 21 de junho de 2018.

2. Sobre o assunto em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da NOTA TÉCNICA Nº 19976/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica deste Ministério, por intermédio de seu Parecer Jurídico nº 931/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

3. Com base nesses posicionamentos, fora expedida a Portaria nº ____, de ____ de ____ de 201__, publicada no Diário Oficial da União de ____ de ____ de 201__, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do §3º do art. 223 da Constituição Federal, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DO PARECER DE MÉRITO

1. Análise do problema que o ato normativo visa a solucionar:

Encaminhamento de processo para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco, por meio do canal 229E.

2. Objetivos que se pretende alcançar:

Necessidade de encaminhamento da Portaria Ministerial de outorga da permissão a ser enviada ao Congresso Nacional, para deliberação, por meio de mensagem da Presidência da República, nos termos do §1º do art. 31 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963.

3. Identificação dos atingidos pelo ato normativo:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14

4. Estratégia e prazo para implementação:

Não há.

5. Na hipótese de a proposta implicar em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:

a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, constando, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicando: i) se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e ii) a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e

b) a declaração de que a medida apresenta: i) adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e ii) compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o [art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#).

Não há renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.

6. Análise do impacto da medida sobre o meio ambiente e sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição:

Não há.

7. Análise das consequências do uso do processo legislativo regular (apenas nos casos de medida provisória ou de projeto de lei em regime de urgência):

Não se aplica.

8. Síntese do Parecer Jurídico:

Viabilidade Jurídica, desde que atendidas as recomendações. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão - SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Aguiar Soares, Coordenador-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União**, em 16/01/2020, às 16:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União**, em 16/01/2020, às 16:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 20/01/2020, às 14:40 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 20/01/2020, às 14:50 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 21/01/2020, às 13:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5049748** e o código CRC **A915FOBE**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

DESPACHO

Processo nº: 53900.069292/2015-11

Interessado: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Assunto: Outorga de permissão

Trata-se de minutas de portaria e exposição de motivos que visam a outorgar permissão à UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco, por meio do canal 229E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Considerando que as áreas técnica e jurídica não erigiram quaisquer óbices à matéria, conforme se depreende da Nota Técnica nº 24465/2019/SEI-MCTIC (4937692) e do Parecer nº 931/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (4826390), manifesto-me favorável à adoção das medidas necessárias ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário-Executivo**, em 31/01/2020, às 16:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5066669** e o código CRC **4A504248**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.069292/2015-11

SEI nº 5066669



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

PORTARIA Nº 269/2020/SEI-MCTIC de 22 de janeiro de 2020

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.069292/2015-11, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco, por meio do canal 229E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 10/02/2020, às 18:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5065608** e o código CRC **380EE1E2**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 11/02/2020 10:55:14
Origem do Ofício: Secretaria de Radiodifusão
Operador: VITOR TORRES DA SILVA
Ofício: 5724513
Data prevista de publicação: 12/02/2020
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
12422887	01250.0040842019-90.rtf	0e05e9b5ec1718a0b6a046e5bf85c293	7,00	R\$ 231,28
12422888	01250.0609972019-96.rtf	126b54d66f832f38952be34cfae1cfaa	4,00	R\$ 132,16
12422889	01250.0611992019-81.rtf	babe0441c1eb75c27558136f92d1ce8d	5,00	R\$ 165,20
12422890	01250.0633732018-40.rtf	c7335dc8c0161b2728106a9c560ce1a3	7,00	R\$ 231,28
12422891	01250.0670642018-49.rtf	d53ac3eaa0f0f76fd388eb7cf2ceb6e7	7,00	R\$ 231,28
12422892	01250.0684852018-97.rtf	2371570ad980813d6593bb6a88146a76	7,00	R\$ 231,28
12422893	01250.0711062018-46.rtf	82cb50637bb4d542cacb44754e95a659	7,00	R\$ 231,28
12422894	01250.0725172018-59.rtf	f66394b8024e10a71937486dd687e4c9	9,00	R\$ 297,36
12422895	01250.0733782018-81.rtf	cff0a70ee386f676c8231dfbf5b3615d	7,00	R\$ 231,28
12422896	53900.0020702016-91.rtf	9a964aacc139eed48dc0f0e1663ccc54	8,00	R\$ 264,32
12422897	53900.0064642014-56.rtf	ae09079742d8a13105587b39ab5ca079	11,00	R\$ 363,44
12422958	01250.0067262018-12.rtf	0f5ac128a70fca23b09e6b73648b951d	19,00	R\$ 627,76
12422959	53900.0235232016-12.rtf	175441369d5c37ea6580bc16da615e12	8,00	R\$ 264,32
12422960	53900.0255072016-64.rtf	c5d486cab3cade28ac2ed382e0b0c231	7,00	R\$ 231,28
12422961	53900.0375482016-01.rtf	fdaadf80ccd4bd26f0929bf659b96e28	7,00	R\$ 231,28
12422962	53900.0692922015-11.rtf	7b971343fff9da8d3d6fcc4da0868193	8,00	R\$ 264,32
12422963	01250.0121252018-31.rtf	a388a780f2ce0a8d9edbc65a8128ebc1	11,00	R\$ 363,44
12422964	01250.0306382019-12.rtf	6f9a84a52229854e1ee7c2c67f444be2	7,00	R\$ 231,28
12422965	01250.0444752018-66.rtf		7,00	R\$ 231,28

		fe3c8254abfdd18d 5e13207216e2e1e9		
12422966	01250.0449452018-91.rtf	7050267fee235cb6 d1913021cd9ba14f	7,00	R\$ 231,28
12422967	01250.0577742018-61.rtf	6ee9c284821e368b f0d80d94497f1281	7,00	R\$ 231,28
12422968	01250.0585392018-14.rtf	0030e208684556f3 9f03cb8e9827d370	7,00	R\$ 231,28
12422969	01250.0598342018-80.rtf	d075bd6b6eacab1f e6b87ac3a3acc6c4	7,00	R\$ 231,28
TOTAL DO OFICIO			181,00	R\$ 5.980,24

PORTARIA Nº 160/SEI, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto nos artigos 90, inciso I, e 94 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n.º 01250.006726/2018-12, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 6240/2019/SEI-MCTIC e Nota Técnica nº 24760/2019/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 1099/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante no MCTIC, resolve:

Art. 1º Transferir a permissão outorgada à Frequência Brasileira de Comunicação Ltda., inscrita no C.N.P.J. sob o nº 03.829.194/0001-20, por meio da Portaria nº 391, de 16 de agosto de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 18.08.2006, para a Frequência Brasil de Comunicações Ltda., sociedade empresária limitada, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 12.842.909/0001-76, para executar, sem direito de exclusividade o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Contenda, estado do Paraná.

Art. 2º Os quadros societário e diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficarão assim constituídos, respectivamente:

NOME	COTAS	VALOR (R\$)
Rumildo Matos de Lima	118.800	118.800,00
Raphael Romildo Mariotto de Lima	1.200	1.200,00
TOTAL	120.000	120.000,00

NOME	CARGO
Rumildo Matos de Lima	Administrador

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 162/SEI, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.023523/2016-12, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Centro Integrado de Ações Comunitárias Pela Vida, CNPJ nº 11.287.953/0001-07, cuja sede se situa na Rua Professora Luiza de Cristo, nº 201, Bairro Valentina de Figueiredo, na localidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 163/SEI, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 01250.072517/2018-59, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 24146/2019/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º 1201/2019, da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 6 de julho de 2019, a permissão outorgada à Rádio Talento Fm Ltda., nos termos da Portaria n.º 506 de 2006, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 20 de setembro de 2006, chancelada pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 7, de 2009, publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 14 de janeiro de 2009, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Rio Azul, estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 269/SEI, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.069292/2015-11, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco, por meio do canal 229E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 406/SEI, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.071106/2018-46, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão do Sertão de Forquilha - Rádio Comunitária Sertão FM, CNPJ nº 31.909.972/0001-27, cuja sede se situa na Localidade Várzea da Cobra, s/nº, Zona Rural, na localidade de Forquilha, Estado do Ceará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 254, cuja frequência é de 98,7 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 407/SEI, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044475/2018-66, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social e Educacional de Capivari ACSEC, CNPJ nº 28.380.876/0001-20, cuja sede se situa na Rua Alejandro Lebl Rosenfeld, Nº 56 - Bairro Ribeirão, na localidade de Capivari, Estado de São Paulo, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 292, cuja frequência é de 106,3 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 408/SEI, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.057774/2018-61, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Amigos de Guidoal, inscrita no CNPJ sob nº 28.341.127/0001-93, cuja sede se situa na Rua São Vicente de Paulo, nº 17, apto. 202, Centro, na localidade de Guidoal, Estado de Minas Gerais, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

PORTARIA Nº 6.527/SEI, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º, § 2º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.670, de 16 de janeiro de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53900.002070/2016-91, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI, CNPJ nº 21.186.804/0001-05, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São João Del Rei, estado de Minas Gerais, por meio do canal 257E, aprovando, ainda, o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos.

Parágrafo Único. A permissão ora outorgada reger-se-á pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, pelas leis subsequentes, pelos seus regulamentos e pelas obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º As principais obrigações a serem cumpridas pela permissionária serão objeto do contrato de permissão da outorga, assinado pela entidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União

Coordenação do Regime Legal e Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Divisão de Regime Legal e de Análise Técnica de Radiodifusão Educativa e de Consignações da União

Serviço de Outorga de Radiodifusão Educativa

DESPACHO

Processo nº: 53900.069292/2015-11

Referência: Publicação da PORTARIA Nº 269/2020/SEI-MCTIC 5148925

Interessado: UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14

Assunto: Encaminhamento de atos para assinatura do Ministro.

À

Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro - CGGM

Tendo em vista o posicionamento favorável com recomendações do PARECER JURÍDICO nº 931/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU 4826390, e a publicação da PORTARIA Nº 269/2020/SEI-MCTIC, no D.O.U. de 12 de fevereiro de 2020 5148925, referentes à seleção do Edital nº 78/2015/SEI-MC, de 23/10/2015, para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de **Petrolina/PE**, por meio do canal 229E, que adjudicou o objeto à UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14 (Edital nº 268/2018/SEI-MCTIC, de 25 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 2019), encaminhem-se as minutas atualizadas de **Exposição de Motivos e Parecer de Mérito** 5149716 para as providências consectárias.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União substituta**, em 13/02/2020, às 14:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 13/02/2020, às 14:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci**,



Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, em 13/02/2020, às 19:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 14/02/2020, às 16:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5149707** e o código CRC **46322412**.

Minutas e Anexos

5149716

Referência: Processo nº 53900.069292/2015-11

SEI nº 5149707

MINUTA DE
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E PARECER DE MÉRITO

EM nº / /MCTIC

Brasília, de de 2020.

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.069292/2015-11, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco, por meio do canal 229E, constante do Edital nº 78/2015/SEI-MC, de 23 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2015, cujo objeto foi adjudicado à UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14, por intermédio do Edital nº 268/2018/SEI-MCTIC, de 25 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 2019, em conformidade com a Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015 e Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 21 de junho de 2018.

2. Sobre o assunto em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da NOTA TÉCNICA Nº 19976/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica deste Ministério, por intermédio de seu Parecer Jurídico nº 931/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

3. Com base nesses posicionamentos, fora expedida a Portaria nº 269/SEI, de 10 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2020, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do §3º do art. 223 da Constituição Federal, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINUTA DO PARECER DE MÉRITO

1. Análise do problema que o ato normativo visa a solucionar:

Encaminhamento de processo para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco, por meio do canal 229E.

2. Objetivos que se pretende alcançar:

Necessidade de encaminhamento da Portaria Ministerial de outorga da permissão a ser enviada ao Congresso Nacional, para deliberação, por meio de mensagem da Presidência da República, nos termos do §1º do art. 31 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963.

3. Identificação dos atingidos pelo ato normativo:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14

4. Estratégia e prazo para implementação:

Não há.

5. Na hipótese de a proposta implicar em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:

a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, constando, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicando: i) se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e ii) a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e

b) a declaração de que a medida apresenta: i) adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e ii) compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o [art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#).

Não há renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.

6. Análise do impacto da medida sobre o meio ambiente e sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição:

Não há.

7. Análise das consequências do uso do processo legislativo regular (apenas nos casos de medida provisória ou de projeto de lei em regime de urgência):

Não se aplica.

8. Síntese do Parecer Jurídico:

Viabilidade Jurídica, desde que atendidas as recomendações. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão - SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Bonia Oliveira Mota, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Educativa e Consignações da União substituta**, em 13/02/2020, às 14:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kelen Azevedo Cornelio, Analista Técnico-Administrativo**, em 13/02/2020, às 14:54 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 13/02/2020, às 19:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 14/02/2020, às 16:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5149716** e o código CRC **FD97E670**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

DESPACHO

Processo nº: 53900.069292/2015-11

Referência:

Interessado: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SAO FRANCISCO

Assunto:

À Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Considerando a edição da Medida Provisória nº 980, de 10/06/2020, que extingue o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, e cria o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e o Ministério das Comunicações, e considerando que essa Secretaria integra a estrutura do Ministério das Comunicações, incumbiu-me o Senhor Secretário-Executivo desta Pasta de restituir o presente procedimento a essa Secretaria de Radiodifusão, para o prosseguimento do trâmite.

CAROLINE MENICUCCI SALGADO

Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva

Brasília, 02 de julho de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Menicucci Salgado, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva**, em 02/07/2020, às 15:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **5649520** e o código CRC **DE5046F3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.069292/2015-11

SEI-MCTI nº 5649520

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

DESPACHO

Processo nº: 53900.069292/2015-11

Referência: Publicação da Portaria nº 269, de 10/02/2020, em 12/02/2020 (N.SEI 5148925)

Interessado: UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF

Assunto: Encaminhamento de atos para assinatura do Ministro.

À Secretaria de Radiodifusão - SERAD.

Tendo em vista a Publicação da Portaria nº 269, de 10/02/2020, em 12/02/2020 (N.SEI 5148925), referente à seleção do Edital nº 78/2015/SEI-MC, de 23/10/2015, para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de **Petrolina/PE**, por meio do canal 229E, que adjudicou o objeto à UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14 (Edital nº 268/2018, de 25/01/2019, publicado no Diário Oficial da União em 28/01/2019 - N.SEI 3833090), encaminhe-se a minuta atualizada de Exposição de Motivos e o Parecer de Mérito, para as providências consecutórias.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 22/07/2021, às 11:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor do Departamento de Outorga e Pós-Outorga**, em 03/08/2021, às 21:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7900256** e o código CRC **C5ACF62A**.

Minutas e Anexos

Minuta atualizada de Exposição de Motivos (N.SEI 7900258) e o Parecer de Mérito (N.SEI 7900267)

**MINUTA DE
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº / /MCOM

Brasília, de de 2021.

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho ao Senhor o processo administrativo nº 53900.069292/2015-11, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco, por meio do canal 229E, constante do Edital nº 78/2015/SEI-MC, de 23 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2015, cujo objeto foi adjudicado à UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14, por intermédio do Edital nº 268/2018/SEI-MCTIC, de 25 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 2019, em conformidade com a Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015 e Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 21 de junho de 2018.

2. Sobre o assunto em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da NOTA TÉCNICA Nº 19976/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica deste Ministério, por intermédio de seu Parecer Jurídico nº 931/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

3. Com base nesses posicionamentos, fora expedida a Portaria nº 269/SEI, de 10 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2020, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco.

4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do §3º do art. 223 da Constituição Federal, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 22/07/2021, às 11:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7900258** e o código CRC **E09E0229**.

Referência: Processo nº 53900.069292/2015-11

SEI-MCOM nº 7900258

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Outorgas

Coordenação de Outorga de Radiodifusão Educativa, Comunitária e Estatal

PARECER DE MÉRITO Nº 62/2021/SEI-MCOM

1. Análise do problema que o ato normativo visa a solucionar:

Encaminhamento de processo para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco, por meio do canal 229E.

2. Objetivos que se pretende alcançar:

Necessidade de encaminhamento da Portaria Ministerial de outorga da permissão a ser enviada ao Congresso Nacional, para deliberação, por meio de mensagem da Presidência da República, nos termos do §1º do art. 31 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963.

3. Identificação dos atingidos pelo ato normativo:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14

4. Estratégia e prazo para implementação:

Não há.

5. Na hipótese de a proposta implicar em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:

a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, constando, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicando: i) se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e ii) a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e

b) a declaração de que a medida apresenta: i) adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e ii) compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o [art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#).

Não há renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.

6. Análise do impacto da medida sobre o meio ambiente e sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição:

Não há.

7. Análise das consequências do uso do processo legislativo

regular (apenas nos casos de medida provisória ou de projeto de lei em regime de urgência):

Não se aplica.

8. Síntese do Parecer Jurídico:

Viabilidade Jurídica. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Miranda Freire de Oliveira Barros, Coordenador-Geral de Outorgas**, em 22/07/2021, às 11:29 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7900267** e o código CRC **CB097DE0**.

Referência: Processo nº 53900.069292/2015-11

SEI nº 7900267

Brasília, 04 de agosto de 2021.

Senhor Presidente da República,

Encaminho ao Senhor o processo administrativo nº 53900.069292/2015-11, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco, por meio do canal 229E, constante do Edital nº 78/2015/SEI-MC, de 23 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2015, cujo objeto foi adjudicado à UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14, por intermédio do Edital nº 268/2018/SEI-MCTIC, de 25 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 2019, em conformidade com a Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015 e Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 21 de junho de 2018.

Sobre o assunto em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da NOTA TÉCNICA Nº 19976/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica deste Ministério, por intermédio de seu Parecer Jurídico nº 931/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

Com base nesses posicionamentos, fora expedida a Portaria nº 269/SEI, de 10 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2020, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco.

Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do §3º do art. 223 da Constituição Federal, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações

PARECER DE MÉRITO Nº 62/2021/SEI-MCOM

1. Análise do problema que o ato normativo visa a solucionar:

Encaminhamento de processo para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco, por meio do canal 229E.

2. Objetivos que se pretende alcançar:

Necessidade de encaminhamento da Portaria Ministerial de outorga da permissão a ser enviada ao Congresso Nacional, para deliberação, por meio de mensagem da Presidência da República, nos termos do §1º do art. 31 do Decreto 52.795, de 31 de outubro de 1963.

3. Identificação dos atingidos pelo ato normativo:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14

4. Estratégia e prazo para implementação:

Não há.

5. Na hipótese de a proposta implicar em renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:

a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, constando, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicando: i) se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e ii) a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e

b) a declaração de que a medida apresenta: i) adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e ii) compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o [art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#).

Não há renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas.

6. Análise do impacto da medida sobre o meio ambiente e sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição:

Não há.

7. Análise das consequências do uso do processo legislativo regular (apenas nos casos de medida provisória ou de projeto de lei em regime de urgência):

Não se aplica.

8. Síntese do Parecer Jurídico:

Viabilidade Jurídica. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Radiodifusão – SERAD para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis, inclusive no que concerne à

submissão da matéria ao Congresso Nacional para deliberação.

FÁBIO FARIA
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 10/08/2021, às 20:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7956065** e o código CRC **3BBEC92A**.

Referência: Processo nº 53900.069292/2015-11

SEI nº 7956065

Ofício Interno nº 7846/2021/MCOM

Brasília, 05 de Agosto de 2021

À Senhora
Estella Dantas
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (7956065)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Despacho COREC_MCOM (7900256), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (7956065), para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

Maximiliano Salvadori Martinhão
Secretário de Radiodifusão



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Salvadori Martinhão, Secretário de Radiodifusão**, em 09/08/2021, às 17:46 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7961482** e o código CRC **FF61B5D7**.

Ofício Interno nº 8364/2021/MCOM

Brasília, 13 de Agosto de 2021

Ao Senhor
Marcus Vinícius Queiroz Barbosa
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (7956065)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta do Despacho COREC_MCOM (7900258), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos (7956065), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 13/08/2021, às 16:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7989010** e o código CRC **A1751AE9**.

Em caso de resposta a este Ofício Interno, fazer referência expressa a: Ofício nº 8364/2021/MCOM - Processo nº 53900.069292/2015-11 - Nº SEI: 7989010

Brasília, 17 de setembro de 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho ao Senhor o processo administrativo nº 069292/2015-11, relativo a procedimento de seleção pública para outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco, por meio do canal 229E, constante do Edital nº 78/2015/SEI-MC, de 23 de outubro de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 26 de outubro de 2015, cujo objeto foi adjudicado à UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF, CNPJ nº 05.440.725/0001-14, por intermédio do Edital nº 268/2018/SEI-MCTIC, de 25 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 28 de janeiro de 2019, em conformidade com a Portaria nº 4.335/2015/SEI-MC, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015 e Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 21 de junho de 2018.
2. Sobre o assunto em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da NOTA TÉCNICA Nº 19976/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica deste Ministério, por intermédio de seu Parecer Jurídico nº 931/2019/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
3. Com base nesses posicionamentos, fora expedida a Portaria nº 269/SEI, de 10 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2020, que outorgou, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Petrolina, estado de Pernambuco.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do §3º do art. 223 da Constituição Federal, para onde solicito seja encaminhado o referido ato, acompanhado do processo correspondente.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações

OFÍCIO Nº 22165/2021/MCOM

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53900.069292/2015-11.

Senhor Subchefe,

Encaminho a Vossa Senhoria o presente processo que trata de outorga de autorização de radiodifusão para conhecimento e providências subsequentes.

Atenciosamente,

MARCUS BARBOSA
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Queiroz Barbosa, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 18/10/2021, às 16:51 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8255490** e o código CRC **14AA661D**.